

MIGRAÇÕES PARALELAS EM PENICHE

ECONOMIA POLÍTICA DA PRODUÇÃO E CONSUMO DE SARDINHA

João Coimbra de Oliveira



**Mestrado em Migrações, Inter-Etnicidades e
Transnacionalismo**

Departamento de Antropologia

Maio 2010

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Antropologia, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Susana Pereira Bastos, Professora do Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Migrações Paralelas em Peniche

João Coimbra de Oliveira

PALAVRAS-CHAVE: Migrações, Transnacionalismo, Peniche, Pesca

Este trabalho analisa as migrações nacionais e internacionais no sector das pescas, adoptando como estudo de caso a região de Peniche, referindo-se concretamente à pesca de cerco da sardinha. O texto debate um conjunto de referências históricas e contemporâneas sobre determinados fluxos migratórios ocorridos entre populações piscatórias em Portugal, algumas teorias actuais sobre diversos fenómenos migratórios, e as implicações metodológicas que se colocam quando se pretende fazer tal estudo. Através da abordagem histórico-social dos movimentos migratórios, a obra elabora uma reflexão sobre a relação contemporânea entre fluxos migratórios e mercados de trabalho, investigando o passado e o presente dos fluxos populacionais na região de Peniche. O texto apresenta ainda um traçado geral dos principais modos de produção nas pescarias nacionais, incidindo sobre um importante recurso, e principal bem alimentar, a sardinha, que, à semelhança do que ocorre noutras regiões da Europa, em Peniche se constitui como âmago da importação de mão-de-obra para exportação de mercadoria.

Parallel Migrations in Peniche

João Coimbra de Oliveira

KEYWORDS: Migrations, Transnationalism, Peniche, Fishery

This work analyzes the domestic and international migration in the fisheries sector, taking as case study the region of Peniche, referring specifically to the purse seine fishery for sardines. This article discusses a number of references to certain historical and contemporary migration flows occurred between fishing communities in Portugal, some current theories about various migration, and the methodological implications that arise when trying to make such a study. Through social-historical approach of migratory movements, the work produces a reflection on the contemporary relationship between migration and labor markets, investigating the past and present of population flows in the region of Peniche. The text also presents the general layout of the main modes of production in the national fisheries, focusing on an important resource, and primary and food, sardines, which, similarly to what happens elsewhere in Europe, in Peniche is constituted as the core of the import of manpower for export of goods.

À memória de António Macedo

AGRADECIMENTOS

Aproveito este lugar de escrita para agradecer à Mútua dos Pescadores. Ao longo de três anos apoiou a minha investigação, permitindo aprofundar os meus estudos, o trabalho de campo e o processo de escrita deste texto. Agradeço igualmente à Professora Doutora Susana Pereira Bastos por ter aceite a orientação da presente tese. Aproveito para manifestar a minha satisfação por ter frequentado o mestrado de Migrações, Inter-Etnicidades e Transnacionalismo na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Durante dois anos tive oportunidades de diálogo interdisciplinar que me foram muito úteis no meu estudo de caso sobre Peniche. Deixo aqui também um reconhecimento intelectual pelo trabalho do Doutor Franciso Oneto Nunes e do Doutor Henrique Souto. Este texto não teria sido possível sem o apoio de inúmeras pessoas, trabalhadores, pescadores, migrantes e estudantes. Destaco com naturalidade o trabalho de edição de imagem de Vitória Dias no documento visual que acompanha a tese. Agradeço à Ana pela leitura atenta que fez do texto e estou profundamente grato por a Joana ter revisto o manuscrito. Para último, e em lugar destacado, um sincero agradecimento ao Doutor José Mapril pela dedicação com que se entregou na co-orientação da pesquisa, enredando criativamente as questões contemporâneas de economia política e migrações no mercado de trabalho da pesca. Reconheço a responsabilidade de qualquer falha no resultado final mas também uma imensa satisfação por ter aproveitado o ensejo marítimo.

Figuras & Ilustrações

Mapas

1 – Europa Ocidental (2010)	7
2 – Mapa da península de Peniche (1930)	54
3 – Carta Geológica de Peniche (1960)	60
4 – Carta Agrícola e Florestal de Peniche (1970)	92
5 – Carta Corográfica de Peniche (1973)	96
6 – Mapa da península de Peniche (2010)	108

Imagens

1 – Vista aérea da rua Frei Amador Arrais	27
2 – Agenda multi-etnográfica	29
3 – Fotografias do The Golden Book of Tinned Food (1938)	64
4 – Organigrama da MWBrands	99
5 – Vista aérea do porto de Peniche	116
6 – Cais do desembarque do porto de Peniche	121

Tabelas

1 – Embarcações em Portugal de 1974 a 2008	39
2 – População activa da pesca em Portugal de 1974 a 2008	40
3 – Organização socioeconómica das pescarias	66
4 – Indicadores gerais de Portugal e da União Europeia	110

Introdução

A última vez que desembarquei em Peniche foi no mês de Março de 2009¹. Noite chuvosa que provocava o cansaço dos pescadores após a maré de mar. Do cais de desembarque, a cidade de Peniche parecia distante e alheia à vida no porto de pesca. O contra-mestre da traineira governava as operações de descarga do pescado, enquanto os homens trabalhavam com ritmos rápidos para depois descansarem umas horas em terra. Nessa madrugada saíam ainda para o mar tentando mais um lance de sorte. Sem tempo a perder, o mestre chama-me à proa da embarcação e dá-me dois sacos de *esquina*, peixe pequeno, mistura de sardinha com cavala. A dádiva tem tanto de inesperado como de conclusivo. A entrega do peixe selava o nosso encontro. Assim que sinto o peso dos sacos nos braços soube que teria de fazer uma longa viagem para que aqueles pescadores renovassem a sua vontade de regressar ao mar acompanhados por mim. Toleraram a minha presença algumas viagens, mas um barco constitui um ambiente pequeno e extremamente funcional. Os momentos de contemplação foram um respirar fortuito. Agora tinha de viajar noutros barcos, conhecer outras *companhas*, aprender novas técnicas para enganar o peixe. Pus-me a caminho. Enquanto coordenava o meu corpo com ausência de ondulação marítima, reflectia sobre o que tinha acontecido nas últimas horas. Não fazia ideia do que fazer ao peixe que carregava. Impossibilitado de o conservar, pois pernoitava na *Pensão Marítimo*, segui pela estrada que me levava para *Peniche de Baixo*. Quando chego ao *In a Bar under the Sea*, porto de abrigo temporário, o *Sapiência* por detrás do balcão exclama aos restantes marítimos a minha chegada com peixe. Entrego-lhes os sacos e aqueço-me com um café forte. Observo a satisfação destes homens ao repartir o pescado, como se estivessem sido presenteados com uma iguaria rara. Pela primeira vez a minha presença é aceite de forma verdadeira e comunitária. Com reciprocidade, os homens contam pescarias passadas. No final da noite, enquanto fechava o bar, *Sapiência* desabafa a sós comigo: *João, como as coisas mudaram. Há dez anos atrás, todas as noites grelharíamos peixe e bebendo cervejas imaginávamos pescarias futuras.*

O objectivo desta pesquisa é analisar as migrações nacionais e internacionais num sector específico do mercado de trabalho, nomeadamente, o sector das pescas. Tal objectivo será realizado com recurso a um estudo de caso sobre o passado e o presente dos fluxos populacionais na região de Peniche. Esta monografia encontra-se organizada do seguinte modo:

¹A presente tese de mestrado contou com o apoio logístico e financeiro do Projecto Celebração da Cultura Costeira (2007-2010) – Mecanismo Económico Europeu / EEA Grants / Noruega, co-financiado Câmara Municipal de Sines e promovido pela Mútua dos Pescadores.

no capítulo I, o modelo de análise apresentado terá como objectivo analisar a relação contemporânea entre fluxos migratórios e o mercado de trabalho. Apresento determinadas abordagens na definição do transnacionalismo europeu e da actual divisão internacional do trabalho. Na segunda parte do capítulo apresento as razões eminentes para a escolha de Peniche como estudo de caso e a metodologia adoptada na investigação. No capítulo II avanço através de uma abordagem histórico-social dos movimentos migratórios, tornando operativa uma visão particular de análise, tanto das causas das migrações internas e externas como dos factores que influenciaram o desenvolvimento dos territórios. Constatando-se que as populações foram sempre mais móveis e as suas identidades menos fixas do modo que as diversas abordagens da antropologia clássica as supunham (Gupta & Ferguson 1992) e que a temática das migrações cruza diversas áreas do conhecimento, este capítulo pretende centrar a atenção nas implicações territoriais dos movimentos migratórios no litoral português. Analiso e lanço para debate um conjunto de referências históricas e contemporâneas sobre determinados fluxos migratórios ocorridos entre populações piscatórias em Portugal, algumas teorias actuais sobre os diversos fenómenos migratórios e as implicações metodológicas que se colocam quando se pretende fazer tal estudo, pois considera-se que a mobilidade de pessoas opera num conjunto de factores cada vez mais complexos e multidimensionais, resultando numa interacção profunda entre as decisões dos indivíduos e factores estruturais em transformação económica e social. No capítulo III, pretendendo fazer um estudo de uma região piscatória, a de Peniche, proponho a análise da classe piscatória que se dedica à pesca do cerco em Peniche, pelo posicionamento específico que esses trabalhadores ocupam na transição da pesca artesanal para a pesca industrial. É o texto central da monografia. Posteriormente, num exercício de escalonamento, construo um traçado geral dos principais modos de produção nas pescarias nacionais, incidindo sobre o principal bem alimentar capturado, a sardinha. Analiso também as alterações laborais produzidas no porto piscatório de Peniche com a industrialização das conservas deste produto no desenvolvimento do sistema capitalista em Portugal. Como proposta de análise à questão da produção e consumo das diferentes pescarias, arrisco uma leitura de economia política das safras e da alimentação. Tanto o segundo como o terceiro capítulos estão delineados numa perspectiva diacrónica. O objectivo do capítulo IV é o levantar de questões, tanto ao leitor como à comunidade em geral da qual sou membro. Dou particular relevo à dinâmica transnacional do sector das pescas na União Europeia e quais as implicações para os trabalhadores do porto de Peniche. Considero também as pessoas no seu *devoir*, numa visão dinâmica que se opõe ao modo estático de representar os sujeitos na pesquisa etnográfica. Ao longo da monografia insiro diversas caixas de texto (Ferguson 1999), nas quais pretendo, mais do que isolar o conteúdo,

destacar em diferentes níveis as informações qualitativas obtidas no terreno. Na mesma lógica, apresento em anexo quinze retratos escritos de protagonistas da “fileira da onda” de Peniche. Considero-os retratos-biografias do percurso profissional dos entrevistados, pois são fragmentos das histórias de vida dos trabalhadores do mar e porque a experiência dos seres humanos no mundo não se reduz à sua dimensão laboral. Seguindo o exemplo do estudo de Simmel (2004), quanto aos nomes das pessoas, opto pelas possibilidades criadas na reflexão dos “personagens conceptuais” (Deleuze & Guatari 1992). Neste projecto empírico escolhi ser refractário ao uso de imagens fotográficas, por partilhar dos motivos críticos no uso das imagens contemporâneas, expostos no ensaio *On Photography* (Sontag 1979: 178-179). Em alternativa, incluo em anexo um documento visual com imagens em movimento por considerar as mesmas mais difíceis de serem descontextualizadas dos objectivos iniciais traçados na pesquisa (Carvalho 1989).

A responsabilidade social do texto (Barthes 1999) forçou-me a alargar o escopo sobre a economia marítima aos fluxos de pessoas no mercado de trabalho da pesca. Os movimentos migratórios realizados por motivos eminentemente económicos têm contornos de luta de classes (Baganha 1988). Pretendi fazer uma monografia de migrações: trabalhadores migrantes, mercado de trabalho e transnacionalismo das empresas no sector da pesca. Até a espécie piscícola central, a sardinha, é nómada. Se os objectivos iniciais de escrita se concretizarem, espero que uma última migração se realize - a migração do texto para o lugar da leitura. Só o leitor poderá responder se tal sucede. As minhas reflexões sobre a pesca foram produzidas no período da minha vida em que estive mais afastado do mar. É uma pesquisa de um trabalhador em terra que idealizou trabalhar no mar, mas descobriu, com outras pessoas, que a representação pura e isolada desse território só existia na sua cabeça. O mar tem sido um espaço de disputa de apropriações concorrentes. Neste momento, assiste-se ao fenómeno conjunto da apropriação capitalista do espaço marítimo e da privatização das zonas costeiras europeias. No início da tese considerava uma desvantagem não fazer investigação antropológica a tempo inteiro. Agora considero que é a mais-valia do trabalho, pois deu-me independência intelectual e uma exigência de esforço, os quais, se tivesse as condições de sobrevivência asseguradas, teriam tido um resultado final diferente. A experiência do vazio da onda (Stevenson 1984) dura três anos - 2007-2009, produzindo uma reflexão primeiramente de economia política sobre a paisagem social sem querer secundar a visão estética e contemplativa do mar. O texto é uma monografia sobre Peniche. Uma tentativa de reterritorialização na desterritorialização contemporânea. Consegui o resultado pretendido de ter permanecido em Portugal nos últimos anos. Escrevo estas palavras iniciais no momento de partida para outra experiência profissional

no estrangeiro, assumindo pela primeira vez que a cidade de Lisboa, passou a ter um carácter de plataforma migratória (Baganha e tal 1999). Apesar dos riscos inerentes ao excesso de exposição das motivações subjacentes da demanda do investigador (Foster 1996), não é meu intento produzir uma antropologia subjectiva nem negar o valor do empreendimento antropológico. É sim a tentativa dupla de não sacrificar a teoria epistemológica na qual me oriento, nem obliterar a riqueza da informação etnográfica à luz das estratégias analíticas dos diversos intervenientes do trabalho de campo. Entre as questões epistemológicas e metodológicas e a inter-subjectividade do encontro etnográfico, encontra-se inexoravelmente a dificuldade interpretativa e a vontade de persistir.

Esta pesquisa parte de uma história de territorialização. A antropologia é a uma disciplina que trabalha de forma explícita com conceitos e pulsares, com a história social das pessoas. Consegue detectar tendências exclusivas do *devir* humano e se os indivíduos quiserem participar na aventura etnográfica confere um sentido histórico à singularidade humana. Integra visões distintas do mundo num texto polissémico. A minha visão do mundo no início desta viagem assentava em ter uma vida verdadeira. Guy Debord e Heberto Helder navegaram em todos os seus livros por estes esses territórios. Raul Brandão (1986) observando os pescadores portugueses firmava que a vida marítima não é uma mentira. Tentei ser uma árvore na cidade e não uma ave migratória de passagem (Hobsbawm 2005). A experiência foi complexa. A habitação onde morava da varanda da sala dava para uma praça onde dezenas de indivíduos lutavam diariamente pela sua sobrevivência física e disputavam com violência o seu espaço na rua. Na janela das traseiras, enquanto cozinhava, tinha acesso a um *hostel* onde todos os dias jovens europeus celebravam a vida e a mobilidade geográfica. Eu, por muito racional que tentasse ser, era perseguido por essa sensação de trincheira, de mobilidades tão diversas. “O que está acontecer comigo?”. Deixei-me ir no vórtice da *Descida do Maelström* (2006) descrito de forma seminal por Edgar Allan Poe. Três pescadores, unidos na vontade de se realizarem, partem para uma pescaria conjunta. Sabem que a faina é dura mas têm força de vontade e pensam conhecer a costa e as marés. Investem a coragem como capital. Enganam-se nos cálculos e são engolidos pela torrente do *Maelström*. Nibert Elias (1997) comenta o processo pela percepção do pescador desenvolvida no mar, a relação do homem com a natureza. Passados dois meses, quando tudo tinha sido desterritorializado, fui à despesa ver o que tinha restado. Uma lata de conservas de Peniche. Comi as sardinhas e saí de casa. Reterritorializei-me com a prática da vida verdadeira. Cada dia no mundo dos outros descubro variáveis diferentes no meu rumo de vida e escuto as gaivotas em cada lugar marítimo que aporto.

Capítulo I: O pescador e o seu duplo

Los inmigrantes no son simplemente extranjeros.

La gran mayoría son trabajadores extranjeros,

es decir,

(1) trabajadores y (2) extranjeros.

Desde el momento en que se olvida uno de estos dos rasgos,

que definen su condición de clase y su especificidad como fracción de clase,

se hace imposible comprender la importancia de los inmigrantes para el capital y,

más allá,

para la transformación de la sociedad.

Manuel Castells

Trabajadores Inmigrantes y Lucha de Clases en Capitalismo Avanzado

História marítima transnacional

Toda a vida das sociedades, onde reinam as condições actuais de produção, se anuncia como uma imensa acumulação de proletarizações. A análise das migrações, forma elementar desta riqueza, será portanto o ponto de partida da minha investigação. Os naufrágios das embarcações *Luz do Sameiro* e do *Petit Julie*, ocorridos respectivamente a 29 de Dezembro de 2006 e a 7 de Janeiro de 2008, têm a similitude trágica de terem provocado a morte de seis pescadores em cada barco de pesca. O único sobrevivente da embarcação portuguesa que operava junto da costa da Nazaré foi Vasyl Huryn, trabalhador ucraniano de 46 anos, que desempenhava a tarefa de cozinheiro. Na embarcação francesa sobreviveu David Marques, português com 48 anos, pescador profissional que, juntamente com dois *camaradas*, trabalhava na costa da Bretanha francesa. Estes dois eventos constituem o mote para dar relevo a uma reflexão sobre as actuais migrações transnacionais. O sector das pesca europeu encontra-se neste momento numa posição original face ao seu passado. Em Portugal transformou-se num sector de migrações paralelas, resultado da situação política e económica de estar inserido na União Europeia (UE), que tem como paradigma a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais dentro do Espaço Schengen. Neste contexto, a análise dos processos migratórios contemporâneos surgem enriquecidos com as possibilidades de estudo deste duplo movimento de fluxos de pessoas que decidem dentro dos seus recursos disponíveis ficar na região de origem ou partir para outros lugares, em busca de possibilidades de vida que não estão a conseguir construir. Neste capítulo introdutório, procedo à análise do transnacionalismo europeu no sector primário das pescas com a perspectiva que os migrantes transnacionais são eminentemente trabalhadores e só depois estrangeiros. Analiso e dou relevo a algumas das tendências estruturais do sector da pesca, observando o fenómeno das migrações dentro do espaço europeu e a sua lógica sócio-económica específica. Pelos dados recolhidos na presente pesquisa considero que a força de trabalho dos migrantes transnacionais não se limita a constituir uma força de mão-de-obra extra numa conjuntura de crescimento económico mas constitui um elemento fundamental na estrutura económica do sector das pescas europeu. A actual divisão internacional do trabalho, que tem vindo a ser desenvolvida desde os anos 70 do século XX, produz uma organização da produção que favorece as deslocações transnacionais da força de trabalho. Os dados estatísticos que apresento, têm uma função mais ilustrativa do que demonstrativa, pois esta abordagem pretende ser uma análise geral do sector das pescas e sobre as alterações mais emergentes das relações de produção e dos desafios num sector importante na política da UE pela especificidade das espécies piscícolas serem recursos comuns europeus e mundiais.



Mapa 1 - Mapa da Europa Ocidental - 2010 - escala de 200ml:500km (Google Maps)

Trabalhadores migrantes transnacionais

No livro *Nations Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments, and Deterritorialized Nation-States* (1994), Basch, Glick Schiller e Szanton Blanc, afirmam que as migrações transnacionais estão inextricavelmente ligadas às mudanças das condições de um capitalismo global, e consideram que as mesmas devem ser analisadas no contexto das relações entre capital e trabalho. Neste panorama, as migrações regem-se pelas relações entre classes, o que é central para o capitalismo como modo de produção. As autoras invocam uma perspectiva marxista do capitalismo, encarado como um modo de produção centrado nas relações entre os capitalistas, que possuem os meios de produção, e a classe trabalhadora, que produz mais-valia ou torna possível a produção desse valor. Definem classe como um conjunto de pessoas cujo posicionamento no processo de produção é similar, ligando o conceito às relações sociais estabelecidas. Como o capitalismo é crescentemente global na maneira como incorpora as zonas do planeta num único sistema de produção, dá-se o paradoxo dos processos políticos que sustentam as desigualdades entre classes continuarem a ser estruturados entre e dentro dos estados-nação. O exercício do poder de estado é central para a manutenção das relações de classe, uma vez que o controlo das forças produtivas, é em última instância

protegido pela força e esta é produzida pelo aparelho de estado. Estas premissas são base de trabalho e não pretendem conter a complexidade das relações de classe e dos processos capitalistas, mas antes tentam compreender porque é que a actual conjuntura histórica é um momento de crescimento de migrações transnacionais.

“As migrações de hoje diferenciam-se dos primeiros movimentos migratórios em mais de um aspecto. Acima de tudo, porque nos últimos duzentos anos a mobilidade aumentou substancialmente. Em primeiro lugar, o comércio marítimo europeu trouxe maior capacidade de transporte, o que permitiu mil e uma migrações para grandes distâncias. O mercado mundial, cada vez mais abrangente, fomenta a mobilização geral e, caso necessário impõe-na pela força como aconteceu com a abertura do Japão e da China no século XIX. O capital rompe todas as barreiras nacionais. Pode servir-se, por razões tácticas, de motivações patrióticas e raciais mas, no entanto, coloca-se estrategicamente à margem delas, pois os interesses do consumo não se compadecem com situações particulares. Tendencialmente a livre circulação do capital atrai a força de trabalho. Com a globalização do mercado mundial, que só no passado recente se consumou, também os movimentos migratórios atingiram um carácter novo.” (Enzensberger 2002: 95-96)

Mobilidade do trabalho e do capital no mar

A questão da mobilidade nas pescarias é complexa. Comparando a mobilidade espacial dos factores de produção em causa, nomeadamente a mobilidade do trabalho, do mar e do capital, é evidente que o último tem a sua mobilidade condicionada por não poder deslocalizar a sua produção para outros locais em que os factores de produção sejam mais favoráveis. A pesca, comparativamente com outros mercados de trabalho, tem características específicas, pois é uma actividade extractiva e aleatória de exploração dos recursos marinhos. Por outro lado, ao contrário da terra que não tem qualquer tipo de mobilidade, o factor da mobilidade dos recursos piscícolas cria predisposições para uma mobilidade maior do factor trabalho e para uma mobilidade relativamente reduzida do factor capital, que se soma ao risco da garantia de retorno do investimento. Estes recursos são móveis, criando meios de produção e relações de produção distintas da actividade agrícola ou de outras actividades transformadoras. Apesar da relativa mobilidade dos recursos, tanto o trabalho como o capital, são adaptados a essas condições. Ambos têm de se ‘situar’ geograficamente. Na impossibilidade de transferir o capital para fora dos “stocks” de pesca existentes no espaço marítimo europeu, armadores e grandes empresas de distribuição alimentar procedem à deslocalização interna da sua produção através do trabalho

migrante. Contudo, é possível pensar em paralelos com outros mundos do trabalho. Penso que assim é possível traçar um paralelo com o sector agro-alimentar europeu (Chesnais 2004), como foi efectuado para os sectores da restauração e da construção civil (Baganha *et al* 1999) devido aos obstáculos que se colocam à transferência geográfica da produção. Efectivamente, os recursos do mares europeus, como os recursos da terra, têm de ser produzidos internamente, o que limita fortemente os processos de realocização produtiva. A transferência internacional das unidades de produção (Duarte 2002) para locais onde a mão-de-obra é abundante e barata é dificultada, quando se quer explorar os recursos alimentares europeus. A solução das empresas estrangeiras consistiu, em diversos casos, em importar trabalhadores estrangeiros baratos, que se tornam ainda mais baratos quando envolvidos nas transacções e estratégias associadas ao trabalho clandestino.

Shrinking workers in a shrinking world

O conceito de globalização² tem sido usado para dar conta da tendência crescente do processo de desenvolvimento do sistema económico capitalista, em que as diversas actividades económicas mercantis têm um enquadramento cada vez mais supra-nacional, produzindo um incremento dos mercados de bens, serviços e factores de produção, que seguem neste processo uma tendência cada vez mais global. Assim, a globalização tem sido grampeada em três dimensões que se encontram interligadas e interdependentes. Estas consistem nos fluxos internacionais de bens e serviços, nos fluxos internacionais de capitais e nos fluxos internacionais de pessoas. Esta interdependência reforça-se com a intensificação dos circuitos económicos, políticos, culturais e ecológicos. Assim, se os retratos panorâmicos da globalização, capturados pelas mais diferentes disciplinas do conhecimento humano, têm sido caracterizados por um mundo de mobilidades e interconexões complexas com uma miríade de processos a operar numa escala global, a pesquisa antropológica focou também o seu olhar em “áreas remotas” (Ardener 1987) e nas dimensões de abjecção e desconexão (Ferguson 1999)

² Encara-se aqui o conceito de globalização, numa dimensão ampla, como um processo em que cada indivíduo situado em qualquer parte do globo é afectado de modo gradual pelos comportamentos de outros indivíduos, por mais distantes que estejam, considerando-se a circulação de informação um ponto crucial nessa interacção: “Now, a Massachusetts fisher’s livelihood can be transformed in a matter of hours by a spike in market prices halfway around the globe or by a disaster at a fish farm across the Atlantic. Giant fishing conglomerates in one part of the world sell their catch alongside family outfits from another. Environmental organizations on one continent rail against distant industry regulations implemented an ocean away. Such instances of convergence are common in a globalizing world.” (Bestor 2000: 7)

existentes e potenciadas com uma economia mundial. A antropologia da globalização tem dado um enfoque tanto no mapeamento de fluxos particulares de capitais (Maurer 2000), pessoas (Rouse 1991), mercadorias, (Bestor 2004a) imagens (Larkin 1997) e ideologias (Abu-Lughod 1991) que cruzam o globo, como nas experiências que as pessoas têm em locais específicos, assumindo-se que cada vez mais o seu quotidiano é contingente de processos culturais globais³.

Pela especificidade desta pesquisa em analisar as migrações nacionais e internacionais num sector específico do mercado de trabalho, nomeadamente o sector das pescas, os fluxos transnacionais de pessoas ganham particular destaque. A relação entre os processos migratórios e o mercado de trabalho tem tido ampla investigação científica. Segundo a teoria do mercado de trabalho segmentado (Portes 1999) existem dois segmentos principais: o do mercado “primário” que tem como principais tendências a estabilidade das condições de emprego, altos salários, perspectivas de progressão de carreira e elevado estatuto com protecção sociais; por outro lado, o mercado “secundário” caracteriza-se por empregos com elevada insegurança contratual, baixos salários, reduzidas oportunidades de progressão nas carreiras, reduzido estatuto e protecção sociais. O mercado laboral no sector da pesca corresponde em primeiro plano ao “mercado secundário”, sendo intrinsecamente considerado pelos próprios pescadores como “Dirty, Dangerous and Demanding”, pela natureza da sua actividade produtiva.

A pesquisa antropológica, quando ancorada numa perspectiva da economia política, tem fornecido hipóteses teóricas que me parecem operativas para responder a algumas das questões envolvidas no actual panorama do mercado de trabalho das pescas. Certos autores têm apontado que a situação actual dos fluxos migratórios tem razões muito mais profundas do que o crescimento da interconexão global e que o que está em causa é uma reordenação e “compressão do tempo e do espaço” e da noção de “fronteira” do mercado de trabalho. O argumento principal é que a situação contemporânea é reflexo de “crises periódicas sustentadas”⁴, crises essas de cariz eminentemente capitalista, tendo o actual panorama se

³ “What anthropology offers that is often lacking in other disciplines is a concrete attentiveness to human agency, to the practices of everyday life, in short, to how subjects mediate the processes of globalization. Thus to provide an anthropological introduction to globalization is to focus at once on the large-scale processes (of flows of subjects and objects) through which the world is becoming increasingly interconnected and on how subjects respond to these processes in culturally specific ways.” (Xavier Inda & Rosaldo 2004: 5)

⁴ “We believe (...) that current transnationalism marks a new type of migrant experience, reflecting an increased and more pervasive global penetration of capital. We also argue that only a global perspective of migration processes will enable social scientists to understand the similarities and differences between past and present migrations. The multi-stranded transnationalism that has been gaining shape and intensity over the past two decades

iniciado nos anos 70, quando o regime estandardizado de produção do sistema fordista chegou a um ponto de saturação. As explicações para este impasse são diversas e contudo conexas⁵. Os aumentos bruscos dos custos de produção são classicamente justificados com as crises petrolíferas dos anos 70 e o fim do sistema “Bretton Woods” que mantinha uma conexão ouro/dólar. Mas existem outras leituras também apresentadas para explicar o impasse internacional dessa década. Por um lado, Meillassoux (1977) considera primeiramente o impasse de um ponto de vista migratório, pois se os movimentos laborais coincidem com uma expansão económica pelo contributo gratuito da força de trabalho para zonas de emprego dá-se posteriormente um agravamento severo no custo de substituição da mão-de-obra migrante na segunda geração não assumido pelo capitalismo. Voltarei mais à frente a abordar esta questão e a desenvolver alguns dos argumentos deste autor. Por outro lado, para Viveret (1998), os motivos destas rupturas são primeiramente políticos e militares, substanciadas pelo facto de os EUA não quererem pagar o custo real da guerra do Vietname e de os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) usarem a arma do petróleo na “guerra do Yom Kippur” para pressionarem as economias estrangeiras aliadas de Israel.

Encarando a globalização como reflexo directo de uma implosão do espaço e um acelerar do tempo na vida económica e social, Allan Sekula (2003), nos seus ensaios seminais sobre pessoas, trabalho e imagens contemporâneos, faz um paralelismo entre o quadro *Lost in the Grand Banks* (1885) - de Winslow Homer e comprado por Bill Gates por 30 milhões de dólares, o preço até então mais elevado que foi pago por uma pintura norte-americana – e a situação da vida das pessoas. O quadro inserido num tríptico laboral *The Herring Net, The Fog Warning e Lost on the Grand Banks*, faz parte de uma sequência de imagens sobre a pesca no Atlântico Norte. Sekula remete uma carta ao informático questionando as razões para que um quadro, com uma cena com dois pescadores perdidos em risco de naufrágio eminente, tenha tido tal

parallels the slide of the world economy into “sustained economic crisis” and the trend toward an increase internationalization of capital.” (Basch *et al* 1994: 24-25)

⁵ “En la década de 1970, los factores que impidieron el crecimiento fueron numerosos. La crisis fiscal de la era del Vietnam y el acontecimiento financiero asociado con ella – la desaparición del sistema de Bretton Woods – alteraron fundamentalmente la relación de la economía norteamericana con los mercados mundiales. (...) Con el colapso *de facto* del sistema de Bretton Woods en 1970-1971, EUA se vio liberado de la responsabilidad de mantener un tipo de cambio fijo – la devaluación resultante del dólar, al menos al principio, mejoró la posición exportadora norteamericana. Pero la otra consecuencia de este cambio de política fue la inflación. Así pues, en la misma víspera la explosión de precios provocada por la OPEP, EUA ya se había situado en una posición sumamente expuesta. (Bernstein 1989: 679)

impacto e se tenha transformado num paradigma iconográfico do mundo laboral⁶. A demanda do artista enquanto etnógrafo (Foster 1996) leva-o a fazer uma dupla desconstrução radical da realidade das pessoas, e da promoção de determinadas imagens, no capitalismo hodierno. Assim, navega para territórios que sejam pontos de ruptura na hegemonia neoliberal como os conflitos na cidade de Seattle em 1999 ou o naufrágio do navio *Prestige* na costa da Galiza em 2002. Presencia, documenta e divulga criativamente outras imagens que não correspondem a uma ascensão gratuita da precariedade humana. Como Sekula, o presente trabalho equaciona a condição do pescador como uma figura operativa para se pensar o sentido e a condição da precariedade contemporânea. Agrega os trabalhadores e os migrantes (Deleuze & Guatari 1992). A missiva subversiva sobre os motivos da promoção imagética da precariedade reflecte como o actual regime de acumulação flexível acentuou a tendência para a segmentação laboral (Kovács e Castillo 1998; Kovács 2005), alterando processos e mercados de trabalho (Ferguson 1999), produtos e padrões de consumo (Miller 1995) a uma escala global. Segundo Phizacklea (2005), as lógicas actuais do mercado flexível e do trabalho incerto na Europa têm particular relevo nos processos migratórios em trabalhos “inamovíveis” (não deslocalizáveis) do sector primário e secundário da economia. Estes sectores, do qual o sector da pesca faz parte, subsistem concorrendo no mercado global através de práticas de precarização laboral e da deslocalização interna da mão-de-obra.

“Tradicionalmente, as várias espécies de trabalhadores migrantes, incluindo os imigrantes permanentes, os trabalhadores sazonais ou os operários itinerantes, eram excluídos da concepção central e da organização política da classe trabalhadora. As suas diferenças culturais e a sua mobilidade separavam-nos das figuras estáveis e centrais do trabalho. Contudo, na economia contemporânea, e no quadro das relações laborais do pós-fordismo, a mobilidade define cada vez mais o conjunto do mercado de trabalho, e todas as categorias de trabalhadores tendem para a condição de mobilidade e situação compósita comuns entre os migrantes. Os trabalhadores não só são forçados a mudar várias vezes de ocupação durante a sua carreira, mas ainda se exige deles que se desloquem geograficamente por períodos alargados ou percorram quotidianamente longas distâncias.” (Hardt & Negri 2005: 143)

⁶ No artigo “Dois Séculos de Arte Xávega: Capitalismo, Decadência e Organização do Trabalho” (2008), com uma perspectiva histórica e empírica baseada na investigação da pesca artesanal no litoral central português faz-se uma proposta reflexiva semelhante. As dinâmicas do mercado de trabalho do sector das pescas e a flexibilidade do pescador salientam que o “(...) o modo de vida associado ao labor dessas companhias dizem respeito à condição aleatória do processo haliêutico, com o imenso rol de consequências que, nos diversos planos da existência social, decorrem da ausência de qualquer nexos causal estável, previsível, entre o trabalho e o rendimento.” (Nunes 2008: 124)

A nova organização internacional do trabalho

De um panorama geral calcula-se a situação interna da UE, em que as multinacionais a operarem no sector primário agro-alimentar, não conseguindo transferir a produção para o estrangeiro, transferiram a mão-de-obra de outros países, tanto de países europeus como de outras partes do mundo. Para tal, passado um período longo de uma relativa conciliação entre capital/trabalho na Europa⁷, criaram-se medidas excepcionais referentes à concessão ou ausência de direitos de trabalho, residência e cidadania, tendo como fim agilizar processos de importação de mão de obra estrangeira, desregulamentando paralelamente as políticas laborais existentes. Esta política neoliberal merece um desenvolvimento específico do caso francês, tanto pelo papel pioneiro deste país na flexibilização da concepção de cidadania, como pelo desenvolvimento das acções de concentração das principais multinacionais da indústria alimentar e de distribuição dentro do espaço europeu que em determinados países europeus chegam a controlar cerca de 80% do mercado.

“Les choix qui sont maintenant offerts au capital dans le sens de la reconstitution de l'armée industrielle de réserve dans un cadre mondial, incluent: l'investissement direct à l'étranger et l'exploitation de la force de travail dans les conditions locale de l'économie "d'accueil"; la mise au travail de travailleurs à longue ou très longue distance dans différentes modalités contractuelles de sous-traitance ou de "travail à domicile" contrôlé par ordinateur; et, enfin, les situations regroupées sous le terme de "délocalisation interne". Celle-ci consiste à créer "chez soi", au sein même des pays avancés où la classe ouvrière a conquis les droits sociaux les plus larges, des conditions "d'exception" pour l'embauche et l'emploi de groupes déterminés de travailleurs. Ces conditions d'exception, hors droit, ou régies par un régime juridique spécial, permettent l'exploitation, dans les pays avancés, de la force de travail des prolétaires à des prix et avec des degrés de soumission dans le procès de production analogues à ceux qui sont la règle dans les pays dits "en développement".” (Chesnais 2004: 2)

Retenha-se as condições de excepção. Para “assentar” o conceito da globalização não o encarando como uma entidade formuladora que impõe um molde fixo e uma “grande teoria”

⁷ No pós II Guerra Mundial, a Europa depois da instabilidade económica dos primeiros anos tornou-se no principal mercado de mão-de-obra, sob o impulso da industrialização seguida da terciarização. Os principais destinos foram a França, Alemanha, Holanda, Grã-Bretanha onde afluíram argelinos espanhóis, italianos, portugueses, marroquinos, turcos. “Estes enormes movimentos de populações que marcam o desenvolvimento do capitalismo industrial, estas transferências de milhões de horas de trabalho para o sector capitalista foram e são ainda o motor de todas as expansões. Marx descreveu a sua génese como acumulação primitiva. (...) Depois da II Guerra Mundial, o deslocamento dos refugiados está na origem de um certo número de milagres económicos, tal como o da Alemanha Federal que viu a sua população aumentar em 13 milhões de pessoas (ou seja, um aumento de 25 % da sua população activa).” (Meillassoux 1977: 178)

mundial, Aihwa Ong, no seu ensaio *Neoliberalism as Exception* (2007), argumenta empiricamente que o neoliberalismo corresponde a um novo modelo de optimização política reconfigurador das relações de soberania de governantes e governados. A autora, contrariando a visão unilateral da presença de uma doutrina económica com uma relação negativa com o poder de estado, muda o ângulo de análise procurando novas “latitudes”, aferindo como em diferentes blocos económicos regionais (América – Europa – Ásia) se tem rearticulado domínios de governo e de conhecimento em que a acção dos estados é reconfigurada em problemas, não ideológicos nem políticos, mas como problemáticas que necessitam de novas soluções técnicas. Na perspectiva etnográfica desta antropóloga as questões de soberania, cidadania e racionalidade económica interagem de forma decisiva na esfera do trabalho e da sobrevivência humana.

“Rather than taking neoliberalism as tidal wave of market-driven phenomena that sweeps from dominant countries to a smaller one, we could more fruitfully break neoliberalism down into various technologies: the kind of politic exceptions that permit sovereign practices and subjectifying techniques that deviate from the established norm. Neoliberal forms articulating East Asian milieus are often in tension with local cultural sensibilities and national identity. While technocrats embrace business agendas and legitimize ideals of human talent and self-enterprise, many ordinary people remain ambivalent and sceptical about market criteria and its assault on collective values and community interest. The challenge for ethnographic research is not to find an “appropriate” scale of action – national, global, local – but to identify an analytical angle that allows us to examine the shifting lines of mutation that the neoliberal exception generates. (Ong 2007: 12)

O estudo do neoliberalismo – com *n* minúsculo – tem-se ancorado em parte nos diversos trabalhos produzidos na investigação da “globalização”, sobretudo pela academia de países anglo-saxónicos. Em França, o enfoque do estudo da “mundialização” está bastante ancorado nas formas como as empresas multinacionais têm alargado a produção a uma escala transnacional. Nos estudos de casos europeus, seja nas áreas da antropologia, da sociologia, da história ou da economia política, investiga-se a reconfiguração dos estados, em processos de liberalização comercial ou financeira, de desregulamentação das relações laborais ou privatização de sectores tradicionalmente associados à provisão pública na UE. Deste modo procura-se analisar como a consolidação de políticas neoliberais necessita de soluções

institucionais e de financiamento que beneficiem a acção de “grupos”⁸ privados num âmbito cada vez mais alargado da vida das pessoas.

A actual globalização económica e financeira tem diversas vertentes (Amaral 2002), mas devido ao presente projecto empírico interessa destacar a acção das multinacionais. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial que o papel das multinacionais não cessa de aumentar. Pode-se situar os anos 60 do século XX, no início da “guerra económica” entre três blocos (EUA - Europa – Japão) que o comportamento global das multinacionais, dando origem a novas problemáticas na área do desenvolvimento, começou a ser alvo de atenção crítica pelas diversas ciências sociais. Independentemente da perspectiva de análise adoptada (Wolfe 1977) e dos acérrimos debates consequentes, o que esteve desde o início em debate decorreu do aumento exponencial da internacionalização da produção pelas principais empresas multinacionais, designadas internacionalmente por corporações transnacionais não financeiras (TNC)⁹. Segundo os números apresentados na *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD 2004) existem actualmente cerca de 63.834 empresas transnacionais¹⁰, com aproximadamente

⁸ Utilizo a expressão grupos no sentido expressivo de: “grupos, pode ler-se, na análise que vimos fazendo, um país determinante, um conjunto de países, organizações económicas poderosas, etc.” (Carvalho da Silva 2007: 131) Pela especificidade deste projecto empírico recusa-se uma “grande teoria” de embuste subjectivo do neoliberalismo (Jappe 2006). Assim, neste texto teoriza-se acerca de fenómenos humanos observáveis numa variedade dinâmica de situações e opta-se pelo objectivo de investigação proposto por Ong: “We seek to capture the shifting lines that disarticulate and rearticulate elements in constellations that constitute the site or object of investigation. It therefore seems appropriate to study neoliberalism not as “culture” or “structure” but as mobile calculative techniques of governing that can be decontextualized from their original sources and recontextualized in constellations of mutually constitutive and contingent relationships. This milieu is a space of betwixt and between that is the site of the problem and of its resolution.” (Ong 2007: 13)

⁹ “What do we learn from these studies? In last decade, big corporations have got bigger, and many are as big as countries. Their international reach is growing, based on global supply-chains, although few are yet truly global corporations in terms of their sales. But is it misleading to equate big with global, and neither necessarily equals American. Proportionate to their economy, France and Britain are home to many more TNCs than the USA. French retailer Carrefour and Dutch store Ahold are more global than the giant Wal-Mart; and BP is more global than ExxonMobil. Today Brasil, China, India, Mexico and Thailand are all hoe to Global 500 corporations. Cemex of Mexico is more transnational than Sony.” (MacGillivray 2006: 132)

¹⁰ A dinâmica das “non-financial transnational corporations”, ao contrário do que é usualmente afirmado, não é de todo um espectro “americanizado”, tendo ao longo dos últimos cinquenta anos uma dinâmica eminentemente tripartida. Contudo, desde o início do século XXI que se tem acentuado o aparecimento de multinacionais de diferentes potências económicas, oriundas em grande parte da Ásia: “Most TNCs are headquartered in the United States, the European Union or Japan – the so-called Triad, which also accounts for the largest share of foreign direct investment worldwide. The United States is home to the largest number of TNCs (11), followed by France (8), Germany (8), the United Kingdom (7) and Japan (4). The list also includes numerous TNCs from smaller countries such as Switzerland, Finland and the Netherlands, demonstrating that a large home market is not an indispensable precondition for the emergence of large TNCs. In recent years, the number of developing-country TNCs on the top-100 list has increased. In 2001, the list included four companies from developing countries – Hutchinson Whampoa,

866.119 empresas estrangeiras associadas. Independentemente das considerações sobre o processo de desenvolvimento das empresas, isto é, se são eminentemente globais, transnacionais ou internacionais (Rhinesmith 1993) e do seu peso específico na economia, é apontado que estas empresas gerem a maioria do comércio mundial, chegando a assumir 80% do comércio externo e a empregar mais de 53 milhões de pessoas (MacGillivray 2006). São elementos fulcrais dos actuais sistemas globais de produção e distribuição de mercadorias. A sua expansão, num número cada vez maior de mercados, definindo e reunindo estratégias concertadas ou concorrentes à escala global, revela-se tanto na produção e venda de bens e serviços como na implementação crescente de estruturas organizadas de redes mundiais.

“Corporations today have more staff, more money and more access to international decision-makers like the WTO in Geneva than many countries. The integrity of the nation-state as the organising principle of the modern world must be compromised when every single one of the *Fortune* top 100 global companies earns more than Trinidad and Tobago, the country with the world’s median gross national income. These companies are now unquestionably big players on the world scene, in the sense that Venezuela and Nigeria are. But how global are they?” (MacGillivray 2006: 130)

A resposta à questão da globalidade das corporações transnacionais não financeiras é complexa, ao contrário das visões projectivas e clássicas as empresas multinacionais continuam a ter uma base nacional forte, não se tendo transformado em verdadeiras empresas globais. São portanto dependentes do poder político e militar dos países de origem. As multinacionais cuja concepção, estrutura e organização tem evoluído, influenciam, a gestão dos sistemas de produção nos espaços formais da actividade produtiva, mas também nos informais (a economia clandestina). Um facto incontornável é que estas empresas têm estratégias de produção e distribuição concentradas, controlam uma parte significativa dos circuitos de comércio internacional criando situações de dependência localizada em diversos locais do globo.

Singtel, Cemex and LG Electronics. This trend is expected to continue as companies from developing countries (especially in Asia) increasingly internationalize their operations, not just within the region but also worldwide. (UNCTAD 2004: 40)

A europeização da reserva de mão de obra

David Morley, encarando a globalização sobretudo como mobilidade e circulação, afirma que a contemporaneidade é mais marcada por uma regionalização dos mercados do que uma mundialização dos mesmos¹¹. De facto, tem-se assistido a um processo de integração regional de blocos económicos cujos os exemplos mais claros são a América (NAFTA & MERCOSUL), a Ásia (ASEAN) e a Europa (UE)¹². Centremos a nossa análise neste último. Contrariamente a uma ideia de senso comum, a Europa é um mercado relativamente fechado. É, antes de tudo, um mercado intra-europeu, onde a quase totalidade da produção interna corresponde à procura dos países que a constituem. Assim, as dinâmicas económicas das empresas transnacionais europeias respondem iminentemente a uma lógica interna de concorrência. Tal ponto já tinha sido avançado por Bourdieu (1998) quando apelava à resistência e luta dos trabalhadores europeus afirmando que as lógicas subjacentes contra os direitos laborais tinham uma função instrumental erosiva dos sistemas sociais de cada país. Mesmo se as estatísticas mais recentes são difíceis de interpretar pela abstracção numérica dos valores da crise (ILO 2010), constata-se na UE uma especificidade em matéria de emprego & desemprego. Cruzando estes dados conjunturais da produção com os dados projectivos do consumo elaborados pelas próprias multinacionais (Deloitte 2010) assiste-se a uma alteração de fundo no comportamento das empresas europeias. Neste momento passou-se a encarar as despesas do trabalho dentro da UE não como um factor de produção mas como um custo que é preciso reduzir¹³, mas apesar do

¹¹ Ideia desenvolvida na conferência *New Times and New Spaces - Globalisation and Technology*, proferida a 7 Maio de 2008 no Instituto de Ciências Sociais (ICS-Lisboa).

¹² Sobre a “dupla regionalização” provocada pela tríade de mercados comuns: “Falar de triadização significa que o “mundo encolheu” à medida que a integração económica e cultural se acentuou, de tal forma que é nas três regiões do planeta acabadas de referir que a grande parte das transacções tende a efectuar-se – é dentro de cada uma delas e entre elas que se efectuam $\frac{3}{4}$ das trocas mundiais (em 1970, o valor correspondente era apenas 60%). A este indicador acresce a particularidade de que, em 1970, as trocas intercontinentais eram $\frac{1}{3}$ daquele valor global, enquanto hoje só essas trocas são $\frac{2}{3}$ do total do comércio dentro de cada triade. Quer isto dizer que o comércio se concentrou em 3 pólos e que cada um dos pólos aprofunda as trocas dentro do seu próprio espaço muito mais rapidamente do que acontece com as relações estabelecidas por cada um com o resto do mundo e mesmo com os dois restantes blocos. Em resultado da triadização, os 102 países mais pobres só representam cerca de 1% das exportações mundiais e 5% das importações (os 142 países em desenvolvimento representam pouco mais de $\frac{1}{4}$ desses indicadores) (Reis & Baganha 2002: 15-16)

¹³ O objectivo de conquista de novos mercados, como o Brasil ou a Índia, com uma classe média com cada vez maior poder de compra, possibilita às empresas as taxas de crescimento desejadas, a quimera dos dois dígitos anuais. Com a crise 2007-2009 as empresas do sector “Comidas, Bebidas e Tabaco” estão a ter lucros elevados comparativamente com outros sectores de actividade industrial. Assim, têm deslocado em força a sua produção para as estas emergentes potências económicas mundiais, conquistando novas posições nesses mercados, procedendo simultaneamente ao desaparecimento de milhares de postos de trabalho na suas empresas nos EUA e na UE. Apesar das poupanças e os índices de consumo destas regiões terem vindo a sofrer contracções

investimento directo das empresas reflectir o presente não se deve confundir uma situação de conjuntura com a estrutura económica europeia. Existe um dado importante que transformou a política monetária e cambial dos países europeus: a introdução de uma moeda comum - Euro (€) – que avaliada numa perspectiva internacional é considerada “a maior revolução europeia desde a de 1917 na Rússia”¹⁴ (Pires 1998: 27) e numa perspectiva nacional, a “decisão de aderir à moeda única pode ter paralelo no não menos funesto tratado de Methuen, que atrasou durante muito tempo o desenvolvimento industrial português.” (Amaral 2002: 118). Esta questão não tem ficado de fora nos estudos das ciências sociais (Lains 2010). A política monetária (Torres *et al* 2006) não é isolada da política económica e esta tem sido assumidamente neoliberal (Whyman *et al* 2006) desde o Tratado de Maastricht (1992). O mais recente, Tratado de Lisboa (2008), para além da sua ilegibilidade forçada, não vem alterar o panorama das implicações da criação de um excedente relativo da população estrutural na Europa enunciado por Hérítier (1998) antes da introdução da moeda comum no quotidiano da vida dos europeus.

“Julgo que o elemento determinante é a existência de um desemprego maciço e persistente. O desemprego não abrange hoje apenas os que dele são vítimas, mas cria um sentimento geral de precariedade que ultrapassa o quadro do estatuto do contrato de trabalho. Seja qual for o seu contrato de trabalho, hoje o trabalhador assalariado teme perder o seu emprego. Este sentimento é abrangente, incluindo até os quadros que há dez anos ainda se julgavam protegidos e imunes à reestruturação das empresas. Ao mesmo tempo, este sentimento justifica as políticas que põem em causa os sistemas de protecção social, quanto mais não seja porque as despesas com o desemprego aumentam e as receitas diminuem.” (Hérítier 1998: 20)

No livro policial *O carrasco e o seu duplo*, Didier Daeninckx (1988) faz uma leitura violenta das relações mercantilistas entre as multinacionais a agir dentro do território europeu e as diversas polícias políticas dos estados repressivos de que os emigrantes provinham. Na “Europa do pleno emprego” nos idos anos setenta, a repressão à luta de classes da mão-de-obra tinha como arma a expulsão do trabalhador migrante para o seu país de origem caso não fossem

significativas devido à crise conjuntural, as despesas referentes aos produtos do sector primário não são afectadas e têm tendência para subirem. No caso da UE as empresas contam com a capacidade de endividamento dos consumidores devido à manutenção das poupanças, das habitações e do subsídio de desemprego.

¹⁴ A perspectiva de Pires, europeísta convicto, é de reter pela sua visão histórica alargada. É mais comum ser apresentado o factor de ordem política da dissolução das economias dos trinta países ex-comunistas como argumento para explicar a actual situação da economia global que criou um mercado potencial de novos 400 milhões de trabalhadores “disponíveis” e potenciais consumidores. A generalização do uso da internet em 1990, propulsionando as comunicações do livre mercado, é apresentada como um dos principais factores de ordem tecnológica. (Carvalho da Silva 2007).

estritamente seguidas as directivas laborais das empresas. O trabalhador estrangeiro via assim fortemente condicionado o exercício de reivindicações laborais. Caso a emigração fosse clandestina a situação era ainda mais grave e passível de uma instrumentalização maior por parte dos estados, empresas e redes de passadores (Pereira 2009)¹⁵. Em Portugal, apesar dos riscos, era cada vez maior o número de pessoas a partir. Ao regime totalitário acrescentava-se uma situação laboral bastante pior. Até ao fim da ditadura em Portugal a indústria conserveira tinha a possibilidade de recorrer a uma laboração intermitente¹⁶, chamando os operários para as fábricas a “toque de sirene” quando havia pescado para laborar, dispensando-os, sem qualquer tipo de obrigações contratuais, quando escasseava a matéria-prima (Macedo Dias 1991). Este regime laboral foi abandonado em Portugal devido às transformações políticas e económicas profundas que o país atravessou em meados da década de setenta, mas o espectro da globalização hegemónica (Tsing 2000) tem sido sistematicamente usado como instrumento para desregular os diferentes mercados de trabalho e respectivos modelos sociais dos países europeus¹⁷.

¹⁵ Segundo o investigador Victor Pereira a política do estado português e francês em manter a emigração clandestina nos anos 60 consistiria numa dupla estratégia para acentuar a vulnerabilidade dos trabalhadores, “masculinizando” a migração pelas exigências físicas de passar Espanha “a salto” e assegurar o reenvio de remessas para o país pelo endividamento da passagem clandestina: “Devendo encontrar um empregador para regularizar as suas situações perante a administração francesa, os trabalhadores portugueses tinham de aceitar as condições dos empregadores e manter-se prudentes no que respeitava à acção sindical ou política. (...) Por exemplo, se fizessem greve ou iniciassem uma militância política, os trabalhadores podiam perder o emprego e até serem expulsos, o que não só os impedia de reembolsar as dívidas contraídas junto das redes de engajadores como também punha em causa as suas estratégias migratórias que eram, muitas vezes, as de uma família inteira. (Pereira 2009: 58)

¹⁶ “A indústria da sardinha começou a diminuir, isto está fraco e agora vem a sardinha de todo o lado, vem de fora. A gente nunca trabalhou com sardinha de fora. O peixe vinha sempre de Peniche. Ou de Matosinhos ou da Figueira da Foz. Quando não havia aqui sardinha vinham os carros e às vezes quando a gente estava deitada e começava às onze horas a fábrica a apitar e nós lá nos levantávamos e íamos trabalhar. O peixe vinha de carro, depois era descabeçado, meia hora de espera para depois ir “engrelhar”, para depois no outro dia se ir enlatar. Antigamente trabalhava-se ganhava-se, não se trabalhava não se ganhava.” (*operária conserveira*)

¹⁷ É consensual na bibliografia analisada para a presente investigação que o processo neoliberal que hoje a sociedade atravessa iniciou-se com as administrações conservadoras dos anos 70 e 80. “Although this process has taken different forms in differing countries, according to specifically local conditions, its definitive and most articulate expression was seen to be the rise in “tatcherism”, both in the UK, and by extension in elsewhere. Despite its self-ascribed single mindedness and conviction, the precise meaning of ‘thatcherism’ remains unclear. For some, perhaps for Mrs Thatcher herself, it signifies, above all else, a rejection of the politic of consensus. (...) it represents a ‘coherent hegemonic project’, summarily constructed around the twin themes of ‘the free economy and the strong state’.” (Pierson 2001: 151) Complementando a anterior afirmação e, de certo modo, a mobilizar a investigação das ciências sociais: “Para saber o que somos hoje teríamos de investigar os processos por que a humanidade passou desde os anos 70 ou 80 do século passado e conhecer o seu contraste, o desenrolar desde 1945, “les trente glorieuses”. Infelizmente esse período, que vivemos com toda a sua intensidade, não tem suscitado os estudos que

Na construção política da UE o capital institucional internacional tem-se transformado no maior grupo de pressão mundial e na “ideologia” da própria economia (Pires 1998). No contexto europeu, as empresas têm procurado uma liberdade e flexibilidade total para se ajustarem ao mercado. A lógica imediata de baixar os salários quando a concorrência dos preços é alta e se há encomendas contrata-se ou na situação inversa despede-se é uma realidade muito próxima da laboração intermitente que é cada vez mais difícil de conciliar com a dependência salarial crescente da sociedade. Nas últimas três décadas do século XX, com a internacionalização da produção, tornou-se cada vez mais operativo para as empresas a constituição de uma reserva de mão de obra de acordo com as expectativas de consumo das diversas zonas económicas do mundo. Na UE, por exemplo, as migrações temporárias e a sobrepopulação relativa têm sido utilizadas instrumentalmente para dispensar o capital de criar as instituições necessárias para uma gestão organizada da reprodução da força de trabalho¹⁸. Na obra *Mulheres, Celeiros e Capitais*, (Meillassoux 1977) analisa-se o modo como o capitalismo através do *mercado duplo de trabalho* divide organicamente o proletariado. Para tal, procede de forma apriorística a uma abordagem sobre *salários directos* e *salários indirectos*. Desconstruindo as componentes do valor da força de trabalho em: 1.º - *reconstituição* (actividade); 2.º – *manutenção* (desemprego, doença) e 3.º – *reprodução* (progenitura), o antropólogo salienta que apesar destas serem as três componentes do salário teórico, só a primeira, a que garante a reconstituição da força trabalho, é paga. Partindo do exemplo da economia francesa, o autor analisa como a burguesia europeia, seja pela acção do estado ou pela acção do investimento directo no estrangeiro, utiliza variados processos para tornar operativo o funcionamento do mercado duplo tanto para o aumento da mais valia do capital como para o reforço do exército de mão de obra disponível. Deste modo, o proletariado é objectivamente dividido em trabalhadores ou desempregados estabilizados que têm a possibilidade de se *reproduzir* e os trabalhadores migrantes que só tem a possibilidade de obterem o salário directo, isto é, recebem estritamente o necessário para sobreviver. A divisão dos europeus é obtida com a manutenção de preconceitos que permitem

requer – os historiadores ficam em geral mais atrás, os economistas limitam o seu conhecimento a meia dúzia de anos.” (Godinho 2010: 8)

¹⁸ Sobre a vantagem relativa da manutenção do ‘exército de mão-de-obra’ que o capitalismo realiza no mercado europeu atente-se à afirmação de Francisco Lucas Pires: “Se é verdade que o desemprego de massa custa na Europa dos quinze mais de duzentos mil milhões de euros em subsídios, os quais podiam teoricamente circular na economia com objectivos produtivos, e se é ainda verdade que tal substituição transformou activos potenciais em excluídos automáticos, mas também é verdade que o subsídio de desemprego facilita a mobilidade e tem uma inextinguível velocidade de circulação como meio de consumo. Mesmo só do ponto vista económico, não é assim tão mau!” (Pires 1999: 65)

considerar como menos qualificados trabalhadores de origem estrangeira e ‘encaminhá-los’ para empregos mais mal pagos e *menos estáveis*.

“A *rotação da mão-de-obra imigrada* é portanto obtida por intermédio destas discriminações que, privando o trabalhador imigrado de Segurança Social e de segurança de emprego, o obrigam a voltar ao país. Medidas administrativas e certas práticas ilegais do patronato reforçam este constrangimento. As autorizações de trabalho só são atribuídas por períodos limitados, renováveis em determinadas condições. O sistema de “passe” (...) tem o seu equivalente em França nas diversas autorizações (de estadia, de trabalho, etc.) que entregam os trabalhadores ao arbítrio policial administrativo, patronal e permite mais facilmente decidir da duração da sua estadia em função das necessidades da economia. (...) Finalmente, outras manipulações, tais como a tolerância da imigração clandestina, a chantagem policial ou patronal às quais esses trabalhadores são assim submetidos, as destituições arbitrárias que os impedem de beneficiar da antiguidade, etc., transformam estes trabalhadores em estrangeiros, não apenas entre a população, mas no seio da sua própria classe operária.” (Meillassoux 1977: 199)

A tese de Meillassoux mantém a sua actualidade, mas tem havido alterações significativas no modo como as empresas europeias estão a organizar diversas formas de acumulação. Na perspectiva que operacionalizo, o actual processo de desenvolvimento capitalista junta diversas formas de *acumulação primitiva* (Marx s/d) que não são exclusivamente da sobreexploração da economia doméstica ou do trabalho migrante. A estas acrescento as fontes de financiamento dos orçamentos para os diferentes modelos de segurança social. A manutenção de uma faixa alargada de desempregados de longa duração, importante factor de disciplina no trabalho, permite o aumento da taxa de exploração e o aumento da taxa de apropriação da mais valia. A tese marxista de “pauperização” e da criação do exército de mão de obra disponível foi uma teoria mal compreendida e é atacada pelos diversos sectores da sociedade, mesmo pelos próprios intelectuais marxistas (Jappe 2008). Considero que a principal razão foi ter-se interpretado o modelo social do mercado de trabalho europeu entre 1945 até 1970, modelo assente no pleno emprego, como uma realidade finalizada e eurocêntrica. Contudo, Karl Marx, como Giddens (1973) lucidamente analisa, na sua tese da ‘pauperização’ não a apresenta como uma teoria absoluta mas sim relativa ao crescimento do capital. Períodos de prosperidade permitem manter o desemprego baixo e aumentar os salários. Isso não significa que essa situação seja permanente, tendo em conta que o “exército de reserva” da mão de obra é peça fundamental para a acumulação capitalista e para a diminuição do valor da força de trabalho europeu. A instrumentalização dos índices de sobrepopulação relativa como uma condição geral de instabilidade dos postos de trabalho tem tido resultados eficientes e gerais às populações

européias, mas os diferentes mercados de trabalho apresentam uma segmentação crescente que corresponde a uma polarização económica e ‘moral’ da sociedade¹⁹. Parece evidente que a realidade social com muita dificuldade pode ser reduzida a uma lógica binária ou dual como a teoria do mercado duplo. Todavia é em situações de crise que se evidenciam de forma lancinante as diversas situações de exclusão relativas aos diversos estratos sociais, dispondo cada vez menos pessoas de meios de produção próprios para governar a sua vida. O aumento da submissão dos trabalhadores ao capital é obtido por uma sujeição que depende da vulnerabilidade variável das pessoas.

“Para procedermos a uma análise deste problema, temos de estabelecer uma análise prévia entre dois temas que encontramos na análise de Marx, estando a confusão entre os dois temas e a tendência para assimilá-los numa “única” previsão dos níveis de vida da classe trabalhadora na origem da interpretação defeituosa a que é sujeito o pensamento de Marx. Um desses temas relaciona-se com a teoria de que a evolução do capitalismo se caracteriza por uma disparidade relativa crescente entre salários da classe trabalhadora e os rendimentos da classe capitalista; o segundo é que o desenvolvimento do capitalismo cria um exército de reserva cada vez maior, cuja maioria dos componentes são obrigados a viver na extrema pobreza. Essas duas tendências estão ligadas mutuamente, uma vez que é a existência desse “excedente relativo da população” que não deixa os salários subirem muito. Mas a confusão entre estes dois temas levou a que se concluísse injustificadamente que Marx pensava que toda a classe trabalhadora cairia progressivamente na mais extrema pobreza física.” (Giddens 1984: 97)

O recurso à lei da oferta e da procura para explicar os índices crescentes do desemprego e a manutenção baixos salários não se aplica porque existe ainda um número considerável de pessoas que beneficiam de apoios sociais. A situação do emprego & desemprego na UE não tem a ver com a lei da oferta e da procura porque existem ainda direitos laborais e sociais que continuam a ser conquistas sociais dos europeus. Porquê mais lenha nesta fogueira tão antiga ? Porque pelas condições dos actuais modos de produção no sector agro-alimentar a análise do

¹⁹ Segundo Ong (2007) a excepção está precisamente no modo como a UE, enquanto sistema moral de distribuição de justiça, dissociou questões do estatuto de cidadania. Para tal fragmentou esses elementos de cidadania e articulou os mesmos com técnicas empresariais para implementar um processo de individualismo institucionalizado em aspectos que antes eram considerados como propriedade comum da esfera política da cidadania. “In global circuits, educated and self-propulsive individuals claim citizenship like entitlements and benefits, even at expense of territorialized citizens. Expatriate talents constitute a form of movable entitlement without formal citizenship. Citizens who are deemed too complacent or lacking in neoliberal potential may be treated as less-worthy subjects. Low-skill citizens and migrants become exceptions to neoliberal mechanisms and are constructed as excludable populations in transit, shuttled in and out of zones growth. We are beginning to see a detachment of entitlements from political membership and national territory, as certain rights and benefits are distributed to bearers of marketable talents and denied to those who are judged to lack such capacity or potential.” (Ong 2007: 16)

problema da sobreexploração do trabalho dos migrantes transnacionais, e consequentemente a luta de classes, ganha novos contornos de análise. Questões do mundo do trabalho que até aos anos 70 era associadas a direitos de cidadania entre indivíduos e estados tem sido permanente reconfiguradas para agilizar o grau de exploração possível e para ter uma massa de trabalhadores permanentemente disponíveis. Essa reserva de mão de obra é condição essencial para a existência das actuais políticas agro-alimentares europeias, que privilegiam a produção intensiva, os baixos salários e a grande rotatividade dos produtos.

Um pescador é um pescador

No documentário *Firth on Firth – Reflections of an anthropologist* (Hussman 1993), Raymond Firth, analisando retrospectivamente as suas experiências de trabalho de campo chama a atenção, para a principal motivação da sua pesquisa, que consistiu na ideia de que todas as sociedades têm indivíduos que se destacam pelo seus valores humanistas e que estes existem nas mais diferentes sociedades. Tal perspectiva é também partilhada na obra *Worker in the cane – A Puerto Rican Life History* (1974) no qual Sidney Mintz relata a história da vida de Don Taso, um trabalhador rural politizado que fundamenta as suas opções pessoais inscrevendo-as nas circunstâncias políticas e económicas da produção industrial do comércio do açúcar. Abu-Lughod (1991) sugere concomitantemente uma etnografia dos casos particulares como solução para registar o ‘devir’ dos sujeitos que com ela partilharam a experiência de investigação. O alargamento do objecto de estudo, considerando os colectivos piscatórios portugueses não como comunidades isoladas no tempo e no espaço, mas como comunidades locais inseridas num contexto internacional, amplia a percepção, mais abrangente e menos isolada dos pescadores portugueses, extravasando uma ideia atomista e compartimentada dos seus recursos e práticas quotidianas²⁰. A análise da inserção de Portugal na UE explicita a interdependência dos fenómenos que afectam as diversas populações piscatórias. Esta conjuntura política, que agrega um conjunto de transformações sócio-culturais e económicas, põe em evidência as interdependências entre os colectivos locais e o conjunto da sociedade, e também o presente e o

²⁰ “The current status of world-system status theory as an effective frame for methodologically research in political economy is a prime example of the current suspension of paradigms for the sake of free play with concepts and methods, and of the attention to microprocesses without denying the importance of retaining some vision of larger world-historical trends. This shift of attention in political economy to the close analysis of local situations with the aim of reenvisioning flawed models of macrosystems is its point of contact with ethnography.” (Marcus & Fischer 1986: 81)

passado múltiplo dos diversos fenómenos migratórios dos pescadores. O afastamento do carácter exclusivamente sincrónico de análise dos colectivos piscatórios, permite conferir pertinência epistemológica à análise das mudanças e transformações ocorridas entre as vivências dos pescadores. Considerando que no presente que não existe uma ‘teoria geral das migrações’ (nem por sua vez grandes teorias opositoras) concilia-se neste estudo: 1.º- abordagens clássicas do mecanismo *push-and-pull*, que dão autonomia individual aos pescadores e permitem aferir de forma mais imediata o presente etnográfico, privilegiando o modo de pensar & agir político dos indivíduos. 2.º- instrumentos operativos de análise fornecidos com a teoria do *mercado duplo de trabalho*, que analisa as diversas condicionantes estruturais que os pescadores têm de enfrentar nas diferentes pescarias europeias, privilegiando-se a leitura económica e política da realidade social. Faz-se essa opção porque o presente etnográfico é multiforme, com durações e espacialidades diversas na vida dos trabalhadores. Isto é, no “rumo de vida” dos trabalhadores há uma interdependência constante, entende-se que embora o comportamento os migrantes transnacionais seja motivado por um conjunto de determinações económicas e políticas, os mesmos são agentes que interagem e participam em redes de relações sociais. Esta acção, que implica a investigação com um olhar diacrónico, possibilita encarar a realidade dos pescadores numa perspectiva eminentemente dinâmica.

Peniche – estudo de caso

Foram diversos os motivos determinantes para a escolha do porto de Peniche como estudo de caso das migrações nacionais e transnacionais no sector da pesca em Portugal. Se a pesquisa fosse unicamente sobre economia da safra da sardinha o porto de Matosinhos seria uma escolha mais evidente. Pelo volume de desembarques da pesca da sardinha esse porto industrial do norte do país apresenta o lugar cimeiro²¹. O motivo mais saliente para fazer trabalho

²¹ Se pelo lado da pesca da sardinha existe o eixo do porto de Matosinhos, Figueira da Foz e Peniche, no lado da transformação da indústria conserveira pode indicar-se o eixo Matosinhos, Póvoa do Varzim e Peniche. Sobre a dupla importância do porto de Peniche em função do volume de desembarques e do valor das vendas atente-se que a “hierarquização dos portos de pesca pode ser estabelecida com base em diversos critérios, por exemplo, os totais desembarcados, o valor desses desembarques, o número de pescadores ou a frota envolvida, as actividades geradas, etc. Talvez o indicador que melhor sintetize todos os outros seja o que diz respeito aos desembarques. Segundo este critério os portos de pesca mais importantes são hoje os de Matosinhos, Peniche, Figueira da Foz, Sesimbra, Portimão e Olhão, todos eles essencialmente sardineiros, já que a parte da sardinha no total desembarcado, em toneladas, é sempre superior a 50% do total; a excepção é Sesimbra, que apresenta uma forte especialização no peixe espada. Todavia, quando considerado o valor atingido pelas vendas nos diferentes portos destaca-se de imediato o baixo valor dos pequenos pelágicos (sardinha e carapau) e vê-se claramente a importância das restantes espécies capturadas no essencial pela frota artesanal. Assim, Leixões, Peniche,

de campo na península foi o meu desconhecimento empírico da classe piscatória de Peniche²². Outro factor de destaque tem a ver com o conhecimento da entrada e saída de uma grande multinacional agro-alimentar - Heinz - no sector da indústria conserveira. Deste modo, Peniche transformou-se num centro piscatório passível de dar conta das transformações estruturais a ocorrer tanto no mercado de trabalho do sector das pescas como na sociedade portuguesa inserida no mercado mundial agro-alimentar. O dinamismo do porto, tanto pelas quantidades desembarcadas (maioritariamente pequenos pelágicos - sardinha) como pelos valores monetários em causa (principal porto de pesca a servir a área metropolitana de Lisboa), contribuíram decisivamente para o meu estudo de pescadores dependentes da relação produtiva da pesca conjugada com a economia global. Tal tentativa já tinha sido realizada com sucesso noutro tipo de indústria (Almeida 1995). No entanto, a categoria de género, enfatizando a variável da masculinidade, no sector da pesca do cerco não me parecia tão operativa pela interdependência profunda com a indústria conserveira em Portugal, caracterizada desde o seu início por uma forte componente de trabalho intensivo de mão de obra feminina. Pode considerar-se que ambas as actividades até ao fim do século XX como bastante polarizadas em questões de género, mas tendo sempre uma interdependência constante na questão da unidade doméstica dos pescadores e na política salarial dos industriais conserveiros. A análise dos movimentos migratórios permitiu uma conceptualização de Peniche para lá das categorias “cultura”, “classe”, e “género” (Almeida 2004). Todos estes factores salientados são resultantes de uma vontade de conhecimento alargado da realidade do sector das pescas: a sardinha, principal espécie piscícola explorada a nível nacional; a indústria conserveira, actividade transformadora agro-alimentar que desde o seu início esteve fortemente ligada ao mercado internacional; o porto de Peniche por ligar estas duas realidades e permitir um estudo dinâmico com diversas escalas de operacionalização do meu projecto empírico²³: globalização → UE →

Sesimbra, Portimão e Olhão, destacam-se, representando as vendas de espécies não “industriais” mais de 50% do total transaccionado.” (Souto 2007a: 166)

²² No ensaio metodológico sobre trabalho de campo no contexto da etnografia portuguesa, Pina-Cabral (1983) considera uma característica essencial para a observação participante se concretizar que “o etnógrafo deve evitar populações que conheça previamente muito bem e onde tenha contactos pessoais preestabelecidos. Em particular, ele deverá evitar sempre populações grupos sociais aos quais esteja profundamente ligado por laços emocionais criados na sua juventude. Aqui, aliás, não se levanta só a questão de isenção, mas também o facto de o esforço necessário para adquirir aceitação social por parte da população a estudar ser uma das partes mais importantes do método de observação participante como um todo.” (Pina-Cabral 1983: 331)

²³ No ensaio “Very Big and Very Small Societies” (2007) o antropólogo Daniel Miller propõe como demanda metodológica da antropologia cartografar o “estado do mundo”, argumentando que: “the study of society as practised by anthropology has the potential to address macrocosm, microcosm and the relationship between these two. We might have argued the opposite, that anthropology anachronism, that its topics based on plural-term societies or

Portugal → pesca → pescador → pesca → Portugal → UE → globalização. A curiosidade “intuitiva”²⁴ foi estudar que mecanismos (desconhecendo se os mesmos existiam) os pescadores desenvolveram para contornar situações de crises económicas globais como a que estava a ocorrer desde 2007. Em diversas ocasiões quando explicitiei a minha intenção de estudar os movimentos migratórios no sector das pescas, escolhendo Peniche como estudo de caso, os mais diversos interlocutores (saliento por motivos óbvios os pescadores e cientistas sociais), consideravam paradoxal tal escolha, argumentando que os trabalhadores desse porto de pesca têm sido percepcionados como os indivíduos mais “resistentes” a fenómenos de mobilidade geográfica profissional. Dois anos mais tarde, descubro um texto (Peixoto 2002) que responde teoricamente a diversas questões que a realidade do trabalho de campo me tinha confirmado de antemão. Apesar da crescente mobilidade do capital, e de uma tendência economicista de pressupor de forma apriorística a mobilidade migratória, existem factores relevantes, eminentemente sociais e políticos, de constrangimento da mobilidade de trabalho transnacional. A análise desses factores ganha um especial interesse heurístico num sector produtivo caracterizado por forte mobilidade espacial e rotatividade nos postos de trabalho. Era precisamente essa questão que eu queria desenvolver. Admito que o motivo era instrumental. Em 2007 assumi o compromisso pessoal e institucional de fazer uma tese de mestrado sobre a pesca em Portugal: economia marítima, antropologia com mar, ondas e surf, mas o que eu pretendia estudar era a actividade da pesca. Podia desenvolver qualquer tema, tecnologia pesqueira, construção naval ou indústria transformadora, mas pretendia ser antropologia da pesca (Allut & Fernández 1999). Tinha acabado de participar numa experiência profissional no Museu Nacional de Etnologia (MNE) para a constituição e estudo de uma colecção etnográfica, integrado no projecto de investigação *Artes de Pesca – Transformações nas Técnicas após a integração na União Europeia*. A experiência de trabalho de campo realizou-se como pretendia mas surgiram uma série de dúvidas na feitura do relatório *Limites da Pesca – da tradição à extra-*

cultures assumed to be relatively homogeneous internally and associated with specific regions, are being dissolved away and replaced by a growing individualism on the one hand and globalisation to the other. As a result anthropology should give way psychology for the individuals and meta-sociology for the global. I will argue the opposite, that the study of a society or a culture is the foundation for studying these other entities, as long as we treat the global as one very big society and treat the individual as many very very small societies. (Miller 2007: 80)

²⁴ Por “intuição” encaro-a primeiramente como método exploratório, na perspectiva defendida por Deleuze no ensaio “Le Bergsonisme” (2008): “L’intuition n’est pas un sentiment ni une inspiration, une sympathie confuse, mais une méthode élaborée, et même une des méthodes les plus élaborées de la philosophie. Elle a ses règles strictes, qui constituent ce que Bergson appelle la “précision” en philosophie. (...) Bergson distingue essentiellement trois espèces d’actes, qui déterminent des règles de la méthode: la première concerne la position et la création des problèmes; la seconde, la découverte des véritables différences de nature; la troisième, l’appréhension du temps réel.” (Deleuze 2008: 1-3)

legalidade (2007). Pondo as coisas de modo simples: com a investigação da tecnologia pesqueira tornou-se-me evidente que as *artes* são essencialmente armas de captura. Se o estado português tem aplicado a Política Comum das Pescas (PCP) há mais de trinta anos, o que corresponde ao reforço do capitalismo industrial nas pescarias, como é os pescadores respondem às alterações do seu “rumo de vida” e ao desarme dos seus instrumentos de trabalho? Responder a isto pressupõe tempo. O meu *dever* ao longo de três anos foi conseguir tempo. *La terra trema*. (1948).



Imagem 1 – Vista aérea da casa do arrais

A minha casa do Arrais

Quando procedi à recolha de histórias de vida, com destaque para o percurso sócio-profissional das pessoas do sector da pesca de Peniche, houve uma questão que se mostrou decisiva em todas as narrativas: a opção de escolher a península como lugar para viver e trabalhar implicava uma avaliação do custo monetário de residir junto ao mar. A escolha deste território enquanto “casa” era revelador das estratégias e do rumo de vida das pessoas que escolheram viver em Peniche eminentemente por critérios de fronteira e não de territorialidade. A península é o último lugar possível antes do mar, a comunidade piscatória mais a oeste da Europa continental. Pela proximidade de Peniche a Lisboa, ao longo de dois anos desloquei-me por diferentes motivos e em diversas ocasiões ao terreno para realizar o meu trabalho de mar. Durante um mês vivi na *Pensão Marítimo* e vivi diariamente com a comunidade piscatória de Peniche. Revendo os dados etnográficos do meu diário de campo salienta-se, a minha demanda pelas questões do trabalho no segmento da pesca. Há uma ausência de dados na minha etnografia, a dimensão da “abjecção e desconexão” (Ferguson 1999) provocada pelo

crise do emprego em Peniche. Apesar de consciente das diferentes perspectivas e leituras sobre as questões laborais (Kóvacs & Lopes 2009) (que assentam primeiramente na divisão tripartida entre a perspectiva tecno-liberal, na perspectiva crítica e nas teorias sobre o fim do trabalho), necessitava de operacionalizar rapidamente a prática da teoria (Jappe 2008). Desde 2007 que eu atravessava situações de “greve de capital” (Cabral 1983) e a partir de 2009 o meu local de trabalho começou a atrasar os pagamentos dos salários²⁵. O antropólogo ficou assim dependente economicamente, numa situação semelhante aos sujeitos analisados no ensaio “Estratégias alternativas em situação de crise” (1988), que “durante uma situação de crise como a provocada pelos cerca de três anos de atraso no pagamento de salários podemos distinguir três tipos de apoios fundamentais para o equilíbrio psíquico e físico dos indivíduos que viveram essa experiência: suporte material, informativo e afectivo” (Margarida Marques 1988). Seguindo as ideias de Sidney Mintz (Bastos & Vale de Almeida 2006) de fazer trabalho de campo permanentemente com as pessoas com que se partilha o quotidiano, ler monografias e tirar notas, encetei uma pesquisa etnográfica multidimensional e multifacetada, que a imagem da minha agenda com os diferentes calendários o demonstra. De todo este processo, encaminho-me a reflectir que a prática da antropologia consiste em tentar distinguir por contraste as ofensas do mundo com as ofensas ao mundo. A mesma é uma antropologia sobrevivente talvez como toda a antropologia. Retomo as palavras verdadeiras de Mintz, em que o fundamental para uma experiência etnográfica é uma pessoa ler muito, recordar o que leu, interpretar e tirar notas do que observa, tanto no terreno como no seu quotidiano. Considero a escrita de apontamentos extensiva a sólidas fichas de leitura, em que o nosso computador portátil se transforme numa biblioteca que torna possível viajar com os livros, e o conhecimento adquirido, na mochila²⁶. Considero o terreno de pesquisa como um espaço não limitado. As vozes dos

²⁵ A 1 de Agosto iniciei actividade no mercado livreiro português. As movimentações globais de fluxos de capitais e pessoas, compra e venda de editoras, abertura e encerramento de livrarias poderia ser um estudo de caso complementar ao ensaio sobre a modernidade “Tudo o que é sólido se dissolve no ar” (Berman 1989). Uma análise superficial pelo sector poderia considerar esta situação como um processo de desmaterialização de valor característico de um ramo económico especial, pelo carácter criativo de materialização das ideias em livros. Passado quase dois anos de trabalho pude constatar que por detrás do “ruído” existiu um processo de concentração de editoras & livrarias. Num período de crise estrutural do sector do livro, caracterizado pelas dificuldades no pagamento de salários e subsídios, as editoras endividadas foram adquiridas por novos actores da cultura, alguns vindos directamente do capital financeiro. As livrarias como tinham acesso directo a fontes de receita própria conseguiram “resistir” por mais algum tempo às condições impostas pelos potenciais compradores. Contudo, com a concretização da concentração de editoras o passo seguinte tem sido o assegurar a distribuição e a comercialização dos títulos editados. Um sector em crise, de leitura complexa, mas que no prazo limitado de dois anos assumiu os contornos precisos da realidade económica em curso.

²⁶ Nesta situação de crise constatei a operacionalidade do ‘hábito’ migratório de Eric Hobsbawm (2005) de ter sempre passaporte e poupanças defensivas a postos caso se necessite mudar de país. Quando me

pescadores e dos migrantes trazem a lucidez de vidas cuja experiência de ensejo “é qualquer coisa como um treino que exercita o desejo de liberdade” (Hardt & Negri 2005). Estas pessoas, nos seus rumos individuais e comuns persistem em não desistir de viver uma vida verdadeira (Debord 1991). Isto é eminentemente político, quer seja uma luta política consistente e visível, como uma atitude refractária contra a guerra económica a que o mundo neoliberal as sujeita.

[illegible]

Imagem 2 – Agenda multi-etnográfica

A prática da antropologia foi o principal recurso mobilizado para compreender o que estava a acontecer comigo e no mundo. Deste modo, quando regresssei de Peniche e observei os rostos tolhidos dos meus colegas, de trabalho encetei um conjunto de acções que permitissem o tratamento dos dados etnográficos recolhidos no terreno e a escrita da monografia. A matéria de pesquisa foi operacionalizada como suporte informativo e para conseguir distanciamento entre a minha situação pessoal e a dos meus interlocutores no terreno tirei uma licença sem vencimento durante dois meses para proceder à transcrição integral das histórias de vida efectuadas. Questões decorrentes da necessidade de alimentação, educação e saúde dos indivíduos ganharam relevo na narrativa do rumo de vida

consciencializei que o meu trabalho não me dava garantias de sobrevivência física recordei estas palavras: “No mundo, tal como está, existe uma regra fundamental, a mesma que Zuko Dzumhur formulou pensando na Bósnia, e que se reduz a duas malas sempre feitas. Nelas devem caber todos os teus bens e todas as tuas memórias. Tudo o que esteja fora disso já está perdido. Não vale a pena procurar razões, sentidos e justificações. Eles oprimem, tal como as recordações. Não te resta mais nada senão devolver a tempo os livros emprestados, tentar evitar ou perder os oferecidos e enviar os que escreveste aos amigos que vivem longe uns dos outros de modo a que o fogo os possa devorar só naquele dia em que o globo voltar ao estado em que estava há alguns milhões de anos. (Jergóvic 2004: 153)

dos indivíduos. A casa²⁷, de um ponto de vista social e económico ganhou, um destaque inusitado²⁸. Apliquei a pesquisa ao meu quotidiano. Apesar de partilhar uma habitação com pessoas boas para mim, decidi depois da leitura das histórias de vida, encontrar um outro espaço em que o aluguer não fosse uma despesa incomportável dentro da inconstância do meu orçamento²⁹. Decorridos dois meses encontrei um anúncio na faculdade e fui morar para a casa *do arrais*, um apartamento de cinco assoalhadas numa zona nobre da cidade habitado por outros estudantes universitários. Quando uma colega do Algarve, passados os anos de estudo em Lisboa, onde concluiu a licenciatura e o mestrado, partiu para os EUA para o seu programa de doutoramento, convidou-me a ficar com a casa. Confesso que não estava à espera de ficar responsável por uma habitação partilhada, mas não havia outra hipótese, há meses que me considerava um “peixe *fora da sorte*, caminhando debaixo da influência dos *peixes maus*, segundo o ponto de ataque das toninhas, botos, anequins e outros peixes vorazes.” (Baldaque da Silva 1998: 19).

²⁷ “What does home mean to you? Where, when, why do you feel at home? To what extent does your sense of home travel across different times, places and scales? In the light of multiple in modern world and the complexity of home as theoretical concept, we surmise that we would get many and varied answers to these questions. Some may speak of the physical structure of their house or dwelling; others may refer to relationships or connections over space and time. You might have positive or negative feelings about home, or a mixture of the two. Your sense of home might be closely shaped by your memories of childhood, alongside your present experiences and your dreams for the future.” (Blunt 2006: 1)

²⁸ “De um ponto de vista de teoria sociológica, a casa é a unidade social primária, isto é, o nível de identidade social com maiores implicações para a apropriação social do espaço e para a integração estrutural do indivíduo. É também a esse nível que os actores sociais concebem primariamente a integração entre a reprodução social e a reprodução biológica. (...) De um ponto vista económico, a casa é frequentemente uma unidade de produção e é ainda com mais frequência uma unidade de poupança. Qualquer tentativa de explicação do comportamento económico, tanto do emigrante como do semiproletário, deverá necessariamente tomar isto em conta” (Pina-Cabral *et al* 1987: 153)

²⁹ Insiro na tese este aspecto habitacional porque o considero relevante numa perspectiva sócio-antropológica, por diversos motivos: primeiro, pelas similitudes que o mesmo apresenta em diversos casos de migração e pela conexão entre *migração & habitação* que está sempre presente em processos de *territorialização & desterritorialização*. Segundo, porque a minha posição e acção, foi em parte aplicada pela experiência de terreno. Terceiro, tal atitude identifica o antropólogo com estratégias de poupança migratórias ou proletárias que permitiram, num processo de perda de poder económico, não ficar dependente financeiramente e ter uma maior autonomia sobre a produção da tese. Quarto, porque, como vim a descobrir mais tarde, a proprietária decidiu começar a alugar a casa quando uma jovem estudante de Peniche veio fazer a licenciatura para Lisboa e por último, Raul Brandão escreveu um texto dramático intitulado “A Morte do Arrais” e eu, pelo próprio sentido do termo “ser mestre e soberano da embarcação” encarei, “a casa do arrais” como uma zona autónoma provisória () em que a prática da antropologia se torna processo de fortalecimento humano. Sobre esta questão indico a análise de três textos: um clássico da antropologia social “Análise de uma situação social na Zululândia moderna” (Gluckman 1987), um estudo de caso nacional sobre a complexidade da questão da habitação no contexto da prática de trabalho de campo, “A ‘minha’ casa no Paço” (Pina-Cabral 2003) e o texto de etnografia “partilhada” num contexto urbano “At Home Abroad: the Field Site as Second Home” (Bowman 2008).

A crise da habitação (Cruz *et al* 1984) anda frequentemente lado a lado com a crise no emprego (Sennett 2007), e isso pode constituir uma ambivalência difícil para as condições precárias de um trabalhador-estudante. O período longo a que corresponde um projecto de investigação de três anos, num trabalho intelectual de *moonlighting* (Rocha 1984), pode envolver situações de isolamento de classe (Amarante 1983) e precariedade forçada³⁰ (Marcus & Fischer 1999) tornando o investigador num migrante interno. Nestas condições torna-se necessária uma “casa térrea” para uma pessoa desenvolver mecanismos de autocontrolo, criando um pensamento reflexivo oposto do descrito no romance “Directa” (Bragança 1995). A produção da prática antropológica num período de ‘individualismo institucionalizado’ (Carvalho da Silva 2007) deve ancorar na constituição de um pensamento próprio, que recusa um ego “fascizante”, e aporta antes para uma crise do *self* do investigador como “the farthest point of navigation” (Clifford 1986). Com as coordenadas remotas de que a individualidade ‘autêntica’ só surge com a experiência assume-se “an impossible position on the far side of what is manageable and reproducible, in the interstices of objective knowledge.” (Heller & Wellberry 1986). Crise de representação do autor enquanto produtor (Benjamin 1992), mais do que o antropólogo como herói (Sontag 2001) entendo o trabalho do etnógrafo como de anti-herói. No regresso ao real proposto por Hal Foster (1996) ensaia-se a precariedade como técnica de anti-institucionalização da crise (Geada 1976). Dessa viagem, na qual a escrita corresponde a um processo de anti-desintegração, surge a minha “cumplicidade” (Marcus 1997) com as pessoas que participaram em todo este processo. O que no início parecia fulcralmente um trajecto individual da prática da antropologia (Pálsson 1994), ganha contornos colectivos desenvolvendo humanamente a autonomia do indivíduo. O ressentimento³¹ histórico do sujeito, que ocorre quando o passado é mais presente do que o próprio presente (Ferro 2007), transforma-se num ‘ter lugar’ realizado ‘na comunidade que vem’ (Agamben 1993) e reposiciona o etnógrafo na sociedade depois do “lugar impossível”, que insistiu ocupar durante a pesquisa. Sem opiniões nem censores, isolo-me para a escrita da monografia (Cendrars 1992) e evitando directa aos

³⁰ “What was propelled many modern anthropologists into the field and motivated resultant ethnographic accounts is a desire to enlighten their readers about other ways of life, but often with the aim of disturbing their cultural self-satisfaction. Thus, as they have written detailed descriptions and analyses of other cultures, ethnographers have simultaneously had a marginal or hidden agenda of critique of their own culture, namely the bourgeois, middle-class life of mass liberal societies, which industrial capitalism has produced.” (Marcus & Fischer 1999: 111)

³¹ “In history, resentment has been none the less the matrix of left-wing and right-wing anti-establishment ideologies. In fact, the frustrations at the root of it, broken promises, disappointments or hurt sustained, have given rise to a powerless anger that fed it. The hardships of being poor, conquered, excluded, along with fear of becoming so, fuelled many social movements of which there was no prior indication.” (Ferro 2007: 27)

males do mundo (Calasso 1998). As calmarias forçadas podem ser mais pungentes do que as maiores tempestades. O trabalho do etnógrafo é basicamente aprender a não perder a coragem (Conrad 1984) quando a ausência do vento imobiliza o “navio” dos trabalhadores e dos migrantes (Melo 2001). Os tempos interessantes do século XXI (Hobsbawm 2005) começaram com a demanda sobre a mobilidade, encarando a vida humana e a prática da antropologia como uma aventura histórica.

Directa I: A vida febril que existe no porto de Peniche reencontro-a no centro de Lisboa quando menos a esperava. Depois de uma noite estranhamente quente para o mês de Dezembro, uma insónia permitiu-me trabalhar algumas questões da distribuição de produtos e bens de consumo no espaço europeu. Amanhece e surge um nevoeiro intenso. Café e cigarros na varanda. Respiro pela primeira vez no dia 8 do mês (dia em que se paga a renda ao senhorio) com a sensação de que estou numa situação satisfatória na casa que habito e observo as transformações do bairro. Diversos apartamentos a serem recuperados para albergar prósperas famílias de classe média alta que herdaram os apartamentos ou os compraram a preços especulativos por estarem numa zona nobre da cidade de Lisboa. Prédios inteiros são remodelados. As cartas ‘agressivas’ deixadas na caixa de correio, por operadores imobiliários menos escrupulosos, fazem-me recordar o ilusório de pensar que esta situação é permanente. De qualquer modo, quando me dirijo à papelaria para comprar pacote de cigarros e um envelope para pôr o dinheiro da renda, repenso a quantidade e peço com naturalidade seis envelopes nos quais irei depositar o dinheiro. É o tempo natural para terminar a escrita deste texto, montar o documentário “Rumo à onda” e defender a dissertação. Nesta correria para lado nenhum sentir-me à vontade para pedir seis envelopes deu-me uma sensação nova de segurança. Por saber que não estava a pedir a mim nem ao mundo nada de extraordinário mas simplesmente o que se espera que aconteça. Uma medida justa e verdadeira. **Directa II:** Depois de ter revisto com a Duna o filme *Shot Gun Stories* (Nichols 2007) a história elíptica de *Old* e de seus irmãos, passado em Austin, mesmo no centro da economia americana, com a agricultura e pesca altamente industrializada existe exclusão, ela tem algo de sistémico e pessoal. *Old* é um pescador proletário, que trabalha numa empresa de aquacultura intitulada *Keo Fishfarm*. Ao longo de 90 minutos não se vê um único peixe ao longo do filme. O filme tem uma fotografia extraordinária e um sentido de economia narrativa elíptico. A mulher de *Old* sai de casa e garante-lhe que não regressa enquanto ele não desistir daquela vida errante. Ele responde: *isn't gambling, it's the system!* É um ensaio sobre a família, os homens e a técnica: cada um dos protagonistas debate-se com uma questão pessoal que tem de resolver e tanto pode ser um o facto de *Kid* não ter carro nem casa e querer casar, como o treinador que quer ensinar basquete e não consegue ter elementos suficientes para treinar a equipa de jovens. Ou seja o facto de autorádio funcionar aleatoriamente ou o tractor não arrancar até ao final do filme tem em grande parte a ver com o tempo necessário que aqueles protagonistas precisam para as ofensas do mundo se transformem em ofensas ao mundo e sejam corrigidas. Corresponde ao fim do ódio, ao assumir do seu lugar no mundo, por si e pelas pessoas vindouras. Ser autónomo. Durante toda a noite choveu intensamente. Levanto-me num ápice e tomo um duche. Saio de casa bem agasalhado com um casaco de marinheiro. No céu carregado as gaivotas leninistas cruzam o topo das ruas. As pessoas de manhã caminham rápido demais. Reconheço o empregado da pastelaria que me aconselhou a ler o primeiro capítulo do *Capital* e avançar para além do Manifesto. Centenas de brasileiros a fazer uma fila à chuva para resolver a sua situação no consulado. O Luís, “sem-abrigo” transnacional, que acabou a viver na rua depois de um “patrão” português se ter recusado a pagar os salários em atraso. Enganava as dificuldades vendendo o seu lugar na fila por quinze euros. Ao fim de semana ia-se abaixo pois os serviços consulares estavam encerrados. Já na faculdade, ainda de noite, tomo o pequeno almoço. “Look for connections!” Prenunciava Wolf. Eu procuro-as em diversos lugares e tempos, nas madrugadas dos pescadores, dos comerciantes, dos estudantes, dos trabalhadores. Nos encontros das manhãs, de directa, com a mente desperta, como se fosse uma traineira rumo à pesca.

Capítulo II: Movimentos Migratórios na Terra e no Mar

*Esse querer ser independente,
deveremos buscá-lo na nação inteira?
Afigura-se-nos que não na nação em massa,
mas tão só na classe que se impôs às demais.
Por diversa forma: se avaliarmos as cousas com justos pesos,
as linhas fronteiriças de cada um dos estados coincidem
com os limites da porção de habitantes que a classe dominante
desse mesmo estado conseguiu manter sob o seu governo,
obrigando-a a servir e a pagar tributos.
O que interessa aos dominadores é senhorear os homens,
e não directamente o chão que pisam:
e se os homens se deslocam em quaisquer sentidos,
por fenómeno de nomadismo ou de transumância,
as fronteiras flutuam sobre a face da terra,
como as franjas das nuvens no azul do céu.*

António Sérgio

Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal

Migrantes da terra e do mar

Os *Argonautas do Pacífico Ocidental*, publicado em 1922 por Bronislaw Malinowski e os *Pescadores Malaio*s, de Raymond Firth, 1946, são monografias seminais da chamada Antropologia Marítima. Contudo, estes autores tinham como preocupação original criticar os argumentos evolucionistas, os quais caracterizavam a pesca como um estágio civilizacional anterior à agricultura e à sedentarização. Para estes autores o interesse específico das comunidades piscatórias residia no contributo que podiam dar à elaboração de novas teorias e metodologias na antropologia (Diegues 1999). A atenção tardia sobre os pescadores deveu-se a um complexo conjunto de factores. Desde princípios do século XX que o estudo das sociedades camponesas teve uma maior legitimidade como objecto de estudo na disciplina. Os camponeses assimilavam-se mais facilmente do que as comunidades piscatórias às “assumpções básicas do paradigma culturalista” (Fernández 1999) sobre as ‘comunidades primitivas’.

“A pesca, a caça, a agricultura são actividades multiformes às quais não se pode atribuir um determinismo unívoco. Para cada uma destas actividades, existem numerosas práticas. Umas são colectivas, outras individuais. Exigem mais ou menos investimento em trabalho. As relações que se estabelecem entre produtores dependem dos meios avançados, dos processos de trabalho, da natureza e da utilização do produto. É a partir da relação que se estabelece entre o produtor e os seus meios de produção e das relações sociais necessárias à implantação desses meios que se deve elaborar a análise.” (Meillaussoux 1977: 24)

O desenvolvimento da antropologia em Portugal e o interesse residual das comunidades costeiras tem sido largamente comentado numa análise retrospectiva (Moreira 1987; Medeiros 1992; Pina-Cabral & Lima 1996; Nunes 2001). Reconhecidas as especificidades do contexto português e as similitudes da disciplina com as diversas antropologias periféricas (Leal 2000), tem ocorrido um impulso neste terreno que é também reflexo do processo de pós-ruralização (Leal 2007). Transversalmente ocorrem simultaneamente novos modos de gestão da herança da antropologia nacional que seguiu uma orientação ruralista no período de 1870-1980. Por este prisma entende-se a dinamização da investigação nos domínios das comunidades marítimas e costeiras distinguindo-se de forma resumida as monografias *Pescadores da Nazaré* (Brogger 1992), *Mulheres da Praia* (Cole 1992)³²; o ensaio *Se o mar deixar* (Mendes & Meneses 1996). Mais recentemente destacam-se as teses de doutoramento *Hoje por ti, amanhã por mim – A arte*

³² Para uma revisão crítica do texto de Jan Brogger consultar Pina-Cabral, “Recensão de Jan Brogger *Pré-bureaucratic Europeans*, in *Man* 26 (1), 1991, p.174. Para o texto de Sally Cole consultar Pina-Cabral, “Recensão de Sally Cole, “Women of the praia”, in *Antropologia Portuguesa* vol. 9/10, pp. 207-212, Coimbra 1991/1992.

xávega no litoral central português (Nunes 2005), *o Mares Poveiros* (Martins 2007), *O Mar é que Manda: Comunidade e Percepção do Ambiente no Litoral Alentejano* (Mendes 2007) e *A Memória do Mar* (Peralta 2008). O passado recente da antropologia portuguesa deriva da história social do país e das outras ciências sociais. As investigações dos historiadores Inês Amorim e Álvaro Garrido são ensaios profícuos sobre os diferentes modos de produção de ideias e pescarias. O meu estudo foi também aprofundado pelo olhar humanista e rigoroso do geógrafo Henrique Souto. Estudar as diversas variáveis que decorrem da análise sectorial das pescas em Portugal é escarpado sem o pensamento destes três cientistas sociais.

Este capítulo surge após reflectir sobre um conjunto de ensaios de Vermeulen (2001), nos quais o autor questiona a noção de senso comum no estabelecimento de naturezas diferentes entre as migrações transfronteiriças e as migrações internas, acentuadas quando a origem dos migrantes é de grande distância. O autor, usando o exemplo da integração dos agricultores brabantes em Roterdão, considera que a distinção assenta numa falácia parcial de considerar que as populações estrangeiras têm mais dificuldade de integração e aponta motivos válidos para evitar-se à partida o estabelecimento de diferenças radicais entre migrações internas e migrações internacionais. De facto, o menor destaque dado às migrações internas de modo algum poderá obliterar o papel determinante que estes fluxos acarretam nas dinâmicas de desenvolvimento de uma determinada região, atingindo tanto as populações do sector primário (agricultura e pescas) como dos sectores secundário e terciário. Paralelamente, Ferguson (1990) através do contexto dos mineiros da “cintura do cobre” na Zâmbia, problematiza os movimentos migratórios laborais e a circulação da população quando descritos numa grande narrativa modernista, o que tende a criar um arco interpretativo de progressão de uma emergente e estável classe trabalhadora. Para este antropólogo, esta conceptualização dissipa o entendimento das relações complexas dos trabalhadores ao longo da sua vida de trabalho, colocadas à margem em narrativas de progresso ou em esquemas faseados de desenvolvimento. Segundo Ferguson, a análise crítica dos movimentos migratórios conduzirá a um revisão dos modelos tipológicos e de desenvolvimento baseados em assunções etnocêntricas. Uma abordagem histórico-social dos movimentos migratórios torna operativa uma visão particular de análise tanto das causas das migrações internas como dos factores que influenciaram determinado desenvolvimento dos territórios³³. Constata-se que as populações

³³ É reconhecido entre os cientistas sociais os contributos da geografia humana produzidos ao longo do século XX para operacionalizar questões intrinsecamente antropológicas. No contexto português o geógrafo Orlando Ribeiro tem um lugar de destaque: “O homem é um factor da fisionomia dos lugares, que a sua presença anima e as suas obras materiais carregam nova expressão. Estas marcas constituem, por toda a parte, a sua maneira de

foram sempre mais móveis e as suas identidades menos fixas do modo que as diversas abordagens da antropologia clássica as supunham (Gupta & Ferguson 1992) e que a temática das migrações cruza diversas áreas do conhecimento, destacando-se a geografia, a história, a economia, a demografia e a sociologia. Este capítulo pretende centrar a atenção nas implicações territoriais dos movimentos migratórios no litoral português. Deste modo lanço para debate um conjunto de referências históricas e contemporâneas sobre determinados fenómenos de desterritorializações & territorializações (Deleuze & Guatari 1992) ocorridos entre populações piscatórias e camponesas. Para tal recorro a temas que foram analisados nas ciências sociais sobre os diversos fenómenos migratórios, abrindo também o debate sobre as implicações metodológicas que se colocam quando se pretende fazer tal estudo. Considero que a mobilidade das pessoas opera num conjunto de factores cada vez mais complexos e multidimensionais (Roca & Pimentel 2003), resultando numa interacção dinâmica entre as decisões dos indivíduos em contextos críticos (Marques 1988) e dimensões históricas estruturais (Godinho 2009a) em transformação económica e social (Godinho 2009b).

“O tema das migrações foi largamente ignorado pelos autores clássicos das principais ciências sociais, no período histórico em que estas se constituíram e consolidaram. Apesar da importância que os fluxos migratórios então assumiram - no contexto europeu do final do século XIX e início do século XX -, quer sob a forma de intensos movimentos internos, dirigidos dos campos para as cidades, quer de migrações transoceânicas, que permitiram libertar parte do êxodo rural e povoar os novos continentes, o tema não surge senão de forma marginal na maioria dos autores. Ao longo do século XX, as ligações disciplinares das teorias sobre migrações não são também evidentes. Apesar de um interesse crescente pelo fenómeno, referências mais ou menos desenvolvidas dispersaram-se por várias ciências.” (Peixoto 2004b: 3)

Na ausência de uma explicação preconcebida para enformar os diferentes factos narrados, tenho vindo a descobrir num conjunto alargado de autores, textos polissémicos sobre questões directamente ligadas a temas que me parecem interligados: desde o estudo dos fluxos migratórios, das movimentações das populações piscatórias, ou mesmo as representações espaciais elaboradas pelas monografias etnográficas dos diferentes territórios estudados. A caracterização da fluidez da vida do ser humano não é simples, nem como as tentativas da sua

fixar-se na terra: elas são tanto mais frequentes e vincadas quanto maior for a população que se aplica a inscrever-las. Assim, o modo como esta se distribui, o repartimento das áreas onde se adensa e rarefaz, os seus grandes focos e os seus claros, as tendências para o aumento, o decréscimo ou o estacionamento, se por um lado dependem dum conjunto de circunstâncias naturais, históricas, económicas e demográficas, condicionam, por outro, as maneiras de viver e os problemas da economia.” (Ribeiro 1989: 731)

fixidez. As teorias sociológicas contemporâneas privilegiam seis ângulos de análise sobre os fenómenos migratórios, que muitas vezes são combinados de acordo com a análise em questão. O bloco estruturante ou macro de forças sociais surge através do diferente posicionamento dos países no sistema internacional (Sassen 1988), as lógicas segmentárias do mercado de trabalho (Meillassoux 1977) e as teorias da etnicidade (Vermeulen 2001). As vantagens destes modelos, correspondem às análises abrangentes das condicionantes, que inflectem sobre as decisões e as acções dos seres humanos. A maioria das leituras sobre teorias migratórias (Peixoto 2004b) coloca em primeiro lugar as teorias “clássicas” ou micro - a “teoria neo-clássica” que corresponde às escolhas racionais exercidas pelo homo economicus numa análise das vantagens e desvantagens, e a teoria do capital humano baseada nos investimentos estratégicos sobre o futuro. A prevalência dos diferentes critérios de análise social, oscila entre dar maior ou menor relevância às variáveis colectivas ou individuais. A minha perspectiva é que os seres humanos têm um ‘rumo de vida’ e enquanto realizam o seu devir (Le Clézio 1989) acontecem uma diversidade de acontecimentos pessoais e estruturais. Ter sensibilidade para observar esse trajecto por cumprir e a multiplicidade de fenómenos económicos, políticos e sociais que ocorrem contribui para desenvolver uma investigação interdisciplinar, característica estrutural da antropologia portuguesa (Pina-Cabral 1991).

O sector da pesca português: reflexões sobre as mudanças das últimas décadas

As diferentes biografias profissionais que apresento no final da monografia representam diferentes peças do mosaico de situações que se vive actualmente no sector das pescas transnacional. A percepção da realidade émica dos pescadores, marcada por uma insegurança decorrente da flexibilidade e individualização da sua força de trabalho é respondida pelas pessoas com uma atitude que se estende para além da esfera laboral, pensando os desafios do sector das pescas no quadro mais vasto da sociedade contemporânea. Torna-se pertinente delinear brevemente o papel e a história recente deste sector no país, de modo a enquadrar os percursos específicos da classe piscatória. Portugal é limitado a Norte e a Este pela Espanha (1215 km de fronteira) e a Sul e Oeste pelo Oceano Atlântico (800 km de costa). Apesar da sua pequena dimensão continental o país possui uma Zona Económica Exclusiva (ZEE)³⁴

³⁴ ZEE: constitui a zona marítima até 200 milhas perpendiculares à costa de um país, que se encontram sob a sua jurisdição. Em Portugal foi constituída a 28 de Maio de 1977 pela Lei nº 33/77. Cada estado possui na sua ZEE “direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não vivos das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e do seu subsolo, e no que se refere a

consideravelmente extensa, a maior quando comparada com os outros países da UE. Tal facto advém dos já referidos 800 km de costa continental, acrescidos pelas zonas económicas correspondentes aos arquipélagos das ilhas da Madeira e dos Açores. Portugal conta assim com uma ZEE de 1 714 800 km², repartida por 984 300 km² da Região Autónoma dos Açores, 411 000 km² da Região Autónoma da Madeira e 319 500 km² de Portugal continental.

As pescas em Portugal no século XX foram em diferentes momentos e razões encaradas e representadas como um desígnio nacional. O Estado Novo, através do seu nacionalismo corporativo, apostava na manutenção do 'status quo' do sector (Matos 1977), resultando na baixa produtividade das empresas piscatórias. Este imiscuir directo e paternalista na actividade piscatória, determinava uma baixa eficiência produtiva e uma dependência crescente das importações estrangeiras. A forte organização corporativa³⁵ baseada numa pesca intensiva, tecnologicamente anacrónica e sustentada por baixos salários, era insuficiente para a realização propagandeada da auto-suficiência nacional. A intervenção sócio-económica do Estado Novo, assente na Organização das Pescas, era instrumento da política salarial dos armadores conciliando práticas de organização das pescarias nacionais e de vigilância do recrutamento dos homens que iam para a pesca longínqua. Sobre a alçada autoritária de uma figura como o contra-almirante Henrique Tenreiro, pretendia-se a manutenção da economia nacional através de medidas que tentavam a conciliar as relações produtivas de tipo capitalista da pesca do bacalhau e do arrasto com as velhas práticas de organização das pescarias artesanais (Garrido 2001).

A década de 60 figurou como o apogeu do sector pesqueiro, aferido pelo volume de capturas e no que este representava no Produto Interno Bruto (PIB) português. As condições externas à política do regime corporativo eram também favoráveis. Os grandes bancos de peixe no Mar do Norte ainda não tinham acusado o esforço da sobrepesca e os mares ainda não eram alvo de políticas restritivas de acesso aos recursos naturais. Além do mais, os preços dos combustíveis

outras actividades com vista à exploração e aproveitamento da zona para fins económicos, como a produção de energia a partir da água, das correntes e dos ventos.", in CNUDM Art.º 56.

³⁵ "Com o Estado Novo implantou-se um modelo corporativo muito intervencionista que iria condicionar a actividade por um período de 40 anos. Entre 1934 e 1939 criaram-se os "Grémios de Armadores em cada uma das pescarias principais (do Bacalhau, do Arrasto e da Sardinha), as Casas dos Pescadores e a respectiva Junta Central, os organismos de coordenação económica (CRCB – Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau e IPCP – Instituto Português de Conservas de Peixe), bem como outros grémios. O intervencionismo estatal actuou na sujeição dos investimentos à aprovação oficial, no tabelamento dos preços no produtor, no protecçãoismo do mercado interno face às importações e mesmo a nível das associações, obrigatoriamente enquadradas em organismos tutelados pelo Estado." (Souto 1990: 14)

eram relativamente acessíveis, factor decisivo para o sucesso comercial deste tipo de pesca, tendo em conta as grandes distâncias necessárias a percorrer. Durante a guerra colonial portuguesa começa-se a desenhar o declínio do sector, com o Estado Novo a recrutar cada vez mais pescadores para o conflito militar. Os preços dos combustíveis sobem exponencialmente devido às crises petrolíferas do Médio Oriente, tornando os custos de actividade da pesca longínqua muito mais inflacionados que outrora. Os diversos países ribeirinhos com ZEE começam também a exercer os seus direitos de exclusividade e a proteger os seus recursos marítimos. A *campanha do bacalhau*³⁶ iniciada na década de 20 do Século XX, baseada na captura de um produto estratégico e estrutural no consumo, assente na construção política da defesa da auto-subsistência nacional e no imaginário da prioridade portuguesa nos bancos do Mar do Norte, entrou então em decadência quer por factores internos como externos.

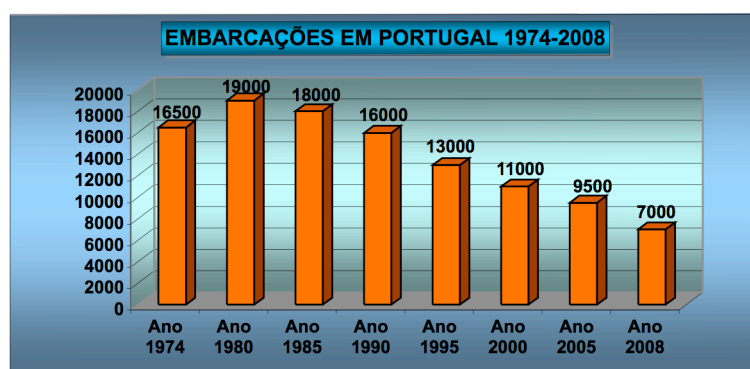


Tabela 1 – Embarcações em Portugal entre 1974 - 2008. (fonte: INE)

A revolução de 25 de Abril de 1974, nas mudanças políticas consequentes, vem alterar inequivocamente o sector por três motivos essenciais: liberta-se uma imensa mão-de-obra principalmente masculina com o fim do conflito militar, a independência das ex-colónias cria um movimento de pessoas que em muitos casos irá ingressar na pesca nacional, e o pesado intervencionismo estatal sobre o sector dilui-se. Acrescentando o declínio da pesca longínqua, a consequência foi o regresso de milhares de indivíduos à pesca artesanal e costeira. Tendo em

³⁶ Destaque para a rebelião dos pescadores bacalhoeiros em 1937 à “campanha do bacalhau” resultante da crescente insatisfação com condições de trabalho e baixos salários. Segundo Álvaro Garrido, este conflito, uma das greves mais longas e gerais que sucederam na ditadura, foi um momento decisivo para a demonstração ideológica do Estado Novo ao país e forçou a mobilização do recrutamento de pescadores para a pesca do bacalhau nos mares da Terra Nova e da Gronelândia: “No mesmo período e depois da «greve» nota-se um forte investimento simbólico na pesca do bacalhau. (...) À espessura política da organização das pescas junta-se toda uma bainha ideológica capaz de reproduzir e projectar a reabilitação da «faina maior». Trabalho de reprodução ideológica que intenta exaltar a política de fomento da frota bacalhoeira e a estabilização do abastecimento e dos preços, símbolos de soberania, de poder e de eficácia de um Estado que assim vincava diferenças com a «República liberal»” (Garrido 2003: 1211)

conta as características da ZEE portuguesa, será na plataforma continental que irá actuar a maioria da população, directa e indirectamente, ligada à pesca, e é desta área que é proveniente a maior quantidade de pescado. A pesca artesanal, segundo dados de 2008 do Instituto Nacional de Estatística (INE), empregou mais de 4/5 dos pescadores portugueses e contribuiu com 80% dos desembarques ocorridos nesse ano. O predomínio deste tipo de pesca em Portugal, juntamente com a Grécia e a Espanha, países estruturalmente marcados originalmente por um tipo de pesca mediterrânica fez com que fosse reconhecido ao sector pesqueiro destes países, uma especificidade própria dentro do contexto comunitário. Independentemente dos objectivos económicos que estiveram e estão subjacentes à política de pesca comunitária (Miranda Mendes 1986), na sua solução de redução de embarcações, com o argumento de se adaptar a frota de pesca aos recursos, pode-se constatar que o caso português é exemplar. Desde a adesão de Portugal à UE foram reduzidos em mais de 50% o número de pescadores e de embarcações. Mas este quadro decrescente não deve ser lido como um retrato inequívoco de um sector em crise. Se atentarmos nas *Contas Económicas da Pesca 1998-2007* (INE 2008) verificamos que apesar do número de efectivos ter diminuído, reflectindo as mudanças estruturais das pescarias nacionais, nomeadamente o abate embarcações e a modernização da frota, verifica-se paralelamente um aumento da produtividade do sector. Tal situação aparentemente paradoxal pode ser explicada pela diminuição acentuada de pescadores na pesca polivalente (tradicional), uma relativa estabilização de trabalhadores na pesca do costeira (semi-industrial) e um crescimento significativo de trabalhadores na pesca do arrasto (industrial)³⁷.

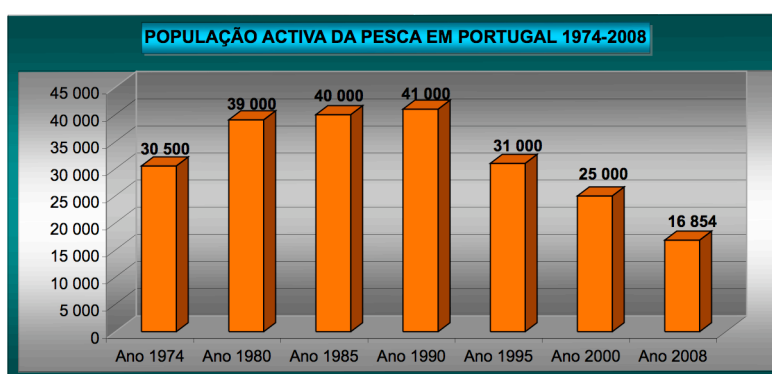


Tabela 2 – População activa da pesca em Portugal entre 1974 - 2008. (fonte: INE)

³⁷

Pode-se contudo afirmar que a história económica do país segue diferentes ritmos sectoriais. Álvaro Garrido reflectindo sobre a economia marítima portuguesa comenta: “Se entre 1890 – primórdio da industrialização das pescarias – e os anos vinte do século passado, a riqueza gerada na pesca duplicou e a actividade económica quase estagnou, de 1924 a 1996 as pescas marítimas portuguesas registaram um crescimento muito aquém da “actividade económica global”: o subsector pesqueiro aumentou cerca de 25%, ao passo que o PIB português quase se multiplicou por quinze.” (Garrido 2006: 17)

Movimentos migratórios internos em Portugal

A interdependência das movimentos internos das populações piscatórias com os dos assalariados rurais tem sido foco de atenção tanto por antropólogos (cf. Nunes 2005) como por geógrafos (cf. Souto 2001). Tendo em consideração que os assalariados rurais não possuem propriedade do solo e os pescadores trabalham num meio de propriedade comum, o mar, a propensão para saírem da sua região de origem bastante elevada, apesar das motivações não diferirem dos restantes grupos populacionais, tendo por escopo a procura de melhores condições de vida em outros locais que não os de origem. As causas para as migrações internas nas pescas sofrem de condicionalismos énicos dos ecossistemas onde as pescarias são exercidas e de condicionalismos externos à sua actividade.

“Estas populações [particularizam-se por] retirarem o seu sustento do meio aquático, extraindo-lhes os recursos vivos que nele vivem, caracterizados por serem de propriedade comum e de ocorrência e acessibilidade variáveis no espaço e no tempo. A esta motivação primordial acrescentam-se outras relacionadas com a industrialização da pesca (nomeadamente no período de desenvolvimento da indústria conserveira, que criou oportunidades de trabalho nos portos mais importantes) quer com limitações ou restrições legais a esta actividade. Não menos importante foram as alterações verificadas na linha de costa, que na orla sedimentar ocidental portuguesa, particularmente na região lagunar de Aveiro, obrigaram muitos pescadores a abandonar, temporária ou definitivamente, as suas terras.” (Souto 2003: 167)

A descrição dos movimentos das populações piscatórias em Portugal pode ser entendida num processo longo de interdependências entre as regiões do litoral e as regiões do interior, a partir do século XVIII. Em diversos locais da costa portuguesa foi-se constituindo um *proletariado do mar* (Nunes 2005), resultante da fixação de pescadores em busca de melhores condições de vida e de os excedentes populacionais do mundo rural, que excluídos de posse de terra, procuravam novas oportunidades de trabalho. Para Nunes convém tomar em consideração a realidade das populações que dependem da captação de recursos do meio marítimo em conjunto com as transformações que ocorreram com o desmantelamento do Antigo Regime e sob e a forte influência do poder central nas suas periferias³⁸. Assim, contextualiza-se o crescimento do número das *companhas* e de pescadores ao longo do século XIX, com o

³⁸ Segundo Lacerda Lobo, as principais causas da emigração no sector das pescas em Portugal no século XVIII eram as seguintes: “O abuso das prerrogativas dos rendeiros dos direitos, das autoridades municipais, eclesiásticas, militares e de pessoas poderosas sobre as comunidades piscatórias. Recolha indevida de direitos, proibições de pescar durante os dias santos e domingos, recrutamento compulsivo para o exército e interdições de vária ordem, constituíam abusos e violências praticados contra os pescadores desde há muito, incentivando a emigração dos pescadores para Espanha e o Brasil.” (Lacerda Lobo 1991: 275)

panorama de transição económica e social característico do desenvolvimento do capitalismo em Portugal. A permanência de um conjunto de dificuldades em que a pobreza e as difíceis condições de trabalho eram constantes, acrescidas com a imponderabilidade da pesca, tornam elucidativas as estratégias de mobilidade geográfica que essas populações adoptavam.

“Nesta perspectiva, as deslocações de população, o trabalho sazonal e a emigração em massa constituem indicadores da «decomposição do campesinato» - processo que se acelera nas décadas de cinquenta e sessenta do século XIX. No mundo agrícola, a emigração resulta da «extrema divisão de terra, até à inviabilidade económica de certas parcelas», dado o aumento do número de proprietários que, paradoxalmente, faz aumentar também o número de expropriados, impedidos de se servirem dos terrenos comunais, pastos, baldios e matas agora vendidos ou aforados. Constitui-se assim um “exército de reserva” pronto a vender a sua força de trabalho nos arrozais, searas, vinhas, etc., dos vales do Tejo e do Sado, nas fábricas, na construção de estradas e caminhos de ferro e, também, nos trabalhos ligados às actividades portuárias, inclusivamente em Lisboa.” (Nunes 2005: 102)

Paralelamente, Souto (2003) caracteriza dois movimentos migratórios internos de pescadores, que foram primeiramente sazonais levando depois à fixação das respectivas populações. Ao primeiro movimento, na transição do século XIX para o XX, das populações de Ílhavo, Murtosa e de Ovar - devido às alterações do meio lagunar da Ria de Aveiro - atribui um papel fundamental para a colonização do litoral Norte e Centro de Portugal, estendendo a sua penetração pelos rios Tejo e Sado, dada a abundância de peixe e a possibilidade de escoamento comercial. Na mesma época, os algarvios também constituíram um fluxo importante de pescadores que procuraram outras praias para além das da região de origem, concentrando-se em diversas comunidades piscatórias de Norte a Sul de Portugal. O segundo movimento migratório interno descrito, o dos “Avieiros”, corresponde às deslocações de pescadores da Praia da Vieira, no litoral central português, para o rio Tejo, e que ocorreu primordialmente na primeira metade do século XX, onde o principal recurso piscícola era o sável. De uma migração sazonal feita de barco estes homens e mulheres foram se fixando em vários pontos da margem do rio, constituindo colectivos piscatórios que se destacaram pelas suas construções palafíticas. Nos anos sessenta, devido ao aumento de efluentes industriais e da construção de barragens, parte dos pescadores foram descendo o rio até ao estuário do Tejo, tendo outros partido para o rio Sado, junto a Alcácer do Sal, onde permanecem ainda hoje.

Sem eira nem beira & sem barça nem lasca

Os pescadores escolheram ao longo dos tempos locais onde é possível exercer a actividade da pesca, muitas vezes sazonal, adaptando-se aos condicionamentos do meio e dos recursos, em movimentações cada vez mais numerosas. A geógrafa Soeiro de Brito, quando elabora *Agricultores e Pescadores Portugueses na Cidade do Rio de Janeiro* (1960), um estudo comparativo do sector primário português e brasileiro, problematiza diferenças e similitudes das condições de vida, e alternativas entre os agricultores e pescadores. A sua reflexão resulta de uma viagem ao Brasil, onde encontrou uma forte presença de portugueses a garantir o abastecimento de produtos hortícolas e piscícolas à cidade de Rio de Janeiro. Através de um olhar distanciado e objectivo das transformações económicas e sociais que Portugal atravessava em meados do século XX, a autora lança um discurso da escassez de alternativas dos portugueses para não emigrarem. Convém contudo recordar que para Nunes (2008) este “discurso da decadência” das comunidades piscatórias tem como denominador comum o registo das contradições internas do desenvolvimento económico, o que essencialmente tem a ver com alterações profundas na organização do trabalho produtivo. A síntese de movimentos apresentada³⁹ no ensaio por Soeiro de Brito entre pescadores e camponeses, do avanço da sociedade moderna sobre a sociedade tradicional, numa clara representação modernista da ‘sociedade dual’ portuguesa (Sedas Nunes 1964) torna-se contudo mais complexa com a inserção de fenómenos migratórios circulares muito importantes ao longo do século XX, que ficaram conhecidos como os “ranchos migratórios”. Estes movimentos eram caracterizados por serem translocações temporárias e periódicas (Meillassoux 1977), do campesinato, que migrava

³⁹ “A situação nas aldeias de pescadores é diversa: a pesca tradicional, não mecanizada, não pode subsistir muito tempo, por causa da concorrência da pesca com barcos a motor e processos mais rendosos, tanto no sentido de poderem apanhar maior quantidade de peixe em cada lanço, como no de maior mobilidade e rapidez. Por isso, de há seis anos para cá, a vida de pequenos locais de pesca se está transformando: os pescadores tentam emprego nas traineiras dos portos mais próximos, indo e vindo do local de trabalho para casa todos os dias ou todas semanas, consoante as distâncias. Alguns emigram para terras longínquas, de onde, em geral, já não voltam, pelo nível de vida incomparavelmente mais elevado, que apenas permite ténue conforto como os dos pescadores da Terra Nova. Mas estes aguentam meses seguidos uma vida e arriscada, que é a antítese da pesca fácil na baía de Guanabara ou mesmo nas costas do Brasil. Toda a vida movimentada e colorida destes lugarejos morrerá (como praticamente já aconteceu em Pedrógão e Vieira de Leiria, por não haver homens que cheguem para ir ao mar. As famílias dos pescadores continuam na sua aldeia, onde têm casa, a despeito dos transtornos causados pela distância do lugar de trabalho, mas beneficiando de um aumento de salário, que, para populações de nível de vida baixo, é apreciável. Enquanto os camponeses estagnam no mesmo ambiente com condições de vida cada vez mais difíceis, e sem verem maneira de melhorar a situação, os pescadores assistem ao declínio da pesca tradicional e dos pequenos portos, mas permanecem nas mesmas terras, trabalhando em locais próximos com métodos modernos e garantindo aos filhos uma melhor preparação técnica que lhes permita serem recrutados para uma actividade mais rendosas nas traineiras e na pesca do bacalhau.” (Soeiro de Brito 1960: 65)

para outros locais. O proletariado rural saía das regiões onde havia excesso de mão-de-obra na zona de origem e partia para outros locais de trabalho. Essa realidade era criada, tanto pelo empobrecimento rural, como pela natureza de determinadas actividades agrícolas, que antes da mecanização, necessitavam de um aumento muito significativo no número de trabalhadores. O geógrafo Orlando Ribeiro (1989), ao analisar os movimentos migratórios portugueses, expôs que as principais causas para os fluxos migratórios analisados são os contrastes naturais entre as diversas regiões que determinam diferentes modos de vida, criando economias diferentes que provocam por esse mesmo motivo os deslocamentos internos de populações de carácter temporário, sustentando os períodos de trabalho mais intensos ao longo das estações do ano. A sua pesquisa ilustra toda uma miríade de trabalhadores sazonais como os “segadores” que se ocupavam da ceifa em Trás-os-Montes, praticando um nomadismo temporário; os “rogas” que durante duas semanas nas encostas do rio Douro faziam as vindimas que a população local não conseguia assegurar. Da Beira-Baixa referencia os “charnecos” ou “cortelhões” que trabalhavam tanto na tirada da cortiça como na apanha da azeitona. Ribeiro destaca que os movimentos mais importantes acontecem nas regiões da cultura do arroz e do trigo onde um conjunto de “ratinhos”, “camaradas” dirigidos pelo “manageiro”, se dirigiam tanto das Beiras como do Algarve para trabalhar nas searas e arrozais do país agrícola de então. A par destes contingentes de mão-de-obra destacavam-se também os “caramelos” que trabalhavam nas margens do rio Mondego e da Ria de Aveiro, assim como os ribatejanos “Gaibéus” que acorriam às lezírias com o mesmo objectivo⁴⁰.

A situação social dos “ranchos migratórios” foi ao longo do século XX tratada sobre um ponto de vista político como resultante do desenvolvimento económico na agricultura portuguesa. Os migrantes rurais, pela mobilidade que os caracterizava, foram sempre alvo de uma categorização problematizada e raramente esta questão foi abordada de um modo neutro. Com carácter de urgência, sustido em motivos de saúde pública e de vitalização económica, Macedo (1940) elabora um estudo sobre o vírus da malária em Portugal, que afectava em particular as pessoas sujeitas a fracas condições higiénicas e de alojamento. A propagação da doença agravava exponencialmente o risco de contágio pelas características migrantes das populações trabalhadoras, para zonas sazonais, vulgarmente assinaladas nos campos de cultivo de arroz.

⁴⁰ “Além destas oscilações ritmadas pelo clima, a abertura de estradas, a construção de pontes e barragens, a febre do minério e o incremento da construção civil que a acompanhou de perto, e ainda as grandes arroteias, atraíram os “desenraizados” que, nada possuindo, se movem em busca de todas as miragens. Quando acaba o trabalho num sítio, logo procuram outro, e muitos levam, durante anos, esta vida errante.” (Ribeiro 1989: 755)

“Presentemente calcula-se que em Portugal mais de 50.000 casos ocorrem anualmente, 200 a 400 dos quais ocasionam a morte. Além disso, como a doença é restringida a umas limitadas zonas, as regiões que estão afectadas sofrem severamente. Daqui se conclui que, além das vidas ceifadas, enormíssimos devem ser também os prejuízos de natureza económica, quer em dias de trabalho completamente perdidos, quer ainda pelo fraco rendimento dado pelos operários rurais, antes e depois da fase mais aguda da doença.” (Macedo 1940: 1)

Magalhães (1956) elaborou um relatório académico de estudo sobre este fluxos temporários, onde apresenta esta realidade como um “problema candente do mundo rural”, que englobaria à volta de 70.000 a 100.000 indivíduos. A originalidade deste relatório consiste na apresentação de uma descrição extensiva dos principais ranchos migratórios nos diferentes distritos do país, juntamente com as suas causas (primeira parte do relatório). O autor descreve em pormenor as condições de vida de extrema dificuldade destas populações, procedendo à recolha de diferentes registos deste “problema social” nas opiniões dos proprietários rurais, políticos e técnicos agrários, propondo um conjunto de medidas de controlo situacional que impeça a propagação do “bolchevismo” (segunda parte do relatório) na estrutura da sociedade portuguesa. Ou seja, as medidas de carácter social propostas assentam na fundamentação de que as condições laborais e higiénicas sub-humanas tenderão à propagação de um conflito social. No outro lado do espectro político, Álvaro Cunhal realiza um ensaio sobre “A Questão Agrária em Portugal” (1968), referindo que os principais sintomas da liquidação da exploração agrícola familiar, pequena produção, são precisamente a proletarização dos camponeses e o aumento do número de migrantes rurais em busca de trabalho assalariado.

“Um índice valioso da proletarização dos pequenos agricultores são as migrações temporárias. Tanto no Sul como no Norte, as condições de trabalho são nitidamente piores do que a dos assalariados nas próprias regiões. Nada de admirar que no Ribatejo e Alentejo, onde predominam a empresa capitalista e o proletariado agrícola, os trabalhadores agrícolas se sintam indignados pelas condições aceites pelos “ratinhos”, pelos gaibéus, pelos serranos, pelos “caramelos”, pelos beirões, pelos galegos, pelos algarvios. Nos últimos quinze anos, têm-se multiplicado os casos de acordo e atitudes comuns dos proletários locais e trabalhadores dos ranchos. Mas as condições de trabalho destes últimos são sistematicamente inferiores.” (Cunhal 1968: 301-302)

Seja pela mecanização da agricultura, como a introdução das mondas químicas, quer pelo incremento da população local, a importância destes movimentos internos agrícolas decresceu significativamente sendo que em determinadas zonas agrícolas este nomadismo temporário, tipo

específico de migrações circulares, seja hoje escassamente recordado pela memória das populações mais velhas⁴¹.

“Povo, proletariado, como antes a “nova classe operária”, ou, ainda mais longe, marginais, bárbaros e camponeses desenraizados, surgem assim como tantas formulações, destinadas – para além dos seus fundamentos teóricos mais ou menos originais, mais ou menos adequados – a requalificar o sujeito portador da “vontade de resgate”. No entanto, todas estas figuras laboriosamente reconstituídas – incluindo as que estão mais solidamente implantadas no seio da sociedade moderna, como, ao que parece, o trabalho abstracto – parecem exactamente ter sido engolidas pela superação das conjunturas ou ter-se fragmentado, depois de um processo mais ou menos longo de recomposição, em outros tantos átomos, nos quais é impossível reconhecer a qualidade subjectiva que se procura. (Cabral 1999: 442-443)

Fuga dos campos e dos mares

O estudo da história social do sector das pescas para ser compreendido de forma dinâmica, deve dar relevo ao constante movimento migratório para os centros urbanos do litoral ocorrido num contexto de abandonos dos campos agrícolas. Se o estudo da “fuga dos campos” era uma preocupação urbana com interesses políticos nacionais, a realidade da transferência da população agrícola para outros sectores de actividade produtiva resultava num conjunto de estudos e de medidas práticas dentro dos países europeus ocidentais. No caso português é de destacar o número especial da revista *Análise Social – Aspectos Sociais do desenvolvimento económico em Portugal* (1964), destacando o artigo já referido de Sedas Nunes “Portugal, sociedade dualista em expansão” (1964). Na leitura do conjunto de artigos observa-se que a par da discussão escalonada entre êxodo rural → urbanismo → emigração, José da Silva Lopes procedia simultaneamente à análise das implicações sociais para Portugal com uma possível “integração económica europeia” (1964) mais vasta do que o acordo assinado em 1960 de adesão à Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA). Dois anos depois, o escritor Nuno de Bragança (1966) avançava que as migrações profissionais do sector primário para a indústria acarretavam uma problemática complexa devido às modificações “de ambiente, de hábitos, de

⁴¹ O geógrafo Jorge Arroiteia, no seu discurso modernista, comenta que o estudo dos fluxos migratórios intenta também reflectir a passagem do tempo: “deve incluir não só os movimentos de entrada e saída do país (imigração e emigração, respectivamente), mas ainda os que se verificam dentro das suas próprias fronteiras. Contamos neste último caso com os tradicionais movimentos de população, hoje decadentes, ditados por uma certa periodicidade das fainas agrícolas – e que têm vindo a ceder lugar a outras formas – à deslocação permanente das populações do campo para a cidade ou para a sua periferia – êxodo rural.” (Arroiteia 1985: 58)

cultura". Este fenómeno, narrado de forma exemplar no filme "Mudar de Vida" (Rocha 1966), realizado com a comunidade piscatória de Furadouro, teve a sua expressão máxima nos anos 60⁴², com um fluxo acentuado de pessoas em direcção aos principais centros urbanos de Portugal (Rodrigues & Rocha-Pinto 2002) e para outros países industrializados da Europa, com especial destaque no caso de França (Pereira 2009) e da América do Norte (Williams 1990).

Representações sócio-espaciais das populações piscatórias

Das diversas obras de referência para o estudo social das populações piscatórias portuguesas destaco *Os Pescadores* (1986), de Raul Brandão. É um texto construído sobre a figura tutelar do avô do escritor, marítimo morto no mar. A leitura desta obra, na qual o autor procede a uma *viagem* (o conjunto definitivo de textos compreende o período entre 1893 a 1926) por *territórios* de pescadores, num itinerário que segue de Caminha a Olhão, criando pequenas e fecundas notas, é uma permanente fonte de conhecimento de cariz etnográfico⁴³. O texto é

⁴² António Barreto comentando a mudança social ocorrida entre 1960 a 1995 em Portugal, derivado da integração gradual do país no espaço europeu: "A emigração para a Europa (já em si uma espécie de primeira integração europeia...). a urbanização mais acelerada, a des-ruralização, a abertura económica aos países ocidentais, o investimento externo e o turismo, aos quais se deverão juntar a crescente escolarização e a introdução da televisão nos costumes, são fenómenos mais antigos do que a revolução de 1974, mas que a influenciaram, tal como moldaram a sociedade, que se encontrava já nessa altura em plena mudança acelerada. Da demografia aos padrões de consumo e às actividades culturais, a mudança social foi (...) muito rápida. Este facto não deixou de criar problemas com alguma amplitude. Nas actividades económicas, por exemplo, a rapidez das transformações fez com que saíssem da agricultura, nos últimos quinze a vinte anos, centenas de milhares de activos e suas famílias, sem que tenha havido tempo, meios ou circunstâncias de reciclagem produtiva. Este verdadeiro êxodo ocorreu num tempo durante o qual não se criaram, nas indústrias transformadoras, empregos em quantidades suficientes." (Barreto 1995: 853)

⁴³ Atente-se à seguinte descrição realizada por Raul Brandão, em Agosto de 1919, em Peniche. A mesma é reveladora do carácter migratório da actividade piscatória que determinados pescadores praticam. Retenha-se também a questão de Peniche enquanto porto de abrigo que irá ser posteriormente desenvolvida: "Estes homens morenos e ágeis, da Murtosa, da Torreira e da Afurada, tenho-os encontrado com as suas saveiras em toda a costa norte até Lisboa. Encontrei-os em Peniche, na Caparica, em Sesimbra, onde lhes chamam ilhos, nos esbeltos barcos escuros, pescando as lagostas com os roscos, encontrei-os na Foz do Douro apanhando o mexoalho; ao arrasto do sável nos rios, e fisingando a solha ou a lampreia, que se apanha à noite com um candeio e um garfo atado num pau. A sua casa é o barco. Metem-se em todas as anfractuosidades da costa. Quando pressentem o temporal vão acolher-se a Peniche ou à Figueira. Andam sempre em famílias de três ou quatro barcos. Acampam na areia, e com o mastro atravessado, uma panela e a lenha apanhada no mar e que desfazem em cavacos com a machadinha, traste indispensável em cada barco, acendem a fogueira como ciganos. Mas se o mar está manso e a noite é de luar, não vêm à terra. Largam a fateixa ou a poita e acendem o lume a bordo para a saborosa caldeirada. Sempre que via brilhar os fogaréus invejava profundamente aquela vida simples diante de Deus e do mar. Ao fim da pesca, que dura meses, e quando se anuncia o Inverno, recolhem à pressa às suas como aves emigradoras. Se o vento é de feição, em doze horas põe-se em Aveiro. Se é contrário, quando a vaga cresce e as gaivotas se metem grasnando pela terra dentro, arribam aqui e ali e levam dias a chegar a casa, onde passam com as mulheres e os filhos a época das rudes invernias." (Brandão 1986: 118)

revelador da relação de fascínio do escritor com o *azul* das zonas marítimas e da *maleabilidade* dos pescadores com uma vida de sacrifício, que implicava um *devir* migratório. Rico em detalhes de costumes e de artes de pesca de diversas comunidades piscatórias portuguesas, Brandão produz uma observação reflexiva fundamental para o seu universo de estudo. A obra de Raul Brandão foi escrita num momento decisivo, caracterizado por um conjunto de alterações técnicas e sociais nas pescarias praticadas em Portugal. Assim, parece-me que um exercício comparativo das permanências e das diferenças existentes nas comunidades marítimas possa ser pertinente para contribuir como *uma grande angular* das alterações materiais ocorridas no século XX. O texto de Raul Brandão ganha particular relevância, se for observado pelo seu carácter moderno, de tentar captar o conjunto das populações piscatórias portuguesas, sem as querer fixar a determinado território específico, ou a uma situação estrutural determinada.

A propósito das dinâmicas criadas com os fluxos das populações contemporâneas, Rouse (1991), considera que é pertinente rever as duas principais representações sócio-espaciais que dominaram o discurso moderno das ciências sociais. À primeira imagem sócio—espacial o autor junta a etiqueta de “comunidade” (cf. Fernández 1991). A expressão abstracta de um ideal de estado-nação tem sido usada concretamente em diferentes níveis, desde a “comunidade piscatória” até à nação. Ela combina duas ideias principais: primeiro, identifica uma população discriminada com um único e fechado espaço – um território ou um lugar. Fazendo-o, assume-se que os relacionamentos sociais em que os membros da comunidade participam serão muito mais intensos nesse espaço do que para além dele. Assume também que os membros irão tratar o lugar da comunidade como o ambiente principal em que ajustam as suas acções e, correspondentemente, monitorizarão eventos locais de forma muito mais próxima que desenvolvimentos exteriores. Em segundo lugar, a imagem da comunidade implica uma certa comunalidade e coerência, geralmente expressa quer numa visão funcionalista de uma entidade cujas partes institucionais se conjugam na perfeição para formar um todo integrado, quer numa perspectiva estrutural-funcionalista de um modo de vida partilhado que existe não apenas na multiplicidade de acções similares, mas, mais profundamente, num único e consistente conjunto de regras, valores, ou crenças. Na perspectiva que essas duas ideias estabelecem, as heterogenidades e complexidades da realidade social contemporânea é compreendida em termos tanto de interacções superficiais entre comunidades distintas, ou momentos transitórios de uma forma de integridade e ordem para outra.

A segunda imagem poderá designar-se como “centro-periferia” (cf. Nunes 2005). A expressão abstracta de um “sistema imperial” idealizado, que também tem sido realizado

concretamente em diversos níveis, desde uma população piscatória até ao inteiro sistema mundo. Esta imagem envolve três ideias principais: primeiro, sugere que as diferenças estão organizadas de forma concêntrica à volta de um centro dominante. Deste modo, poder e força são superiores no centro e diminuem gradualmente quando a influência central se move através de uma série de zonas circundantes. Segundo, a imagem implica um processo de mudança em que o centro activa uma capacidade privilegiada de moldar os processos, seja pela sua capacidade de estender a sua influência até às margens ou moldar pessoas da periferia que entram no seu terreno. Por último, sugere que os campos organizados desta forma são autónomos: cada sítio periférico é orientado por um único centro e cada centro é independente de todos os outros no mesmo nível. De diversos modos, estas duas imagens apresentadas são opostas. Formalmente, a ideia de “comunidade” tende a privilegiar homogeneidade e estaticidade enquanto que a ideia de “centro-periferia” privilegia a mudança e a variação. Na prática, têm sido frequentemente usadas uma contra a outra: a “comunidade” como a principal imagem sócio—espacial quando é invocada a “teoria da modernização”, e o “centro-periferia” servindo como uma contra-imagem crucial para as abordagens da “teoria da dependência” e dos “sistemas mundo”. Por outro lado, Rua (2003) aponta que as migrações internas são apontadas por diversos autores como um fenómeno global. Na análise que procede a essas migrações, entrosadas com o desenvolvimento económico brasileiro nas últimas cinco décadas, revê criticamente as diferentes abordagens teóricas dos diferentes fluxos migratórios⁴⁴.

Os fluxos migratórios sempre tiveram o potencial para desafiar imagens espaciais estabelecidas. Tornam claro a natureza social do espaço como algo criado e reproduzido através da agência humana colectiva, lembrando assim que, dentro dos limites impostos pelo poder, as combinações espaciais existentes são sempre susceptíveis de mudar (Sérgio 1974). Na prática, os investigadores que lidam com a questão da migração raramente a usam como base crítica de revisão das imagens existentes. Pelo contrário, adaptam o repertório existente para que o mesmo seja operativo nas especificidade de uma população móvel. Este facto torna-se nítido no modo como se usa as grelhas de análise da imagem de comunidade para compreender as experiências dos próprios migrantes.

⁴⁴ “Assim, a mobilidade espacial da população no território nacional participa de um quadro amplo de transformações que abrangem contextos históricos, políticos, económicos e demográficos distintos integrados a processos de redistribuição de população. A intensa e rápida transição demográfica, a urbanização acelerada, o formidável movimento de esvaziamento dos campos – marcante até ao início dos anos 90, a mobilidade inter-urbana, inter-municipal e inter-regional, a emigração para países estrangeiros e as novas correntes imigratórias, vêm definindo novos desenhos espaciais e, com complexidade crescente, colocando novos desafios para a sociedade brasileira.” (Rua 2003: 191)

“O latifúndio é um mar interior. Tem seus cardumes de peixe miúdo e comestível, suas barracudas e piranhas de má sorte, seus animais pelágicos, leviatãs ou mantas gelatinosas, uma bicheza cega que arrasta a barriga no lodo e morre sobre ele, e também grandes anéis serpentinos de estrangulação. É mediterrânico mar, mas tem marés e ressacas, correntes macias que levam tempo a dar a volta inteira, e às vezes rápidos surtos que sacodem a superfície, são rajadas de vento que vem de fora ou desaguamentos inesperados de fluxos, enquanto na escura profundidade se enrolam lentamente as vagas, arrastando a turvidão da nutriente vasa, há quanto tempo isto dura. São comparações que tanto servem como servem pouco, dizer que o latifúndio é um mar, mas terá a sua razão de fácil entendimento, se esta água agitarmos, toda a outra em redor se move, às vezes de tão longe que os olhos o negam, por isso chamaríamos enganadamente pântano a este mar, e que fosse, muito enganado vive quem de aparências se fia, sejam elas de morte.” (Saramago 2009: 349)

O lugar e a voz na antropologia marítima

Entre a fixidez das representações de “comunidade” e o devir das representações “centro-periferia” avanço com o questionamento das assunções básicas nas categorias espaciais usadas na antropologia (Silvano 2001). Diversos antropólogos usaram muitas vezes locais específicos para identificar os grupos particulares que viviam neles e associaram esses locais a temas de pesquisa que em certos casos limitaram o entendimento (Srinivas 2002). Outra questão complexa é a da “voz”, pois muitas vezes não é claro quem fala nas etnografias. Quando o antropólogo organiza os diálogos do terreno em etnografias, é o etnógrafo que fala ao “pescador”, o “proletariado” que fala para o etnógrafo, ou é só um determinado “trabalhador” seleccionado que fala? As preocupações reflexivas sobre as representações do conhecimento antropológico (onde & quem) focalizam a atenção em assunções subjacentes a conceitos e métodos centrais nas ciências sociais. A antropóloga Rodman (1992), na sua proposta de etnografia multi-situada, alega que as questões relativas à “voz” na etnografia têm recebido muito mais atenção e focaliza assim a sua atenção na definição e uso do “lugar” como construção analítica. A autora critica concepções antropológicas de espaço que assumem como garantido fórmulas de situar as descrições etnográficas, que são usadas analiticamente como metáforas e ou reduzem-nas a um local que fixa as pessoas. Contra argumentando, considera que os lugares são socialmente construídos pelas pessoas que neles vivem e que os conhecem: assim os lugares são politizados, culturalmente relativos, historicamente específicos, formando construções localizadas e múltiplas. Os lugares podem ter uma realidade única para cada habitante, e enquanto alguns dos sentidos podem ser partilhados, as visões dos lugares são muitas vezes concorrentes e contestadas na prática. Rodman sugere o conceito de

“multilocalidade” para descrever os lugares afectados pelas influências de modernidade, processos históricos (centro - periferia) e contextos contemporâneos. Deste modo, evita-se etnografias que privilegiem a hierarquia e a construção de “essências” dando antes ênfase a temas que possam ser prosseguidos em qualquer lugar (Appadurai 1988). O conceito de “multilocalidade” é útil para entender as redes de conexões entre lugares a um nível micro e macro, como também a qualidade reflexiva da formação de identidade e da construção de lugar num momento em que as pessoas cada vez mais viajam pelo mundo. A abordagem de Rodman à “multivocalidade” é a de prestar atenção às vozes que são poucas vezes escutadas, como as vozes locais que reivindicam poder, ao invés de se dizer que são inseparáveis do lugar, ou que têm conexões primordiais com a terra. No presente, antropólogos e geógrafos propõem o conceito de “paisagem social” como perspectiva ampla assente na noção de espaço vivido por experiência individual no mundo e que presta atenção a como diferentes actores constroem, contestam e fixam a sua experiência no lugar. Partindo desta metodologia etnográfica multi-situada, combinada com uma análise social e económica, poder-se-á proceder à localização dos diferentes agentes e actividades que permitem aceder aos processos de construção social do espaço e como os mesmos são recriados em práticas e discursos.

No capítulo seguinte, desenvolverei com maior detalhe as questões de escala e apontarei para outras hipóteses de análise da realidade que operacionalizam mais as questões migratórias sobre o ângulo da pesquisa. De qualquer modo espero começar a deixar claro que a minha pesquisa avança sobre o terreno dos “desenraizados”, dos “ratinhos”, do “trabalhadores livres”. De certo modo navega junto da costa marítima os caminhos paralelos trilhados na obra de José Saramago, “Levantados do Chão” (2009) que através da história da família errante dos “Mau-Tempo”, conta a histórica política e económica de um país desde os finais do século XIX até meados dos anos setenta do século XX. Tal como reflectiu Manuel V. Cabral sobre a obra e o pensamento de Victor Hugo, que escreveu o clássico “Trabalhadores do Mar”.

“Vimos como Victor Hugo considerava como um dos problemas principais do século XIX a degradação do homem através do proletariado. Tenhamos em mente a insistência na ideia de degradação, mas lembremos também, ao mesmo tempo, que aquilo que Hugo chama “proletariado” poderia designar-se como processo de proletarização, ou talvez mais precisamente, das proletarizações. E isto porque o processo de produção histórica de um exército de trabalhadores, libertos a um tempo de toda a propriedade e de todo o obstáculo que os impeça de se apresentarem, no mesmo momento, livres e desarmados no mercado de trabalho, permanece um processo multiforme que continua a desenvolver-se à vista de toda a gente.” (Cabral 1999: 411)

Capítulo III: Migrações Paralelas em Peniche

Que a arte não se tome para ti a compensação daquilo que

[não soubeste ser

Que não seja transferência nem refúgio

Nem deixes que o poema te adie ou divida: mas que seja

A verdade do teu inteiro estar terrestre

Então construirás a tua casa na planície costeira

A meia distância entre montanha e o mar

Construirás – como se diz – a casa térrea –

Construirás a partir do fundamento

Sophia de Mello Breyner Andresen

A Casa Térrea – O Nome das Coisas

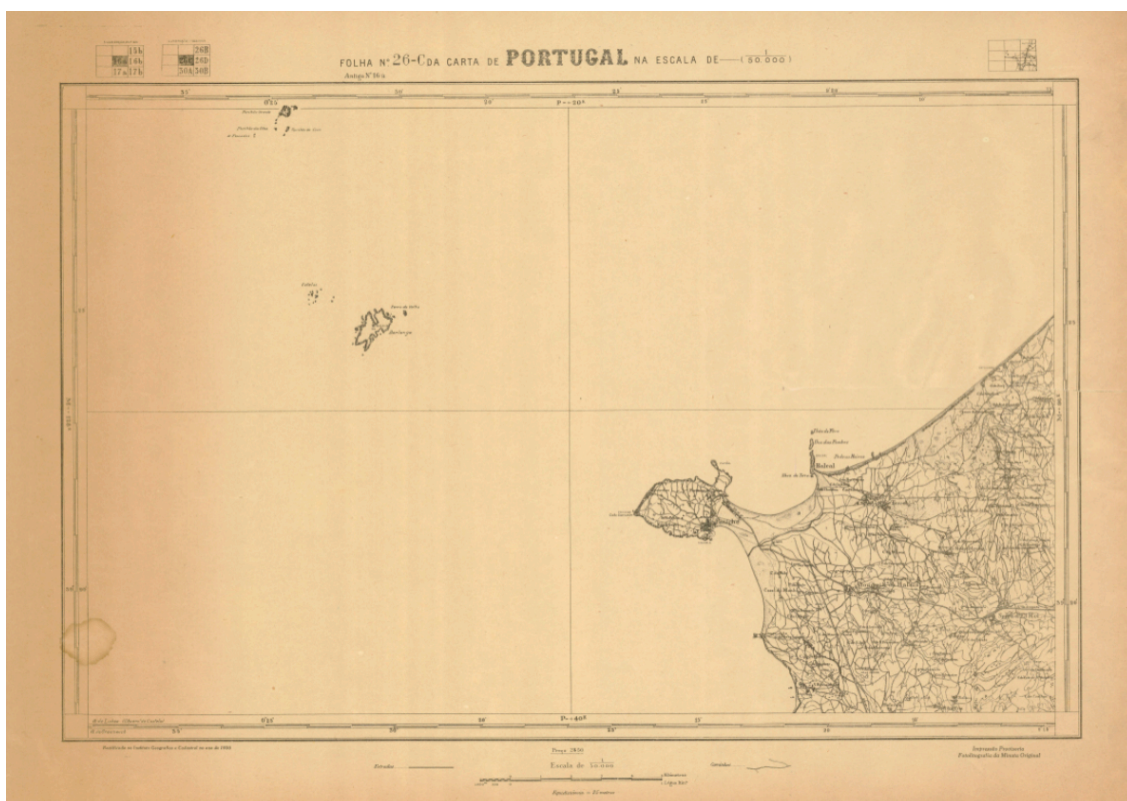
Rumo a Peniche

“Na península de *Peniche* quási toda a população está directa ou indirectamente interessada nos trabalhos da pesca. O mar é o grande depósito de riquezas a explorar. Nenhuma outra profissão oferece mais atractivos. A península tem um porto em cada lado da tómbola: o do norte é largo, com fundos de 14 a 18 metros, flecha de 2:200 e abrigado dos ventos do sul e do sudoeste; no sul com uma superfície menor, os fundos regulam por 15 pouco mais de 10 metros; a sua flecha é de 1:800 metros e está abrigado dos ventos do norte e noroeste. O trecho do mar que se estende entre o Cabo Carvoeiro e o Cabo da Roca é frequentemente sujeito a naufrágios. São de rija têmpera os pescadores de Peniche. O seu conhecimento do oceano próximo criou-se em sucessivas gerações e vem de um passado muito remoto. Fora dos caminhos terrestres de maior circulação, os pescadores como que se ensimesmaram na sua tarefa profissional. Da infância à velhice a sua vida é uma ininterrupta dependência do mar. Sem uma assistência constante, que seria para desejar, conseguem ser dos melhores e mais ousados marítimos de Portugal. Conhecem à maravilha todo o trecho entre o Cabo Carvoeiro e as Berlengas e não são para eles mistérios os caracteres batimétricos desse mar epicontinental. A sua pesca é variadíssima. Numerosos barcos trabalham no mar das Berlengas. Outros, junto da costa, procuram a cavala, o pargo e a pescada. A sardinha é porém a espécie mais abundante nesse mar. É notável a quantidade de lagostas, que são em regra vendidas aos estrangeiros. A apanha de algas é igualmente muito rendosa. Mas a pesca da sardinha sobreleva a todas as outras, tendo o seu valor atingindo em 1927 um total de 9:826.258\$00. Em 1926 a percentagem da sardinha subiu a 83,5 por cento em 1927 a 92,9 por cento. O número de trabalhadores do mar, maiores e menores, foi de 1:814 em 1926 e de 1:1941 em 1927. O valor do pescado dá ao porto de Peniche um dos primeiros lugares entre os portos do continente português.” (Telles 1929: 71-72)

A descrição de Silva Telles resume diversos aspectos da história da cidade de Peniche. A ligação do homem ao mar, os fundos marítimos ricos em espécies piscícolas, a dependência estrutural da economia local na pesca, a original situação geográfica quase insular, a presença dos franceses na exploração da lagosta, a centralidade da captura da sardinha nas pescarias, o número crescente de trabalhadores do mar e a importância do porto de Peniche na economia marítima de Portugal. Neste retrato de “comunidade imaginada” narrado para estrangeiros⁴⁵ há

⁴⁵ A citação de Silva Telles faz parte do conjunto de monografias realizadas por diferentes autores para a Exposição Portuguesa de Sevilha em 1929. Insere-se numa série de reproduções ideológicas do Estado Novo em conferir espessura política às diferentes formas de organização da sociedade e do estado. A originalidade das mesmas é que cada monografia ilustra de modo alternativo e distinto o país, tendo em conta as diferentes especializações dos autores. Atente-se à descrição dos pescadores portugueses na monografia “Pesca” (1929) produzida por Vicente Almeida D’Eça, membro da Comissão Central de Pescarias: “Por via da regra os pescadores são *salariados*; a paga do seu trabalho é-lhes dada pelo *patrão* que pode ser ou meramente o proprietário da embarcação, ou o dono, individual ou colectivo, de muitas embarcações. E aqui aparece o *industrial* propriamente

uma realidade ausente essencial para compreender a história social e económica de Peniche ao longo do século XX, nomeadamente a presença dos trabalhadores da pesca do cerco e da indústria conserveira. Inserindo as traineiras e as fábricas na paisagem é que possibilita uma leitura possível para a compreensão de como um porto de abrigo de piratas e pescadores sazonais se transforma num dos portos industriais mais dinâmicos do país. O desenvolvimento económico do porto de pesca foi caracterizado por um carácter disruptivo com a natureza. Nessa óptica se compreende que Raul Brandão tenha polarizado a zona de Peniche como uma das zonas mais “belas” e “horríveis” na costa continental de Portugal. A percepção da integridade do conjunto pelo escritor só foi conseguida por uma visão espacial distanciada vista do mar quando navegou até às ilhas das Berlengas. Este capítulo, sobre as movimentações migratórias no mercado de trabalho da pesca em Peniche, rumo do mar para a terra. Tal como foram caracterizados a maioria das migrações dos pescadores e das conserveiras no início século XX.



Mapa 2 - Carta de Portugal – Folha 26 C – Representação de Peniche, Berlengas, Estellas e Farilhões, de 1930 à escala de 1:50.000

dito, dispondo de capitais avultados e dotado com a experiência necessária para fazer frutificar esses capitais. (...) Vem naturalmente a propósito perguntar se, dados os movimentos modernos de antagonismo entre o capital e o operariado, também na classe dos pescadores alguma coisa se observa a tal respeito. Sem dúvida, mormente nos últimos tempos, de vez em quando têm surgido divergências a propósito da distribuição de trabalho e de salários; mas, em geral, essas diferenças rapidamente são resolvidas pela autoridade marítima, tanto mais que para um pescador o que o senhor capitão do porto diz não se discute. Boa gente os pescadores portugueses.” (Almeida D’Eça 1929: 12-13)

Para discutir os principais fluxos migratórios - internos e externos - de pessoas no sector da pesca, desenvolvo a análise da história sócio-económica do porto de Peniche, como estudo de caso, incidindo especificamente na pesca da sardinha e no desenvolvimento da indústria conserveira. Afim de compreender o presente dinâmico de Peniche é fulcral encarar o território entre passado e o futuro. Existe uma interpretação geográfica compressora entre esta zona enquanto produtora de mercadorias de exportação (Meillassoux 1977) e comunidade dependente da pesca (Moniz & Kóvacs 2000), ou será o contrário? Incontestado é que desde a elaboração do *Relatório Sobre a Pesca Marítima nas Águas de Peniche, Berlenga, Estellas e Farilhões* (1898), inquérito exaustivo sobre os modos de exploração dos recursos piscícolas⁴⁶, Baldaque da Silva reconhecia o porto de Peniche como uma das zonas de importação de força de trabalho característica do desenvolvimento das pescarias portuguesas.

Trabalhadores do mar

Desde meados do século XIX que em Portugal se inicia o apagamento da divisão hierárquica dos homens do mar, de pensar o *marítimo* enquanto indivíduo dotado da *arte de marear* e o pescador enquanto parte de um *proletariado* disponível e de reserva para as pescarias nacionais em caso de paz ou guerra (Amorim 2001b). A investigadora Inês Amorim, em estudos de cariz histórico, analisa as dinâmicas dos modos de produção das pescarias, as tentativas de controlo do poder central sobre o porto de Aveiro no século XVIII (Amorim 2000) e o porto da Póvoa de Varzim em finais do século XIX (Amorim 2001a). As pescarias passam a ser encaradas pelo estado central como parte importante da política de abastecimento da população. Todavia, essa divisão ideológica é recuperada pelo Estado Novo por motivos de natureza corporativa, não tendo sido inteiramente reequacionada. Baldaque da Silva, no relatório já citado, considera decisiva a questão de classes. Pela observação directa chega à conclusão de que a vida da classe piscatória, com os respectivos modos de produção e a assimetria acentuada na distribuição dos rendimentos entre o capital e o trabalho, provoca uma profunda proletarização

⁴⁶ Baldaque da Silva desloca-se a Peniche para aferir possíveis conflitos de exploração entre a introdução de uma nova armação de pesca, de sistema valenciano, com as armações redondas as usuais até então. A introdução deste aparelho de pesca, do mesmo género, mas mais eficiente (pela sua maior extensão e durabilidade) generalizou-se até à proliferação das traineiras. "O relatório então mandado elaborar para pôr fim à polémica conclui pela não nocividade das armações à valenciana quer para a navegação quer na manutenção dos recursos, principais aspectos negativos apontados pelos seus detractores. A primeira armação à valenciana pescou pela primeira vez em Peniche no ano de 1889. Fundeadas em diversos pontos da costa e nas Berlengas, tiveram um enorme sucesso, só terminado no início de 1940, após a introdução de traineiras, embarcações de grande mobilidade, que utilizavam redes de cercar com retenida e de alar para bordo." (Souto 1990: 78)

da condição humana do pescador⁴⁷. O autor propunha politicamente uma associação entre o capital e o trabalho por motivos sociais e económicos. Contudo, a situação das pescarias não mudou significativamente com novos modos de produção. O pescador dos portos industriais portugueses foi, ao longo do século XX, um proletário menos favorecido do que o da indústria, pela precariedade e incerteza das pescarias e pela intermitência da actividade e dos ganhos (Ribeiro 1987).

Da economia política à antropologia do consumo

Akhil Gupta (2007), através de uma análise sobre as movimentações globais de bens alimentares e as metamorfoses das culturas gastronómicas, tenta cartografar significados diversos da globalização. Através do exemplo das especiarias e da cana-de-açúcar, promove a que se proceda a um estudo exaustivo da arte culinária e dos alimentos pelo papel provavelmente decisivo que desempenharam na globalização. A autora, reconhecendo que a globalização não é “objecto” único, devido à polissemia do seu conceito (consoante o fenómeno ou sector em causa), da sua forma (diversa em conjunturas geográficas distintas) e do seu significado (variando de pessoa para pessoa em localizações diferenciadas) segue a hipótese de Tsing (2000) de se proceder a uma “cultura e política do escalonamento” para cartografar o presente. Gupta considera a globalização como um fenómeno que não é recente, caracterizado por desequilíbrios e contradições, situado numa posição interpretativa de alterações económicas e sociais em que o estado territorial era uma “autoridade suprema”. O desafio intelectual

⁴⁷ “Aqui, como em toda a costa do reino, o grande industrial de pesca, isto é, aquelle que possui armazéns, barcos, armações ou artes de pesca, vae enriquecendo pouco a pouco, até alcançar uma fortuna rasoavel; o pescador operário, aquelle que contribue apenas com o seu trabalho com o seu trabalho, para a exploração dos seres que povoam as águas, vive sempre pobre e na dependência absoluta dos senhores. Por todas as razões economicas, deve dar-se n’esta industria a associação do capital e do trabalho. Se o proprietário entra na exploração com um capital relativamente importante, representado pelo valor das embarcações e dos aparelhos de pesca, tambem o pescador contribue com o seu trabalho e com uma riqueza impagavel, qual é a vida, que tão arriscada está e tão altamente é cotada nas explorações industriaes de risco iminente, como é esta. O produto da exploração deve, pois, ser equitativamente distribuído segundo uma proporcionalidade racional e justa para remuneração do capital e do trabalho. É porem, racional e justa a divisão actual? Por exemplo: nas armações de pesca, vencendo as partes, nas quaes a distribuição a distribuição do produto bruto, é approximadamente de 2 por cento para o pescador, o proprietário além de tirar um rendimento de 5 por cento do capital empregado, auferê 40 por cento de amortisação annual d’este capital! O pescador pobre tem crises em que o unico recurso que lhe resta é esmolar de porta em porta, mas como por cada porta entra a miseria n’estes casos, tem de procurar as povoações ruraes, arrastando a sua indigencia. Principalmente no inverno, que o mar embravecido fecha o campo de exploração e de recurso d’esta classe, é facto vulgar e notorio, bem conhecido de todos que n’esta estação permanecem em Peniche, que as mulheres e os filhos dos pescadores pobres e mesmo estes, têm de se valer dos soccorros da santa casa da misericordia da villa e as esmolas dos bemfeitores, para mitigar a fome, chegando a um ponto de haver distribuição de um, ou meio pão, a cada um d’estes desgraçados.” (Baldaque da Silva 1898: 75-76)

proposto aos leitores é sobre a possibilidade de construir uma narrativa alternativa do que ocorre no mundo de hoje. Reflectir sobre as safras marítimas portuguesas é falar eminentemente de três espécies piscícolas: o bacalhau, a sardinha e o atum. Os dois primeiros tiveram o seu apogeu em meados do século XX (década de 60) sendo que os valores de desembarques do bacalhau não pararam de decrescer, os da sardinha estabilizaram nas 60 mil toneladas e os do atum cresceram quase até às dez mil toneladas nas últimas décadas. Tanto a sardinha como o atum correspondem a espécies com pescarias específicas e geograficamente distintas.⁴⁸

“As safras e a gastronomia proporcionam-nos uma perspectiva íntima sobre o modo como as pessoas constroem hierarquias de classe, identidades étnicas, diferenças de género, fronteiras religiosas e distinções entre o sagrado e o profano. Quando se tornar claro que tais distinções não foram criadas a partir de substâncias e práticas estáveis e eternas, mas incorporam rapidamente novas mercadorias e relacionamentos, tais como as safras do Novo Mundo nas cozinhas asiáticas, então a ligação entre a globalização e a identidade torna-se especialmente interessante. As safras, as culinárias e o consumo abrem-nos um trilho particularmente eloquente e importante para compreendermos a história da globalização.” (Gupta 2007: 212-213)

As duas tendências da antropologia que interessa destacar neste capítulo são aquelas que foram buscar inspiração a conceitos e teorias de economia política. Tendências essas constituídas principalmente por antropólogos britânicos (Instituto Rhodes Livingstone) e

⁴⁸ A sardinha e o atum, ambos peixes pelágicos, são espécies apropriadas para a indústria conserveira pelas suas características de peixes com elevado nível de gordura. A pesca da sardinha é feita essencialmente na plataforma continental portuguesa e não existe frota de pesca do cerco no Açores. Pode considerar-se uma especificidade insular na pesca do atum. As pescarias são realizadas por barcos de palangre nas grandes rotas migratórias da espécie. Alguns aspectos relacionados com a generalização do consumo de conservas de atum em Portugal. A indústria de produção de tunídeos tem um franco desenvolvimento no Arquipélago dos Açores. A empresa Cofaco é criada em 1961, com sede em Vila Real de Santo António. Sobre a história das pescarias do atum no Algarve conferir *Um Século de História da Companhia de Pescarias do Algarve* (Galvão 2008). Mais tarde, fruto da escassez de atum nos mares algarvios, a Cofaco desloca-se para o arquipélago dos Açores, local de passagem do atum nas suas rotas migratórias transoceânicas. Actualmente é uma empresa exclusivamente açoriana, situando-se os seus pólos industriais nas ilhas do Pico (Madalena do Pico), S. Miguel (Rabo de Peixe) e Horta (Faial). Para além do controlo destas unidades fabris possui participações em empresas de pesca como a Compico com dezenas de embarcações de pesca. Actualmente a sua estratégia é continuar a ser a empresa líder em Portugal nas conservas de atum e prosseguir a internacionalização da sua produção, que tem como principais mercados os EUA, a Suíça e a Espanha. “A conserva de sardinha continua a ser o produto líder em exportação embora os montantes se mantenham praticamente estagnados nos últimos anos. Em contrapartida, a conserva de atum evidencia uma tendência constante de crescimento. Tenha-se em conta que o mercado mundial de conservas de atum cresceu 45,5% no período entre 1980 e 1988 no que foi acompanhado no crescimento do mercado interno em 234%, razão pela qual a quota do mercado externo não terá crescido o esperado.” (Macedo Dias 1991: 82)

“americanos” (Wolf, Mintz, Leacock, Nash) que se implicaram na situação social e política do mundo, alinhando em axiomas de inspiração marxista e trabalharam questões sobre o desenvolvimento económico. Os principais interesses de investigação incidiram sobre os problemas criados pela economia dos países capitalistas avançados e o domínio político sobre sociedades menos desenvolvidas economicamente; o surgimento da consciência de classe no proletariado; sobre o papel político do campesinato; a luta de classes e o significado das migrações laborais na economia. Os tópicos existentes na economia política tiveram principais inspirações fortes de recurso as teorias de “sistema mundo” e de “modos de produção”, detendo-se em focos regionais e com uma atitude de análise histórica. Para William Roseberry (1988) a importância da análise desse movimento intelectual e político reside no conjunto prolixo de argumentos, ideias, projectos e métodos desenvolvidos a partir dos anos 50 do século XX⁴⁹. Roseberry apresenta uma análise alternativa da história da antropologia política e económica, sugerindo um espectro vasto de preocupações e problemas passíveis de serem reavaliados no seu estatuto e potencial na literatura desta disciplina. Destaca em particular dois antropólogos, Eric Wolf (cf. 1982) e Sidney Mintz (cf. 1985), que pelas suas abordagens históricas, ao considerarem os sujeitos antropológicos e as sociedades em que vivem como realidades prolongadas de processos sociais, culturais, políticos e económicos, devem ser perspectivados em termos globais. Nesse sentido, os autores, independentemente da sua diversidade temática, procuram a intersecção de histórias locais a processos mais amplos, como a construção de nações ou de impérios comerciais. Esta demanda na procura das intersecções das histórias locais e globais, numa visão histórica, examina processos amplos sem os encerrar em sistemas mundo e identifica diferentes modos de produção sem impor tabelas evolucionistas⁵⁰. Por motivos directos do meu projecto empírico destaco a monografia *Sweetness and Power. The Place of Sugar in Modern History* (1985). Sidney Mintz procede a um exame histórico do posicionamento e do sentido da dieta do açúcar como suplemento energético, num espectro

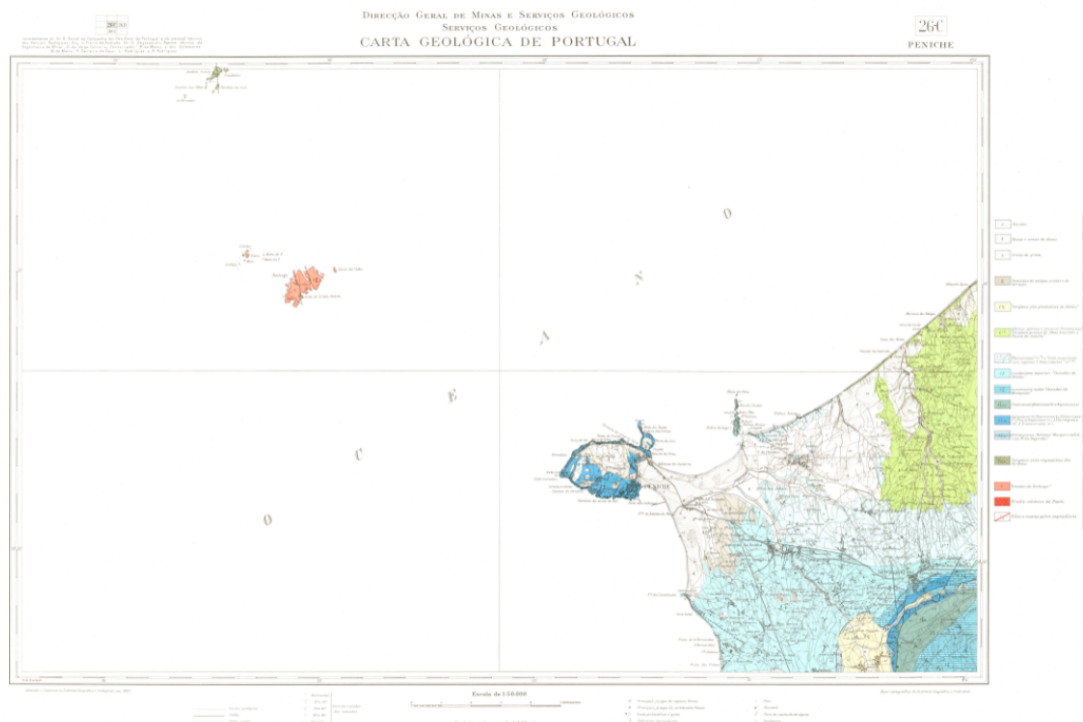
⁴⁹ “One of the most important strengths of world-systems and mode-of-production approaches was the placement of anthropological subjects within larger historical, political, and economic movements, the attempt to understand the impact of structures of power upon them – the slave trade, the imposition of colonial regimes, the development of post-colonial states, the cyclical boom and bust cycles of international markets, the development of particular capitalist enterprises such as plantation, and so on.” (Roseberry 1988: 169-170)

⁵⁰ “The statement that anthropological subjects should be situated at the intersections of local and global histories is a statement of a problem rather than a conclusion. The problem imposes upon scholars who attempt to understand particular conjunctions a constant theoretical and methodological tension to which oppositions like global/local, determination/freedom, structure/agency give inadequate expression. They must avoid making capitalism too determinative, and they must anthropological subjects. The tension defines anthropological political economy, its preoccupations, projects and promise.” (Roseberry 1988: 173-174)

temporal alargado de 250 anos, do século XVII ao século XIX, que cobre o estabelecimento do capitalismo na Inglaterra e a consequente criação do proletariado. Escolhendo uma mercadoria à como unidade de análise, método e periodização histórica, apresenta as mudanças ocorridas na dieta da vida inglesa. Através do exame do lugar do açúcar na criação da economia mundial, conjuga-o com a criação da economia das plantações nas Caraíbas e com a posição cada vez mais forte da Inglaterra no comércio do açúcar. Une-se assim um olhar contextual da produção à mudança estrutural do consumo, observando-se a transição (Godelier 1983) do consumo exclusivo das classes mais altas para o consumo generalizado do restante conjunto da população.

“The change in diet, and of the place of sugar in diet, are explicitly connected with the change in class structure – the proletarianization of working people and consequent changes in domestic groups, work and eating habits, and forms of sociality within and between households. Although the data on diet are not presented in terms of regional or social differentiation, Mintz makes a powerful case for understanding cultural change in terms of changing circumstances of class, work and power. He therefore offers an important criticism of those who would divorce their understanding of culture from relations of class and power, and he shows that we can approach such complex connections through historical reflection upon apparently simple objects like a bowl of sugar.” (Roseberry 1988: 179)

Para Daniel Miller (1995) o estudo do consumo e das mercadorias representa uma transformação crucial na pesquisa antropológica. O consumo, mais do que um acrescento, é um sinal de uma transformação radical em todos os aspectos da disciplina. A centralidade do consumo na antropologia é evidente em diversos estudos realizados. Bens e consumo de massa seguem a emergência da disciplina, que se desenvolveu numa alteridade implícita, normalmente pela descrição de sociedades definidas pela ausência desses bens. Miller aponta como obras de referência da antropologia do consumo os livros “World of Goods” (Douglas & Isherwood 1978) e “La Distinction” (Bourdieu 1979), que considera como fundamentais para que a partir dos anos oitenta do século XX o estudo do consumo fosse adquirindo uma relevância fundamental na disciplina, constituindo esse movimento teórico o depurar do primitivismo latente na antropologia. Miller, aproximando-se de algumas análises de economia política, assinala que existe um interesse crescente no relacionamento entre consumo e produção, quer em estudos sobre comunidades, quer em estudos do sistema capitalista. Uma das tendências de investigação das ciências sociais será a junção de abordagens sobre consumo e produção.



Mapa 3 - Carta Geológica de Portugal – Folha 26 C – Representação de Peniche, Berlengas, Estelas e Farilhões, de 1960 à escala de 1:50.000.

Sardine – proletarian hunger pain killer

Inicialmente, os estudos sobre o consumo enfatizavam a independência da investigação devido à tendência geral de pesquisa sobre os modo de produção. No final do século XX assumiu-se que nenhuma destas pesquisas poderia chegar a conclusões incisivas se fossem consideradas de forma isolada. Para Miller, torna-se operativo estudar a relação entre produção e consumo quando se estuda determinado produto em particular. Se os primeiros trabalhos consideravam consumo e mercadorização como sinónimos do que se considerava ser um consumo de massa homogeneizado, mais recentemente é dado ênfase à diversidade do consumo em diferentes regiões, classes e géneros, analisando-se com cada vez maior amplitude os interstícios do consumo nos países desenvolvidos e os seus efeitos nos países produtores⁵¹.

⁵¹ "In this new phase of anthropological study, consumption is detached from a critique of capitalism as a domain whose alienatory potential might remain as evident under socialism or some other economic system. Desire for goods is not assumed to be good per se as either positive or negative. Poverty is regarded as relative lack of resources rather than the preservation of authenticity. Critical analysis is not directed at the existence of mass consumption but at the inequalities of access and the deleterious impact of contemporary economic institutions on much of the world's populations." (Miller 1995: 157)

Em muitos casos os estudos sobre o consumo foram observados simplesmente como uma erosão das culturas locais. À medida que determinadas sociedades entravam na economia da globalização industrial, considerou-se que perdiam a sua formação original e encetavam num consumo homogéneo e generalizado, resultando numa perda de especificidade cultural. Miller conclui afirmando que a disciplina antropológica tem perante si o desafio de tentar decifrar como as pessoas usam os bens industriais e descodificar que identidades sociais e culturais específicas criam através deles. A minha hipótese analítica é aferir de que modo a sardinha, como espécie de “proletarian hunger pain killer” (Mintz 1979) se tem transformado: de peixe acessível a todas as pessoas, assente numa política de abastecimento da população, num peixe economicamente mais caro inserido numa política de valorização das subsistências. Verifico também se existem conexões entre a segmentação da produção e consumo e a segmentação do mercado de trabalho no sector das pescas.

História das pescarias e das conservas

Existe um manancial de informação, eminentemente técnica, sobre Peniche. Tal facto deve-se em parte pela importância significativa que o porto representa nas pescarias nacionais e para a indústria das conservas de peixe⁵². A informação sobre a indústria é eminentemente técnica, reveladora da importância da actividade piscatória, que sempre teve um saldo positivo na balança de exportações do país. A real importância do sector da pesca, numa perspectiva sócio-económica, é aferida pelo conjunto das actividades induzidas resultantes da actividade de captura do pescado. Deste modo se pode deduzir a quantidade de postos de trabalho que em terra existem e qual o valor acrescentado que se cria ao volume e valor dos desembarques. A localização geográfica da indústria da pesca acompanha a concentração dos portos e surge em zonas onde a oferta de mão-de-obra é maior. As actividades mais importantes a montante são a indústria de construção naval e de apetrechos de pesca e auxiliares. A jusante encontram-se as indústrias de transformação do pescado como a indústria das conservas, dos congelados e das refeições transformadas. Estas actividades são o elo clássico de ligação entre a produção e o

⁵² A designação de conserva utilizada neste trabalho reserva-se ao pescado acondicionado de conservas em molhos. As conservas são um processo tecnológico de transformação e conservação para consumo humano. A indústria alimentar tem reservado preferencialmente a conserva para as espécies pelágicas, mais gordas: os tunídeos como o atum branco, gaiado rabil o arenque, o biqueirão, o carapau, a cavala, a sarda e a sardinha. A indústria alimentar tem constatado que a conserva não tem os mesmos resultados satisfatórios em peixes demersais, de carne branca e mais seca. Nesses casos a solução assenta primeiramente na congelação. Contudo, a congelação é muito utilizada também nos grandes pelágicos, como o atum e a cavala, com destino final à indústria de conservas.

consumo. Existem outras, destaco estas pela importância que os grupos económicos e a sociedade concedem actualmente a este segmento, respectivamente pelo acréscimo de 100% ao valor do produto em bruto (Hypercluster 2009) e pelo aumento gradual do seu consumo (Geistdoerfer *et al* 2003).

A bibliografia existente sobre papel histórico do consumo e conservação dos alimentos é vasta. Actualmente, o renovado interesse do consumo de peixe, em geral, e das conservas, em particular, assenta no discurso médico da acção benéfica do consumo da gordura do peixe no controlo do colesterol e na prevenção de doenças cardíacas (Simopoulous 1999; 2008). Não quero com isto considerar que o desenvolvimento das indústrias das conservas e do frio foram fundamentais para a inserção do peixe na dieta humana mas sim que as mesmas contribuíram para a generalização do consumo de peixe a níveis absolutamente novos. É de salientar que a indústria conserveira portuguesa tinha quase a totalidade da produção (90%), consignada para diferentes mercados estrangeiros e que apesar da sua mundialização apresentava grande procura nos países como os EUA, França, Inglaterra (cf. Simões 1936; Souto 1990). Por outro lado, em Portugal desde a Idade Média que as pessoas se alimentavam mais de peixe do que de carne. Segundo Amorim (1987) a Igreja Católica determinava que durante 240 dias devia ser praticado o jejum da carne, sendo essas regras normalmente cumpridas devido às convicções religiosas. A sardinha, e outros peixes de baixo valor energético e comercial, foram sempre parte integrante na alimentação da generalidade dos portugueses a partir de meados do século XIX, tendo-se tornado num dos produtos quase exclusivo dos trabalhadores rurais e operários. A indústria das conservas de peixe é associada ao crescimento económico e ao nível de vida de um país, que como outras indústrias alimentares estiveram dependentes das mudanças ocorridas na estrutura do consumo. Muitas dessas mudanças foram determinadas pelo nível de industrialização, pela subida do poder de compra *per capita*, pelo aumento da concentração urbana, pela colocação gradual de mais produtos alimentares manufacturados no mercado e pelo desenvolvimento de hábitos de compra característicos de sociedades de consumo (Carrion 1989). Para a indústria das conservas de peixe, a participação da mulher no mercado de trabalho foi fundamental para este segmento do sector secundário, que no início foi caracterizada pela utilização de mão-de-obra intensiva. O desenvolvimento ocorrido é decorrente pelo emprego quase exclusivo de mão-de-obra feminina e pelo pagamento de salários inferiores à mão-de-obra masculina. Em Portugal, é partilhado pela generalidade dos autores da história económica que o primeiro impulso decisivo para a indústria das conservas de peixe ocorre entre

1890 e a Primeira Guerra Mundial⁵³. Esse desenvolvimento foi sempre mais marcado por razões externas do que internas: escassez de sardinha das zonas costeiras de França causada pelos invernos rigorosos de 1877 a 1881 que conduziu os industriais franceses até Setúbal em 1880 (Golçaves Pereira 1934) e escassez idêntica na Galiza em 1909 e 1924-25 (Amorim 2001a). São os conflitos militares os principais motores económicos da proliferação das fábricas de conservas⁵⁴. O destaque que o Estado Novo dava a este sector que animava a balança das exportações é aferido pela tese de doutoramento de Pinto Barbosa (1941) e pelo estudo realizado por Oliveira Salazar (1931). Estes trabalhos são reveladores da atenção que as figuras centrais na política económica conferiam ao sector e demonstram uma estratégia dupla: pretendiam por um lado balancear a dependência das importações do consumo de bacalhau e por outro lado conferir uma natureza política de sustentabilidade do regime comparativamente com a Primeira República (Garrido 2001).

⁵³ A Primeira Guerra Mundial acelerou a produção e o consumo das conservas de sardinha. As receitas das exportações são fortíssimas na balança comercial do país chegando aos 20%. “Com grandes oscilações embora, o comércio de conservas de peixe e principalmente o de conservas de sardinha, tornou-se em curto prazo, um dos ramos principais da nossa exportação. Fora dos chamados grandes consumidores certos, as nossas conservas de sardinha vão entrando em todos os mercados, preferidos pelos núcleos civilizados e super-industrializados da Europa e da América, onde o seu consumo aumenta e pelos novos e mais restritos mercados em formação da África e da Ásia, onde o seu comercio se expande.” (Simões 1936: 20). Em 1925 atinge-se o número mais elevado chegando a existir 400 unidades fabris (Barbosa 1941) “Ao terminar a guerra [1914-1918] as fábricas conserveiras deste tipo ultrapassaram o número de 300. Neste número estão inseridas as treze que existiram em Peniche. Por documentos que consultei, embora aqueles estabelecimentos estivessem a laborar com documentação, só a 31 de Outubro de 1929, a pedido da Câmara Municipal, a 3.ª Circunscrição Industrial do Ministério do Comércio e Comunicações enviou os alvarás competentes a diversas fábricas como: a) Sociedade Exportadora de Peniche, Lda; b) João António Júdice Fialho; c) Centro Comercial de Conservas, Lda; d) José Gago da Silva; e) Sociedade Geral de Comércio Indústrias e Transportes; f) Soc. de Conservas de Peixe, Lda; g) Soc. Mercantil e Industrial Portuguesa; h) La Paloma, Lda; i) Soc. de Conservas Ramalhate, Lda; j) Soc. Peninsular de Conservas, Lda; k) António Andrade; l) António de Andrade; l) Santa Cruz; m) Pinhaes & C.ª” (Engenheiro 2000: 4)

⁵⁴ A análise estrutural de João Macedo Dias (1991) sobre a indústria de conservas de peixe, foca tanto o caso português no contexto mundial como procede a uma análise histórica das origens da indústria. “Em 1850 mecanizou-se o fabrico da lata, o que criou condições acrescidas para a expansão verificada durante a secessão nos EUA (1861), a guerra do Japão com a China (1894), a guerra do Japão com a Rússia (1904) e as duas guerras mundiais. As condições associadas à guerra de secessão Americana, terão estado na origem da grande aceitação da comida enlatada, neste país, pressionando a tecnologia do fabrico das latas. Inicialmente interligadas, a separação entre as indústrias de conservas e embalagens começa em 1895, nos EUA.” (Macedo Dias 1991: 46) Desse ensaio importa também reter as especificidades da produção portuguesa (atum, sardinha e cavala) e a situação de concentração da distribuição agro-alimentar do mercado europeu, com o estudo de caso do mercado inglês, considerado o mais “avançado” dentro da UE por as refeições transformadas significarem já 10% do total do consumo.

Considero que o volume *The Golden Book of Portuguese Tinned Fish* (1938), editado pelo Instituto Português de Conservas de Peixe em diversas línguas, no contexto antecedente à Segunda Guerra Mundial do Século XX⁵⁵, pode servir como exemplo da promoção da sardinha enquanto uma “mercadoria imaginada”, constituindo uma espécie variante de “proletarian hunger pain killers”. No mercado nacional consumida fresca e salgada, no mercado internacional consumida enlatada. A produção de conservas de sardinha regista surtos de crescimento na sequência de conjunturas favoráveis no mercado internacional, designadamente em períodos de guerra, conduzindo a um maior aproveitamento deste recurso. Assumindo que grande parte dos conflitos militares são resultado de nacionalismos exarcebados, não é forçado conectar a indústria conserveira à “invenção de nações” (Hobsbawm & Ranger 1983). Benedict Andersen, na sua reflexão sobre a identidade nacional, usa a expressão “comunidades imaginárias” nos termos de uma nação ser “imaginada porque até os membros da mais pequena nação, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação, mas, ainda assim, na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão.” (Andersen 2005: 25).

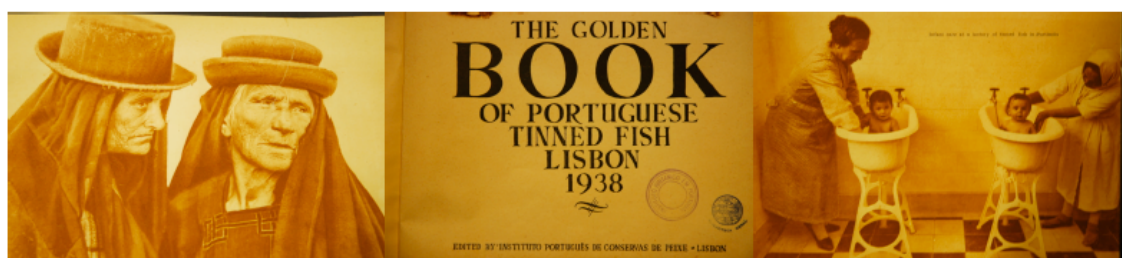


Imagem 3 – Pormenores da edição *The Golden Book of Tinned Food* (1938). A imagem das velhas pescadoras tradicionais é combinada com os filhos das operárias a tomarem banho na creche de uma fábrica conserveira.

⁵⁵ No *The Golden Book...* (1938), reforça-se a dicotomia verdadeiro/falso pescador salientando uma ancestralidade essencialista dos *verdadeiros* pescadores na *construção da nação* e a constituição de uma *horda operária* indistinta: “Fishermen, real fishermen are those who busy themselves with coastal and high sea fishing, by means of nets or hooks, going on sailing boats of shape and size fit for the particular kind they are going to fish in, with the oar and sail as only propellers. Steam fishing, due to its absolute different character, picks up their hands among people of the docks and not exclusively among the colonies of fishermen. The crews of steam trawlers do not represent a special rare; they are merely laboures of an industry while the others, the true fishermen have been centuries ago initiated in the mysteries of a rite in which they are at the same time officials and oblata (offering).”. (Morais 1938: 34) Este livro que se destaca pelo cuidado gráfico e pelo profuso trabalho fotográfico, organizado pelo realizador de cinema Leitão de Barros, foi editado em inglês, francês e alemão, promovendo-se as qualidades intrínsecas do modelo corporativo do Estado Novo e as capacidades produtivas de Portugal para alimentar os diversos beligerantes no conflito militar internacional.

Pesca do cerco em Peniche

“Na zona marítima que cinge a península de Peniche, Berlenga e Farilhões, há diferentes posições que constituem pesqueiros naturais, onde o peixe afflue em determinadas epochas, por causas em parte conhecidas, de comedouro e abrigo e sob outras influencias ainda ignoradas dando-se no entanto o facto de elle ahi apparecer quasi que invariavelmente. Não nos referindo ao grande banco de pescaria que corre ao largo em toda a costa occidental do reino, verdadeira riqueza que os pescadores portuguezes exploram moderadamente desde eras remotas, trazendo ao mercado as especies mais apreciadas e alimenticias, existem n'esta região os pesqueiros seguintes: *Baciada* – ao sudoeste quatro de oeste e a 2 leguas de distancia do Cabo Carvoeiro; *Bahiu* – ao su-sudoeste e a 3 leguas de distancia do Portinho do Meio de Peniche; *Serro do Sudoeste* – A uma 4 leguas para o sudoeste do cabo carvoeiro; E outros locais conhecidos dos pescadores pelos nomes de *Chameira*, *Mar Bernardino*, *Enfiamento*, *Longete*, *Entradas*, *Beira Nova*, no mar alto; e *Mar Novo*, ao sudoeste da Consolação; *Mar do Gronho*, ao nordeste da península; e *Mar do Alto da ilha* ao nordeste da Berlenga. Tambem constitue pesqueiro importante o Serro do nordeste dos Farilhões, ao qual os pescadores dão o nome de *Baixa de João de Sant'Anna*, e que tem por marcações os enfiamentos seguintes: Limite norte, Cova da Raposa pela Ponta da Mesa; Limite sul, Farilhões dos Olhos pela Gagoza; Limite Este, a Meda do Norte pela Meda do Sul.” (Baldaque da Silva 1898: 20)

Ao reflectir sobre a organização de trabalho no sector das pescas, é necessário ter-se em conta que os ecossistemas condicionam. A classificação da pesca em função dos seus modos de produção terá de considerar a sua organização económica, a qual corresponde a um espectro que vai da pesca tradicional à pesca industrial. No seu estudo sobre as comunidades piscatórias em Portugal, Henrique Souto (2007a) identifica diversos tipos principais de actividade. Interessa destacar os dois já identificados e a pesca do cerco da sardinha como pesca de transição entre os mesmos. A passagem da pesca tradicional exercida num quadro estritamente familiar e frequentemente como complemento de outra actividade (ou complementada por outra actividade), e onde uma parte importante das capturas se destina ao auto-consumo, à pesca exercida cada vez mais longe do local de origem da embarcação, só se torna possível se existir o capital necessário. Por este ponto de vista, as grandes embarcações são armadas apenas por quem detém o capital, quando se vê na pesca uma oportunidade de reproduzir esse mesmo capital⁵⁶. A diferença básica entre estas duas formas de organização da pesca assenta nos montantes investidos e na sua relação com o tipo de proprietário dos meios de produção. As

⁵⁶ Inês Amorim sobre esta questão, seguindo o caso da industrialização do porto da Póvoa do Varzim em finais do século XIX, salienta também a incerteza e a precariedade das pescarias como um dos factores centrais (Amorim 2001a).

formas mais extremas destes dois tipos de organização económica correspondem mais a arquétipos, sendo a realidade constituída por formas mais complexas.

Tipo	Características	Exemplos
Pesca Artesanal	Familiar (toda a família participa na pesca, embora mais frequentemente o casal. Pesca exclusivamente local, por vezes mesmo sem embarcação. Meios de produção limitados mas propriedade da família. Parte importante da produção para autoconsumo. Pesca sazonal complementada por outra actividade (numa fase inicial, quase sempre a agricultura). Neste tipo não faz sentido falar de sistemas de remuneração já que o produto reverte na íntegra para a família.	Carrasqueira
Pesca semi Industrial	Maioria dos pescadores recrutados na pesca artesanal, não possuindo meios de produção próprios. Remuneração <i>à parte</i> , mantendo-se a tradição das caldeiradas. Pesca essencialmente costeira. Formas de propriedade muito diversificadas, mas que geralmente se apresentam como sociedades com número variável de sócios, alguns dos quais não pescadores. Ligação das mulheres à pesca é função do desenvolvimento de indústrias de transformação de pescado, que aproveitam a mão de obra feminina (habitualmente pior remunerada).	Traineiras do Porto de Peniche
Pesca Industrial	Meios de produção são propriedade de sociedades anónimas ou do Estado. Controlo, eventual, de toda a fileira de pesca (da captura à distribuição). Intensiva em capital. Pescadores assalariados (salário estabelecido por contrato de trabalho). Pesca costeira ou longínqua.	MWBrands

Tabela 3 – Organização socioeconómica das pescarias - Adaptado de Souto 2007a: 32

Quem julgar o contrário é tolo ou vai mal aviado

A pesca é uma actividade de recollecção que se desenvolve à custa da exploração dos recursos biológicos da hidrosfera e que envolve três componentes: os recursos biológicos aquáticos, o meio físico-químico em que as espécies vivem e o homem enquanto pescador. De acordo com esta definição geral existe uma enorme heterogeneidade de tipos de pesca e de pescadores. A pesca do cerco praticada em Portugal é basicamente um tipo de pesca marítima costeira⁵⁷, efectuada na plataforma continental, exercida por pescadores que se dirigem ao encontro dos cardumes de espécies de pequenos pelágicos. As artes de pesca são activas, compostas por grandes redes de nylon que cercam uma porção de água e aprisionam, numa

⁵⁷ Em Portugal existe regulamentação específica para três tipos de pesca: *local*, *costeira* e *do largo*. Na primeira incluem-se embarcações até 9 metros (distância da proa à popa entre os pontos mais salientes) e até 2.500 de 'tonelagem bruta', actuando na área da jurisdição da capitania do porto de registo e nas limítrofes, podendo afastar-se às seis milhas náuticas da costa se tiverem convés fechado. Na *pesca costeira* abrange-se as unidades de 'comprimento de fora a fora' dos 9 metros aos 33 metros, e um raio de acção até às 200 milhas náuticas (áreas definidas no artigo 64º). Por fim, na *do largo* (onde se pode distinguir a *longínqua* e a *do alto*), os navios têm mais de 100 'toneladas de arqueação' e autonomia mínima de 15 dias de viagem, actuando a partir das 12 milhas náuticas da costa portuguesa, ou ao alinhamento dos Cabos Raso, Espichel e Sines (artigo 65º). Decreto Regulamentar nº 3 de 28 de Janeiro de 1989, Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação.

espécie de bolsa, os peixes a capturar. Estas redes, com retenida e de alar para bordo, são usadas por traineiras, embarcações com *companhas* entre quinze a vinte *camaradas* que numa actividade veloz *caçam* a sardinha. Destes homens dois ou três são os *moços* da *chata* (pequena embarcação que procede ao cerco no mar com a rede atrelada) - são os que arriscam mais no mar e por isso a sua *parte* da retribuição é superior aos camaradas. Costumam ser pescadores destemidos e fortes para as operações de pesca: antes, quando a mobilidade geográfica dos pescadores de Peniche era maior, eram estes homens que ficavam de guarda a dormir no barco quando atracava noutros portos. Na ponte de leme governa o *mestre*, neste contexto governar, significa saber comandar a embarcação e os homens, auxiliado pelo *contra-mestre* (costuma ser o responsável pelo governo da embarcação enquanto o mestre procede às operações de cerco e pelas operações mecanizadas com guinchos no momento da alagem da rede). Segue também o *motorista*, responsável pela parte mecânica da embarcação, normalmente acompanhado por um *ajudante de motorista*. Os pescadores, conhecendo o comportamento das espécies que capturam, sabem que a sardinha ao mínimo sinal de perigo desencarduma. Através das redes do cerco que contornam o comportamento defensivo do peixe, fechando o caminho de fuga ao cardume. Uma *maré de mar* em princípio corresponde a cinco horas duração, uma hora e meia de viagem até ao pesqueiro escolhido, meia hora de detecção de peixe, hora e meia para efectuar lance e recolha do pescado e hora e meia para regressar ao porto. Anteriormente era conveniente aos pescadores irem “aviados”, com mantimentos, porque não se pescando perto dos mares de Peniche ia-se para outras zonas por tempo indeterminado. Antes do aparecimento dos meios electrónicos de detecção e busca de espécies piscícolas, a pesca era quase totalmente condicionada pelos ensejos, períodos liminares que representam uma ocasião adequada, uma oportunidade de captura. A saída para o mar, a duração das viagens e da busca estava muito ligada aos ensejos. Os pescadores do cerco pescam aos ensejos, não pescam precisamente às 6.00 da manhã ou às 18.00 da tarde. Tal tem a ver com o nascer e o pôr do sol, que como se sabe varia, alterando todos os dias a hora e a localização da pesca. Os pescadores da sardinha pescam nos ensejos por diversas razões. Uma delas tem a ver com a mudança de luminosidade, já que o peixe terá alguns problemas a adaptar-se à falta de claridade. Quando as condições de luz mudam, o peixe provavelmente estará mais preocupado em adaptar-se às novas condições de luz do que a uma eventual rede ou motor, ou ainda a um ruído estranho. Outra tem a ver com questões de alimentação, quando a luz muda há tendência para os microrganismos, como o fitoplâncton, ter migrações verticais na coluna de água, normalmente para cima. Não é linear mas normalmente vêm à procura da luz. Há medida que a luz vai faltando na profundidade o plâncton tem

tendência a subir para a luz. É nessa altura que o peixe ou acompanha o movimento vertical, ou se concentra em determinados sítios. Pode-se dizer que o peixe estará “distraído” com o movimento do alimento e confuso com a mudança de luminosidade na água. É a altura mais propícia, é o melhor ensejo ou a melhor oportunidade para apanhar o peixe. Daí que as *marés de pesca*, as alturas de pesca, tenham a denominação de ensejo e coincidem normalmente com o pôr do sol e com o nascer do sol. Em quase todas as artes isto acontece, numas artes mais que outras. Na arte do cerco sempre se falou do ensejo como a altura mais propícia. Hoje em dia, com a evolução da tecnologia de detecção associada à pesca, os ensejos já são quase uma questão secundária. Continuam a ser sempre a melhor altura para pescar mas isso não invalida que se procure peixe durante o dia⁵⁸.

A classe de pescadores de hoje se passassem só ¼ do que a gente passou. Estávamos descansadinhos a namorar a rapariga e apareciam para irmos ao mar. Passávamos noite à procura de peixe, depois vir o dia e nada, nenhum peixe. Chegar a terra sem peixe nenhum. Íamos, por exemplo, rumo à Ericeira, chegávamos lá não apanhámos peixe, dávamos a volta “lanha dentro” e só “amanhecíamos” em Figueira da Foz e Aveiro. O barco sempre a andar e assim sucessivamente. Passar depois de São Pedro para Norte. Chegávamos à Figueira da Foz, pedíamos peixe a um outro barco para comer. Peixe... Sardinhas, a nossa alimentação era à base de sardinhas, alguns carapaus. Vendíamos uns cabazes para comprar peixe em terra. E havia alturas em que estávamos enjoados de peixe que comprávamos carne à nossa conta: “Epá, vende-se um peixe ou dois.” Então vendíamos alguns cabazes de peixe e comprávamos carne. Era muito diferente de agora. Vendíamos o peixe na areia, na lota, junto à areia. Na Figueira da Foz era na praia, cá em baixo. A lota lá em cima foi modificada mais tarde, tal e qual como em Peniche. Em Peniche era na praia, depois foi lá para cima, onde hoje é o clube naval, e depois mudou lá para baixo [para o porto]. Mas a vida actualmente é muito diferente. Nem essa malta de agora aguentava o que nós aguentámos. Chegávamos a casa cansados do mar e o velho de terra, que era o “chamador”, dizia: “Anda para baixo, já para baixo, um barco apanhou chicharro, outro apanhou sardinha lá ao Sul.” O Mestre assim que sabia disso dava ordens de partida: “Vá, vamos embora para baixo.” Chegávamos ao mar da pesca e não apanhávamos nada. Não tínhamos dinheiro nem para acender um cigarro, nem nada, era muito diferente do que é agora. **Penicheiro**

⁵⁸

Pelo volume de desembarques do porto de Peniche interessa destacar a espécie da sardinha - *Sardina Pilchardus*. A sardinha é um peixe pelágico nerítico e é a espécie mais abundante e procurada nas pescarias nacionais: “Este peixe, bem conhecido de todos, é o mais vulgar e até hoje o mais abundante em toda a costa de Portugal, e aquele pelo qual os pescadores mostram maior predilecção, porque, sendo facil de apanhar grande número em um unico lance, é de um sabor relativo consideravel pelas suas qualidades de conservação e sabor. A *sardinha*, considerada por todos como uma especie *nomada*, tem geralmente 17 centímetros de comprimento, a forma do corpo é muito elegante e offerece á vista uma mistura de azul e prata na côr das suas brilhantes e numerosas escamas. Os olhos sao pequenos e a bôca tambem de diminuta grandeza. Informam os pescadores de todos os portos do continente, que os grandes cardumes marcham de inverno de norte para sul, contornando as inflexões da terra e demorando-se mais ou menos tempo nas diferentes paragens do litoral, conforme a menor ou maior facilidade em desovar, os comedouros que encontram, a perseguição que lhe fazem, e o estado de tranquilidade das aguas do oceano, bem como a direcção e velocidade do vento e a temperatura da atmospheria. De verão, caminham os cardumes mais rapidamente em sentido inverso, e na primavera e Outono conservam-se pairando do mar para a terra e d’esta para o mar. Ainda assim: a maior ou menor affluencia dos grandes *bancos de sardinha*, nas diferentes paragens do atlantico, é attribuida a influencias cosmicas e physicas que se dão n’este immenso meio. A sardinha consome-se geralmente fresca, ou salgada, ou em conserva de azeite, sendo muito saborosa de qualquer das maneiras.” (Baldaque da Silva 1891: 39)

A rotatividade e a flexibilidade do pescador é um factor profissional muito importante e sempre presente. Relaciona-se com o tipo de contratos que se fazem e que não vinculam propriamente. O contrato na pesca depende de uma matrícula. A matrícula é a inscrição oficial que o pescador tem em determinada embarcação. É possível um pescador inscrever-se em determinado dia e dar baixa da matrícula no dia seguinte. São raros os casos de pescadores que trabalhem há dez anos na mesma empresa, na mesma embarcação. A regra é a rotatividade. É sempre a procura de uma embarcação mais rentável, onde se ganhe mais. Há os “rankings” dos bons barcos. Nas embarcações que são tradicionalmente mais eficazes, que ganham mais dinheiro, há sempre uma lista de espera e afluem os pedidos ao mestre afim de se conseguir subir para uma embarcação que à partida dê mais garantias de rendimento ao pescador. Isto induz maior rotatividade e flexibilidade nos contratos⁵⁹. Falar de traineiras é falar da pesca da sardinha e de Peniche, a tal ponto que se vulgarizou o termo “traineira de Peniche” para caracterizar um determinado tipo de arte da pesca do cerco⁶⁰. Há duas ou três traineiras que se destacam, que os pescadores em Peniche titulam-nas de “grandes clubes”; são as embarcações que o valor do mestre e da companha, comprovados pelos volumes de captura do pescado, são reconhecidas no porto de pesca como um “bom barco”: o que apanha “montes de sardinha”.

⁵⁹ No ensaio sobre a industrialização do porto da Póvoa de Varzim em finais do século XIX Inês Amorim salienta que tal como os ecossistemas condicionam a organização do trabalho o mesmo é condicionado nas relações contratuais devido a uma série de razões: “por um lado, porque as espécies destas áreas [pesca costeira] são sazonais e nómadas, logo o tempo é parcial, por outro lado, porque os companheiros organizados apostam, estrategicamente, em novos barcos que contornem a “má sorte” ou a precariedade da safra, sendo a confiança ou a desconfiança no arrais ou no patrão factor para um vínculo mais ou menos duradouro.(...) Finalmente, aspecto a reter, a relação técnicas/ecossistemas é um binómio incontornável e por conseguinte pescas costeiras e pescas locais exigem uma organização temporal da actividade diferenciada. (...) Assim, o mesmo pescador pode desempenhar funções na pesca do largo, na costeira e na local.” (Amorim 2001a: 124)

⁶⁰ A monografia “Traineiras da costa portuguesa” (Filgueiras 1994) divide sumariamente a tecnologia destas embarcações num primeiro período de barcos à vela ou remos “Peniche 1913-1924”, o seguinte “Cercos e Traineiras” que se inicia em ano 1924 com o início da motorização das embarcações até 1954 que corresponde ao declínio dos cercos a vapor; avança pelos “Canastrões”, barcos maiores que as traineiras locais e que faziam raides verticais e horizontais por toda a costa portuguesa; o “Ocaso do vapor”, que tem o seu início nos anos 30 e termina nos anos 50, as “Novas Cercadoras”, embarcações mais recentes, idênticas às que se observam actualmente nos principais portos da pesca da sardinha na costa portuguesa, Peniche, Figueira da Foz e Matosinhos. “A designação da embarcação cantábrica “traineira” – a mãe de todas as traineiras – provém de *traina*, a arte de arrastar para terra, para a qual foi criada. A sua tipologia fixa-se em fins do século XIX, a partir das formas das “canoas baleeiras” locais, afeiçoadas pela experiência e a perícia dos pescadores baioneses (de França e Espanha). (...) Tais embarcações foram introduzidas na Galiza em 1900, com a *traina*; e em Portugal, mais de uma década depois: a primeira comprou-a em Vigo, a 19 de Abril de 1913, António de Andrade, de Peniche, que trouxe igualmente as redes e um entendido para ensinar a pescar pelo novo processo. Ainda no mesmo ano, e para o mesmo centro de pescas, foram importadas mais de doze unidades de diversos tamanhos; em 1914, além de novas compras na origem começa a construção em Peniche da que passa a ser denominada a “traineira tipo Vigo” (Filgueiras 1994: 16-17)

Hoje em dia é cada vez mais difícil esta hierarquia porque cada vez são menos os barcos⁶¹. No auge da pesca à sardinha em Peniche, o porto de pesca chegou a registar cerca de cem embarcações de pesca do cerco, com medidas diversas (Peixoto 1991). Nesse período havia a distinção entre as sessenta traineiras, de dimensões superiores entre os vinte e os trinta metros. As traineiras têm redes vastas, que trabalham normalmente em fundos de maiores profundidades e menos arriscados, ou seja, fundos de areia ou fundos bastante mais lisos. Estas embarcações normalmente dedicavam-se em exclusivo à pesca da sardinha. Havia depois em menor número traineiras mais pequenas de cerco intituladas de "rapas", embarcações com menos homens e também com redes mais pequenas. Os "rapas" dedicam-se a outro tipo de pesca, com o mesmo método, mas com técnicas diferentes: redes mais pequenas, em fundos mais arriscados, à procura de outras espécies como o carapau, o chicharro, as douradas, os robalos e os pargos. Esses peixes são mais caros na venda em lota, normalmente encontram-se mais associados a fundos de pedra, fundos mais perigosos e mais baixos.

Os recursos vivos marinhos da região de Peniche foram o factor principal para a crescente importância do porto de pesca. O segmento de pesca do cerco foi o mais marcante que participou de forma decisiva porque durante muitos anos praticamente não havia outros segmentos de pesca. A pescaria pioneira, do que se conhece hoje em termos históricos da pesca, mesmo em pequenas embarcações era a da sardinha. Com os mares ricos em peixe⁶² os

⁶¹ Esta realidade profissional é relacionada com os modos de produção mas também com as formas de organização do sector das pescas. "In Iceland, the hierarchical mode of fishing success first developed at the beginning of the twentieth century, when the domestic economy gave way to entrepreneurial fishing and large-scale capitalist production for an expanding foreign market. In order to appropriate, skippers had to become fishers of men. Recently – especially after the introduction of a quota system in the cod fishery in 1983, a few years after my original fieldwork – a new discourse has been developed in competition with the earlier one. The present system of quota management allocates a given share of the annual catch, a transferable quota to each boat owner. Fishermen and managers agree that, as result, the 'hunting element' of fishing is rapidly disappearing" (Pálsson 1994: 909) Pela redução significativa da frota das traineiras os mestres defendem que agora já não é preciso ir na "moche" (em grupo e na confusão) para pescar. A OPCentro definia para as traineiras de Peniche o limite de volume de desembarques por "maré de mar" de 700 cabazes de sardinha, valores bastante mais baixos do que os 2.000 cabazes de sardinha detectados por Souto (1990) em finais dos anos 80 do século XX.

⁶² A propósito das espécies mais importantes da enseada de Peniche, mar da Berlenga e Farilhões, Baldaque da Silva enumera-as do seguinte modo: "As principais espécies domiciliadas nas nossas águas e que se encontram na região que nos ocupa, são: goraz, cachupa, bisugo, pargo, pescada, alfaquique, agulha, raia, cherne, choupas, congro, safio, peixe espada, linguado, lagosta, lobagante, lagostim, mexilhão, percebe, ouriço, lula, choco, polvo, etc. As que transitam em cardumes, ou em grupos menores, durante todo o ano, ou em ephcoas determinadas, são: sardinha, carapau, chicharro, cavala, sarda, bonito, corvina, atum, toninha, boto, etc. Muitas outras espécies aparecem nas águas que banham a península de Peniche, Berlenga e Farilhões, como são: faneca, enguia, tainha, rodovalho, safias, bogas, anequins, cações, caneja, robalos, sargo, etc., mas não constituem pescaria especial para a qual haja aparelhos e indústria explorativa estabelecida, caindo apenas nos aparelhos destinados às espécies principais que indicámos." (Baldaque da Silva 1898: 17)

pescadores apanhavam outras espécies, sendo a frota maior a da pesca do cerco. A pouco e pouco, e em fases diferentes, foram aparecendo outros tipos de explorações e de exploradores de pescarias⁶³. A indústria conserveira, vendo nas águas de Peniche a possibilidade de expansão da actividade transformadora, instala-se em força para produzir sardinha de conserva em molhos. O relativo isolamento do istmo, as deficientes vias de comunicação em terra, a ausência e consequente importação de sal contribuíram para uma especialização regional do porto baseada na aceitação da presença dos barcos viveiros de lagosta franceses⁶⁴ e na transferência de capital, mão-de-obra e estruturas fabris para a região. A célere industrialização do porto, contribuindo para o aumento da tecnologia, quer nas artes quer no número de embarcações fez-se maioritariamente devido a investimentos exteriores. Se o arranque da indústria conserveira em Peniche se dá em 1910 quando a primeira fábrica de conserva de molhos inicia a sua produção (Souto, 2007b) toda a década seguinte é crucial para perceber o desenvolvimento posterior tanto a nível da produção como da composição da classe piscatória de Peniche.

Articular sobre a indústria conserveira implica considerar as espécies ictiológicas, os trabalhadores do mar, as operárias fabris e o capital industrial. Em 1915 o industrial João Júdice

⁶³ “Os pescadores têm interesses óbvios que são, fundamentalmente, os da sua actividade económica – que lhe assegura, mal ou bem a sobrevivência. Mas para além dos pescadores, que foram os primeiros a instalar-se nos areais, também os lavradores do interior sempre beneficiaram da proximidade do mar: nalguns locais, antes ainda de se povoarem as dunas, eles próprios desciam à beira-mar para pescar e, quando os primeiros pescadores se instalaram (muitos deles oriundos, justamente, das franjas mais desfavorecidas do mundo rural), beneficiavam também dos excedentes de peixe que usavam como adubo para as terras; mais tarde foram eles que alugaram o gado para a alagem das redes e os boeiros que as comandavam, cobrando valores fixos ao dia (ou ao meio dia), independentemente do rendimento da pesca, que variava consoante houvesse muito ou pouco peixe.” (Nunes 2003: 136)

⁶⁴ Regresso a Baldaque da Silva. No relatório o Estado Actual das Pescas em Portugal - Compreendendo a Pesca Marítima, Fluvial e Lacustre em Todo o Continente do Reino, Referido ao Ano de 1886 (1892) o “primeiro tenente da armada, engenheiro hydrographo” descreve Peniche do seguinte modo: “A umas 13,5 léguas do Cabo da Roca demora a península de Peniche, avançada muito para W., formando pelo S. Uma vasta enseada defendida dos ventos do N., e portanto muito adequada aos trabalhos da pesca permanente por meio de armações fixas, as quaes lançam approximadamente em uma linha N-S com a Cidadella. Recentemente têm obtido licença para deitar n'esta enseada, em pontos dispersos, armações à valenciana, de systema differente das anteriores, das quaes mais tarde faremos minuciosa descripção. Como porto de pesca é Peniche muito importante, porque, além das armações permanentes, onde diariamente cáe abundante pescaria, possui grande número de embarcações empregadas n'esta indústria, explorando o alto, o mar das Berlengas e as aguas da costa, muito férteis em pescada, pargo, congro, cavalla, sardinha, etc., e crustaceos de apreço, como a lagosta, lavagante, caranguejola e santola, sendo também abundantissima todas as variedades de molluscos, que vivem na penedia do Cabo Carvoeiro e nos rochedos das Berlengas, Estellas e Farilhões. A grande quantidade de lagostas, que se pesca n'esta localidade, é quasi toda transportada para os depositos de Brest e Audierne pelos exploradores dos navios francezes, que na temporada propria frequentam o porto de Peniche, comprando-as aos pescadores portuguezes.” (Baldaque da Silva 1892: 127)

Fialho⁶⁵ instala a sua maior fábrica de conservas no país. Esse facto foi decisivo para a história recente das pescarias de Peniche, por diversos motivos. Em primeiro lugar, dá-se o início da ‘grande’ migração de algarvios para a península de Peniche. O industrial já detinha diversas fábricas, maioritariamente concentradas no sul do país, tendo exportado mão-de-obra para a implantação fabril em Setúbal e Peniche⁶⁶. As mulheres vieram de barco, quem não aguentou o esforço da viagem ficou em Setúbal, mas o grosso das trabalhadoras consegue chegar a Peniche. Tal episódio moderno não é estranho ao fenómeno dos movimentos migratórios que caracterizaram o Algarve, região do país em que migrações femininas a partir de meados século XIX chegavam a percentagens superiores a 50% (Costa 2002). Contudo na economia de Peniche dá-se uma transformação decisiva: o fim da sazonalidade da pesca da sardinha⁶⁷. Como foi verificado anteriormente, as pescarias no Inverno paravam tanto pelas condições do

⁶⁵ João Júdice Fialho, filho de um negociante que fez fortuna no comércio de tabaco e de outros produtos, inicia os seus investimentos na indústria conserveira em 1892 com a construção da Fábrica de São José em Portimão e na indústria da pesca do atum em 1896 com a Concessão da Armação da Senhora da Rocha. “Finalmente, em 1915 abre a fábrica de Peniche, no sítio de Peniche de Cima, construída num terreno com 30.000 m². A oitava fábrica de conservas de peixe, adquirida em 1926, localizava-se em Sines. Deste modo, no espaço de vinte e três anos (1892-1915) o industrial criou um verdadeiro império, construiu seis fábricas de conservas de peixe e comprou uma, tinha uma oficina de vazio (na fábrica de São Francisco) que fornecia a todas as outras fábricas, montou uma litografia, com o equipamento mais moderno que havia para a altura e novidade absoluta, a fábrica era alimentada a partir de uma central eléctrica construída para o efeito. Armou uma frota pesqueira, instalando um estaleiro na fábrica de São Francisco onde construía as embarcações de madeira: as canoas para o transporte de peixe, as lanchas a gasolina para as rebocar e os próprios cercos, dos quais chegou a possuir 10, em 1927, os seus barcos conseguiam toda a matéria-prima necessária para as fábricas.” (Serra 2007: 67)

⁶⁶ Para a expansão da actividade industrial para a costa oeste de Portugal contribuiu o conflito de pescarias entre a pesca motorizada da sardinha nas armações de pesca de atum. “As armações *fixas* de sardinha desarmaram quase por completo no fim desse século [XIX]. E no princípio do nosso século (aí por 1910) apareceram no Algarve os cercos a vapor que já existiam, há mais tempo, nas zonas marítimas do norte e centro do país (...). Vieram mais os galeões, depois as traineiras, os vapores de arrasto, devido à valorização da sardinha e outros peixes e ao aumento das necessidades de consumo e desenvolvimento das fábricas de conserva. Daí resultou: 1.º a pesca do atum deixou de se fazer com tranquilidade necessária para a sua maior eficiência, mercê da timidez do peixe; 2.º as armações de atum na costa do Algarve, que em 1891, chegando em 1903 a atingir o número de 19, segundo os elementos oficiais, foram gradualmente a diminuir até 1927, em que ficaram a ser explorados só 6 locais, desaparecendo todas as armações que eram lançadas de barlavento.” (Galvão 2008: 111-112)

⁶⁷ O consumo de sardinha fresca é considerado ideal quando a mesma é “gorda” e a época de pesca para o peixe ser consumido fresco é de Março a Outubro. A época alta da sardinha é no Verão, socialmente anunciada com a expressão a sardinha “no São João já pinga no pão”, quer por conter níveis elevados de gordura quer por o seu consumo se ter entretanto generalizado pela população portuguesa. É no Verão que se pesca mais sardinha e o limite actual de 700 cabazes por viagem é contornado por mais “marés de mar. No verão ganha-se muito, no inverno ganha-se pouco, mas se não se apanhar peixe não se ganha nada, é conforme o que se apanha.” (**pescador polivalente**) Continua a haver a sazonalidade mas que não provoca paragem ou defeso das traineiras. No restante período, de Novembro a Fevereiro, a “sardinha é magra” e, excepto em situações excepcionais de capturas, destina-se a totalidade da produção da pesca para as fábricas da indústria conserveira.

mar como pelo comportamento das espécies piscícolas, provocando a fome e o endividamento das populações que se tinham sedentarizado na península e migrações sazonais dos trabalhadores do campo e do mar. Para a chegada em massa dessas mulheres e dos seus companheiros, pescadores ou redeiros, foi necessário proceder à instalação desses operários num bairro adjacente à fábrica⁶⁸. Deste modo assegurou-se a reprodução doméstica da força de trabalho tanto no sector da indústria, como no sector da pesca do cerco, isto é, em toda a fileira da pesca. A partir deste momento começou-se a generalizar culturalmente em Peniche a ideia de que filhos de pescadores e conserveiras nascem pescadores ou conserveiras⁶⁹. O mesmo também era revelador também da fraca mobilidade profissional da classe piscatória. Com a instalação destas pessoas, e a jusante com a modernização das embarcações e das artes de pesca, entrou-se num modo de produção industrial permanente a fim de assegurar o retorno do capital investido. José Júdice Fialho torna-se no principal opositor da ideia do defeso da sardinha⁷⁰, ideia essa que permanece ainda hoje em Peniche com os armadores da pesca do

⁶⁸ Sobre a importância desta fábrica, produtora da marca de conservas “Marie Elisabeth”, e do bairro dos operários refira-se que o empresário segurou-o juntamente com as instalações fabris: “Sobre a fábrica de Peniche, apenas possuímos dados relativos a um seguro de feito a 18 de Janeiro de 1935; pela análise do mesmo em relação aos valores do seguro de 500 contos para as máquinas e 1.500 contos para os edifícios, podemos concluir que eventualmente seria talvez a maior fábrica de conservas do grupo, pois nenhuma das outras fábricas tinha os edifícios ou máquinas segurados por valores tão elevados. Num aditamento de 14 de Agosto de 1937, acrescenta-se que em relação ao seguro dos edifícios estão incluídas todas as habitações anexas como as casas dos operários.” (Serra 2007: 101)

⁶⁹ Sobre a centralidade da mulher na economia doméstica dos marítimos: “O aspecto que parece sobressair (...) é o papel que ocupam na gestão do núcleo familiar: educar os filhos e cuidar da lide económica da casa. Neste quadro, mesmo aquelas que parecem esgotar o seu papel dentro da habitação, são reconhecidas pelos seus maridos como elementos complementares à sua actividade marítima. O seu empenho na administração do património familiar faz dela uma “trabalhadeira”, porque, sobretudo, “sabia governar o dinheiro” que recebia do marido; mais ainda sabia “amealhar” dinheiro, recorrendo ainda ao suplemento que lhe vinha do seu trabalho na colheita do sargaço ou do pilado, ou do cultivo da horta, ora, desde o início dos anos 70 do séc. XX, do aluguer dos quartos ou de toda a sua casa, prática que se estendeu um pouco por todos os núcleos piscatórios da costa portuguesa. Esta multivalência faz da mulher uma peça fundamental no contornar do aleatório, em virtude da sua função económica, peça fundamental num bom casamento, condição que pressionava os casamentos endogâmicos” (Amorim 2001b: 52).

⁷⁰ Em 28 de Junho de 1931, em pleno conflito económico com Espanha devido às pretensões do estado vizinho em reduzir as águas territoriais em 3 milhas, Júdice Fialho presta as seguintes declarações ao semanário *Correio do Sul* na reportagem “A Pesca e as Águas Jurisdicionaes”: “- E o que diz ao pedido feito ao sr. Ministro da Marinha para que seja proibida a pesca da sardinha, desde 15 de Dezembro a 15 de Abril? - É preciso que cada português não pense apenas em si. E, assim, os interesses dos pescadores e do povo em geral, levam-nos a reprovar absolutamente essa ideia. Eu bem sei que o peixe magro é mau para conservas. Mas se assim é, porque se aplica a esse fim? A pesca da sardinha no inverno, tem, porem duas utilidades essenciais: primeiro assegurar aos pescadores e a toda a gente que disso vive, um inverno sem fome; em segundo lugar abastecer o povo de peixe. Como sabe, hoje o país é atravessado por dezenas e dezenas de camionetas que, partindo do litoral, vão levar o peixe, ainda fresco, e em boas condições de preço, a todas as terras do interior. Basta dizer-lhe que, em poucas horas, a sardinha vai de Peniche, acabada de pescar, à Serra da Estrela, por exemplo. - A aceder-se a esse

cerco a serem resistentes a paragens da frota ao contrário do que acontece no portos da Figueira da Foz e de Matosinhos. A “fábrica do Fialho” surge como um exemplo operativo da história da indústria das fábricas de conservas em Peniche, quer pela sua dimensão, quer pela duração no tempo, ou ainda como por ser a empresa actualmente com mais postos de trabalho em Peniche. Através da história da fábrica de latas de sardinha “Marie Elisabeth” é possível ponderar o passado, o presente e o futuro do porto de pesca da cidade. A partir do momento em que as fábricas iniciam a produção de conservas, as necessidades de mão de obra nunca mais pararam e as migrações de homens e mulheres de todos os pontos do país para Peniche não cessaram. As mulheres que chegavam tinham como principais oportunidades de trabalho a indústria conserveira e as redes de pesca. Os homens a vida no mar, pescadores de Viana do Castelo, Figueira da Foz, Nazaré, Vila do Bispo, Lagos, Olhão e Tavira que pelo trabalho quotidiano nas *companhas* de pesca à sardinha se tornavam em “penicheiros” de profissão.

“Até ao aparecimento das fábricas de conservas em Peniche, o destino do peixe salgado abrangia uma área que ia da Lourinhã às Caldas da Rainha; em fresco, o peixe apenas podia ser consumido localmente e em Lisboa para onde era transportado por via marítima e de noite, para manter a frescura. Daqui se compreende a importância que a conservação por outros processos, que não a salga, veio a ter na economia local. O emprego criado por estas unidades industriais e pelas traineiras, indissociáveis no tempo e no espaço, originou a primeira grande vaga de imigração para Peniche de povos de outras regiões marítimas: em maior número da Nazaré (que até então era um porto mais importante que Peniche), mas também do Algarve, de Aveiro, de Viana do Castelo.” (Souto 1990: 87)

Para compreender a história do porto de Peniche é importante ter em conta a sua especialização na pesca da sardinha e a sua relativa regionalização inicial. Esta narrativa da introdução dos avanços tecnológicos da indústria conserveira não é um “arco fechado modernista” (Ferguson 1999). O sector das pescas, pela sua dependência dos recursos piscícolas, foi marcado por profundas contingências naturais e por crises de pesca. O porto de Peniche em meados dos anos 30 sofre uma redução abrupta nos desembarques por um período aproximado de dez anos - 20 904 toneladas desembarcadas em 1935; 4 973 toneladas em 1942 - (Souto 2007b) provocando um declínio acentuado na economia marítima. A consequência

pedido... - Acho que nem por absurdo devemos considerar essa hipótese, porque isso representaria não só um enorme prejuízo para a população de todo o país que, assim, se veria privada de um dos alimentos mais substanciais e mais baratos, mas a fome para muitos milhares de pescadores e para as suas famílias. Só em Peniche durante o Inverno, há mais de 100 traineiras, com cerca de 2.000 homens. Junte-se lhes as tripulações de todo o litoral português, e ainda os que vivem do transporte da sardinha em camionetas, para todo o país, e veja que formidável desgraça seria uma medida de tal natureza.”

directa na frota foi o desarmamento de diversas traineiras de Peniche e a sua venda para outros portos do país. Se o número de pescadores duplicou duas vezes e meia entre 1910-1920, resultado dos novos trabalhadores do mar, a partir da década de 20 dá-se um decréscimo de operacionais que só recupera em meados do século XX. Os valores mais elevados de pescadores inscritos no porto de Peniche dá-se nos anos 80. Outras actividades dependentes da pesca se desenvolveram em Peniche, tais como a construção naval, os armazéns de aprestos marítimos ou o comércio de pescado. A vida no cais da *Ribeira*. Em meados dos anos 40 com a introdução do gelo as capacidades de conservação do pescado aumentam, assim como as possibilidades de distribuição. Generaliza-se o consumo de peixe em Portugal - o peixe começa a ganhar “valor”. Criam-se as primeiras tentativas de criação de uma indústria do frio nacional ainda marcadas por uma visão “política de abastecimento” (Garrido, 2000). Os pescadores começam a melhorar a sua vida e a ambicionar sair da condição de proletários. Surgem as sociedades de pescadores, pequenas embarcações que se dedicam à exploração de peixe mais procurado e mais caro. Se uns conseguem governar a vida na pesca tradicional e serem “donos absolutos”, com uma embarcação, defendendo mulheres e filhos, a maioria volta passado algumas épocas de pesca para o trabalho assalariado das traineiras, mas continuando sempre a “tentar a sorte”, constatando a “fortuna” de outros pescadores, mudando de traineira em traineira ou procurando um bom barco de pesca até poderem adquirir o seu.

Economia doméstica e diversificação das pescarias

A economia doméstica da classe piscatória era marcada por uma partilha de riscos no provimento de rendimentos⁷¹. As conserveiras trabalhavam de modo intermitente, quando a fábrica tinha peixe e o homem estava dependente das pescarias aleatórias para prover sustento. A mulher em terra contava ouvir o toque da sua fábrica sinalizando peixe para laborar, o homem esperava ouvir o canto do “leva-leva” por um dos seus camaradas distinguindo um bom lance de

⁷¹ No romance neo-realista *Inquérito ao Mar*, cuja acção decorre nos anos 60 em Peniche, a visão da precariedade e incerteza dos ganhos da pesca era colocada do seguinte modo: “Ou seria que a vida do mar era mesmo aquela? Numa quinzena muito e noutras pouco ou nada. Percorrendo sob a madrugada o mar azul, negro à luz negra da noite, o barco, largada a rede e nem peixe gerado, perdia-se em voltas longas, guiado como cego pela sonda prescrutando meio-fundo do oceano, cega também, cega mesma de todo ou então o peixe debandara da mesma da costa. Não lhe parecia. Se outros barcos pescavam, se alguns armadores se iam atulhando de dinheiro é porque peixe havia – assegurava convicto o armador. Não lhe viessem com aquela. E culpa do barco não era, não. “Vila de Peniche” era uma boa traineira. A barba cerrada da companha era o espelho embaciado de privações, que por falta de ganhos, vinha passando e não fosse a mulher deles trabalhar na fábrica, não seria difícil adivinhar como viveriam ou como dariam, em casa, comer aos filhos.” (José 1978: 7)

peixe⁷². Esta situação foi relativamente contornada depois do “25 de Abril” em que ficou definida a legislação da contratação colectiva da indústria conserveira e certos segmentos de pesca, como a pesca do arrasto, começaram a ter contemplado um salário mínimo.

Durante o meu trabalho de mar diversas vezes me foi comentado que os “pescadores de Peniche” não sabiam pescar. Existe um discurso hegemónico (Pina-Cabral 2000) de distinção entre a actividade do pescador que é proprietário dos meios de produção e o trabalho da pesca numa embarcação que não é sua. Tal discurso é incorporado na realidade histórica da península, por ter sido sempre um porto de abrigo natural com mares ricos em peixe pouco explorados. O porto de abrigo económico criado com a industrialização das pesca para os proletários do mar e do campo foi eminentemente desenvolvido com a pesca da sardinha. Durante cinquenta anos as embarcações equipadas com outras tecnologias de pesca, como aparelhos de linha, covos e redes de emalhar foi residual. Isto não invalida o facto de que os conhecimentos marítimos e o saber trabalhar em *companhas* numerosas seja valorizado no discurso dos pescadores da pesca do cerco. A introdução e generalização de novas técnicas de pesca nos mares de Peniche é resultado da permanência de pescadores de outras comunidades piscatórias.

“Pescava-se mais sardinha porque havia tradição. As coisa hoje evoluem tão rapidamente, eu ainda sou do tempo de ainda não haver televisão, computador nem pensar... frigorífico... eu sou do tempo de não haver frigorífico, por isso é que às vezes me leva a pensar que já estou velho e eu acho que tenho um espírito de jovem. Não há explicação, eu acho que os pescadores pescavam só a sardinha porque surgiram as fábricas de conserva. Os pescadores depois tinham-na garantida, porque a gente esquece-se que antes não havia condições para manter o peixe fresco. Hoje há o gelo mas na altura não havia gelo. O gelo aparece talvez há 60 anos. Depois começa a aparecer mais a pesca do anzol fruto da vinda dos “nazarenos” para aqui. Eu acho que foram os “nazarenos” que tinham uma apetência natural por aquela actividade porque grande parte deles e das famílias estavam “no bacalhau” [pesca longínqua] que pescavam com aparelhos de linha. E na minha opinião é a pesca mais dura. É a pesca mais exigente porque leva tempo, é uma arte que se “empacha” sempre antes de largar, tem de ser sempre “safa”, tem

⁷² Até ter começado a embarcar em barcos mecanizados dava como inequívoca a interpretação de Joaquim Pais de Brito de que as canções de trabalho tinham “desaparecido” como consequência da mecanização (aumento de ruído). Ao longo da minha pesquisa empírica, tenho aferido que apesar da sonoridade mecânica e repetitiva dos motores, aladores, guinchos, etc., a razão eminente do silêncio não tem tanto a ver com a respectiva mecanização do sector mas mais com a escassez ou abundância de pescado. Nas minhas viagens ao mar, tanto um pescador tradicional como um pescador de traineira expressaram interjeições e cantares reflexivos de boas pescarias e um silêncio expressivo num lance de má sorte. Na pesca do cerco o cantar de trabalho (leva-leva) que tem como objectivo directo a marcação do ritmo de alar redes para bordo da embarcação, mesmo antes da introdução de aladores mecânicos, só era cantado com um lance bom. O *totoloto*, a melhor pescaria possível, de uma companhia de pesca do cerco, consiste num *lance de sorte*, em que a traineira apanhe um cardume de peixes de alto valor comercial, como um *lance de robalos*. Estas são as pescarias desejadas, apesar de neste momento estar legislado que as embarcações do cerco só podem colocar em lota pequenas espécies pelágicas. Isto cria um profundo descontentamento entre as *companhas* do mar e uma incompreensão da legislação pelo conjunto da comunidade piscatória comentando que a legislação é absurda neste capítulo.

de ser sempre metido o anzol. Depois quando se vai para o mar a arte tem de ser iscada, quase não há tempo para descansar. Às vezes havia bocadinhos e hoje há mais porque hoje o pescador não safa tanto os aparelhos como as tripulações antes safavam. Hoje têm homens no armazém a safar mas antes não o pescador fazia tudo. Quase não se descansava. Era ir para o mar na madrugada, na noite de domingo para segunda-feira e era até sexta-feira sempre “tumba-tumba” naquele ritmo. Dormia-se uma hora, duas horas por dia. Aquilo era um ritmo do “caraças”. O que é que eles ganhavam? Ganhavam se calhar um bocado mais do que a pesca da sardinha. Tinham os tais “quinhões” que lhes davam mais um bocado e comiam outras espécies.” **Pescador polivalente**

A juntar a esse fenómeno da pesca do anzol nos anos 50 do século XX, o segmento da pesca “tradicional” ou polivalente começa a ganhar um significado acrescido quando começam a laborar a partir do porto de Peniche pescadores que os “penicheiros” nem consideram migrantes vindos de fora que são os pescadores dos concelhos da Lourinhã e de Torres Vedras⁷³. No início eram intitulados de “saloios” mas rapidamente ganharam prestígio junto da comunidade piscatória porque conseguiram em poucos anos gerar rendimentos que a frota e o segmento do cerco nunca conseguiu tirar. Os motivos da chegada destes novos pescadores, muitos deles proprietários agrícolas, com capital próprio para investir na pesca, merece ser contextualizada com os manifestos avanços tecnológicos que ocorreram no final da Segunda Guerra Mundial. A actividade piscatória é dotada com a motorização das embarcações, o conhecimento das previsões meteorológicas, os sistemas electrónicos de detecção e captura do pescado, a produção de redes de fibra sintéticas e a conservação a bordo. Essa parte de pescadores que vem do concelho da Lourinhã: Ribamar, Atalaia, Marquiteira e um ou outro até de Peniche, da zona rural, é a que vem intensificar a pesca no essencial com redes de emalhar, redes de tresmalho, covos. Redes de emalhar para o peixe mais pequeno e redes de tresmalho para o peixe maior, em grandes quantidades. Há determinados pescadores que hoje fazem pesca de aparelho, ou pesca à linha de profundidade ao goraz, mas a apetência destes pescadores foi para covos: para o polvo, para a navalheira, para a lagosta, espécies com elevado valor comercial. Com a entrada em cena destes pescadores surgem novas oportunidades de trabalho para outros trabalhadores do mar de diferentes pontos do país, para a entrada de novos operacionais de pesca e para o recrutamento da pesca do cerco em embarcações com

⁷³ Nas minhas notas de diário de campo encontro esta frase “solta” que não desenvolvi na pesquisa e portanto fica a nota de rodapé para os pescadores nómadas. A mãe de uma pessoa, cujo retrato-biografia surgirá mais à frente, tinha-se casado com um “avieiro” que veio pescar para Peniche nos anos 30: “Vieram também os ‘avieiros’ cá para Peniche, mas antes de Vila Franca eles são os pescadores da Murtosa. Vieram para as redes, para os ‘rascos’, para apanhar o linguado. Apanhavam muito linguado. Peniche sempre foi uma terra de acolher muita gente. Havia muito peixe, vinha gente de todo o lado.” (Cooperativista)

companhas menores mas a pescar espécies com um valor comercial muito mais elevado do que as pequenas espécies pelágicas, como a sardinha e o carapau⁷⁴.

Segmentação do mercado de trabalho

A partir dos anos 60 os pescadores de Peniche começam a diversificar tanto as suas pescarias com as áreas de pesca. O mercado de trabalho dos pescadores segmenta-se. Há aqui dois dados significativos a ter em conta: a indústria local de congelados começa a comprar o peixe fresco que chega à lota e a possibilidade de conservação do peixe aumenta o seu valor. Muito do peixe começa a ser importado do estrangeiro, por barcos munidos com sistema de frio que condicionam o peixe fresco preparando-os em filetes e postas de peixe. Por outro lado, nos principais centros de consumo, como o de Lisboa, a integração do sexo feminino no mercado de trabalho⁷⁵ vinha já atingindo níveis mais elevados em trabalho especializado que impunha um menor dispêndio de tempo para refeições e um aumento do poder de compra para produtos alimentares transformados. Desde meados do século XX que a proximidade do porto de Peniche a Lisboa é crucial para o crescimento do sector da pesca⁷⁶. Os pescadores passam a ter cada vez maior procura de peixe. Os novos homens do porto começam a realizar somas consideráveis com determinadas espécies. A posterior fama da fortuna em “lagosta de Peniche” é paradigmática do retorno do capital inicial e da possibilidade de gerar elevados lucros na pesca. Começou-se a investir em embarcações cada vez maiores, possibilitando viagens cada

⁷⁴ Apesar do baixo preço em lota devido à relativa abundância carapau (*Trachurus trachurus*) é uma importante pescaria na UE. Cerca de 600 navios, sobretudo grandes arrastões pelágicos que pescam igualmente cavala, arenque e verdelho, capturam anualmente cerca de 140 000 toneladas, assumindo valores cerca de €60 milhões. Cerca de 90% da produção é exportada sendo os principais mercados o Japão e África.

⁷⁵ João Moura, analisando o desenvolvimento económico em Portugal entre a década de 1950 e 1960 através dos dados estatísticos dos *censos*, analisa os números do emprego femininos do seguinte modo: “Quanto aos empregos femininos, verificou-se uma sensível e quase inexplicada descida na agricultura (131 mil) e outra nos serviços pessoais, certamente domésticos (26 mil); mas houve subidas noutros sectores, com relevo para o comércio, bancos e seguros (7 mil) e para a administração pública, ensino e higiene (25 mil). Quer dizer, deu-se uma evolução lógica em período de desenvolvimento económico: contracção da população agrícola e da que exercia serviços pessoais, expansão da população dos restantes sectores (indústria e serviços)” (Moura 1964: 708-709)

⁷⁶ “Não poucas vezes se registava crónica disparidade entre os preços médios de venda por grosso nas lotas e no retalho. Não raro atingia os 100%. Como se sabe o peixe não ia da lota para o consumidor. Entre um e outro segmento da circulação do produto existia uma extensa legião de intermediários, cuja acção impedia consumos mais expressivos do pescado nos lugares mais afastados dos portos de desembarque. (...) Os valores mais altos registam-se invariavelmente nas zonas mais chegadas aos portos de desembarque e nos centros urbanos do litoral, em particular do perímetro urbano de Lisboa.” (Garrido 2000: 664)

vez mais afastadas da costa e os avanços tecnológicos das redes de emalhar possibilitaram uma pesca intensiva de alto rendimento. Os barcos com maior capacidade de carga para as pescarias que se prometiam abundantes começam a chegar ao porto de Peniche com quantidades cada vez mais avultadas de pescado. Os pesqueiros inexplorados da costa norte africana foram um capítulo da epopeia local da pesca longínqua, onde a percepção de que o avanço tecnológico utilizado deste modo eliminaria as futuras capturas e aumentaria os custos de produção não se colocou. Tinha começado o desenvolvimento comercial do peixe fresco e congelado em Peniche que acompanhava o elevado crescimento económico do país no período entre 1960-1973 (Rocha 1984).

É no auge do crescimento económico europeu do século XX (Lopes 2004) que a indústria conserveira do peixe em molhos entra num impasse. O máximo das exportações foi atingido em 1965 (Macedo Dias 1991) e a partir daí inicia-se um ciclo descendente desta indústria em Portugal⁷⁷. Sendo um mercado extremamente dependente do comportamento económico dos outros países, é sintomático que os “gloriosos trinta anos” de prosperidade europeia tivesse efeitos negativos numa indústria crescentemente associada aos conflitos militares e à subsistência. Era uma tendência mundial decorrente do aumento do poder económico e das melhorias em infra-estruturas na conservação de pescado num número cada vez maior de países. O conflito militar português vem amenizar internamente essa percepção nas comunidades piscatórias com sucessivas encomendas para o esforço de guerra. Peniche não foi excepção. A conjuntura económica de desvalorização das conservas e valorização do pescado teve como consequência o fecho de diversas fábricas de conservas e a proliferação de novas empresas na área do frio e congelamento de pescado. Esta situação criou desemprego. A proporção de empregos criados por unidades industriais de conservas em comparação com a nova indústria do frio era muito maior. Os motivos são eminentemente tecnológicos. A técnica da indústria conserveira na sua sequência fabril nunca foi sujeita a grandes alterações. O motivo é simples. Para as tarefas de preparação do pescado: descabeçamento, evisceração, filetagem e

⁷⁷ A integração na EFTA, em 1960, pouco alterou o panorama decrescente do declínio das exportações das conservas de peixe para esses países e para o Mercado Comum. Estes produtos faziam parte das exportações tradicionais portuguesas mas não acompanharam a tendência de subida da venda de mercadorias: “Dentro deste grupo, as mercadorias mais importantes são as conservas de peixe, a madeira, a cortiça, os resinosos e os produtos minerais. Em 1961 tais produtos representavam no seu conjunto 46% das exportações totais; em 1970, menos de 23%. Apesar de representarem uma percentagem elevadíssima das exportações totais em 1961 contribuíram apenas para cerca de 9% do valor absoluto do aumento das exportações no decurso da década.” (Álvares & Fernandes 1980: 40) Portugal, país exportador de vinhos, rolhas e de conservas de sardinha começa na década de 60 a orientar a sua exportação com outros produtos manufacturados, como têxteis, calçado, conservas de tomate.

enlatamento implicam o trabalho sensorial a factores como a qualidade e a frescura do pescado, o teor da gordura, apresentação e tamanho do peixe. Este trabalho para ser automatizado implicaria o desenvolvimento tecnológico de maquinaria onerosa. Manteve-se a sequência fabril das linhas de produção do tratamento do peixe embora as restantes áreas de conservação e embalamento se terem desenvolvido. A indústria conserveira necessitou sempre de mão-de-obra intensiva que de forma gradual foi automatizando as suas tarefas.

Temos de ser sempre rápidas. E quando vamos a pegar no peixe temos de saber sempre qual a posição que vem o peixe para o colocarmos dentro da lata. Porque o peixe não vai todo para o mesmo lado. Vai cabeça com rabo. A primeira operária coloca assim e eu já sei como colocar nas duas latas. Temos a posição própria. Temos de ter olho para vermos como o vamos pegar para o colocar. Se sou a segunda sei que tenho de pôr sempre para baixo ou sempre para cima e se sou a terceira a mesma coisa, já sei qual a posição que vou colocar o peixe. Tem-se de começar daquela maneira para que facilite a colega do lugar seguinte para que ela consiga perceber como é que já vem a “remar” da parte de cima. Nós costumamos dizer que a primeira colega está em cima e a última que está em baixo. É uma estratégia nossa. Nunca a de cima pode começar contrário porque se começar contrário a que está a seguir atrapalha-se. Não é que seja obrigatoriamente forçado, eu posso ir para lá e colocar de outra maneira e a colega que está em baixo que se desenrasque. Mas por uma questão de facilitar as próprias colegas nós temos a posição correcta de colocar logo ao início para facilitar o processo todo. Foi um processo de experiência e depois os próprios trabalhadores é que tomaram aquilo como mais fácil para o ritmo, porque não foi imposto pela entidade patronal, não foi imposto por ninguém de chefia. Foi o próprio trabalhador quer percebeu no trabalhar que era mais fácil se metessem sempre para o mesmo lado o colega seguinte já sabia. Foi a descoberta do trabalhador para ser mais fácil para o processo. **Conserveira**

No “Bairro do Visconde”, no local da antiga fábrica de conservas Santa Cruz, conhecida como a “Fábrica do Visconde”, propriedade de Emílio José Ló Ferreira, em 1958, José Nicolau constrói um barracão de tijolo e instala uma câmara congeladora de 60 metros cúbicos, com a qual inicia a sua empresa de frio. O exemplo da empresa Nigel⁷⁸. Como esta empresa, muitas outras pessoas se dedicam à actividade do comércio de pescado. O “Bairro do Visconde” por exemplo vai crescendo com a chegada de pescadores da Nazaré que constroem barracas em

⁷⁸ A referência desta empresa de congelados é operativa para se reflectir sobre o desenvolvimento da indústria do frio no segmento da pesca. A empresa mantém-se na família, vai na terceira geração. De 60 metros cúbicos iniciais onde era acondicionado o peixe que vinha fresco a empresa começa a crescer. Com o aumento da emigração internacionaliza-se a produção passando a Nigel a exportar peixe congelado para os “mercados da saudade” nos EUA, Canadá, Brasil e África do Sul. Em 1982 as instalações do frio já têm uma capacidade de 4.200 metros cúbicos. Com a integração de Portugal na CEE abre-se o mercado europeu e em dez anos mais do que duplica a capacidade de armazenamento: 10.000. Em 2008, com 50 anos de actividade, empregava 105 pessoas, tinha já uma capacidade de frio de 18.500 metros cúbicos, e produziu 5.500 toneladas de peixe congelado que originou uma facturação 15 milhões €. “Hoje a empresa vende para o estrangeiro metade do que produz. A Europa absorve 40% das exportações, mas a lista dos países alargou-se ao Japão, China, Austrália, Angola, Moçambique e Chipre. A matéria-prima há muito que deixou de ser exclusivamente fresca. A empresa tem acordos com armadores e compra o peixe fresco aos barcos e nas lotas. Mas mesmo assim não chega para as encomendas. Grande parte da matéria-prima já vem congelada e é também importada. Depois a Nigel transforma-a e vende-a. Assim se explica, por exemplo, que esta empresa de Peniche exporte para o Brasil pescada que comprou no Chile.” (Fonte: Público, 31 Outubro 08)

cima das falésias e com vista para a Fortaleza de Peniche, perto do mar e do porto de pesca instalado na parte sul da península. Segundo as narrativas das histórias de vida, é neste momento que a mulher começa a conquistar o espaço público de Peniche. Se no início do século XX a mulher se integra no mercado de trabalho dentro das fábricas de conserva e no fabrico das redes, a mulher nazarena, pela actividade de comercialização do pescado avança no esbatimento da ideia do espaço exterior como território masculino.

A emigração, tendência geral do país, também se sente em Peniche. Os indivíduos das populações vizinhas, como de Ferrel, Lourinhã, ou Caldas da Rainha, emigram em força para França e a Alemanha (Guerreiro 1981) - a maioria para trabalhar na construção civil (Portela & Nobre 2002). Do dinheiro poupado no estrangeiro projecta-se o futuro (Meillassoux 1977), consubstanciado no envio crescente de remessas (Graham 1990). Começa-se a construir as casas sonhadas dos emigrantes, potenciando o aluguer para turismo (Mendonça 1982). Há os que não chegam a partir, os que regressam mas ambos tentam a pesca artesanal. A antropologia não esqueceu estes sujeitos descreve a ambivalência dos que partem e dos que ficam (Brettell 1990). É da pesca artesanal que a pesca do cerco vai recrutar parte da mão de obra, dos que homens que estão “fora de sorte” e “não se estão a safar”. A maioria dos trabalhadores das traineiras são os filhos de pescadores da sardinha, os “penicheiros”⁷⁹. A descrição mais precisa que me foi relatada sobre estes “penicheiros”, são as pessoas que têm de trabalhar em colectivo com os outros, seja na traineira, nas redes ou nas fábricas de conservas. Sardinha em lata? Antes considero a mesma, no sentido (a)essencialista, uma categoria étnica de reprodução social da segunda geração de trabalhadores do mar. A maioria dos “penicheiros” não era detentora de meios de produção próprios, isto é de um barco, e com esta definição sempre vaga, salientou-se os modos de produção (Astuti 1995) resultantes da industrialização do porto de Peniche que valoriza a diferença dos trabalhadores migrantes e os integra na comunidade piscatória.

⁷⁹ No inquérito efectuado em finais dos anos 80 do século XX esta realidade mantinha-se. Apesar de no meu trabalho de campo não ter procedido a recolhas quantitativas dos números dos trabalhadores de pesca do cerco, nas entrevistas, histórias de vida profissionais e observação participante do porto constatei que os pescadores do cerco são maioritariamente filhos de pescadores, normalmente também do cerco, da pesca artesanal e que a frota do cerco em Peniche, ao contrário da pesca polivalente e longínqua, ainda não recorreu à mão-de-obra imigrante transnacional. “Os pescadores entrevistados são em 88 % dos casos filhos de pescadores, o que dá bem a ideia da pouca mobilidade profissional que existe nesta comunidade, onde se “nasce já pescador” (“ser pescador é a sina que um homem tem”). Nos casos restantes encontram-se, embora sem predominância, em actividades relacionadas com a pesca, outras profissões como comércio. Esta tendência para a perpetuação da profissão de pescador é variável nas actividades exercidas pelos filhos activos dos actuais pescadores entrevistados, 65 % dos quais continuam na pesca.” (Souto 1990: 129)

As pescarias no Norte de África continuavam a dar lucros em Marrocos com a pesca demersal e mais tarde na Mauritânia com a pesca da lagosta. Surgem os armadores da pesca longínqua, que chegam a ter frotas de seis unidades. Foram eles, grande parte, tirando algumas excepções de armadores e pescadores de Peniche, que foram para o Norte de África e hoje trabalham no Índico e no Atlântico Sul. Estou na ponte de leme de uma traineira do cerco a caminho do “mar da bóia” e o mestre queixa-se de que Peniche é um porto importante mas que podia ter um nível de capturas e de desembarques muito maior. A sonda marca o “fundo limpo” e o pescador, enquanto não encontra peixe para fazer o lance da arte, vai comparando Peniche com os portos de Figueira da Foz e de Matosinhos, considerando que estes últimos têm compradores espanhóis com maior poder de compra. Nesse mesmo dia, outro pescador comentará um certo distanciamento do porto de pesca de Peniche nos grandes negócios do pescado da sardinha, comentando a existência de um negociante em Sines⁸⁰ que compra toneladas de mercadoria aos pescadores sem obstáculos de capital. Estas informações são trocadas com algum capital simbólico entre pescadores. A valorização do “saber pescar” também

⁸⁰ O porto de Sines daria outro interessante estudo de caso sobre migrações num porto industrial. A vila situada no litoral sudoeste de Portugal tem-se desenvolvido em torno de três sectores fundamentais, a actividade portuária e indústrias pesadas (Granjo 2004), o porto de pesca (Pita 2006) e o turismo. O porto de pesca aposta na pesca de espécies de elevado valor comercial para a actividade turística com um segmento de pesca do cerco. Durante vários anos existiam três traineiras que praticavam as suas pescarias com uma competição equilibrada. Há cinco anos atrás um dos armadores decide investir numa nova traineira de fibra. Fui assistir ao “bota-baixo”, baptismo do barco, e fiquei ‘impressionado’ com as dimensões da embarcação e com a potência da motorização. Filgueiras (1994) descreve situação semelhante. Quando visita Peniche, acompanhado por engenheiros navais noruegueses, os mesmos insistem que para o tipo de pescaria e dimensões das embarcações os valores de potência das traineiras estão sobredimensionados. Em Sines passados alguns meses de actividade esse armador constatou que as despesas de combustível eram uma parte cada vez mais significativa do “monte de pesca” e desenvolve uma actividade de pesca com valores incomparavelmente superiores às outras traineiras. A companhia da embarcação orgulhava-se de ser a embarcação do cerco a pescar mais sardinha da Península Ibérica. “‘Cultural factors’, therefore, may outweigh economic ones. Skipper, too, may be motivated by non-economic considerations. Some skippers believe that women pose particular difficulties at sea irrespective of their competence in the narrow context of fishing. Also friendship, and other personal connexions may be more important to the skipper than the reported ‘market’ value of a deck-hand. Often, however it is difficult to separate the economic and the cultural; in the long run, cultural considerations may *become* economic, as self-fulfilling prophecies.” (Pálsson 1994: 913) Com uma concorrência dominante um outro armador decide dispensar os seus trabalhadores portugueses e recrutar uma “companha” de pesca constituída maioritariamente por indonésios reduzindo os custos de produção das suas capturas. Foi a primeira embarcação do cerco a recorrer de modo sistematizado a migrantes transnacionais. A família desse armador introduziu a “traineira de Peniche” em Sines, recorrendo a novas técnicas auxiliadas por um pescador de Setúbal. A informação que retenho é que os trabalhadores imigrantes foram recrutados do porto de Peniche e que por estarem mais ‘disponíveis’ recebem uma *parte* menor do que os pescadores portugueses. Sines contudo já tinha desde o “25 de Abril” uma importante comunidade cabo-verdiana que trabalhava no sector da pesca. Nestas situações não se encontra demonstrações de racismo entre a classe piscatória do cerco, nem considerações morais do valor dos pagamentos aos trabalhadores imigrantes. Os pescadores portugueses comentam que os seus colegas *asiáticos* recebem pouco mas que os ordenados entregues correspondem a um salário elevado nos seus países de origem.

engloba as capacidades do mestre da embarcação conseguir vender o seu produto de forma satisfatória para o “monte de pesca” ser maior e a *companha* ter mais rendimento. Por isso, tanto na pesca como na venda do pescado, o mestre de traineira considera as pescarias como oportunidades na captura e de comercialização: “não imaginas o que eu tive de fazer para pescar e vender aquele peixe. Safei-me...”. Encolhe os ombros e afirma que os maiores armadores da região são de Ribamar, têm os melhores barcos e andam actualmente ao “aparelho”, na pesca do espadarte. Vendem o pescado em Espanha e se estão a pescar a Sul no porto de Ayamonte, “se a pesca dá a Norte da Galiza”, descarregam no importante porto de Vigo. Antes os pescadores realizavam cerca de dez viagens por ano à costa africana. Os barcos paravam dois meses em Peniche para arranjos e conserto das redes (Souto 1990). A pesca era feita com redes de emalhar, com desgaste forte nas artes. A legislação da pesca à lagosta implicaria o uso de covos mas os pescadores portugueses não a respeitaram. As embarcações concorrentes francesas também já não utilizavam viveiros e pescavam com barcos arrastões, de dragar os fundos.

As chamadas fortunas da lagosta que se fizeram em Peniche tem a ver com a chamada “pesca longínqua” de Marrocos e Mauritânia. Não quer dizer que não há lagostas em Portugal. Há, só que grande parte dos mariscos em Portugal não passa pelo circuito normal. Porque enquanto o peixe paga 5% de IVA o marisco paga 20% de IVA, porque é considerado um artigo de luxo. Na minha opinião não faz sentido nenhum porque incentiva a que passe para o mercado paralelo. Quem fez fortunas com as lagostas em Portugal, e quem explorou muito bem os recursos de lagosta foram os franceses. Na década de 40 do século passado vinham para aqui grandes frotas e os portugueses não ligavam ao marisco. Os mestres como o meu pai davam-lhes chicharro para os franceses iscarem os covos, que eram em verga. E eles depois davam marisco de forma pacífica. Depois nos grandes invernos vinham para aqui para o abrigo. O que nós fizemos em Marrocos e Mauritânia fizeram eles aqui, levaram a lagosta toda. Mas acho que os franceses tiveram o cuidado acrescido que os pescadores portugueses na costa africana não tiveram. Os franceses apanhavam em Peniche grandes e pequenas [lagostas], as grandes iam para consumo e as pequenas largavam-nas no mar deles e assim iam-se reproduzindo lá. Eram barcos viveiros. Aliás quase todos os barcos regressavam a França quase sempre com lagosta viva. Nessa altura, quando os franceses andaram cá, ainda não havia “frio” a bordo das embarcações, mas quando os portugueses foram para o Norte de África já havia frio. Uma parte da carga de marisco era congelada, outra vinha viva e aquela que ia morrendo, iam congelando porque vinham sempre com muita atenção. Traziam era muitas toneladas de lagosta pequena da costa do Norte de África sem tomarem em atenção. Aliás o pescador português, e outros também na minha opinião, nunca teve grandes preocupações na preservação da espécie. É uma crítica que eu faço a todos os pescadores incluindo-me. Hoje tenho mais algumas preocupações mas durante muitos anos não tinha essa sensibilidade. Eu admira-me é que hoje com tantas evidências [falta de recurso] e com tantas dificuldades as organizações não tomem medidas sérias. Porque eu penso que são situações recuperáveis, que podem exigir alguns sacrifícios a curto prazo mas que rapidamente recuperava-se. Agora como fazer? Tinha de estar um grupo considerável do mesmo lado. Eu quando falo disto acusa-me “lá está ele a tomar estas posições...” **Pescador polivalente**

Cooperativas de pesca e traineiras privadas

O processo cooperativo no sector da pesca em Peniche foi atribulado. Nos anos seguintes ao 25 de Abril de 1974 explode o movimento cooperativista em Portugal. Se na generalidade do país se criavam cooperativas de diversa ordem, tanto agrícolas como industriais, em Peniche criam-se cooperativas de pesca. Nos anos seguintes à revolução proliferam as cooperativas de pesca em Peniche (aproximadamente vinte) que chegaram a atingir cerca de 50% da frota pesqueira. Ao princípio eram cooperativas individuais que surgem autonomamente, dando origem a um movimento de fusão que fundou a União das Cooperativas de Pesca de Peniche – a Unicoopesca. Esta união com cerca de 14 cooperativas, tornou-se uma das maiores empresas de pesca do país. No seu período áureo chegou a ter cerca de 15 embarcações da pesca do cerco e aproximadamente metade em unidades de média dimensão, de 17 a 19 metros, da pesca do anzol. A Unicoopesca foi formalmente dissolvida em 2008 mas a sua gestão acompanhou as principais tendências económicas e políticas da sociedade portuguesa resultantes da integração da CEE⁸¹. Anos mais tarde a Unicoopesca transformou-se na Pescagest – sociedade anónima. Até finais do século XX era a principal empresa de pesca costeira de Portugal detendo ainda 9 embarcações da pesca do cerco que eram responsáveis pelo desembarque de 8000 toneladas de pescado, 90% do total em sardinha. Era associada aos Estaleiros Navais de Peniche e vendeu a frota de traineiras para Angola em 2009. A dinâmica económica do porto de pesca de Peniche foi claramente marcada por esta presença e criou uma realidade que, apesar de merecer atenção, não faz parte do âmbito central desta pesquisa. Posso resumir, pelos dados empíricos do terreno e pelas narrativas das histórias de vida recolhidas, que em Peniche vigorou por um período de dez anos as três formas de integração económica avançadas por Karl Polanyi (2001) – a de reciprocidade; a redistributiva; e a de

⁸¹ Em 1985 formaram-se uma série de organizações de produtores de pesca (OP) numa tentativa de adaptação do sector à adesão na Comunidade Europeia. A quase totalidade de OP's foi organizada sob a forma de cooperativas, cujo número de aderentes às OP tem crescido gradualmente. Em 1997 foi criada a Anopcerco (Associação Nacional das Organizações dos Produtores da Pesca do Cerco). Em Peniche foram criadas três organizações de produtores: a Opcentro (cooperativa de pesca geral do centro, CRL; a Fenacoopescas (organização de produtores), a ACE e a CAPA (cooperativa de armadores da pesca artesanal). Pela sua presença actual na pesca do cerco interessa-me destacar a Opcentro: “a sua produção assenta na captura de sardinha, que constitui em 1997 cerca de 78% das capturas (7847 ton.) embora utilize vários pontos para as descargas, a sua actividade representa 46% das descargas efectuadas no porto de Peniche. Tem agendadas várias medidas para melhoria de produção, de contribuição para a recuperação de stocks e de sensibilização para evitar desperdícios e retiradas. Visa ainda dar maior apoio à produção através da construção de infraestruturas de frio e congelação assim como desenvolver a comercialização e a transformação.” (Filipe 2000: 143) Em 2008 o número de embarcações listava 1595 embarcações representando 33% do total de embarcações licenciadas. A Anopcerco conta com um total de 130 unidades num universo de 160 embarcações que fazem pesca de cerco à sardinha, com um significado de 95 % das capturas.

sistema de mercado. Em primeiro lugar, os pescadores da pesca polivalente e artesanal praticavam e continuam a praticar a reciprocidade, assente na “dádiva”⁸², uma “amizade de peixe”, possível por deterem os modos de produção, isto é, enquanto detentores dos barcos e das artes possibilitam a troca directa do pescado consoante as necessidades comuns⁸³. Por outro lado a pesca do cerco, principal frota do porto de Peniche estava dividido em dois segmentos, as cooperativas de pesca e as traineiras privadas em que o mestre, na maioria dos casos, é proprietário do barco. Em segundo lugar, pela administração centralizada da Unicoopescas e pela percepção por parte da classe piscatória que o futuro das cooperativas era frágil generalizaram-se práticas de redistribuição em grande escala. Por último, as traineiras privadas, numa estratégia de maximização das capturas, eram dotadas de melhores distribuições salariais e aumentavam a competitividade do porto. Convém aprofundar melhor estas questões. Os pescadores definem o produto da pesca como o “monte”, do qual é dividido e distribuído o peixe. Por um lado, o benefício da repartição é para a embarcação, as artes de pesca, os combustíveis e despesas operacionais. Normalmente essa percentagem é para o armador, seja ele mestre ou não da embarcação. A percentagem depende do tipo de pesca, das artes e do capital investido, mas na pesca polivalente e do cerco anda na ordem dos 50%. Em seguida, é definida uma percentagem individual para a “companha”, que consiste na “parte” dos pescadores e nos apoiantes das operações de pesca. Finalmente existe uma percentagem final para a tripulação no seu conjunto.

Caldeiradas e Pensões

A época em que muito esteve em jogo para os pescadores da pesca costeira de Peniche foi desde o “25 de Abril” até inícios dos anos noventa, quando havia peixe em abundância na

⁸² “Dar é instituir simultaneamente uma *dupla relação* entre quem dá e quem recebe. Uma relação de *solidariedade*, visto que quem dá partilha o que tem, mesmo aquilo que ele é, com quem dá, e uma relação de *superioridade*, já que aquele que recebe a dádiva e a aceita fica em dívida para com quem a deu. Através desta dívida torna-se seu devedor, ficando assim, até certo ponto sob a sua dependência, pelo menos durante todo o tempo até “retribuir” o que lhe foi dado.” (Godelier 2000: 21)

⁸³ Uma situação de dádiva descrita no “Inquérito ao Mar” (1978) “A tripulação do *Vila de Peniche* vai-se chegando e vai-se amontoando. A determinada altura, um dos seus elementos levanta-se do choco e diz: - *Vou ali ver se arranjo qualquer coisa. Tomem conta da minha cesta.* A sua intenção leva-o junto do barco e que, entretanto, com a saída do outro, que se enchera de gasóleo, lá conseguiu atracar à muralha. Que traz do mar, a esta hora da tarde? Peixe grosso: uma boa porção de sargo e de peixe espada, uns maquinos de chaputa e o resto em safio, moreia, pargo e algum cherne. Robalo, fica para amanhã. Bem dito e bem feito. Daí a instantes, era vê-lo novamente juntos dos colegas, mão suspendendo enorme peixe-espada branco, luzidio, todo ele baboso da sua habilidade. - *Eu não lhes dizia? Nunca falha. - É malta generosa...*” (José 1978: 50)

costa continental portuguesa. O porto de pesca era no centro de Peniche e não tinha sido ainda deslocado para Sul, permitindo o acesso à população. Convém salientar que havia simultaneamente a decorrer a pesca longínqua e foram esses barcos que realizaram as pescarias mais rentáveis. A título de exemplo, da percentagem residual da lagosta desembarcada na lota de Peniche nessa época os valores de 1985 sobem exponencialmente para mais de 700 toneladas no continente, sendo que no porto de Peniche são desembarcadas 650 toneladas (Souto 1990). Foi a época em que se pescou muito, quando o pescado adquiriu um valor comercial que tornou o sector extremamente apetecível para diversas camadas da população. Foi também a altura em que os pescadores tiveram o melhor nível de vida em Peniche. E isto não poderia nunca ser explicado por estatísticas oficiais de desembarques ou de venda do pescado por um motivo elementar. Nessa época, para além da *parte* do vencimento e das “caldeiradas”⁸⁴, os pescadores da pesca do cerco tinham direito à “pensão”. Durante o Estado Novo a expressão popularizada entre a comunidade piscatória do cerco era “não digas ao mestre que me viste”, partilhando com os *camaradas* ou com o *velho de terra*⁸⁵ a não vontade, ou impossibilidade de embarcar na próxima *maré*. Na época posterior, em que os

⁸⁴ A “Caldeirada” consiste numa prática de convívio entre a tripulação em que os mestres e os armadores se juntam com a companhia de pesca e participam no convívio com uma “bifanas e vinho”. As “caldeiradas” têm um significado mais expressivo no Verão quando o esforço de pesca é maior. Na pesca do cerco o pescador recebe a sua *parte*, entrega a “quinzena” à mulher e a “caldeirada fica para as nossas extravagâncias”. “A good skipper needs a disciplined crew, but he also needs to be a friend of those who work with him. During fishing trips, the relationship between skipper and crew tends to be authoritarian and rigid, but when they reach harbour they often ‘loosen up’, shifting to a more informal gear. Sometimes skippers socialize with their crew between fishing trips, strengthening social bonds and enhancing the solidarity of the crew, even though such occasions lack many of the ritual aspects which Johnson describes for the ‘group-biding’ Portuguese *caldeirada* (a joint meal at the local tavern).” (Pálsson 1994: 913) Apesar da comensalidade, nem todos os encontros tinham este lado gregário. No auge da pesca da lagosta os mestres das embarcações mais concorridas punham e dispunham dos pescadores por haver muita procura de trabalho a bordo daqueles barcos. Nessas situações alguns armadores punham um envelope com dinheiro em cima da mesa juntamente com a cédula marítima e diziam “Agora escolhes!”, ‘obrigando’ o trabalhador do mar a sujeita-se ao pagamento pré-definido pelo armador. Se um barco tivesse boas capturas os trabalhadores queriam participar do “monte de pesca” e os pescadores encontravam-se mais “disponíveis”, sujeitando-se às condições do armador, que era soberano: “quem parte e reparte fica sempre com a melhor parte”, comentava o pescador da pesca longínqua a ironizar com os carros topos de gama comprados naquele período a expensas das empresas de pesca.

⁸⁵ O “velho de terra”, “mestre de terra” ou “mestre de redes” era o homem encarregado de avisar toda a *companha* da traineira quando era para dar as ordens de ir para o mar. Hoje em dia isso faz-se através de telemóvel. O mestre da embarcação quando chega a terra dá ordens para a tarde ou para o dia seguinte. Na altura havia esse marítimo que era o elemento de comunicação *companha*. Ele tinha um rádio em VHF, com que comunicava com o mestre. Era normalmente é um homem mais idoso, já reformado, que ficava em terra, ajudava a tratar das redes, das coisas do armazém, esperava pela chegada do barco, preparava os cabazes e as coisas para a descarga. Como um apoio, era um elemento da tripulação, mais experimentado, mas que não embarcava. Estava sempre em terra e era responsável pela conservação das redes do cerco, com a responsabilidade centrada na conservação e restauro das redes da traineira.

pescadores tinham pré-definida uma quantidade de cabazes de sardinha que era vendida fora do sistema de lota e independente da pescaria ter sido boa ou má quando chegavam a terra, respondiam “pelo menos deu para a pensão”. Diversas traineiras cooperativas tinham um *escrivão da companhia*, proprietário de uma taberna ou restaurante, que escoava esse peixe para o circuito comercial, providenciando deste modo ganhos acrescidos aos pescadores do cerco. O que estava em cima da mesa era que o produto dos dez melhores cabazes fosse distribuído, de comum acordo, pela companhia de todas as embarcações do cerco de Peniche. “Por debaixo da mesa” a *pensão* que correspondia a trinta cabazes em cada *maré de mar*. A título de exemplo, o proprietário do café para onde me dirigia nas noites de vigília portuária era o antigo *escrivão de companhia* de três traineiras. Para se manter esta situação, tinha de se ter o acordo da generalidade da população de Peniche e isso era garantido com a dádiva da entrega do peixe quando chegava à lota. Isto não quer dizer que esta prática tivesse eminentemente este carácter “funcionalista” porque em muitos casos ocorriam situações nas quais os pescadores davam sem terem nada a receber em troca, como nos casos quando se dirigiam a outros portos do país. Penso que a interpretação de Oneto Nunes é mais pertinente ao salientar que os pescadores têm, em situações críticas, a possibilidade de organizarem “unidades produtivas de pendor igualitário, tanto na posse dos meios de produção, como nos próprios sistemas de partilha de pescado.” (Nunes 2008) Por outro lado, certos pescadores do cerco consideravam que alguns *camaradas* “exageravam” na entrega de pescado, que isso contribuía para o fim do sucesso das cooperativas. Concluindo o retrato deste “habitus” económico (Bourdieu 2004) para além da competição existente entre traineiras, frequente nos portos da pesca da sardinha, havia o apoio directo do estado às cooperativas. Isso fez com que determinados pescadores de traineiras privadas agissem com as tácticas⁸⁶ possíveis a fim de reequilibrar as regras da competição. A “amizades de peixe” alargavam-se às outras traineiras e a pessoas com capacidade e poder no sector da pesca e além deste, para os apoiar no futuro⁸⁷.

⁸⁶ Emprego o termo de *táctica* (Villa 1977) diferindo da noção de *estratégia* na medida em que são acções usadas de forma determinista para a aniquilação da concorrência na pesca. Apresentei anteriormente o caso da “pensão” pelo valor da informação etnográfica e por ser prática social que deixou de ocorrer mas que é reconhecida socialmente em Peniche. Sobre as “tácticas”, estas só me foram narradas pela posição especial que o antropólogo negocia na comunidade que o acolhe. Isto não tem a ver com a “virilidade” do antropólogo no terreno (Pina-Cabral 1983). Tem a ver com o facto de se considerar que a narração de acções de um indivíduo, que para o próprio são motivo de orgulho, prejudicam a ‘imagem’ de outros indivíduos no sector da pesca. De qualquer modo, o ponto crucial de um mestre armador pode ser resumida na frase: “Isto na pesca para resultar tem-se de ser dono do barco.”

⁸⁷ Convém salvaguardar que as traineiras privadas tiveram sempre uma remuneração mais favorável para os mestres, contramestres e motoristas, pressionando esses indivíduos a procurarem uma vaga nessas embarcações.

Os pescadores de Peniche nunca se consideraram donos do peixe em terra. O pescado quando chega à lota é sujeito a uma venda que consiste num leilão descendente do valor da mercadoria. Seja qual for o segmento de frota, generalizam-se os comentários sobre os comerciantes que dispõem de meios financeiros para regular o abastecimento. Desse modo se explicaria a variação acentuada entre o valor do peixe em lota e nos postos de venda ao consumidor, e a situação de desigualdade dos pescadores. Na pesca do cerco, até as organizações dos produtores terem um mecanismo financeiro, o “preço de retirada”⁸⁸, o pescado podia ser alvo de uma desvalorização integral. Nestes casos o “peixe de fábrica” era remetido para a indústria de conservas e de rações. Os pescadores, quando o valor da sardinha é reduzido em época alta de consumo, comentam que “mais valia tê-lo deixado no mar”. Deste modo é passível de considerar toda a saída “subterrânea” de peixe em lota como uma “poupança preventiva” (Cabral 1983) em que os pescadores, congelando o peixe ou pondo-o à venda, tinham um controlo acrescido sobre a produção e o consumo. A venda informal sem intermediários torna possível receber uma percentagem mais elevada do valor do peixe. Esta situação, ao aceitar-se a perspectiva de “as relações reduzidas à sua dimensão “puramente” económica são concebidas como relações de guerra, que só entre estranhos podem ser accionadas” (Bourdieu 2004: 12) permite a leitura de que os pescadores do cerco reconhecendo a impossibilidade de contrariar as forças económicas dos negociantes de pescado, encetaram uma prática de ‘guerrilha’ (decorrente da constatação que o adversário tem um poder maior). Os pescadores detectando a superioridade económica dos comerciantes, desenvolveram uma forma alternativa de distribuição, que só pôde ter resultado pela validade social e económica, reconhecida pelo conjunto da população, como prática justa. Para o retrato ficar mais nítido também se deve considerar que os custos de produção cresceram bastante devido ao aumento dos combustíveis e o “valor” do pescado subiu exponencialmente decorrente de situações económicas com tendências inflacionistas (Lopes 2004).

Por outro lado, um mestre de uma das traineiras privadas questionado por um colega sobre porque é que no porto de Peniche ainda não se tinha generalizado o uso de dornas industriais na descarga da lota como acontecia em outros portos do país e se atrasava o desembarque do peixe com a descarga em pequenos cabazes o mesmo respondeu que possibilitava a prática de no porto se praticar a “rasura justa” para que todos ficassem satisfeitos com a divisão final do pescado.

⁸⁸ O preço de retirada faz parte das regras da UE de controlo sobre os mecanismos de preços por parte dos produtores. Define-se um valor, aplicável à primeira venda do pescado fresco, e segundo o qual as OP podem retirar do mercado as espécies piscícolas dos associados se o produto capturado atingir esse valor. Este mecanismo, que é accionado na quase totalidade pelas OP da pesca do cerco, pretende evitar grandes descidas dos preços quando existe maior oferta de pescado e atribui compensações financeiras aos pescadores. Em 2008 do valor total pago às OP do total dos prémios em intervenções por operações de retirada 95% foram para a pesca da sardinha.

Outro ponto relevante a salientar é a diferença entre a designação “caldeirada” e “pensão”. A pesca do cerco ao longo do século XX foi em Peniche primeiramente associada ao trabalho ‘assalariado’ de subsistência. As estratégias de reprodução dos pescadores, para irem além da mera sobrevivência, assentaram primeiramente na constituição de uma unidade familiar em que as mulheres, trabalhadoras nas reparação das redes ou nas actividades da transformação e comercialização do pescado, eram as principais responsáveis da economia doméstica. Isto corresponde a que os homens entregavam todo o seu salário, a “quinzena”, à mulher que depois repartia de acordo com as necessidades familiares, entre a casa e a subsistência dos filhos. Se as “caldeiradas” enquanto prática social, consistem num estreitamento da união produtiva da *companha* assente na comensalidade, em que os pescadores convivem com o mestre e armador e se esbate a exploração do trabalho e da distribuição desigual de riqueza da traineira, quando se passa para a designação de “pensão”, creio que se entra para um tipo diferente de remuneração do trabalho. Talvez isso explique a própria origem da expressão. A partir dessa forma de retribuição, os pescadores do cerco passaram a “fazer dinheiro” com a pesca, isto é, puderam através da sua actividade profissional, assegurar poupanças que lhes garantissem um futuro melhor. Retomo a descrição inicial de Silva Telles sobre os pescadores de Peniche, “da infância à velhice a sua vida é uma ininterrupta dependência do mar”, isto é, o pescador, quando entrava na actividade profissional logo em criança, um trabalhador livre, não perspectivava uma saída profissional fora do mar até à morte. Não havia grande período de estudos (a maioria 4.^a classe) e as perspectivas de reforma na velhice eram reduzidas (o que se veio a confirmar no presente com muitos pescadores reformados a continuarem a trabalhar com autorização do comandante do porto de Peniche). Creio que para a introdução das “pensões” na pesca do cerco ser possível, foram fundamentais as alterações políticas e sociais que ocorreram em meados dos anos setenta em Portugal. As mesmas podem ser uma ilustração de força de classe que os pescadores da sardinha conseguiram estabelecer no quotidiano da pesca do porto de Peniche e encarar “that economic action is a form of social action, that economic action takes place in social contexts, and that economic institutions are socially constructed” (Bestor 2004b: 14).

Os bons resultados da pesca com redes de cerco, na visão de um mestre de traineira, ontem e hoje, encontram-se dependentes de três factores: conhecimento dos fundos do mar e saber onde existem pesqueiros, trabalho intenso de pesca e sorte. No ano de 2010 as traineiras continuam a sair ao mar e já não há traineiras cooperativas, incluindo as que não pertenciam à Unicoopesca, que passaram a ser sociedades comerciais em que os cooperantes se tornaram sócios. A frota de pesca do cerco de Peniche está reduzida a cerca de quinze unidades. Onze

traineiras. O que corresponde a uma redução de 80% em embarcações ao comparar-se com os números apresentados no início da integração da UE (Souto, 1990). Se tiver em conta a redução dos elementos da *companha* de cada traineira, a redução no número de pescadores apresentará uma percentagem superior. Há vinte anos atrás a média de pescadores por embarcação rondava os 20/25 homens e neste momento varia entre 15/20 elementos.

Numa saída ao mar, enquanto as traineiras seguiam em grupo a Norte do Cabo Carvoeiro, conheci um *camarada* que *governou* durante 12 anos a traineira *Rumo ao Socialismo*. Foi um dos ex-mestres que entregou as traineiras a Angola. Durante 22 dias de viagem, com paragem em S.Vicente, Cabo Verde, fizeram o trajecto tranquilamente sem nunca apanharem vento. No final da viagem três pescadores de Peniche ficaram e constatou que “muita malta da pesca está em Angola, são encarregados ou mestres, o ordenado de pescador não vale a pena. Pensei também em emigrar até chegar a Luanda. O ambiente é totalmente diferente, há sempre complicações e um gajo vem-se embora.” As pescarias do cerco, ao contrário das pescas industriais, analisadas no capítulo anterior, não fornecem um rendimento tão elevado aos pescadores migrantes. Talvez essa seja parte da explicação da reduzida mobilidade actual da classe piscatória de Peniche. Entretanto esse pescador falou com o mestre da traineira em que navegamos e ficou na *companha*. Não está preocupado e vai trabalhar até querer. Vive com a sua mulher no bairro de pescadores da Prageira. Tem dois filhos a estudar, o mais novo no 11º ano e o mais velho a concluir um mestrado em biologia marinha. Não quer de maneira nenhuma que eles venham para o mar. Em Peniche, o facto de ter dado uma educação aos filhos é motivo de orgulho. Os pescadores que não conseguiram o mesmo, independentemente dos motivos, valorizam os filhos enquanto trabalhadores. Para este indivíduo, ter um filho na universidade é revelador da sua capacidade de reprodução em aumentar as capacidades de escolhas profissionais dos filhos. Os pescadores caracterizam-se pela flexibilidade profissional, mas também por uma reduzida mobilidade profissional. No mar, o trabalho no barco, em terra o trabalho no estaleiro e “vive-se daquele peixe”. Torna-se pertinente comparar com a classe de trabalhadores da construção civil (Queiroz 2003). Para este homem, acabando a pesca e as fábricas de conserva, Peniche morre, pois para ele a cidade é pesca e trabalho de fábrica. Considera que o trabalho na pesca do cerco mudou muito nos últimos anos, e que as mudanças mais significativas tiveram a ver com introduções técnicas de apoio, os aladores mecânicos e os carros de desembarque no porto. Quando conversamos sobre o futuro sorri com olhar de gato, a vislumbrar peixe no mar, dizendo que gostava de governar outro barco.

Da laboração intermitente ao trabalho temporário

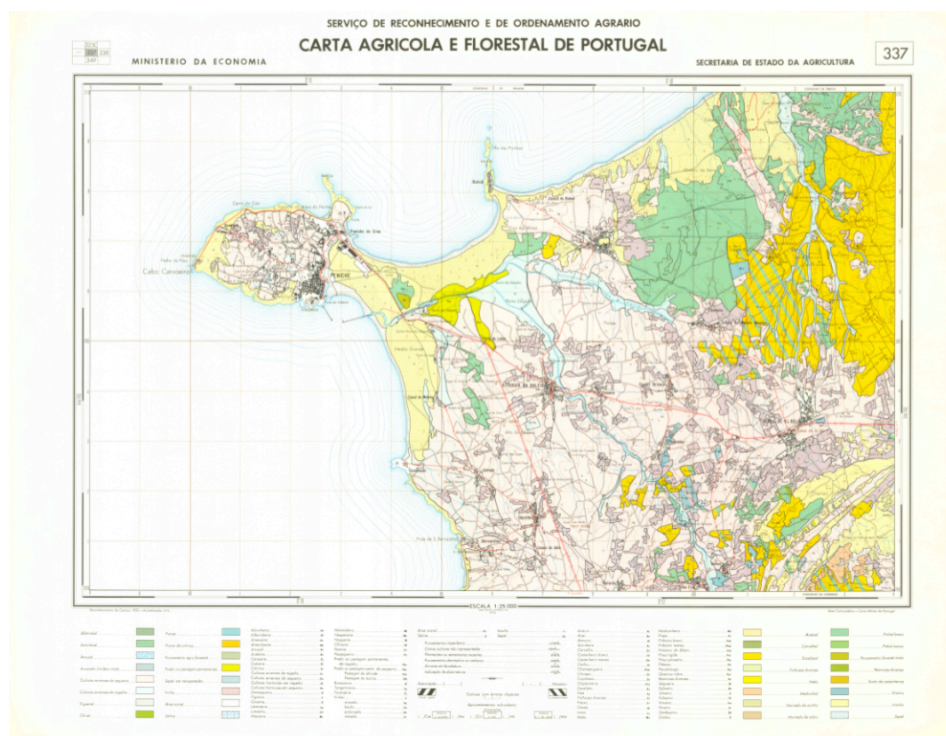
Na década de 70 sucederam-se alterações no regime laboral da indústria conserveira. Logo em 1974, são definidas novas condições de trabalho, tentando contrariar a laboração intermitente, característica estruturante do sector até então. Os anos seguintes foram marcados por uma forte conflitualidade entre sindicatos e o estado por um lado, a defenderem a consagração de 45 horas semanais durante todo o ano e no outro os industriais, contra essa ideia, alegando a sazonalidade da matéria prima⁸⁹. A indústria conserveira passa por dificuldades que se reflectem nos salários em atraso e no fecho acentuado de fábricas. A empresa “Júdice Fialho” acaba por ser intervencionada pelo estado. As fábricas de Peniche e de Matosinhos, continuam a ser consideradas com maior potencial para o desenvolvimento da indústria conserveira⁹⁰. Apesar disso empresa algarvia há muito que divergia a sua actividade apostando no sector imobiliário, facto estimulado pela localização das suas fábricas no litoral de Portugal. Em 1981 vende as unidades restantes a um grupo de empresários do Norte do país. É na década de oitenta que se acelera a internacionalização da economia portuguesa com a adesão à CEE (Baganha 1999). O sistema produtivo português, no quadro da divisão internacional de trabalho, adapta-se à integração económica real (Romão 1983). Em 1988 o sector conserveiro é apanhado de surpresa com a compra da fábrica de Peniche pela multinacional americana Heinz⁹¹. A empresa já tinha uma forte presença mundial com as suas marcas agro-alimentares mas é na década de 80 que decide apostar forte no mercado europeu da indústria conserveira de peixe, com forte presença no espaço europeu. É constituída a “Heinz European Seafood” que tinha como objectivo conquistar segmentos altos do consumo alimentar

⁸⁹ Nos diálogos estabelecidos com trabalhadoras de indústrias conserveiras, as mesmas associaram, por diversas vezes, o declínio da indústria conserveira com o 25 de Abril de 1974, recordando as jornadas intensivas e o muito trabalho que havia durante o esforço da guerra colonial. Paralelamente, numa conversa que tive com um industrial conserveiro, este declarou que a mudança foi essencial para terminar a “agonia” de um sector em crise estrutural devido à diminuição das exportações e ao aumento dos salários dos trabalhadores.

⁹⁰ A crise da indústria conserveira nacional, iniciada em meados dos anos 60 e agravada nas duas décadas seguintes teve razões económicas internas e externas ao sector mas que acabaram por ter uma influência decisiva na produção: “A crescente importância da actividade turística no Algarve, com as implicações na valorização dos terrenos, na reorientação regional das preocupações políticas e na atractividade da mão de obra para outros sectores, associada a problemas nas capturas, terá estado na origem do rápido declínio dos centros conserveiros algarvios. Entre 1970 e 1979, a quota parte da produção algarvia no todo nacional passa de 42% para 28% em valor. (Macedo Dias 1991: 66)

⁹¹ A Henry John Heinz Company, fundada em 1869, na Pensilvânia, EUA, é uma das maiores multinacionais produtora de molhos, sopas, refeições transformadas, etc. A empresa emprega 32.500 pessoas por todo o mundo. As suas marcas têm uma presença dominante no mercado em mais de 50 países. Apresenta-se como uma empresa global com uma actividade económica superior a 10\$ biliões de dólares por ano.

e consolidar segmentos no consumo generalista. As últimas décadas do século XX foram acompanhadas por um aumento elevado consumo de conservas em países com um forte poder de compra e hábitos alimentares cada vez mais industrializados. O caso do consumo inglês de atum, do consumo francês de sardinha e do consumo italiano de cavala são exemplos conceptuais, paradigmáticos desta aposta. Para este facto contribuiu decisivamente a estrutura de concentração da distribuição alimentar europeia. O mercado europeu, um dos principais mercados das conservas portuguesas, é caracterizado por um índice de concentração elevado. Os produtos alimentares no segmento grossista e no de retalho são na maioria vendidos em grandes superfícies de venda – supermercados e hipermercados – que tendencialmente apostam no preço baixo das mercadorias para terem uma grande rotação de produtos. A produção da marca “Marie Elisabeth”, praticamente desconhecida no mercado nacional mas com forte aceitação no mercado internacional, como nos EUA e na Suíça, contribuiu para a escolha da compra da unidade fabril situada em Portugal. Essa aquisição foi consentânea com a política económica do estado português, sintetizada na expressão “menos estado, melhor estado”, que se desenvolveu em duas opções estratégicas: a liberalização económica e a crescente abertura ao exterior (Baganha *et al*, 1999). O aumento da flexibilidade do mercado de trabalho no sector da pesca ganha um forte incentivo com a generalização do trabalho temporário nos postos de produção da indústria conserveira e nas empresas de transformação de pescado.



Mapa 4 - Carta Agrícola e Florestal de Portugal – Folha 337 - Representação de Peniche, observação de campo de 1955, actualizada em 1970 à escala de 1:50.000.

Peniche European Seafood

A empresa “IDAL Fish Division - Peniche”, pertencente ao grupo Heinz, em finais dos anos oitenta introduz novas linhas de produção de sardinha e inicia a produção de atum em 1990. A fábrica passa a ter uma produção cada vez mais segmentada, em que as principais linhas consistem em sardinhas inteiras, sardinhas filetes, sem pele e sem espinha e a produção de cavala. As principais marcas europeias promovidas são a John West, a Petit Navire, a Mareblue, a H. Parmentier. Cada fábrica tem as suas marcas privadas, como o caso da “Marie Elisabeth” em Peniche. Concertadamente a multinacional Heinz aposta na conquista de novos mercados de exportação. Passam a processar cerca de 100 toneladas diárias correspondentes a 350 000 latas de conservas. Exporta também para diversos mercados como França, Suíça, Bélgica, Itália, Reino Unido, Rússia, Holanda e Irlanda. Para se manter a produção diária importa-se sardinha de outros portos nacionais e sardinha de Espanha e de Itália. A fábrica exporta conservas de peixe com diferentes molhos produzidos numa outra fábrica, a “Ets Paul Paulet” em Douarnenez, França. Pode considerar-se a unidade francesa como a mais especializada devido ao menor número de empregados, cerca de 200, e também pela diversificação da produção para as outras fábricas do grupo. A produção de atum enlatado em Peniche passado poucos anos foi deslocalizada para a outra fábrica do grupo, situada no Gana. Nessa fábrica, a “Pionner Food Cannery”, laboram 1200 trabalhadores com uma performance diária de 800.000 latas e 20 toneladas de lombo de atum congelado. Os principais mercados desta são simultaneamente a Europa e a África ocidental, mas a grande fatia da produção e dos lucros desta empresa é originada na Seychelles com a unidade “Indian Ocean Tuna”, que tem 2300 trabalhadores e produz diariamente 1.5 milhões de latas de atum, processando diariamente 350 toneladas desse peixe. Destaco a importância destes números porque revelam que a produção de sardinha corresponde a cerca de 6% quando a maioria da produção e do valor é na indústria do atum. Tanto a sociedade de consumo, como as ciências sociais, têm prestado particular atenção às pescarias dos tunídeos. Pela sua dimensão de comércio global (Bestor 2000) a investigação tem navegado entre as questões do esgotamento dos recursos (Grescoe 2008) e as alterações dos hábitos culturais de consumo (Corson 2007). Há diversas formas de interpretar este tipo de produção transnacional e de investimento estrangeiro (Matos 1973) no sector agroalimentar (Trognon 2009). As análises clássicas que assentam sobre a “criação de valor” pelas multinacionais (Pinho 1998). Essa situação existe parcialmente no caso da produção de Peniche, a multinacional importa sardinha e cavala de diversos mares para assegurar a produção

vendendo depois como originária dos mares de Peniche⁹². Por outro lado, a sobreexploração de trabalho temporário migrante (Meillassoux 1977) corresponde a uma forma de extracção de *renda*⁹³ que assim explica os montantes de lucros anuais transferidos para a empresa multinacional, numa estratégia de “fuga de capitais” (Lenine 2000; Boron 2001). Depois também a análise destas empresas não pagarem os custos ambientais da sua produção (Amaral 2002; Jappe 2006). Nunca foi resolvido o problema das infra-estruturas em Peniche relativamente à descarga dos resíduos industriais.

A crise de recursos e a internacionalização da mão de obra

No porto de pesca, a actividade no mar começa a deixar de ser tão rentável pela diminuição dos recursos piscatórios e consequente aumento dos custos de produção. Há um outro fenómeno migratório que tem ocorrido ao longo de vinte anos e nos últimos dez se tem intensificado: a vinda de embarcações do Norte de Portugal. Os novos migrantes são os “poveiros” da Póvoa de Varzim e de Vila do Conde e os “vianenses” de Viana do Castelo. Começaram a chegar a Peniche nos anos 90 quando aumentou a escassez de recursos no Norte, vieram pescar nos mares mais próximos da península e vivem durante a semana em Peniche, onde alguns trabalham ao fim-de-semana, outros regressam para as suas habitações originais. Estes pescadores fazem a gestão do seu trabalho de forma diferente, estando disponíveis para laborar mais dias de trabalho. Existem barcos que especializam as suas pescarias durante o fim-de-semana. Os pescadores de Peniche preferem não trabalhar ao fim-de-semana, particularmente ao domingo. Têm uma lógica dupla: de defeso e comercial, porque um dos efeitos da pesca mais intensiva, com exploração ao sábado e ao domingo, não havendo

⁹² “A necessidade de um mercado em constante expansão compele a burguesia a avançar por todo o globo terrestre. (...) A burguesia, pela exploração do mercado mundial, conferiu uma forma cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. As velhas indústrias nacionais (...) foram suplantadas (...) por outras que já não empregam matérias primas nacionais, mas sim oriundas das regiões mais afastadas, e cujos produtos se consomem simultaneamente tanto no próprio país como em todos os continentes. (...) Numa palavra, ela constrói um mundo à sua imagem.” (Marx & Engels, 1974: 24-25)

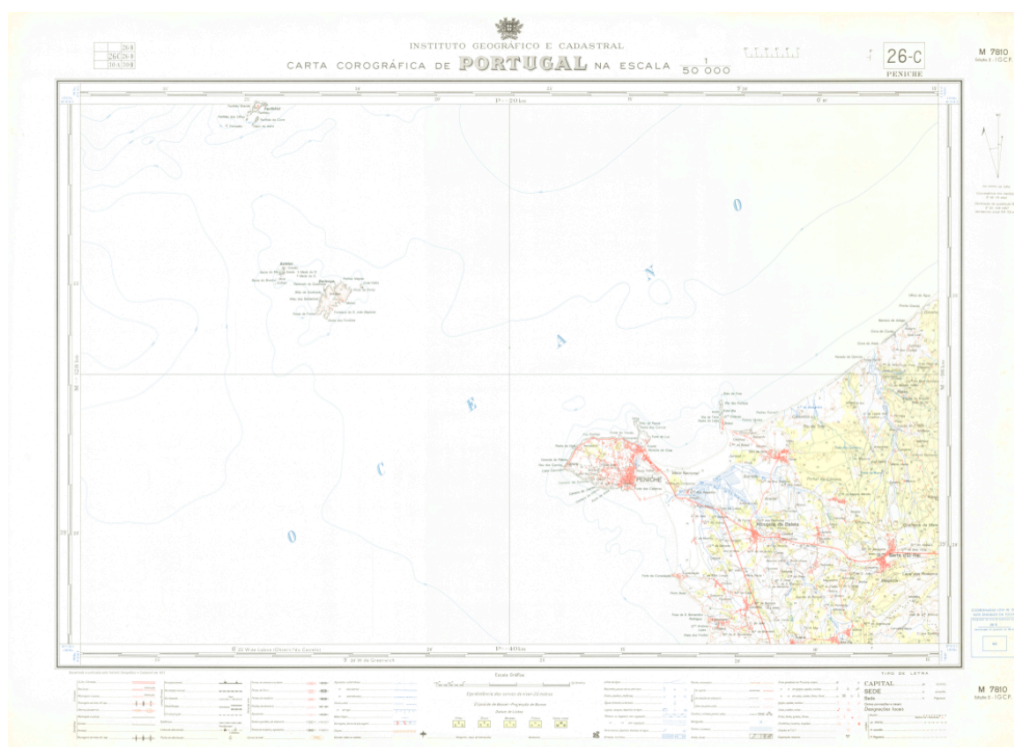
⁹³ Na comunicação *Crisis, what crisis?* apresentada a 24 de Março de 2010 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Immanuel Wallerstein comentava o despropósito de se comentar os rendimentos das multinacionais como lucros. Para o investigador corresponde a *renda em trabalho*, resultante do fornecimento em tempo de trabalho gratuito. “Com o progresso técnico, as possibilidades de extracção da renda diversificam-se e melhoram. O capitalismo está a este respeito em melhores condições de exploração da renda do que o senhor, dado que dispõe de técnicas agrícolas mais aperfeiçoadas, meios industriais mais diversos, meios de transporte mais eficazes, que permitem escalonar o emprego da força de trabalho durante todo o ano.” (Meillassoux 1977: 181)

venda na lota, se for colocado na segunda-feira para venda o que acontece é que o peixe desvaloriza. Na lota estará uma série de caixas de peixe, com gelo ou congelado, que acabam por desvalorizar o peixe que se apanha no fim-de-semana e o peixe que se apanha na segunda-feira e na terça-feira. Os pescadores do porto foram ensinando a estes pescadores como desenvolver de maneira mais eficaz a sua actividade, partilhando pesqueiros e indicações sobre os fundos, para que os recém chegados pescassem melhor, quando no Algarve, particularmente em Sagres, houve conflitos de pescarias. Contudo, estes pescadores nunca se fixaram em Peniche. Neste momento a percepção no porto de pesca é associar a redução dos recursos à introdução de métodos de captura intensiva, baseados no aumento da frota de barcos de pesca polivalente e de pesca industrial - os “arrastões” de Matosinhos e da Figueira da Foz - que começaram a pescar mais próximo e a vender na Docapesca de Peniche desde que a Docapesca de Pedrouços, até então o principal mercado abastecedor da AML, fechou em 2006. O porto de Peniche, tal como o de Sesimbra, transformou-se no porto mais próximo de Lisboa. Como já foi anteriormente referido, Lisboa é o maior centro consumidor de peixe em Portugal, detentor da infra-estrutura aeroportuária via de acesso para os mercados europeus e mundiais.

Os armadores da frota polivalente do porto de Peniche, com a redução das capturas, começam a recrutar trabalhadores imigrantes para que a pesca não deixe de ser lucrativa. Assim, o mercado de trabalho no segmento da pesca em Peniche diversifica-se. Os novos pescadores imigrantes, inserem-se na estrutura da pesca polivalente pela informalidade do trabalho e pelo acesso directo em muitos casos a produtos de subsistência. Nestas pescarias não prolifera o contrato de trabalho e os novos pescadores de Peniche estão sujeitos a vencimentos muito baixos. A nível nacional surge uma crise de crescimento económico entre 1992 e 1995 (Baganha, *et al*, 1999) e os níveis de desemprego sobem estruturalmente de 1994 até 1997 (Gonçalves, 2005). Activam-se fluxos migratórios para a Alemanha e Suíça e entre eles partem pescadores para a construção civil.

A maior parte da frota de Peniche hoje em dia é propriedade dos “pescadores de Ribamar”. Os “rapazes de Ribamar”, que seguem as “tradições de família”, antigamente andavam à lagosta com covos em Peniche e “fizeram fortunas”. Depois disso compraram barcos maiores, começaram a “alargar mais para fora” e a explorar outros pesqueiros, “foram para África e por aí fora”. São os filhos dos armadores que já tinham embarcações e são eles próprios que vão ao mar nesses barcos. Considerados pela comunidade piscatória como “grandes pescadores”, pescam artesanal e de largo, dois tipos distintos de pescarias, as locais e as longínquas. Nos barcos pequenos que navegam pela costa de Peniche pescam com covos, com

teias de covos, e usam umas 'malas', que são mais leves. Há outros que andam com redes de emalhar. Os pescadores com barcos mais pequenos andam também aos polvos, fazem a sua vida em Peniche e regressam a casa no final da pescaria. Os que têm grandes barcos são os barcos da pesca do largo em que vão para África, andam ao aparelho de fundo, com palangre, ao espadarte e alguns têm barcos 'arrastões', de pesca industrial. Não é comum os pescadores de Ribamar pescarem nas traineiras, nem os novos pescadores estrangeiros. De certo modo ambos são migrantes e pescadores, que de acordo com os recursos que tinham disponíveis, decidiram pescar. Os pescadores "vizinhos" transformaram-se em "migrantes" de sucesso com capital próprio, investindo na pesca, criando novos postos de trabalho aos "recém-chegados" proletários imigrantes do porto. Não quero com isto apresentar o retrato de que os "capitalistas" exploram os "proletários" e os de Peniche ficam de fora. Apresento tendências de modos de produção e de formas de exploração nas pescarias na península. Pelo que foi dado a constatar na observação participante no porto de pesca, um pescador proletário de Peniche pode perfeitamente conseguir um lugar mais vantajoso numa traineira do que sujeitar-se a uma pescaria que "dá dinheiro", tendo em conta as espécies de valor capturadas, mas que por toda uma série de motivos já anunciados está em crise.



Mapa 5 - Carta Corográfica de Portugal – Folha 26 C – Representação de Peniche, Berlengas, Estellas e Farilhões, de 1973 à escala de 1:50.000

Há 15 anos atrás em Peniche esteve mau e ele foi para a Alemanha com um irmão meu trabalhar. E o meu filho teve um desgosto imenso porque ele adora o mar. Só quer é mar. Ele anda ao mar se for preciso uma quinzena inteira e no fim de semana vai com o pai para o mar. Ele é muito trabalhador e também sabe aquilo que faz. Ele já foi contra-mestre de um barco em Matosinhos. Ele agora trabalha naquela traineira e anda bem porque ele gosta muito do mar, é trabalhador e é um barco bom. O barco é bom, tem um bom armazém, tem tudo bom. E ele lá anda. Tirar-lhe o mar como quando ele esteve na Alemanha. Ele teve um desgosto, foi péssimo, foram 12 anos. Mas o quê! O pai ia ao mar, eu juntava e enchia a arca e depois mandava-lhe o peixe. A alegria dele: “Mãe parece que estou na lota.” Dizia-me ele. Porque eu juntava diversos peixes para lhe mandar. Na Alemanha havia peixe mas era peixe de Espanha que era sempre diferente. Enquanto ele não veio para Peniche eu não descansei. De maneira que já veio novamente com a minha neta que também lá estava. E agora já cá estão todos. Menos o meu irmão mas que também está deserto para se vir embora. Ele tem dois filhos um que nunca gostou e ao fim de tanto tempo veio-se embora e o meu sobrinho mais velho ficou lá porque casou, a mulher é portuguesa, mas têm lá uma vida razoável e por isso fica lá. E agora está a custar ao meu irmão ter cá o filho e ele estar lá. Porque o meu irmão tem cá uma casa. Mas ainda bem que o meu filho se veio embora. Não havia nada que lhe alegrasse, porque ele nunca gostou do que fazia. Trabalhava lá na construção civil porque é claro que tudo o que os pescadores podem fazer no estrangeiro é tudo na construção civil. Depois ele trabalhava com a grua, tirou a carta e tudo. Mas ele passava por muito, trabalhavam com todo o tempo, na neve e no gelo. Ora, para trabalhar para comer aqui também ganha para comer. Não vale a pena. Quando a pessoa se sacrifica e compensa, tudo bem. Mas no caso da minha família e no ponto onde eles estão: Barilivizele, ao pé de forsteimeir. E ele só queria era o mar e veio-se embora e eu fiquei toda satisfeita. Lá penicheiros estão uns poucos mas dos arredores nem lhe digo nada, da Lourinhã, de Lavizele, de Ribamar, de Caldas da Rainha, de Ferrel. Na primeira vez que eu fui à Alemanha quando cheguei logo vi que naquela zona era tudo portugueses. O que também é muito mau estarem todos tão juntos. Porque quando se trabalha no estrangeiro é sempre melhor estarem mais espalhados mas aquela zona ali criou aquela gente toda, trabalha tudo no mesmo ramo. E é claro que quem os levou para lá também não era uma pessoa cá de Peniche, vive na Lourinhã, deixou de pagar e não pagou a muitos. E é assim a vida dos emigrantes triste e infeliz. Já passou, só que a minha nora gostava muito e quando são as mulheres a gostar dão sempre a volta aos homens. Com as mulheres é assim. Ele foi aguentando, aguentando, mas quando tiveram oportunidade vieram-se embora, ela trabalha no Pingo Doce, e estão cá muito melhor que lá. E estão aqui ao pé de nós, ao pé da família.

Redeira

Na última década do século XX dá-se uma revitalização da reserva de mão-de-obra portuguesa que conduziu muitos pescadores para o estrangeiro, em particular para a França e Alemanha, mas de um modo novo, a trabalhar para empresas portuguesas sem garantias salariais e com um rendimento e segurança social diferenciado dos trabalhadores europeus devido ao seu estatuto extraterritorial⁹⁴. Em Peniche também se activam contactos de familiares

⁹⁴ Sobre a revitalização da emigração laboral portuguesa a partir de meados dos anos 90 tanto as empresas francesas como as alemãs apostaram numa lógica de subempreitada de serviços às empresas portuguesas permitindo a estas últimas ultrapassar a crise no mercado de construção e obras públicas que ocorria em Portugal: “(...) o número de trabalhadores portugueses a trabalhar na Alemanha, em 1997, era de 21.919, o que representava 12,1% do total dos trabalhadores destacados e 40,1% dos destacados com origem num dos estados comunitários. Os portugueses, seriam, assim, o maior grupo de trabalhadores destacados com origem num país membro da União Europeia. Trata-se de um número que, de acordo com algumas fontes, peca por defeito, dado referir-se apenas aos que se encontram em situação regular, não incluindo, por isso, os estimados 35.000 portugueses a trabalhar como destacados de forma irregular.” (Marques, 2009: 34) Para um estudo de caso das lógicas na UE de mercado duplo de trabalho no sector da construção civil com trabalhadores e empresas portuguesas na Alemanha conferir “Uma europeização diferenciada: o sector da construção civil e obras públicas” (Baganha & Cavalheiro 2002).

e amigos que tinham partido nos anos 80. A somar a isto, as empresas de congelados de Peniche decidem diversificar a sua produção para produtos hortícolas para evitar a dependência dos desembarques de peixe. Tanto estas empresas como a indústria conserveira tinham cada vez mais dificuldade em assegurar a sua produção com recurso a mão-de-obra, pelo que alargavam a sua contratação de trabalhadores aos concelhos predominantemente pós-rurais vizinhos. No entanto a mão-de-obra disponível não chegava. A estratégia da multinacional Heinz pode servir como exemplo da expansão do mercado de trabalho temporário em Peniche: a sua produção foi assegurada com os cerca de 230 trabalhadores do quadro da empresa e a contratação em determinados períodos do ano de mais 500 trabalhadores temporários. A estratégia empresarial é simples, enquanto que os trabalhadores com contratos fixos trabalham dez meses por ano (a fábrica fecha em Agosto e Dezembro devido à falta de matéria prima) e recebem respectivos subsídios de férias e natal, os restantes trabalhadores assinam contratos temporários de trabalho e os restantes dois meses recebem do estado o subsídio de desemprego. Muitos dos trabalhadores temporários eram imigrantes das mais diversas zonas do mundo, mas houve também imigrantes que assinaram contratos para ficarem nos quadros da empresa. Na indústria da transformação do pescado os imigrantes dos países de leste europeu tiveram uma presença inusitada. Num estudo feito à população imigrante de Peniche (Prioste 2006) cerca de 40% dos trabalhadores oriundos dos ex-países comunistas trabalhavam na transformação do pescado. Por outro lado, os imigrantes brasileiros trabalhavam em maior percentagem na hotelaria (30,8%) e os imigrantes africanos no sector pesqueiro (81,8%), da pesca longínqua. A presença na construção civil dos “três grupos culturais” era também elevada (31,7%). A confirmar o retrato social dos imigrantes do leste na AML (Mendes 2009), a grande maioria destes imigrantes (61,5%) indicou que o principal motivo para deixar o país de origem foi o problema económico, decorrente do endividamento, da hiper-inflação e de um percurso sócio-profissional em sentido descendente. São migrantes georgianos, romenos, ucranianos e russos que em muitos casos já regressaram por a situação económica dos seus países de origem ter melhorado ou partiram para outros países europeus após terem obtido a autorização de permanência em Portugal porque entretanto a situação económica voltou a piorar em Peniche. A pesca decaiu, a indústria estagnou e a construção civil parou. Inusitadamente em 2005 a Heinz anuncia a intenção de vender o grupo de conservas de pescado europeu garantindo que a venda não vai afectar a produção nem os postos de trabalho. O grupo que contava com cerca de 5.000 trabalhadores e produzia cerca de 400 milhões de latas de conservas por ano, com lucros na ordem dos 400 milhões de euros por ano deixava de ser um segmento prioritário na empresa. A principal razão apontada prendia-se com uma reorientação na produção da multinacional,

concentrando-se nos sectores e marcas onde tem maior quota de mercado. Em 2006 é comunicado à UE a intenção da multinacional americana em vender as suas unidades industriais de pescado ao banco de investimento Lehman Brothers. A venda é concretizada em Março de 2006 por €425 milhões. Cria-se a MWBrands, com sede em França, que reúne as empresas do grupo passando a fábrica de Peniche a ser designada por ESIP – European Seafood Investments Portugal⁹⁵. No ano seguinte dá-se a crise financeira do “subprime” e três milhões de americanos deixam de ter dinheiro para pagar as prestações das suas habitações. O problema da habitação alastra ao mercado financeiro e em Setembro de 2008 é declarada a bancarrota do Lehman Brothers.

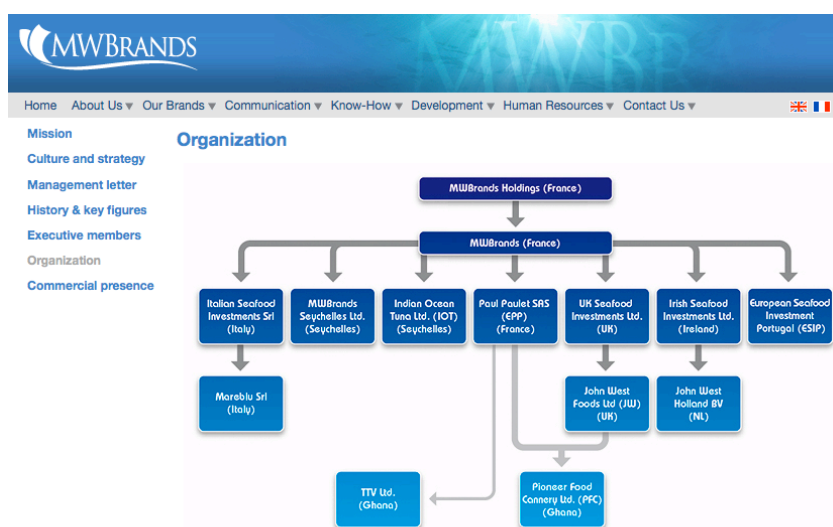


Figura 1 – Organograma da MWBrands

⁹⁵ “O processo da indústria conserveira é complicado. A palavra mais adequada é complicado ou preocupante. Aqui em Peniche, que é a situação que eu conheço, temos 3 fábricas: é a ESIP, que é uma multinacional e varia de acordo com as vontades do grupo, que de vez em quando é vendido a outros [grupos económicos]. Num espaço de 10 anos já passou por 3 grupos, um deles que é um grupo com uma grande influência, a HEINZ dos Estados Unidos. Agora é a ESIP, pertencendo ao grupo financeiro que suportava a HEINZ, foi uma “negociata”. No fundo a HEINZ deixou-se de interessar por este tipo de fábricas e portanto quis vender. Quando o quis vender quem lhe emprestava o dinheiro ficou com a fábrica de Peniche. Existe também a Sardinal e a Ramirez”. **(Pescador polivalente)** Ao longo do período em que fiz pesquisa de terreno em Peniche a fábrica Sardinal, propriedade da empresa “Produtos Alimentares António & Henrique Serrano, S. A”, com sede em Vila do Conde e fundada em 1940, demonstrou atravessar um processo económico difícil. Há já algum tempo que a empresa apresentava dificuldades financeiras, deixando pagar os salários atempadamente aos trabalhadores. Entrou depois numa via de instauração de processos disciplinares aos trabalhadores por alegado absentismo. Por outro lado, a Ramirez, com sede em Matosinhos, tem origens mais antigas que remontam a 1853. De localização inicial no Algarve exportou a sua produção para Leça da Palmeira e Peniche. Em 2008 assinou um contrato com o estado da Venezuela, no âmbito do programa de troca de petróleo por alimentos. O negócio de 3 milhões de euros correspondente a 4 milhões de latas representou uma situação excepcional no volume de negócios da empresa de 20 milhões de euros. A conserveira produz anualmente 40 milhões de latas, distribuídas por várias marcas. Tem apostado também na China como mercado preferencial.

Economia política de valorização das subsistências

A análise que Roseberry faz da indústria do café, considerando-o como a bebida do capitalismo⁹⁶, tem diversas similitudes com o desenvolvimento da indústria conserveira em Portugal. A produção de conservas depende fortemente do escoamento para os mercados externos, visto que 70% da quantidade produzida é exportada. As conservas de sardinha têm diversos subgrupos salientando-se, as sardinhas em óleos vegetais, as sardinhas em azeite de oliveira, as sardinhas em filetes, ou as sardinhas sem pele nem espinha. De um processo de estandardização e concentração iniciado no século XX, onde os desembarques da sardinha foram atingindo valores muito elevados, a partir de meados dos anos 60 a tendência foi para a estagnação. A partir dos anos 80 a estratégia dos empresários da indústria conserveira de orientarem a sua produção de conservas de fabrico corrente, sustentada pela procura da sardinha mais barata, levou, devido ao agravamento dos preços da sardinha ao requacionamento da orientação da produção extensiva e barata. Algumas conserveiras, que fabricam com qualidade superior à média e por isso podem acomodar os aumentos dos custos da matéria prima da sardinha ao preço de venda, têm no entanto apontado para a diferenciação e identificação de nichos de mercado, através de uma segmentação crescente. Este facto contradiz a impressão de senso comum de que esta actividade tradicional assente na mão-de-obra intensiva, face à concorrência de países estrangeiros como Marrocos, Costa do Marfim, Senegal, Tailândia, só para enumerar os principais, está em vias de falência económica. Para Pinho (1998) a redução do número de unidades conserveiras tem consistido num processo de reajustamento deste sector produtivo, e os principais grupos têm vindo a reforçar as suas posições no mercado europeu e mundial cada vez mais aberto mas onde se estimula fortemente o fabrico de produtos de qualidade e com uma forte imagem de marca e de origem. A confecção das conservas portuguesas são referenciadas internacionalmente pela qualidade do pescado e dos molhos com qualidade como o azeite. Algumas conservas portuguesas já são das mais caras que se comercializam na Europa. A minha hipótese é que a sardinha, quer pelo seu papel na alimentação, quer pela sua técnica de captura actual, como pelo tipo de desenvolvimento da

⁹⁶ "That there is a complex relationship between class and food consumption is often remarked, first in obvious sense that particularly groups occupy differential market situations in the terms of their ability to purchase certain foods, and second in the uses various groups make of foods and food preferences in making themselves as distinctive from or in some sense like other groups. In the case of speciality coffee, one of its interesting features is that is *not*, or is not meant to be, a "proletarian hunger killer". Looking further afield, it is worth comment that the other proletarian hunger killers of the 19th and 20th centuries are also caught up in the move toward variety and at least the illusion of quality." (Roseberry 1996: 773)

indústria conserveira, pode ser considerada como uma mercadoria fulcral para entender a história social do capitalismo ao longo do século XX.

A estratégia das multinacionais agro-alimentares de se desvincularem da sua produção para empresas de capital financeiro tem sido complexa. A venda da Heinz assume linhas de afastamento da indústria pesqueira pelo caminho sem saída que a pesca industrial tem sido conduzida. A pressão dos consumidores nos países industrializados por práticas sustentáveis de capturas tem criado má imagem às empresas associadas à exploração intensiva dos mares. O caso britânico com a marca John West é ilustrativo disso, com as organizações não-governamentais a colocarem-na sempre em último lugar nas políticas de preservação dos recursos. Por outro lado, como referido no capítulo anterior, a Unilever, segunda maior empresa alimentar a nível mundial, vendeu a sua marca de congelados, a um fundo privado europeu, com o argumento de se concentrar na comercialização de produtos de peixe fresco. A estratégia global desta firma transnacional para se tornar na maior empresa de mundial de alimentos, passa por adquirir as empresas e as marcas de maior peso nos mercados nacionais⁹⁷. A Unilever combina marcas mundialmente conhecidas e associa-as a produtos com peso nos mercados nacionais, o que tem resultado numa concentração no sector alimentar. Em 1999 a World Wildlife Fund, juntamente com a Unilever, criou a Marine Stewardship Council (MSC), que

⁹⁷ Em 2007 a Unilever tomou uma posição dominante no grupo Jerónimo Martins, um dos principais distribuidores alimentares do país. Surge a empresa Unilever Jerónimo Martins. Da fusão a estrutura de participações passou a ser 55% Unilever e 45% Jerónimo Martins. Comento este episódio bolsista porque tem havido uma implantação intensa de novas unidades de consumo nos concelhos limítrofes a Peniche. A criação de uma unidade de média dimensão junto da zona industrial do porto de pesca veio criar um dinamismo intenso nesta zona da cidade. Em inúmeros contextos em entrevistas com as pessoas sobre estratégias de produção e consumo foi comentado o carácter disruptivo da superfície comercial. Estas unidades são dotadas de espaços de consumo no local, género cantina e passou a ser o local de acentuado cosmopolitismo. Na realização do campeonato do mundo de surf “Rip Curl Pro Search 09”, ocorrido em Outubro de 2009, resultante da observação participante junto de indivíduos surfistas brasileiros e portugueses que estavam em Peniche para assistir à prova desloquei-me em algumas ocasiões ao local. Nessas ocasiões pude constatar a presença interclassicista de pessoas de diversas localizações. Na mesma mesa podiam estar pescadores de Peniche, com turistas-surfistas do Baleal e trabalhadores da construção civil originários da Europa de Leste. Este local, bem como a construção em frente de um “condomínio de luxo”, propriedade de um comerciante de pescado, em frente do porto de pesca torna explícito que a zona sul da península de Peniche atravessa um processo de desindustrialização e urbanização e surge como exemplo operativo do processo global de transformação das comunidades piscatórias. Na distribuição alimentar, em Portugal, o grupo ocupa a posição de liderança, operando com a marcas Pingo Doce (supermercados), Feira Nova (hipermercados e médias superfícies) e Recheio (cash & carry e Plataformas de food service). A Jerónimo Martins internacionalizou-se em 1997, com a aquisição da rede polaca Biedronka. Em Dezembro de 2009 o Supremo Tribunal Justiça polaco decidiu contra a Jerónimo Martins no processo movido pela empresa contra ex-fornecedores e a Associação dos Prejudicados pelas Redes Biedronka. Em causa estavam acusações de não pagamento de horas extraordinárias, represálias contra os trabalhadores, etc. O STJP decidiu que não é interdito formular acusações verdadeiras.

desenvolve um programa mundial de certificação de pescarias sustentáveis. Em 15 de Janeiro de 2010 as pescarias portuguesas da sardinha recebem a certificação MSC. A Associação Nacional das Organizações da Pesca do Cerco e a Associação Nacional das Indústrias de Conserva de Peixe reuniram-se em Peniche para anunciar a primeira espécie de peixe certificada na Península Ibérica. A sardinha, constituindo o maior recurso pesqueiro na ZEE portuguesa teve um total de capturas de 55.159 toneladas em 2009, as quais representaram 38.773.000 €. Através das suas pescarias, os pescadores do cerco, as respectivas organizações de produtores demonstraram que a actual dimensão com limites de captura, paragem das embarcações durante o fim de semana e preços de retirada, conseguem sustentar este segmento de pesca quando o recurso é abundante. A sardinha tem sido sujeita pelas OP a uma política de valorização como um produto de subsistência para os pescadores e para a maioria população em Portugal.

Uma vasta literatura sobre comida e globalização tem sido produzida e os cientistas sociais estão cada vez mais atentos aos hábitos alimentares ocidentais em termos de grupos étnicos, regionais e religiosos, contudo, a reflexão em termos de classe tem sido relativamente pequena (Mintz & Du Bois 2002). Constatando-se que as populações foram sempre mais móveis e as suas identidades menos fixas do que o modo como as diversas abordagens da antropologia clássica as supuseram (Gupta & Ferguson 1992) e que a temática das safras e da gastronomia cruza diversas áreas do conhecimento, esta análise centrou a atenção na possibilidade de capturar, através de uma reflexão sobre a produção e o consumo, uma grelha de análise de diferentes escalas para quem faz um estudo de uma região piscatória, como a de Peniche. A hipótese teórica central foi a de existir uma correspondência entre a segmentação crescente do mercado de trabalho e a segmentação do consumo. Assim, lancei para debate um conjunto de referências teóricas, históricas e contemporâneas, tentando perceber o fenómeno da globalização no contexto das pescarias portuguesas e as implicações metodológicas que se colocam quando se pretende fazer tal estudo, pois considera-se que os fenómenos do consumo podem ser materializações específicas de processos de reconfiguração da produção e vice-versa. Considerando que a vida social das pessoas é cambiada por um conjunto de factores cada vez mais complexos e multidimensionais, resultando numa interacção profunda entre as decisões dos indivíduos e factores estruturais em transformação, a antropologia torna-se particularmente importante para trabalhar os interstícios revelados quando se olha para o mundo contemporâneo. Pelo carácter dialógico desta monografia (Kleist 2009), avanço nesta viagem da história contemporânea de Peniche com a transcrição de um encontro de quatro indivíduos,

interessados em questionarem a sua própria dimensão humana. O texto é revelador da polissemia dos discursos existentes na fileira das pescas em Portugal, sector marcado por uma relação de vida e morte, característico do confronto constante do homem que trabalha no mar. Da aparelhagem sonora libertava-se a música dos *Morphine: it was just a couple of summers ago...*. Nessa madrugada ia sair para uma *maré de mar* e aguardei no *In a Bar Under the Sea*, ponto de encontro em Peniche de diversas gerações, de modos distintos ligadas à economia marítima e que insistem em discutir a vida no mar.

Surfista: Mestre, apresento-lhe o João, estudante das coisas do mar e de Peniche. Ele quer aprender. **Mestre:** Eu nunca andei ao mar, sempre fui um mestre de terra, não me dei bem no mar, fui calafate! **Surfista:** Mestre sem ironias, fale verdade. O Mestre governava uma embarcação das poucas cooperativas que não tinha uma traineira com nome revolucionário, a *Rainha de Peniche*. Escapou à saga dos nomes “romântico-revolucionários”. Um dos barcos mais bonitos da frota de Peniche. **Mestre:** Fui onze anos mestre daquele baixo, o barco era bonito mas apanhava peixe como o diabo. O mestre da *Rainha de Peniche* era eu. E este querido amigo, que é tão mestre como eu sou, como eu fui, a vida dele é igual à minha. Estava farto de apanhar o peixe a montes. **Surfista:** A *Rainha de Peniche* era um barquinho que trazia o peixe e nem se dava por ele. Diziam que não vinha com nada e trazia a popa cheia. Vinha carregado e deslizava. **Mestre:** Trazia mil cabazes de sardinha. **Electrónico Naval:** Muitas vitórias mas também muitas derrotas. Havia momentos para tudo. A pesca é uma vida de vitórias e de derrotas. Nem sempre se ganha. **Surfista:** Há fases... **Mestre:** Durante vinte anos andei carregado e raramente dormia um dia. Porque sonares e sondas... por exemplo uma confusão ou qualquer coisa que não corresse bem. Eu ia recorrer a quem? Tu foste o meu amigo que me desenrascaste mais vezes. Correcto? Certo? Sem demagogia. Era sardinha a monte, sardinha de Peniche! Chegava sardinha como chegava “ervilhas”. Trabalhei naquele barco onze anos e o barco apanhava sardinhas como se apanhava sardinha sem redes ali no cais. Fui mestre do *Rainha de Peniche* onze anos e aquele barco derreteu sardinha, apanhava sardinha com quem apanhava areia na praia. Mestre à parte, mas é verdade! **Surfista:** De onde vem essa experiência? Como é que o homem aprendeu a apanhar sardinha? **Mestre:** Como é que aprendeu? Tinha-se que estudar. Eu não aprendi em escola nenhuma. Ele está a desafiar-me mas ele sabe. Um dia fui com o Penicheiro ao mar, ele andava na escola, e ele respondeu primeiro que não podia ir comigo ao mar. Não apanhámos nada pois não? Comigo mestre ou contigo mestre tínhamos de apanhar peixe sempre! Sou o Mestre da *Rainha de Peniche*, nasci em 48 em Peniche. Fui sempre, sempre, sempre pescador. Andei a roubar chicharros e sardinhas na Ribeira Velha. Menino, tinha aí sete anos, roubei chicharros e depois fui ser mestre... **Electrónico Naval:** Não é assim. Passas por toda a fase, primeiro camarada, depois moço, depois vai para contra-mestre com outros mestres. **Mestre:** Obviamente que tem de se ter categoria para subir de camarada até mestre. Obviamente que andei em vários barcos, não havia muitos. Eu andei em barcos campeões mas consegui ser de camarada a mestre. A traineira *Fé* fez escola. Eu tenho sessenta anos. Eu andei na *Fé* durante 19 anos. Fui camarada, contra mestre e mestre! E entrei na *Fé* em 68 e tornei-me mestre da *Fé* em 87. **Surfista:** *Fé* era o barco com o nome mais pequeno da frota de Peniche. **Electrónico:** Apanhou várias transições, nos equipamentos, na evolução da pesca. **Mestre:** A minha vida foi sempre, sempre, sempre, má. Sempre má, ouviste? Eu tinha onze anos quando entrei ao mar. Há o interregno da guerra colonial, mas depois regresssei e vim de novo para a *Fé*. Eu estive em Angola vinte seis meses. Dá para rir não dá? Vinte seis meses! Eu fui para Angola em 70. **Electrónico Naval:** Alguma vez incentivaste o teu filho a ir para o mar? **Mestre:** Eu não posso incentivar isso, é impossível, desculpa. Eu tenho um filho e uma filha. A minha filha fez ontem, a 9 de Março, 18 anos. O meu filho faz, a dia 2 de Junho, 25 anos. Ele não pode ser pescador porque os pais idosos, como no meu caso, não têm necessidade de pormos os nossos filhos na vida do mar. E porquê? E para quê? Não há necessidade disso. Vão para o mar para quê? Não pode ser! O meu filho, digamos, só poderá ir para o mar se eu fosse um comandante de uma embarcação que desse muito dinheiro. Por exemplo daqueles barcos que andam aí na pesca ao espadarte. O meu filho não é filho de um rico, estás a ver onde eu quero chegar? É filho de um homem pobre que trabalhou uma vida inteira. Portanto o meu filho não pode nunca ir para o mar. Se o meu filho fosse dono de um barco de pesca de

atum ou de espadarte talvez fosse para o mar. **Electrónico Naval:** O Mestre trabalhou sempre em traineiras, mas nunca foi armador, era mestre. Não era proprietário de uma embarcação. Era mestre contratado e não tinha ordenado fixo, tirava o vencimento dele daquilo que pescava. Se não pescasse ficava a olhar para as mãos. É por esta história que os filhos de pescadores não vão para o mar. Os pais não incentivavam os filhos a ir para o mar. A vida do mar é difícil, uma vida de temporais, de frio, muitas voltas no mar. Eles próprios já não viam para eles futuro naquilo. Não havia sonhos com aquilo. **Mestre:** Não há hipóteses nenhumas. A sua pessoa nem sequer imagina o que foi a vida do mar aqui há trinta anos. Você não é pescador. Nunca foi pescador. Tomara eu ter a tua vida. Tu tens trinta anos e se eu tivesse a tua idade também gostaria de andar ao mar. Mas como eu nasci com essa necessidade, eu nasci dentro do limo e da água salgada, fui pescador uma vida inteira. **João:** Na sua vida de pescador nunca pensou em emigrar? **Mestre:** Porquê? Houve muitos penichenses que não emigraram. Eu não emigrei porque andava em embarcações, pensei eu naquela altura, que ganhavam bom dinheiro. É preferível estar cá, ganhar bom dinheiro, do que ir emigrar. Eu era um pescador exímio. Sempre fui um homem do mar, menino pescador, apanhar limo e serrões. Eu fui sempre um homem do mar e não fui para a “selva do mar” [estrangeiro]. O meu problema foi que eu fui tão bom na vida do mar que não emigrei. Eu como fui um bom profissional aqui nunca emigrei. Como fui um profissional exímio na minha terra, na minha cidade, no meu país, nunca emigrei. Há gajos que podem ter mais 10.000 € ou 90.000 Libras que eu não me interessa. Eu sou a minha cidade. Eu trabalhei na minha terra para a minha cidade até ficar exausto. Trabalhei 50 anos na minha terra, na minha cidade, nunca emigrei. Se era mestre de embarcações não podia emigrar. Aqui a nossa costa, aqui em Peniche teve sempre muito peixe. Não era necessário ir para Matosinhos ou para o Brasil apanhar sardinhas. **Surfista:** Ah o meu amigo mestre nunca ficou “embarrancado” na Figueira da Foz? Se calhar ir para Cascais... **Electrónico Naval:** Ficar “embarrancado” era quando havia o mau tempo, aí a barra ficava fechada. **Mestre:** O Electrónico é meu amigo mas não é homem do mar. **Electrónico Naval:** Estou na segunda fileira das pescas. **Mestre:** Eu digo-te uma coisa. Eu fui pescador mas cansei-me de ser pescador. Andei quase cinquenta anos ao mar. Eu andei durante vinte e dois anos a ser contra-mestre e mestre de embarcações de artes do cerco, a apanhar sardinhas. Eu tinha se assumir o encargo de apanhar peixe. Para se ser bom mestre tem-se de ter categoria. Primeiramente tem-se de ter uma carta para se ser comandante de uma embarcação. Segundo como se tem aquela embarcação tem-se de ter uma tripulação, tem-se de se suportar a tripulação e tem-se de ser um homem muito honrado. Como se faz no futebol, ter uma equipa. Mas é no futebol que ganha dinheiro a “montes” e nós no mar: se apanhássemos apanhávamos se não apanhássemos... Um indivíduo que anda anos agarrado a um barco como eu é preciso ter vinte homens que: “Hoje se apanharmos peixe ganhamos dinheiro, amanhã se não apanharmos não ganhamos dinheiro.” **Electrónico Naval:** Isso quer dizer se não pescares a “companha” vai-se embora. **Mestre:** No mar tu podes ganhar dez contos [50 €] por dia mas cinco dias depois não apanhas nada. Eu quando fui mestre tentava por todos os meios apanhar sardinha. Por vezes apanhava e por vezes não. Ou apanhamos agora ou não apanhamos. Porque a vida do mar não é como em terra com os computadores. O mar é mais difícil porque se nós não pescarmos não ganhamos. Incorrível. Quando se é mestre tem-se de saber como é que se captura peixe. Porque quando se está em terra não se percebe nada do mar. **Electrónico Naval:** Ao longo dos anos que tu foste mestre nem sempre tiveste toda a tecnologia. Ela foi aparecendo ao longo dos anos. Porque hoje pode-se utilizar um conjunto de soluções. É tecnologia, o que hoje é insignificante há trinta anos era o melhor que havia. **Mestre:** Isso é uma questão, são muitos anos. Eu sou desse tempo, eu sou do tempo das murraças e dos geradores. Eu conheço o mar como conheço as minhas mãos. Eu cresci e era só mar. O mar é a minha vida. O mar é meu amigo. **Electrónico Naval:** Eu sei que és desse tempo. Nesta questão fica que para chegares a mestre comesas de baixo para cima. Difícilmente tu saís de uma escola e vais para mestre. A experiência vem dos velhos para os novos, miúdos de hoje que amanhã serão os velhos para outros miúdos que serão novos. É uma transmissão de geração para geração. O Mestre aprendeu com outros homens e também transmitiu o seu conhecimento para outros. Só que a partir de determinada altura não há homens que queiram aprender. Não querem seguir a pesca. São poucos os que aparecem para dar continuidade. **Mestre:** Em 1968 eu fui convidado para ir para o mar pelo António Quintino. Lembras-te da Fé pequena? O bota-abaixo foi em Abril de 1969. Era um barco campeão. Era preciso ter classe. Eu estava em Angola e já sabia que a primeira vaga que houvesse na Fé era para mim. Era um barco muito bom, ganhava dinheiro a montes. Sabes porquê? Porque eu era um bom profissional de pesca.

Capítulo IV: Amigos de Peniche – Amizade e Soberania

O lugar em que penso é difícil, sempre difícil.

De lá se parte, chega-se ao mar.

Já me disseram que a gente que nasce e vive ao pé do mar é mais pura.

Penso que o mar dá uma qualidade à fantasia, ao desejo e à confiança.

*É uma propriedade misteriosa do espírito, e por ela se aprende a nada esperar,
a não desesperar de nada.*

Talvez seja isso a inocência.

*Talvez só no mar nos seja concedido morrer verdadeiramente,
morrer como nenhum homem pode.*

Herberto Helder

Os comboios que vão para Antuérpia - Os Passos em Volta

Condições militares e estratégicas dos portos de Peniche

Peniche é uma território que justapõe o refúgio dos homens marítimos à ondulação oceânica da natureza. Durante muito tempo, essas duas realidades divergiam. Ao longo de séculos esta região foi porto de abrigo natural, situado na parte sul, para pescadores e piratas, devido às características geográficas da península que protegiam a presença humana dos ventos dominantes do norte. Inversamente as características dos mares de Peniche provocaram diversos naufrágios. Até à construção do porto de abrigo da península, as ondas eram figuras temidas para quem trabalhava no mar, mas fonte de beleza contemplativa para quem ia ver o oceano. Raul Brandão, observador ímpar das características físicas do território e das formas de organização social dos pescadores, ficou psicologicamente dividido. As suas notas sobre o território marítimo de Peniche são de forma exemplar trabalhadas no livro *Os Pescadores*. Da parte norte da península observou a zona do Baleal como sendo “a mais linda praia da terra portuguesa”, espaço que “se encontra perdido no azul ou assaltado pelas ondas coléricas” (Brandão 1986: 116). A paisagem a sul transformou-se porque “a pesca mudou para Peniche” o que a torna “horrível para mim porque é o tipo de pesca industrializada, o barracão, a fábrica de peixe, a caserna da sardinha, onde impera o Fialho do Algarve” (Brandão 1986: 116). Descrever uma cidade portuária é uma tarefa complexa porque tem implícita a relação entre o porto e a cidade. Ambas são compostas de formas de organização económicas e sociais imbricadas, que muitas vezes se confundem. Como lucidamente reflecte Amorim (2000), a descrição e a definição destes territórios híbridos resvala frequentemente em favor de um dos lados. Baldaque da Silva, ao se dirigir a Peniche no início da industrialização do porto, percebeu de forma clara o que estava em causa no território insular de Peniche. O quotidiano dos indivíduos que entravam e saíam de Peniche estava dependente da vontade soberana do governador da “praça de guerra desta península”⁹⁸. Pescadores do porto e banhistas das praias, estas eram as pessoas que

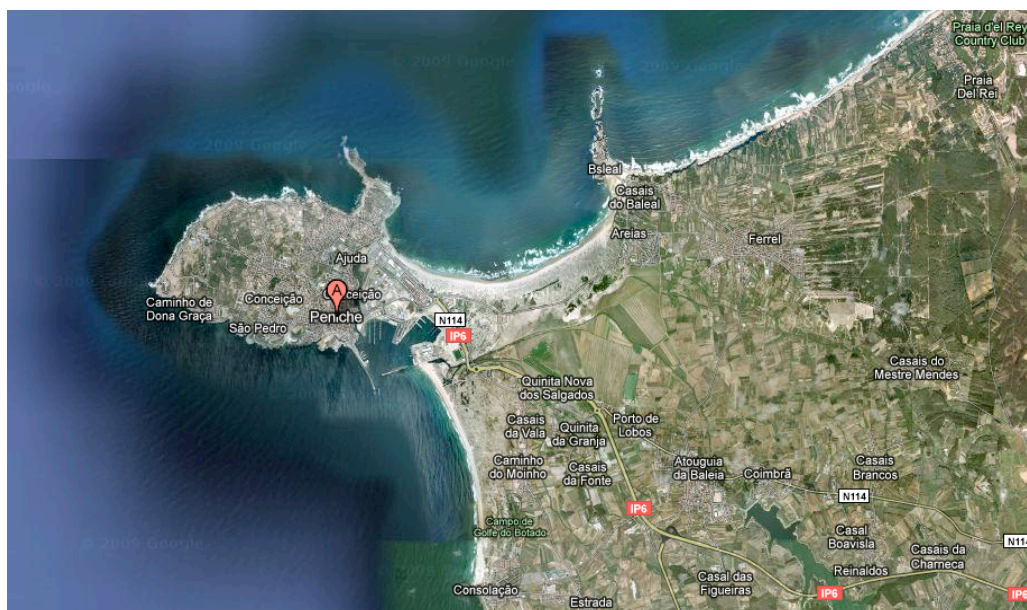
⁹⁸ “Os portos de Peniche, assim como as povoações, ficam encravados na praça de guerra d’esta península, ou entre as fortificações, ou nos fossos do recinto murado da praça, facto de que resulta da necessidade de harmonisar as disposições relativas ao acesso das embarcações e movimento da população de pesca, com as condições militares e estratégicas que se devem observar nas praças de guerras marítimas. As portas da villa, fecham-se a uma hora determinada pelo governador, e abrem-se regularmente, d’ahi em diante, de duas em duas horas, durante a noite. Sobre esta disposição, em tempo de paz, deve haver instruções superiores, para que não fique ao arbítrio do governador uma medida, que pode altamente prejudicar a rapidez do transporte da pescaria chegada do porto durante a noite, a qual, no verão principalmente, pela demora inútil de uma hora ou hora e meia, chega mais tarde ao centro de consumo em risco de se deteriorar. Sendo Peniche uma praia de banhos excelente, muito frequentada na epocha balnear, não se pode acceitar com fundamento, que os indivíduos que procuram esta praia, fazendo a viagem de noite, para evitarem o sol ardente do verão, tenham que esperar uma hora, ou ainda mais tempo, que as portas se abram, o que contraria altamente os forasteiros, sem utilidade alguma militar.” (Baldaque da Silva 1898: 79-80)

tinham necessidade de circular no final do século XIX em Peniche, umas para trabalharem no sector da pesca e outras para lazer dos tempos livres. A realidade de Peniche talvez não fosse tão dicotomizada mas a descrição deve conter justiça na polarização das populações que frequentavam a península⁹⁹. Se existe algum consenso sobre as franjas marítimas é o de que foram territórios que privilegiaram a troca de mercadorias (Sérgio 1974), erigidos à volta de portos e fortalezas (Sampaio 1979). Duas estruturas com funções diferentes mas que estão relacionadas pelo contacto com o mar, garantindo a entrada e saídas de bens e protegendo-se dos ataques do exterior devido à exposição litoral. O território marítimo tem sido um espaço disputado na terra e no mar¹⁰⁰ (Schmitt 2008). Após a integração na UE surgem duas descrições sobre Peniche que considero relevantes. O geógrafo Henrique Souto (1990) realizou um estudo de caso sobre o porto de pesca e Mariano Calado (2000) produziu uma tese histórica sobre as fortificações da região. Ambos descreveram a realidade social e económica de Peniche com preocupações diferentes. O primeiro, sendo um professor universitário dá relevo à integração económica na UE. O segundo, sendo um etnógrafo local foca a especificidade do território em Portugal. O que acontece ao justapôr-se estes dois focos analíticos? Surge o porto de Peniche enquanto espaço transnacional marítimo europeu, onde as fronteiras entre os homens voltam a ser repostas na paisagem. No entanto, construção de fronteiras na UE não é um processo acabado, por diversos motivos. Por uma lado, a expansão para o leste europeu ainda não se concluiu, por outro, tendo primeiramente sido constituída enquanto mercado comum, tem de estar aberta às especificidades económicas dos diferentes países que a constituem. Por fim, em

⁹⁹ Durante o século XIX, dá-se início a uma nova circulação populacional e sazonal de pessoas da cidade e do campo que vão a “banhos” para o litoral: “uma movimentação cujos fluxos se deslocam em sentido inverso ao das populações piscatórias, envolvendo outros protagonistas: refiro-me à descoberta, por parte da burguesia urbana, das virtudes terapêuticas da beira-mar – fenómeno que levou um número sempre crescente de pessoas a afluir sazonalmente ao litoral em busca de repouso, de saúde e de divertimento. Depois ainda – após a estação de banhos, entre Julho e Setembro – as gentes das cidades cedem lugar aos camponeses do interior que, após o fim das colheitas, vêm também descansar durante os meses de Outubro e Novembro, para ganhar forças para o ano agrícola.” (Nunes 2003: 135)

¹⁰⁰ Carl Schmitt, no ensaio “Terra e Mar” (2008), reflectindo sobre a história universal e a tentativa humana de controlo sobre os quatro elementos – *terra, água, céu e fogo* – considera que houve uma alteração profunda no conceito de espaço no século XX, o qual se tornou campo de realizações humanas ao invés de espaço vazio de conquista do mundo “O mar já não é hoje um elemento como no tempo dos caçadores de baleias e dos corsários. A técnica hodierna dos meios de transporte e de comunicação fez dele um espaço no sentido hodierno da palavra. Hoje, em tempos de paz, qualquer armador pode saber, diariamente e de hora a hora, em que ponto do oceano se encontra o seu navio em alto mar. Assim, em relação ao tempo dos navios à vela, o mundo do mar transformou-se, para o homem, de um modo elementar. Mas se é assim, cai também a separação entre a terra e o mar com base na qual se edificou aquela que foi, até agora, a ligação entre o domínio marítimo e o domínio mundial” (Schmitt 2008: 97)

diversos sectores económicos, como o sector da pesca, essa construção está sujeita a determinantes económicas globais.



Mapa 6 - Mapa da Península de Peniche - 2010 - (Google Maps)

O peixe como recurso global e o mercado europeu

A UE, através do seu mercado comum transformou-se num exemplo claro de uma região globalizada, através de um cada vez maior entrelaçamento das economias, dos mercados, dos sistemas financeiros, comerciais e de transportes, bem como uma vinculação nos sistemas de comunicação e de mão-de-obra entre os actuais 27 estados-membros. No caso do sector pesqueiro, a UE deixou de conseguir suprir a procura cada vez maior do mercado interno, tendo assim passado a importar mais pescado do que aquele exporta. Esta tendência tem-se agravado pelos hábitos de alimentação dos europeus. Nos últimos anos o domínio do comércio retalhista de peixes, moluscos e crustáceos tem sido assumido pelas grandes superfícies comerciais. Estas têm investindo na diversificação de produtos, apostando em força em produtos transformados, nas quais as refeições pré-cozinhadas têm grande destaque, preterindo-se cada vez mais o lugar dos produtos frescos que até aqui tinham uma posição dominante. A procura cada vez maior deste tipo de alimentação por parte dos consumidores europeus, condiciona as grandes superfícies, através dos seus fornecedores industriais, a terem garantias da regularidade de abastecimentos de produtos piscícolas que o sector da pesca europeu deixou de conseguir fornecer. Esta situação criou um mercado cada vez mais dependente das importações de países terceiros, que neste momento já ultrapassou mais de 60% do consumo total de

produtos da pesca nos diferentes países da UE. Esta tendência assume também uma dimensão transnacional pela própria natureza global das espécies piscícolas enquanto recurso. A propriedade migrante do peixe, presente na maioria das espécies existentes nos diferentes lugares marítimos e fluviais do planeta, evidenciada pela sobreexploração dos recursos marinhos, está a formular uma interdependência internacional cada vez maior em termos de exploração económica e de abastecimento, sendo a pesca apontada por diversos autores (Kurlansky 2000a; Bestor 2004a) como um dos comércios mais globais dos produtos alimentares. Esta dimensão internacional coloca desafios cada vez maiores em matéria de sustentabilidade, seja nos países do hemisfério Norte seja nos países do hemisfério Sul.

“In 2006, world fish imports reached a new record high of US\$89.6 billion, an increase of 10 percent on the previous year, and of 57 percent since 1996. Preliminary data suggest that world imports of fish and fishery products totaled about US\$96 billion in 2007. All major importing markets, except Japan, further increased the value of their imports of fish and fishery products, with the EU experiencing a significant 12-percent rise. Japan, the United States of America and the EU are the major markets, with a total share of 72 percent of the total import value in 2006. In total, developed countries accounted for 80 percent of imports in terms of value but only 62 percent in terms of quantity (live weight equivalent), indicating the higher unit value of products imported by developed countries. With stagnant domestic fishery production and growing demand, developed markets have to rely on imports and/or on aquaculture to cover a growing share of internal consumption.” (FAO 2009: 49)

Os dados apresentados pela Food and Agriculture Organization of United Nations (FAO), no seu relatório *The State of the World Fisheries and Aquaculture* (2009) relativos à produção e comércio mundial de pescado salientam que a questão global da gestão das pescarias é de crucial importância para os países fora do eixo EUA – UE – Japão. Apesar dos números dominadores do comércio mundial com estes blocos económicos, o pescado é actualmente o único produto dos países em desenvolvimento em que as exportações para outros países em desenvolvimento são mais significativas (58% do total) do que para os países desenvolvidos¹⁰¹. Este dado explica-se duplamente pela necessidade crescente de produtos de subsistência para as pessoas se alimentarem e pelo aumento cada vez mais significativo da produção de aquacultura mundial. Na primeira década do século XXI a produção de pescado em aquacultura

¹⁰¹ “Nevertheless, because first-world consumption has, if anything, increased its control over third-world economies as a result of new trade agreements such as GATT and NAFTA, the need for anthropological research on this topic is evident. Given that there is also an increasingly direct link between first-world consumption and both disempowerment and suffering in developing world, this is also perhaps the area where a critical perspective is most required.” (Miller 1995: 153)

aumentou 10 milhões de toneladas enquanto que as pescarias de “wildfish” praticamente estagnaram apesar do aumento do esforço de pesca. Qualquer análise das pescarias mundiais tem de tomar em conta que no presente 40% da produção mundial de pescado resulta da indústria da aquacultura num contexto tanto de crescimento da população mundial (6,6 biliões de pessoas) como de aumento do consumo *per capita* de peixe por ano (16,7 kg/ano) em 2006.

I. Indicadores Físicos	Portugal	União Europeia
Superfície total	91 909 Km2	3 973 200 Km2
Comprimento da linha de Costa	2 830 Km	325 892 Km
Área da plataforma continental	20 141 Km2	6 316 008 Km2
Mar territorial	64 145 Km2	589 440 Km2
Zona Económica Exclusiva	1 656 402 Km2	11 447 075 Km2
II. Indicadores Económicos e Sociais		
População total residente	10,5 Milhões	456,9 Milhões
População activa	5,5 Milhões	257 Milhões
Taxa de crescimento efectivo da população	6,40 %	5 %
Índice de envelhecimento da população	0,87	1
Peso do sector primário no total população activa	10,80 %	5,20 %
III. Indicadores Específicos da Pesca		
1. Frota de pesca		
Número de embarcações	8 754	92 422
Tonelagem	112 566 GT	2 104 466 GT
Potência	390 924 KW	7 488 255 KW
2. Produção		
Produção Total	217 Mil toneladas	7,3 Milhões toneladas
Produção da Pesca	209 Mil toneladas	5,9 Milhões toneladas
Produção da Aquicultura	8 Mil toneladas	1,4 Milhões toneladas
Produção da Indústria Transformadora	128 Mil toneladas	12 Milhões toneladas
3. Emprego no Sector		
Pesca	17 261	362 819
Aquicultura	6 500	61 370

Tabela 4: Indicadores Gerais de Portugal e da União Europeia (Fonte: INE & PEN 2007-2013)

A frota comunitária europeia no seu conjunto é uma das maiores potências internacionais em termos de captura¹⁰². Concomitantemente, tem sido conduzido um esforço de redução da sobreexploração dos recursos haliêuticos nas zonas económicas dos seus estados membros. Este abrandamento, que contém um carácter de preservação dos recursos marítimos, fundamenta-se na constatação da vulnerabilidade cada vez maior dos recursos piscícolas do Atlântico Norte e do Mar Mediterrâneo. Assim a UE tem encetado uma política económica de criação de acordos de pesca com países terceiros, salientando-se os acordos com os países africanos e asiáticos, que actualmente permitem à indústria do sector acesso a 2,5 milhões de toneladas de peixe adicionais. Este aumento de provimento de pescado anual representa assim cerca de 40% das capturas das frotas comunitárias, consequência directa dos interesses económicos dos países capitalistas e das diversas políticas de concentração das pescas europeias. O resultado consiste numa situação de importação massiva de bens alimentares, metamorfoseando diversos aeroportos europeus nos principais locais de descarga de pescado da UE, que o aeroporto de Vitória é o maior exemplo na Península Ibérica. É tempo de pescarias de contentor, símbolo máximo da actual globalização (Sekula 2003), em que a via área tem substituído o transporte do pescado das unidades de pesca. Os valores de produção indicados no Quadro 3: Indicadores Gerais de Portugal e da União Europeia também são também passíveis de serem interpretados do seguinte modo: primeiro, que a produção da aquacultura tem um peso cada vez maior nas estratégias produtivas da UE. Segundo, que o valor de transformação de pescado produzido em Portugal é somente metade comparativamente à produção do pescado. Sinais que indicam que o peixe ou vai directamente para a alimentação ou é exportado. Reflecte também o fraco desenvolvimento português na indústria dos produtos transformados. Isto representa uma situação “anómala” na UE em que a produção da indústria transformadora é claramente superior à sua produção tanto de pescado como de aquacultura. Estes dados confirmam também a situação de défice do mercado de produtos de pesca da UE e a crescente necessidade da indústria em recorrer às importações.

¹⁰²“A União Europeia é uma das principais potências de pesca ao nível mundial e o maior mercado de produtos transformados à base de peixe. Embora o número de pescadores na União Europeia tenha vindo a baixar ao longo dos anos, o sector das pescas, no seu conjunto, emprega cerca de 526 000 pessoas. São proporcionados numerosos postos de trabalho, não só no sector da captura, como na indústria da transformação, acondicionamento, transporte e comercialização, bem como nos estaleiros, fábricas de artes de pesca, empresas de abastecimento e de manutenção. Estas actividades têm uma importância considerável no tecido económico e social das zonas pesqueiras.” (Livro Verde do Mar 2006: 9)

Fortalezas & Barcos

A fortaleza de Peniche, desde finais do século XIX, foi gradualmente transformando de espaço de defesa marítimo em prisão¹⁰³, onde o “outro” esteve vigiado e preso. Como tal, transformou-se num espaço contestado, numa heterotopia¹⁰⁴ (Foucault 1986), um lugar onde as regras da sociedade são permanentemente vigiadas e reforçadas. Estes lugares podem ser de natureza diversa e é pertinente salientar que o filósofo francês definia o barco como a heterotopia máxima. A leitura etnográfica de “Terranova” (Zulaika, 1981), barco basco que segue para pescarias longínquas junto da Terra Nova, ilustra com detalhe determinadas regras sociais. O barco de pesca sendo eminentemente uma unidade produtiva tem o axioma de que a bordo não pode existir contacto físico e assim o etnógrafo constata que uma das regras presentes é que os indivíduos não podem apagar as luzes ou fechar as portas¹⁰⁵. Dou este exemplo por espelhar normas de evitamento e conduta do comportamento humano. Existe um sentimento humano que o autor aponta e a que me interessa dar relevo: a amizade. Zulaika embarcou como ajudante de cozinha na tentativa de compreender a pesca como um sistema cultural, numa

¹⁰³ “A fortaleza de Peniche (...) imponente nas suas cortinas e no recorte defensivo dos seus merlões, canhoirais e guaritas, relativamente bem conservados e onde o redondo se destaca como primeiro testemunho das defesas da antiga ilha e motor do desenvolvimento da população, foi, depois de reconhecida, face às novas técnicas castrenses, a sua inoperacionalidade militar, abrigo temporário de refugiados espanhóis [1894-1895], brasileiros [1894] e *boers* [1901-1904], residência fixa de prisioneiros alemães durante a I Guerra Mundial [1917-1918], prisão política do Estado Novo durante mais de quarenta anos [1930-1974], de alguns responsáveis pela ditadura e elementos da extinta Direcção Geral de Segurança [1975-1980] e, depois ainda, de abrigo de retornados das antigas colónias [1975-1980], sendo, actualmente [desde 1984], sede de um museu municipal e centro de outras actividades culturais” (Calado 2000: 244-245)

¹⁰⁴ “Mas, de todos estes sítios, interessam-me mais os que se relacionam com todos os outros sítios, de uma forma que neutraliza, secunda, ou inverte a rede de relações por si designadas, espelhadas e reflectidas. Espaços que se encadeiam uns nos outros, mas entretanto contradizem todos os outros. São de dois tipos principais. Em primeiro lugar, existem as utopias. As utopias são sítios sem lugar real. São sítios que têm uma relação analógica directa ou invertida com o espaço real da sociedade. Apresentam a sociedade numa forma aperfeiçoada, ou totalmente virada ao contrário. Seja como for, as utopias são espaços fundamentalmente irreais. Há também, provavelmente em todas as culturas, em todas as civilizações, espaços reais - espaços que existem e que são formados na própria fundação da sociedade - que são algo como contra-sítios, espécies de utopias realizadas nas quais todos os outros sítios reais dessa dada cultura podem ser encontrados, e nas quais são, simultaneamente, representados, contestados e invertidos. Este tipo de lugares está fora de todos os lugares, apesar de se poder obviamente apontar a sua posição geográfica na realidade. Devido a estes lugares serem totalmente diferentes de quaisquer outros sítios, que eles reflectem e discutem, chamá-los-ei, por contraste às utopias, heterotopias.” (Foucault 1986: 2)

¹⁰⁵ “It was customary not only to have the door open but also to have the light on at night. The reason for this was “because of the danger of fire”. It was rather funny to hear about this precaution from the same fishermen who, after two months of sailing, did not check to see whether there was a fire extinguisher on board. The taboos against closed doors and extinguished lights clearly suggest the distaste for privacy and perhaps even a fear of exclusion.” (Zulaika 1981: 55)

perspectiva “geertziana”, focando-se nas relações entre homem e natureza e nos modos de pensamento desenvolvidos pelos pescadores na sua actividade. Ao longo da viagem, constatou que a amizade era valorizada na companhia de pesca, mas que devia ser evitado demonstrar afinidades particulares, porque tal implicava exclusão de terceiros e potenciava conflitos a bordo. O que estava em causa era a não privatização das relações sociais dos marítimos. Esta questão parece-me de particular relevância para o argumento que quero desenvolver. A erosão imposta nas “amizades de peixe” em Peniche, correspondente à tentativa de eliminação da regra dos detentores dos meios de produção na pesca, poder activar mecanismos de dádiva e reciprocidade.

“Aquilo em Lisboa era uma alegria quando viam um barco de Peniche com sardinha. Todo o mundo comia. E a gente, às vezes, sobre isso arranjávamos amizades de pessoas a quem dávamos o peixe. Aqui em Peniche temos uma coisa boa também. É o pescador que anda ao mar dar peixe uns aos outros. É tradição da terra. Houve aí uma altura, em 1974-76 que os patrões dos barcos queriam pôr mão nisso e que nós os pescadores não déssemos peixe a ninguém. Nós tínhamos a nossa família, tínhamos os filhos, os irmãos a quem dar peixe, vamos supôr uns chicharros, umas sardinhas, já matava a fome em casa. O pescador levou a dele avante. Nunca mais acabou, hoje damos peixe aos amigos, uns aos outros, vamos lá a baixo ao porto. Quando às vezes não se pode dar, ou quando o peixe é pouco, a gente combina com a pessoa: “Eh pá traz umas sardinhas, mesmo que seja um “quarteirão” (quarta parte de cem) de sardinhas, para a gente comer amanhã.”, e ele traz. Assim evita-se gastar dinheiro em peixe, porque às vezes na minha casa a minha mulher diz: “Filho amanhã vou comprar peixe.” Para mim é uma morte. Eu saber que o peixe vale tão pouco na lota e depois vou dar por um quarteirão de sardinhas quase o valor de um cabaz na lota. É a tal coisa do intermediário que é quem vai ganhar o dinheiro. Não somos nós os pescadores. Voltando atrás, nós os pescadores apanhamos o peixe e só somos donos do peixe até o barco atracar à muralha. Porque depois do barco atracar a muralha o peixe vai para a lota e quem é que dá o preço ao peixe? É o comprador que por sua vez faz o preço ao peixe. Faz conta que o peixe é dele. Nós já não mandamos nada no peixe. Temos o direito de dizer assim: apanhei e levei à lota.” **Penicheiro**

O mar é um território comum que tem resistido à apropriação capitalista do espaço, devido ao reconhecimento da riqueza aleatória dos recursos e à especificidade dos mares de Peniche, revelados em expressões como o “mar é o pão de todos” ou “toda a gente come peixe”. Desde a integração na UE que tem sido activado um conjunto de procedimentos para tornar esta regra numa excepção apenas possível aos detentores dos meios de produção. Os principais pesqueiros (a plataforma e talude superior em torno de Peniche, ilhas das Berlengas e Farilhões e parte do promontório da Estremadura), pelas características físicas, são áreas de fundo não arrastáveis, e como tal foram protegidos da pesca industrial intensiva¹⁰⁶, transformando-se em

¹⁰⁶ “A norte do “Promontório da Estremadura”, o canhão da Nazaré corta a plataforma continental isolando, a norte, o “mar da Belatina” que cobre, a pequena profundidade uma pequena área da plataforma que contrasta fortemente com a área a sul, muito acidentada por cabeços isolados (entre os quais se distinguem os da Beira Nova) e fortes entalhes. Além disso, esta área é ainda pontuada pelas pequenas ilhas da Berlenga, Farilhões e Estelas. No conjunto, o canhão apresenta vários entalhes de que os do troço superior são muito procurados pelos pescadores. Este canhão parece funcionar como via de escoamento de materiais aluvionares (...) Para a pesca a

pesqueiros proletários¹⁰⁷, onde os pescadores, pela riqueza dos fundos, têm garantido o acesso a produtos de subsistência. Como me foi dado a observar, muitos dos pescadores contornaram a escassez dos recursos através da pluriactividade que combina estratégias de existência no mar e na terra. A “amizade de peixe”, neste prisma segue a linha apontada por Eric Wolf ao considerar as relações sociais como um recurso disponível das pessoas, um seguro de longo prazo (Ribeiro & Feldman-Bianco 2003). Assim, recorre-se com frequência a outros pescadores quando não se tem a possibilidade de ir ao mar. É quando a dádiva ocorre porque se espera que noutra oportunidade o “devedor” faça o mesmo: “hoje por ti, amanhã por mim” fórmula seminal de Raul Brandão recordada com sentido pelo antropólogo Francisco Nunes (2005) no contexto da arte Xávega.

Peniche de Cima e Peniche de Baixo

É uma longa história Peniche de Cima e Peniche de Baixo. Era como na Nazaré, entre a Praia e o Sítio. Era uma grande rivalidade que havia e não se podiam ver uns aos outros. Hoje acabou essa rivalidade. Era o medo. Peniche era muito pequeno e diferente. A rivalidade não tinha a ver nem com a pesca nem com as origens, tinha a ver com as pessoas. O porto era o mesmo, mas as pessoas parece que tinham medo de tudo e de todos. Era aquele medo que as pessoas viviam. E depois isto teve sempre o forte, teve sempre má fama derivado dos presos políticos. Quem é que podia? Eu sempre vivi aqui e ninguém se podia chegar ao muro. Nem estender a roupa nem nada. Nos pescadores havia rivalidades de querer pescar mais que o outro. É natural, essa rivalidade ainda hoje há. No tempo do “Sol Forte” havia umas cabanas à entrada de Peniche de Cima, eram tribos até. Peniche de Cima não podia com a malta de Peniche de Baixo, mas depois as amizades uns com os outros [ultrapassavam isso]. No meu tempo de solteiro, quando entrava em Peniche de Cima era como entrar noutro mundo. E gostava mais do ambiente de Peniche Cima. Eu dizia sempre há minha mulher que se um dia eu tivesse uma casa gostava que fosse em Peniche de Cima, mas ficámos em Peniche de Baixo. Nós estávamos aflitos para comprar um rés-do-chão porque eu tinha um problema de saúde. Nosso gosto era Peniche de Cima, porque havia a amizade entre uns e outros e era mais sossegado do que Peniche de Baixo, que metia Nazarenos, Algarvios, Vianenses, barafundas. Por exemplo quando havia vendaval os pescadores iam para as tabernas, depois havia zaragata uns com os outros, mas a nível de amizade familiar havia muita união. As pessoas quando eram chegadas à gente, amigas, quando não tinham, pediam uns aos outros, e depois quando ganhavam pagavam e assim sucessivamente. **Penicheiro**

Quando me desloquei ao terreno, levava uma indicação fornecida pelos mapas do território de uma divisão original de Peniche em dois povoamentos distintos, Peniche de Cima e

natureza dos fundos é fundamental: primeiro porque pode impossibilitar a utilização de artes de arrastar pelo fundo; segundo, porque as suas características vão determinar grandemente a natureza dos povoamentos bentónicos.” (Souto 1990: 32)

¹⁰⁷ A expressão “pesqueiros proletários” é uma variante marítima dos “jardins operários” que “remetem os trabalhadores para uma economia parcial de auto-subsistência mediante a qual o seu tempo livre é mobilizado para a produção de uma parte da sua própria alimentação, reduzindo ao mesmo tempo o custo da força de trabalho, porque o que a família retira do seu jardim ou do seu pedaço de campo, o capitalista, autorizado pela concorrência, dedu-lo da força de trabalho” (Meillasoux 1977: 177)

Peniche de Baixo. Era uma divisão possível do território pelas sucessivas migrações na península, era uma pista. Independentemente da divisão criada ao longo dos tempos, a representação espacial de Peniche foi-me sintetizada nos seguintes termos “Peniche de Cima e Peniche de Baixo, sim senhor, mas Peniche era uma vergonha”. A ofensa do mundo que os pescadores sentiam era consequente do “estado de excepção”, que desde a Constituição de 1933 vinha a ser legitimado politicamente com o Estado Novo. Nesse mesmo ano, através do decreto-lei n.º 22 992, de 29 de Agosto, é formada a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), organização policial de natureza política. Num curto período, pela acção repressiva tornam-se necessários espaços especiais para encarcerar os presos políticos (CNSPP 1972). Em 1936, através do decreto lei n.º 26 643 de 28 de Maio, procede-se à reorganização dos serviços prisionais do estado, oficializando o envio de indivíduos para “colónias penais no Ultramar”, criando assim estruturas concentracionárias nos fortes do Tarrafal e de Peniche¹⁰⁸. É reconhecida deste modo a insularidade do território. Na antiga estrada nacional 114 é constituído um posto de controlo de tráfego automóvel e as entradas e saídas da península passam a ser sujeitas ao controlo soberano da ditadura. Num contexto político em que arbitrariedade política é lei de estado e o aleatório dos recursos económicos é uma constante os pescadores desenvolveram formas de solidariedade em terra que permitiam a sobrevivência. Contudo, não só de “peixe” vive um homem¹⁰⁹. As categorias de “honra e vergonha” foram a antinomia privilegiada pela antropologia social praticada a partir de meados do século XX para a etnografia mediterrânica (Herzfeld 2001). O caso paradigmático sobre a sociedade portuguesa foi a monografia de José Cutileiro “Ricos e Pobres no Alentejo” (1977) em que se considera que os valores morais são sinónimo da exclusão e isolamento político dos indivíduos. O estudo de José Cutileiro sobre as relações de patrocínio no Alentejo, o contexto do acesso desigual da terra

¹⁰⁸ No seu texto político “Breve viagem pelas cadeias”, o militante anti-fascista Dias Coelho comenta que as “cadeias para presos políticos têm sofrido nos últimos anos grandes modificações. Instaladas em antiquíssimas prisões, como o Aljube de Lisboa e as prisões da PIDE no Porto, ou em velhos fortes militares como os de Caxias e Peniche, foram remodeladas de modo a perderem exteriormente o aspecto soturno e sombrio que impressionava a imaginação do povo, despertando-lhe a compaixão. Hoje essas prisões apresentam por fora um ar aparentemente mais higiénico, mas o verdadeiro objectivo foi agravar a situação dos presos, impossibilitar-lhes ainda mais o contacto com as famílias, e principalmente isolá-los uns dos outros e do exterior. De fora já não se vêem as grades, como por exemplo em Caxias e Peniche, onde as fortes barras de ferro passaram para o interior das janelas, o que impede os presos de abri-las e os priva de olhar o exterior e de apanharem uma réstia de sol, consolação que antes podiam usufruir. Com a sua hipocrisia característica, o nosso fascismo esconde as grades – de fora não se vêem, mas o preso sente-as mais. (Coelho 1977: 93)

¹⁰⁹ Uso aqui o “peixe” como metáfora da dependência de recursos do proletário, que para sobreviver tem de exercer uma determinada actividade e pelas dependências que a sua actividade cria com a restante sociedade, seja nas relações piscatórias como nas relações entre “súbdito” e “soberano”.

criava profundas dependências económicas à maioria da população rural. Os camponeses, tendo de recorrer a favores para sobreviver valiam-se de dívidas que harmonizavam a estrutura social profundamente assimétrica de distribuição de riqueza, ou seja, na repartição das terras. As considerações do antropólogo à questão da amizade naquele contexto histórico e político são inequívocas. As pessoas escolhem como amigos aqueles que podem ajudar a “subir” na vida. Passado quase meio século muitas coisas mudaram em Portugal, mas no sector da pesca manteve-se o aleatório e a imprevisibilidade dos recursos. Em Peniche, apesar dos avanços tecnológicos, das embarcações e artes, e das melhorias nas estruturas portuárias os pescadores sabem de antemão que as crises de escassez de pescado provocam períodos de redução dos recursos e que isso possibilita o agravar do endividamento. “Quem está endividado financeiramente torna-se dependente politicamente” (Fry 2001: 42) A manutenção dos pesqueiros e das relações de amizade entre os detentores dos meios de produção eram, e continuam a ser fundamentais, para os indivíduos se manterem em Peniche com uma vida verdadeira.



Imagem 4 - Vista aérea do porto de Peniche (Google Maps)

Amigos de Peniche

No verão de 2002 desloquei-me durante um mês ao sul de França para fazer vindimas na região vinícola de Bordéus. Essa migração temporária forneceu-me diversas referências humanas sobre os modos de produção de grupos de pessoas, que num curto período sazonal têm de garantir a produção dos agricultores franceses e salvaguardar a sua sobrevivência num contexto de desconhecimento profundo dos seus colegas de trabalho. Num parque de campismo de Cadillac, uma cooperativa de produtores procedeu à instalação dos trabalhadores temporários e ia, conforme as necessidades de mão-de-obra, recrutando vinhateiros. Durante o período de três semanas cerca de 150 indivíduos, homens e mulheres, partilharam uma área comum. Eu e o meu irmão éramos os únicos portugueses num espaço internacional ocupado na maioria por franceses. Havia também bascos franceses, bascos espanhóis, israelitas e bretões. Um grupo considerável de indivíduos do leste desesperava pela não obtenção de trabalho devido à sua não integração no Espaço Schengen. Um brasileiro disfarçou-se de turista e vivia há mais de um ano clandestino a escapar ao controlo de classe da polícia francesa. Todas essas pessoas tinham em comum a vontade de arranjar trabalho o mais rapidamente possível porque a época de vindimas é relativamente curta. Descrever episódios e as questões sociais que se levantaram com essa viagem não cabe nos objectivos traçados neste trabalho¹¹⁰. Da organização social ‘espontânea’ criada, dou relevo a uma distinção profunda entre os trabalhadores temporários, que consistia em fazer uma divisão entre uma pessoa de confiança e “ami” e uma pessoa que não era de confiança para trabalhar por ser “méchant”, numa abordagem semelhante à distinção do “localismo”, exercido pela prática, e do “cosmopolitismo” (Ferguson 1999). O motivo elementar desta dicotomia forçada passava eminentemente pela repartição do trabalho em cada vinha por duas pessoas. Como na altura era estudante de antropologia e queria ter uma experiência mais rica do que esta dicotomia elementar, desenvolvi

¹¹⁰ Dou contudo relevo a uma experiência de trabalho num *château* que tinha sido recentemente adquirido por proprietários norte-americanos e procedia à produção de vinhos de alto valor comercial. Nas vinhas encontrava-se uma mão de obra heteróclita dependendo das necessidades de produção vinícolas. Nesse local tive oportunidade de conhecer um grupo rural de portugueses do norte do país que desde os anos noventa que trabalhavam nas vindimas francesas. O líder do grupo explicou-me que todos os anos um autocarro encomendado pela empresa ia buscar os trabalhadores portugueses que depois permaneciam por três semanas auto-isolados em instalações anexas às vinhas. Com um discurso assertivo, de quem já tinha as contas efectuadas em jornadas anteriores, explicou que no período da existência das moedas portuguesas e francesas o câmbio era favorável à obtenção de valores mais elevados de poupança para se protegerem no inverno. Em 2002 a vindima tinha unicamente como mais-valia os salários agrícolas mais elevados praticados em França comparativamente com os salários em Portugal. Foi nesse diálogo que entendi a estratégia migratória cambial dos indivíduos que se deslocam para outros países onde a troca de moeda no final seja mais favorável. É factor explicativo também dos fluxos migratórios registados a partir dos anos noventa para países para a Suíça, Inglaterra e Irlanda.

contactos com um “ami” & “méchant”, porque apesar das pessoas confiarem nele, impunha um ritmo tão rápido na vinha que os colegas se recusavam a trabalhar com ele. Isso provocava a situação absurda que para conseguir o salário tinha de podar o dobro da vinha. Era um ‘marginal’ que só pelo dobro do trabalho era aceite pelos restantes colegas.

Em Peniche observei situações semelhantes. Os indivíduos criam regras e excepções que tornam possível o trabalho em comum. Em Peniche, essa situação salientou-se na industrialização do porto e os indivíduos precisaram de trabalhar em conjunto. No capítulo anterior descrevi exemplos de solidariedade humana e profissional, tanto entre os pescadores do cerco da sardinha, como dos trabalhadores da indústria do pescado. As amizades decorrem das afinidades dos indivíduos mas procuram não ser exclusivas. O imaginário social de Peniche sobre a amizade sofre o síndrome de tradução perdida no tempo. “Os amigos de Peniche” é uma expressão marcada por uma crise sucessória ocorrida em 1580 e a mesma é contextualizada pela população que em diversos lugares públicos tem o episódio explicado com folhetos extraídos do livro “Peniche – na história e na lenda” (Calado 1984). Há uma tentativa evidente de demarcação da associação da população de Peniche a amigos interesseiros ou falsos amigos. Como já foi referido, o conceito da amizade foi profusamente trabalhado pela antropologia no contexto da “honra e da vergonha”. Por outro lado o conceito de amizade foi também utilizado pela estratégia militar, em que o agudizar de situações de conflito, a ascensão aos extremos como foi a aplicada por Karl Clausewitz, ficava resumida na distinção binária e primária de amigo/inimigo (Schmitt 1977). Luta pela sobrevivência, mobilidade forçada, universo de vida ou morte como Inês Amorim (2008) caracterizou o universo determinante das pescarias portuguesas. Não é a questão militar que considero pertinente neste caso, mas antes a questão política de que para haver essa distinção verdadeira, e não falseada, como o Cutileiro analisava nos sistemas de patrocínio, a pessoa precisa de ser soberana das suas decisões. A soberania assenta na liberdade de decidir quem são os amigos e os inimigos. Na exploração dos recursos marítimos e dos espaços comuns de produção a necessidade e a liberdade tanto podem navegar juntas como se oporem. Em Peniche pelos modos de produção, em causa a amizade foi politicamente generalizada para não ser exclusivista. Isso é uma decisão eminentemente humanística, de cuidar das coisas do mundo, como Hannah Arendt exemplarmente definiu no seu ensaio “A crise na cultura – o seu significado social e político”, o ter como “tarefa arbitrar e mediar as actividades puramente políticas e as actividades meramente fabricadoras, que em muitos aspectos se opõem mutuamente” (Arendt 2006: 235).

There's ethnography to be made in a place like this

O porto de Peniche, sendo uma infra-estrutura inserida no mercado transnacional¹¹¹ do sector da pesca profissional e desportiva, transformou-se num espaço diferenciado de poder e soberania política. O porto de pesca profissional, desde a sua deslocação para a parte sul da península, tem ao longo dos anos se transformado de uma heterotopia de crise dos recursos piscícolas numa heterotopia de desvio do trabalho. A regra do lazer e do turismo costeiro¹¹² tem transformado o trabalho no porto de pesca numa espécie de desvio. A decisão de isolar os trabalhadores da pesca e os respectivos acessos ao local de descarga do pescado longe do centro urbano resultou num recuo generalizado da possibilidade de auto-abastecimento (Cabral 1983) de peixe entre os indivíduos exteriores face à actividade económica da pesca. A construção do novo porto alterou profundamente a percepção da actividade do pescador¹¹³ enquanto indivíduo integrado num espaço social e económico. O porto de pesca passou de lugar central, para um território pretensamente desterritorializado, assumindo o policentrismo da actual economia marítima europeia que cria territórios diferenciados (Baptista 2002). Contudo a pesca em Peniche não tem diminuído e continua a existir um esforço de pesca industrial e turística significativo. Na área do molhe oeste do porto, “cais da ribeira”, no antigo local de desembarque de pescado, foi constituído um núcleo de recreio para pequenas embarcações da pesca desportiva. Este sector representa uma frota de pesca equivalente à pesca praticada pelos

¹¹¹ Paul Stoller apresenta no artigo “Globalizing Method: Doing Ethnography in Transnational Spaces” (1998) algumas considerações sobre as exigências metodológicas dos cientistas sociais para compreender a complexidade de espaços transnacionais: “Global restructuring has transformed many anthropological fields unto transnational spaces. In transnational spaces the traditional concepts of culture, nation and citizen are as anachronistic as the solitary anthropologist salvaging pristine knowledge. The fundamental transformation of space, place, and time requires more broadly based research strategies or what I have called globalizing method(s). Globalizing method requires a commitment to longterm research” (Stoller 1998: 315).

¹¹² O “Livro Verde do Mar” (2006) que anuncia a futura política marítima da UE comenta o turismo costeiro nos seguintes termos: “No contexto das actividades de lazer, existe uma relação importante entre a pesca à linha e o sector da pesca. A Aliança Europeia dos Pescadores à Linha (*European Anglers Alliance*) afirma que, segundo as estimativas, há na Europa 8 a 10 milhões de pessoas que exercem a pesca à linha de recreio no mar, a que está associada uma indústria que representa entre 8 e 10 mil milhões de euros. Não existem dúvidas quanto ao facto de o valor, para a economia costeira, de um peixe capturado à linha por um pescador ser superior ao do mesmo peixe pescado para fins comerciais por um navio de pesca. Por outro lado, é compreensível que os pescadores exijam que as restrições aplicáveis à captura de certos peixes, por razões de conservação, sejam igualmente aplicadas aos pescadores desportivos, especialmente quando estes utilizam artes de pesca semelhantes às dos profissionais.” (Livro Verde do Mar 2006: 32)

¹¹³ A profissionalização dos pescadores está dependente da posse de uma cédula marítima, ter um curso de formação profissional, trabalhar num barco legalizado, ser detentor de licenças de pesca actualizadas, descontar impostos e para sistemas de protecção social, pagar à capitania marítima os respectivos emolumentos.

pescadores artesanais. A diferença é que estes indivíduos pagam para pescar e vendem o pescado fora da lota. Em outros locais do país, por diversos momentos ao longo dos anos, quando me deparava com carrinhas ligeiras de nove lugares estabelecia contacto com a tripulação, constituída em muitos casos por pescadores que regressavam de viagem de um porto de pesca e que de forma espontânea demonstravam o seu contentamento pelas pescarias efectuadas. Em Peniche cometi algumas vezes essa imprudência. Um antropólogo não é um observador bem-vindo nestas práticas de contra-mercado (Braudel 1992) abastecedor de peixe. No entanto, a actividade económica subterrânea destes pescadores é aceite pela população de Peniche, as autoridades marítimas desviam a sua atenção para a pesca profissional polivalente¹¹⁴ e só os pescadores se arrependem de terem partilhado os conhecimentos dos pesqueiros a estes indivíduos.

Se proibem um pescador de pescar para além das 3 milhas porque a licença dele é classe 5, e é só um pescador. Então quantos pescadores é que vão a bordo das embarcações turísticas? Que cada pescador leva 2 ou 3 canas e cada barco dá para 20 pessoas. Agora que há para aí uns 40 barcos que andam na pesca desportiva. Para mim isso prejudica ainda mais do que o que prejudica o “arrastão” [pesca industrial]. Esses pescadores desportivos pescam carapau sem tamanho, safio sem tamanho, apanham tudo e vai tudo para dentro [do barco]. Nunca os apanham, não há uma fiscalização em terra, um guarda fiscal que olhe para isso. Agora dizem que vão começar a fiscalização e vão começar a cortar as barbatanas e o rabo ao peixe para ser identificado se for para as vitrinas dos restaurantes. Então, mas as pessoas não amanham o peixe quando é para servir? Há muita maneira de tapar os olhos, os próprios comerciantes compram uma caixa de peixe na lota e essa caixa de peixe serve para tapar os olhos, porque está lá dentro também o peixe que o pescador desportivo vendeu. Eles que apanham Chernes, Gorazes, porque há barquinhos de pescadores que andam a fazer vida daquilo, na pesca do Goraz e do Cherne. Os pescadores não apanham ¼ do que os turistas apanham. Porque os turistas agora já andam de olhos abertos, pegam numa carta, já sabem e vão para os pesqueiros. Têm os GPS que aquilo também ensina a “trabalhar”, além disso os próprios pescadores abriram os olhos a eles a fazer pescas e agora são eles que vão para o mar e apanham mais e melhor do que os próprios pescadores. É por isso que eu digo que a fiscalização devia abrir os olhos, mas “eles” [autoridade marítima] também “comem2 à conta do fingir que não vêem. É a tal coisa havendo muitos há sempre o contrabando. Onde há “guarda fiscal” há sempre contrabando. **Penicheiro**

O mundo dos outros trabalhadores do mar

O porto de pesca de Peniche é um local de trabalho que compreende diversas infra-estruturas. Existe no seu interior armazéns de pesca que albergam as artes de pesca e onde os trabalhadores fazem o trabalho de manutenção e arranjo das mesmas. Pescadores portugueses

¹¹⁴ Situação semelhante se passa noutros portos de pesca em Portugal. Em observações de terreno no porto de Cascais conheci um pescador que durante anos tentou desenvolver a sua actividade profissional e queixava-se da perseguição constante da polícia marítima às suas pescarias, sendo diversas vezes autuado pelo uso “indevido” de artes de pesca. Em 2007 decidiu adquirir um barco pneumático de pesca desportiva e comentava que desde aí nunca mais teve qualquer tipo de conflitos com as autoridades marítimas.

e de diversas nacionalidades prestam serviço às embarcações de pesca polivalente e industrial. Muitos destes homens são imigrantes sem contratos de trabalho, mesmo assim alguns embarcam nos barcos de pesca porque senão trabalhavam “só para comer”. A vida nocturna no porto de pesca também tem alguns indivíduos, jovens e velhos, que andam na “gandaia” (Chaves 1999). A maior actividade do porto é situada no cais de desembarque do porto de pesca que dá acesso à lota. No início de 2009 foi instalado contiguamente ao cais de desembarque um espaço de contenção que delimita o espaço internacional em terra de cerca de 200 m2 sendo que a estrutura da lota tem a superfície de 3.500 m2. Esse espaço internacional é um espaço vazio e visível, que ilumina a natureza ‘penumbral’ de um porto de pescas internacional. Os trabalhadores migrantes podem trabalhar, mas são permanente sujeitos a mecanismos de vigilância e contenção exercidos pela presença de efectivos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

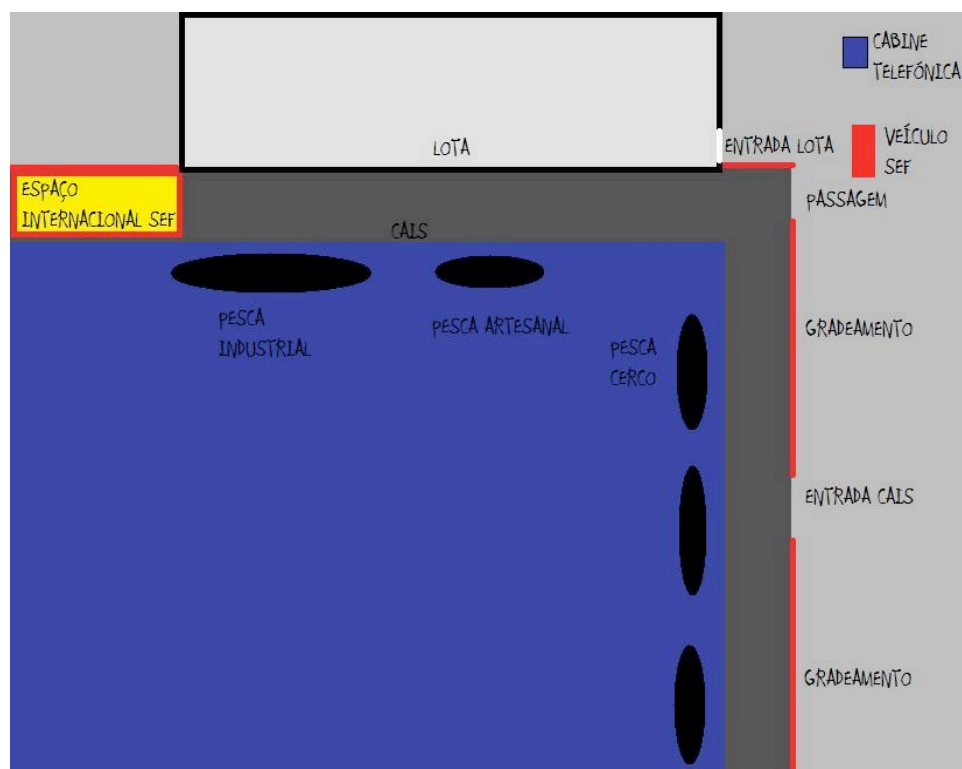


Imagem 6 - Cais de desembarque do porto de Peniche (adaptado de Souto 1990)

O acesso condicionado ao cais de desembarque foi ‘quebrado’ com uma brecha no gradeamento que circunda o cais. Essa é a passagem que a maioria dos pescadores e trabalhadores (formais e informais) utiliza no seu quotidiano laboral. Os barcos da pesca industrial que descarregam em Peniche utilizam mão de obra internacional. Esses pescadores

são alvo, tanto do controle do armador do barco, como das forças de segurança portuguesas. O controlo de entrada e saída de cidadãos nacionais e estrangeiros no território português, através da fronteira marítima de Peniche desde 12 Abril de 2007 que é assegurada pelo SEF, tendo substituído a Brigada Fiscal da Guarda Nacional Republicana (GNR). Os pescadores de Peniche ironizam a presença das autoridades comentando que a presença de um guarda fiscal oficializava a economia subterrânea. Hoje em dia, a presença do SEF é reveladora tanto do trabalho clandestino no porto como do mercado global das pescas. O “neoliberalismo como excepção” (Ong 2007) criou um novo espaço de contenção em Peniche - os pescadores sabem que tal excepção os afecta directamente na sua subordinação de classe comentando o “absurdo” de tal fortaleza¹¹⁵. No quotidiano do porto de pesca os pescadores reconhecem a presença laboral dos indivíduos estrangeiros e nas minhas observações de terreno o espaço é internacional. Independentemente dos comentários sobre os novos migrantes, trabalhadores clandestinos e migrantes de passagem, intitulados como “ratinhos”, depreciativamente ou não, pelos sujeitos exteriores ao porto, encontram-se sujeitos a uma severa proletarização da sua existência. Os pescadores não comentam deste modo os estrangeiros. Para os indivíduos de leste intitulam-nos de “soviéticos” e de “filipinos” para os indivíduos de origem asiática. No limite, a Europa sem fronteiras de Schengen transformou-se numa única fronteira progressivamente instituída sem querer alterar as dinâmicas do transnacionalismo no mercado de trabalho da pesca. Para tal tem sido constituído um conjunto de excepções que privilegiam a livre circulação¹¹⁶ de estrangeiros turistas e de trabalhadores estrangeiros com contratos de trabalho

¹¹⁵ Os comentários depreciativos dos pescadores e as suas acções directas, como o uso do local para depósito de artes de pesca e atrelagem das embarcações na zona internacional, permitem conferir a existência de uma relação directa entre o seu trabalho e o dispositivo fronteiriço: “Julgo que entre as utopias e este tipo de sítios, estas heterotopias, poderá existir uma espécie de experiência de união ou mistura análoga à do espelho. O espelho é, afinal de contas, uma utopia, uma vez que é um lugar sem lugar algum. No espelho, vejo-me ali onde não estou, num espaço irreal, virtual, que está aberto do lado de lá da superfície; estou além, ali onde não estou, sou uma sombra que me dá visibilidade de mim mesmo, que me permite ver-me ali onde sou ausente. Assim é a utopia do espelho. Mas é também uma heterotopia, uma vez que o espelho existe na realidade, e exerce um tipo de contra-acção à posição que eu ocupo. Do sítio em que me encontro no espelho apercebo-me da ausência no sítio onde estou, uma vez que eu posso ver-me ali. A partir deste olhar dirigido a mim próprio, da base desse espaço virtual que se encontra do outro lado do espelho, eu volto a mim mesmo: dirijo o olhar a mim mesmo e começo a reconstituir-me a mim próprio ali onde estou. O espelho funciona como uma heterotopia neste *momentum*: transforma este lugar, o que ocupo no momento em que me vejo no espelho, num espaço a um só tempo absolutamente real, associado a todo o espaço que o circunda, e absolutamente irreal, uma vez que para nos apercebermos desse espaço real, tem de se atravessar esse ponto virtual que está do lado de lá.” (Foucault 1986: 3)

¹¹⁶ No texto “Schengen e a comunidade de Países Lusófonos” (1997) Francisco Lucas Pires coloca a questão do seguinte modo: “Talvez devamos, porém, distinguir duas dimensões diferentes: a da *liberdade de entrada* e a da *liberdade de circulação* na Europa comunitária de cidadãos de países terceiros. De modo grosseiro e liminarmente, podia dizer-se que, em princípio as entradas curtas, de tipo turístico, até três meses, são “comunitarizadas”.

com empresas europeias. As formas de soberania gradual num mesmo espaço comum condiciona a percepção actual das pescarias e os pescadores preferem aceitar que a presença da fortificação no porto de pesca tem mais a ver com a presença de embarcações turísticas do que com a faina no mar. Em contactos que estabeleci no terreno, elementos das forças de segurança a prestar serviço na zona costeira de Peniche informaram-me que a acção de investigação das autoridades portuguesas tem principalmente a ver com as “economias subterrâneas” do tráfego de droga e de pessoas para a UE, que se servem da fronteira marítima da costa portuguesa, e que a actividade da pesca é um assunto que entra na sua agenda devido às operações económicas realizadas pelas embarcações pesqueiras. A imagem mais nítida que esta situação provoca é a de que o aparato logístico do SEF no porto de pesca procura um efeito dissuasor das entradas de clandestinos e procede à manutenção das relações de exploração entre o capital e o trabalho. A legislação que enforma a política dos detentores dos meios de produção quanto a esta matéria é a lei de estrangeiros 23/2007, de 4 de Julho, que no seu artigo 42.º, referente à transmissão de dados obriga os armadores e os comandantes das embarcações de pesca que naveguem em águas internacionais a apresentar ao SEF, quando solicitado, “a lista dos tripulantes de passageiros, sem rasuras, emendas ou alterações dos elementos nela registados, e comunicar a presença de clandestinos a bordo, quarenta e oito horas, antes da chegada e até duas horas antes da saída da embarcação de um porto nacional”. Quem não transmitir os dados é punível, por cada viagem realizada com coimas variáveis de 3000€ a 6000€. No início de 2009, no período em que o SEF procedeu à instalação do gradeamento do espaço internacional no porto de Peniche, agentes policiais detiveram dois pescadores asiáticos de uma embarcação de pesca. Os dois trabalhadores tinham saído do cais para realizarem uma chamada telefónica e foram sujeitos a um controlo de identificação. O armador, para regressar à sua actividade pagou automaticamente a coima e seguiu em direcção às suas pescarias¹¹⁷.

Verificadas certas condições, asseguram ao contemplado a concessão de um visto uniforme e a liberdade de circulação em todo o território comunitário durante esse período. Em compensação, as entradas longas, por mais de três meses, motivadas pela emigração ou o asilo, com excepção dos motivos humanitários ou de reunificação familiar, embora objecto de consulta e de cooperação enquanto assunto de “interesse comum”, continuam em grande parte “nacionalizadas”. Não desfrutam para já de liberdade de circulação transnacional e plena equiparação em matéria de direitos, dentro da Comunidade. Os vistos de longa duração são de resto vistos nacionais. Poder-se-ia praticamente dizer que a *União Europeia condescende com os turistas mas precavê-se contra os emigrantes* de terceiros estados. E isto para além do facto de as medidas restritivas neste âmbito se dirigirem sempre mais às massas que às elites, aos colarinhos azuis do que aos colarinhos brancos.” (Pires, 1997: 24)

¹¹⁷ Foucault termina a sua conferência “de outros espaços” de modo provocador que encaixa no meu argumento descritivo: “Os bordéis e as colónias são dois tipos extremos de heterotopias. Mas, atenção. Um navio é

“Todos os dias os homens se levantam de suas camas, todas as noites se deitam nelas, e dizer camas é dizer o que de camas faz as vezes, todos os dias se sentam diante do alimento ou da vontade de o ter suficiente, todos os dias acendem e apagam uma luz, debaixo da rosa do sol não há nada de novo. Este é o grande mar do latifúndio, com as suas nuvens de peixe de rebanho e os animais da devoração, e se isto foi assim sempre, não se vêem razões para deixar de ser, mesmo tendo de suportar algumas mudanças, basta que a vigilância se não distraia, todos os dias vão à água as barcas armadas e as redes que hão-de pescar o pescador, onde é que foste buscar esse saco de bolota, ou esse molho de lenha, o que fazes aqui a esta hora, donde vens para onde vais, não é o homem senhor de pôr o pé fora do costumado carril, salvo se vai contratado, e portanto debaixo de olho.” (Saramago 2009: 350)

Fuga de Peniche

Agendado 18 de outubro de 2009 das 10:00 às 22:00 Local: Porto de Pesca

Passado hora e meia de viagem chego a Peniche. Desço do autocarro e fico indeciso se começo a filmar os armazéns contíguos ao terminal rodoviário de Peniche. O armazém de pesca do "Mestre Comboio", o armazém de surf da "Rip Curl", etc. Está uma luz espectral e nas ruas só existe a presença das gaivotas leninistas. É a luz do ensejo que me força a ficar, que me obriga a querer registar o momento liminar. Contudo, algo ainda mais difuso e forte faz-me continuar, sem parar para filmar. Não percebo o quê mas deixo-me ir com os passos quase em sentido único. Para onde? Quando estou a passar as vedações finais dos armazéns percebo. Em primeiro plano o porto de pesca e eu entro sem questionar nada, excepto esta experiência, estar outra vez neste lugar de Peniche. Um colega antropólogo contou-me há uns anos atrás que os pescadores ao viajar, a primeira zona onde se dirigiam, quando chegavam a uma cidade marítima, era ao porto de pesca. Observar os barcos, comparar as artes de pesca, procurando diferenças e semelhanças na tecnologia. Comparar as diferenças. Terreno revelador. Observo os barcos de arrasto poveiros, as traineiras de Peniche, toda uma miríade de barcos polivalentes. Filmo as manchas de ferrugem no casco do barco "Espadarte" e sigo em direcção ao molhe Sul. À saída do porto cruzo-me com um marítimo. Pergunto-lhe (honestamente) se conhece um caminho mais rápido para a praia da Consolação. Não me compreende. Dialogamos em francês. Ele vem da Costa de Marfim, está impecavelmente vestido e traz consigo um computador portátil. No diálogo parecia-me ligeiramente embriagado mas depois percebo. Está feliz. Narra-me que espera resolver uma questão com o passaporte e seguir viagem. Está emocionado com o facto de sentir que está perto de Paris. A menos de uma semana de viagem. Pergunta-me de onde venho, eu respondo "de Lisboa" e fica surpreendido e devolve a curiosidade e questiono-o se é pescador. O marujo certifica que sim, como não seria?! Pescador, claro que sim. Como poderia não ser pescador, se foi assim que chegou de "Afrique, le continent inconnu" até Peniche. Conversamos até chegarmos a uma estação de serviço, eu tenho de seguir a pesquisa ele vai fazer uma chamada na cabine pública. Despeço-me com uma saudação "Bonne chance". Ele pára de andar, observa-me com tempo e pergunta: "Bonne chance, c'est quoi? C'est le sort de Dieu?"

um pedaço flutuante de espaço, um lugar sem lugar, que existe por si só, que é fechado sobre si mesmo e que ao mesmo tempo é dado à infinitude do mar. E, de porto em porto, de bordo a bordo, de bordel a bordel, um navio vai tão longe como uma colónia em busca dos mais preciosos tesouros que se escondem nos jardins. Perceberemos também que o navio tem sido, na nossa civilização, desde o século dezasseis até aos nossos dias, o maior instrumento de desenvolvimento económico (ao qual não me referi aqui), e simultaneamente o grande escape da imaginação. O navio é a heterotopia por excelência. Em civilizações sem barcos, esgotam-se os sonhos, e a aventura é substituída pela espionagem, os piratas pelas polícias.” (Foucault 1986: 5)

Sobre a questão da fronteira marítima de Peniche e a entrada para a União Europeia convém lembrar que este Portugal é um país de emigrantes que durante séculos serviu de “fábrica de mão de obra barata” (Godinho 2009a) e que parte da riqueza dos migrantes é a recusa “situacionista” em aceitar o mundo como ele é ao desejarem algo melhor para as suas vidas (Hardt & Negri 2005). Quando o antropólogo Jorge Dias se desloca para fazer trabalho de campo na aldeia comunitária de Vilarinho da Furna (1981) afim de estudar a visão do mundo camponesa numa perspectiva histórico-geográfica, encontra uma realidade há muito incrustada por dinâmicas migratórias: o desejo de uma vida melhor de acordo com as necessidades dos indivíduos leva-os a procurar outros lugares, por mais difíceis que sejam as barreiras físicas.

“Mas essa América fantástica, onde ninguém tinha ido, e que ficava para outras bandas do mar, nos confins da terra! Mas lá, segundo corria, ganhavam-se muitos dólares, e isso era o bastante, para esses portugueses ignorantes e simples se meterem a descobrir a América por iniciativa própria. E assim foi. De Vilarinho partiram vários e nenhum deixou de lá chegar. Alguns regressaram com dinheiro, e outros ainda por lá andam. Uns partiram depois de satisfazer os requisitos legais, mas outros para lá chegar, não ficaram atrás dos nossos aventureiros do século XV e XVI. De Vilarinho, sem mais nada além de uns dinheiros conseguidos com dificuldade, lá se metiam para Espanha.” (Dias 1981: 282-283)

Vamos chamar o vento

Os acontecimentos mais marcantes ao longo destes três anos relativamente ao mar, encarando o espectáculo associado não como um conjunto de imagens, mas como uma relação de social entre pessoas (Debord 1991) que projecta os modos de produção da economia marítima actual, foram a certificação da pesca da sardinha pela MSC e a realização de uma prova do campeonato mundial de surf *Rip Curl Pro Search 09*¹¹⁸. Considero-os eminentemente um projecto porque ambos dependem da abundância no futuro de recursos marítimos, sejam peixes ou ondas. Estes dois acontecimentos realizaram-se em Peniche pela centralidade e especificidade dos mares de Peniche na produção destes recursos. Ambos estão relacionados com o vento, na sua interacção entre o oceano e a atmosfera. O mar de Peniche, sob o ponto de vista oceanográfico, é composto de ondas de superfície altas e fortes, geradas simultaneamente

¹¹⁸ A realização da prova *Rip Curl Pro Search 09* em Peniche fez parte do circuito mundial do campeonato de 2009 do World Tour da Association of Surfing Professionals (ASP). Realizou-se em três praias de Peniche, Consolação (Supertubos); Baleal e Pico da Mota no período entre 19 a 29 de Outubro de 2009.

pelos ventos fortes do Atlântico Norte e pela refração das ondas nas águas menos profundas do litoral. Esta realidade costeira cria condições ideais para a prática de desportos náuticos¹¹⁹. Pelas características insulares da península, criou-se a ideia que em Peniche há sempre condições ideais para a prática de desportos marítimos. A “Nortada” é o vento do quadrante norte que domina na Primavera e no Verão e tendo em conta o movimento de rotação do planeta desvia-se e transporta a camada superior do oceano costeiro para o largo. Com esta acção dinâmica, as águas subsuperficiais, mais frias, sobem até à superfície para substituir a camada em movimento, trazendo os nutrientes depositados nos fundos marítimos. Este fenómeno de afloramento costeiro ou “upwelling” acontece na generalidade da costa ocidental portuguesa, com características específicas nos mares de Peniche¹²⁰. O *afloramento costeiro* que provoca o arrefecimento das águas conduz também ao enriquecimento da superfície em sais nutrientes (nitratos, fosfatos e silicatos) que, conjugado com a acção solar, possibilita alimento às algas microscópicas marinhas (fitoplâncton), desenvolvendo-se posteriormente toda a cadeia alimentar, desde o zooplâncton até à sardinha e outras ‘espécies marítimas’ como o pescador. A questão pertinente nesta aventura é que Peniche, com as suas especificidades de costa e de relevo submarino, sendo um local privilegiado para ocorrência do “upwelling”, foi ao longo do século XX uma zona de pesca relativamente afastada de fenómenos de turismo de praia e sol

¹¹⁹ Seguindo a analogia dos lévi-straussiana de os animais serem bons para pensar pode-se fazer uma analogia entre diferentes espécies piscícolas e os desportos náuticos. Em destaque a sardinha & *bodyboard* pelo seu custo reduzido de equipamento e abundância de praticantes nas ondas. Em Peniche a maioria dos desportistas autóctones são *bodyboarders*. Em segundo, o *atum* & *surf* que revela cada vez uma maior procura e implica alguns custos acrescidos de exploração. As escolas de *surf* nas praias portuguesas têm sido um elemento determinante na divulgação e formação de novos praticantes deste desporto. As principais marcas do sector desportivo apostam forte para marcarem a sua presença no litoral e em Peniche pode-se afirmar que cada traineira a menos a pescar corresponde à abertura de uma nova loja de artigos náuticos de recreio. Por fim o *bacalhau* & *vela*, que tem custos elevados no equipamento e exploração. Portugal tem tentado que algumas das provas do circuito mundial de vela escalem nos portos nacionais, mas até ao presente sem grande sucesso. A inverter esse quadro geral, em Junho de 2012, Lisboa vai acolher o final da etapa transatlântica da *Volvo Ocean Race 2011-2012* – a regata que é considerada a Volta ao Mundo à Vela.

¹²⁰ “A área de Nazaré/Peniche exemplifica este comportamento: a norte do canhão existe, em situações de upwelling, uma correspondência relativamente directa entre a topografia do fundo e as isotérmicas, sendo as águas mais frias as situadas junto à costa: 13,5° C na batimétrica dos 20 m; 14° C na de 100 m; 15° C entre os 100 e os 200 m (...) O canhão da Nazaré e a Península de Peniche introduzem neste padrão regular variações mais ou menos importantes: o primeiro, de topografia muito variada, ora faz aproximar da costa ou dela afasta as águas mais frias; a segunda provoca uma inflexão para oeste dessas águas. Todavia, nenhum destes obstáculos impede a progressão das águas mais frias de norte para sul. Este processo de afloramento costeiro e a sua maior ou menor ocorrência condicionam a distribuição e abundância do fitoplâncton e consequentemente do zooplâncton e dos níveis tróficos superiores. Vários autores confirmaram ao longo dos anos a relação entre o upwelling, o fitoplâncton e os restantes níveis. Por exemplo Fiuza apresenta resultados que demonstram a importância deste fenómeno e suas relações com as capturas de sardinha na costa portuguesa (Souto 1990: 48)

devido à percepção de condições climáticas adversas como os ventos constantes, a existência de águas frias e a ocorrência de nevoeiros no Verão. Todavia a interacção dinâmica do desenvolvimento das actividades desportivas marítimas, com o esgotamento dos recursos turísticos¹²¹ noutras partes do país, tem conduzido a uma pressão crescente sobre o espaço marítimo costeiro.

“A grande extensão da linha de costa (mais de 20 km), caracterizada pela existência de arribas (até ao Baleal – Norte – e até à Consolação – Sul) e de dunas litorais que se prolongam em praias, nalguns casos praticamente inexploradas, até à península rochosa de Peniche, e o invulgar estado de conservação em que esta se encontra, têm sido os principais factores de atracção turística do concelho. O enorme afluxo de turistas (nacionais e estrangeiros) verificado nos últimos anos, tem determinado a necessidade de se aumentar a capacidade de alojamento existente, por forma a dar resposta à crescente procura (...) A expansão (...) sob pressão de uma procura que habita na região de Lisboa e povoações do interior norte e sul e que tem em Peniche, por razões de proximidade, a possibilidade de beneficiar de uma residência de férias a custos comparativos inferiores aos do Algarve ou da costa de Lisboa, tenderá a exercer uma forte pressão urbanística sobre as áreas de costa, contribuindo para o acréscimo significativo do número de fogos de uso sazonal.” (Portugal & Costa 1993: 73-76)

A questão da proximidade é relativa. A praia de Peniche pode ser um “lugar remoto” para um surfista australiano ou norte-americano que habitualmente viaje para navegar as ondas do Índico e do Pacífico. Mas pode-se considerar que a costa portuguesa se tem transformado na praia ocidental da Europa (Sérgio 1974). O paradigma da “vida boa” da burguesia europeia, com os desportos de montanha e mar, é descer de ski os picos montanhosos e rumar às ondas atlânticas de tarde. A citação anterior foi extraída de um curto ensaio sobre o *Domínio Público Marítimo em Portugal Continental – O concelho de Peniche como exemplo ilustrativo* (1993) onde se reflectem sobre as políticas de ordenamento do espaço litoral costeiro. Com a leitura integrada deste texto, entendi que a pressão urbanística no litoral é fortíssima mas que também existem mecanismos legais de regulação e coordenação da presença humana na costa. Antes de tudo, a faixa litoral é um domínio comum, de utilidade pública, que pode ser livre e gratuitamente usada por todos. Contudo, há aqui uma questão importante. Se não houver actividades económicas públicas associadas tal situação leva a uma privatização de facto do litoral. Esta situação é evidente na distinção já proclamada por Raul Brandão a propósito de

¹²¹ Neste aspecto é curioso reparar no paralelismo entre o turismo de massas e a pesca industrial. A actividade turística intensiva provoca o esgotamento intrínseco do modelo, numa situação idêntica às pescarias industriais que procuram intensificar o esforço de actividade para o retorno do capital inicial investido.

Peniche. A parte norte do concelho Peniche foi sujeita a uma maior ocupação turística e urbanística porque foi ocupada por indivíduos com capital próprio, seja para construir, como para usufruir da riqueza natural. A parte sul, que sempre teve uma ocupação mínima do domínio público, excepto na praia da Consolação, com o abrandamento da actividade piscatória e com a redução da respectiva indústria transformadora (fábricas de conservas e farinhas) cria uma faixa livre e disponível para a pressão turística avançar. O estudo do sector das pescas só será compreendido de forma mais dinâmica encarando o constante movimento migratório de pessoas para os centros urbanos do litoral. Este fenómeno teve a sua expressão máxima nos anos 60, com um fluxo acentuado de pessoas em direcção às áreas mais industrializadas de Portugal. Num estudo recente sobre o turismo em espaços rurais, Luís Silva aponta a importância de se considerar a distribuição da população do território para a análise dos fenómenos surgidos num contexto de uma neo-ruralidade pois “a população distribui-se de forma irregular pelo país, (...) constata-se que a maior parte da mesma se encontra no eixo litoral compreendido entre Braga e Setúbal, onde se regista a presença de cerca de 85 % da população e 76 % dos lugares do Continente” (Silva 2006: 33). É também sobre este aspecto que o discurso das políticas governamentais se fundamenta, reconhecendo a situação territorial complexa criada com o abandono dos campos e do sobrepovoamento do litoral. Assim, é num quadro de uma cada vez maior pressão urbanística no litoral, com a consequente delapidação dos recursos naturais, que a análise do sector das pescas pode ser compreendida de uma forma integrada.

“É conhecimento comum que o “litoral” português é um território disputado. Diz-se mesmo que “está a saque”. Se os movimentos migratórios internos e a consequente procura de habitação contribuem para esta realidade, outros factores como o turismo e a recente “agricultura industrializada” têm também concorrido para este fenómeno. São movimentos sociais e económicos com interesses, por vezes, antagónicos que conflituam por uma estreita faixa de terra junto ao mar que, em parte, é classificada e regulada por legislação nacional que a qualifica como património natural público que só pode, ou só deve, ser explorado desde que o equilíbrio ambiental e paisagístico seja respeitado” (Mendes 2008: 185)

A consciencialização de um triplo movimento, de retracção da actividade piscatória, do potencial desenvolvimento da indústria do turismo, e do aumento da pressão demográfica no litoral, torna operativo às comunidades piscatórias defrontarem-se com a possibilidade de se balancearem no equilíbrio precário da sua subsistência provocado pelas alterações estruturais ocorridas na sociedade onde estão inseridas. Os habitantes de Peniche, nos últimos anos têm escolhido para o poder político um conjunto de indivíduos que tem promovido a região como a

“capital da onda”, numa estratégia de tornar este lugar costeiro um sítio privilegiado para encontrar no mar fontes de riqueza alternativas à pesca. Parece um esforço em tornar esta zona independente da pesca. Contudo, os eleitos são reconhecidos pela população como “malta da pesca”. Em diversos momentos quando as minhas questões de “rumo à pesca” surgiam com os diferentes interlocutores no terreno, estes afirmavam que o presente e futuro de Peniche baseia-se na “fileira da onda”. Foi só percebendo a complexidade das diversas dimensões do território marítimo e dos diferentes espaços em disputa que posso, passado três anos, demonstrar a minha “cumplicidade” (Marcus 1997) com as diferentes pessoas que conheci e com quem trabalhei. “Fileira da onda” em Peniche é uma utopia que tenta criar riqueza através do mar sem ser através da exploração do homem pelo homem.

“A este mar do latifúndio chegam ressacas, pancadas, empurrões das águas, e quanto às vezes basta para derrubar um muro, ou simplesmente saltá-lo, como em Peniche soubemos que aconteceu, por aqui se vê como sentido tem virmos nós falando de mar, que Peniche é porto de pescadores, e forte prisional, mas fugiram, e deste fugimento muito se irá falar no latifúndio, qual mar, qual nada, o que isto é, é terra as mais das vezes seca, por isso é que os homens dizem, Quando será que matamos a sede que temos, e a outra que tiveram os nossos pais, e mais a que debaixo desta pedra se prepara para os filhos que havemos de ter, se assim será. Chegou a notícia que não foi possível ocultar, e que os jornais não disseram não faltou quem explicasse, debaixo deste sobreiro nos sentemos, esta é a informação que tenho. É a ocasião de levantarem mais altos voos os milhanos, gritam sobre a grande terra, quem os entendesse muito haveria de contar, por agora baste-nos esta linguagem de homens.” (Saramago 2009: 350)

Rumo à onda

É na actual disputa do espaço costeiro que a luta de classes se revela de modo mais premente na vida dos portugueses. São “lugares remotos” (Ardener 1987) por excelência, pelo seu carácter de disrupção de poderes sociais, territórios disputados economicamente. Se o desenvolvimento económico em Portugal criou uma reserva de mão-de-obra expulsa dos campos para a costa e uma força de trabalho disponível para trabalhar nos portos, na pesca, na indústria e nas diversas actividades produtivas, nesta actual crise existe um incógnita que insiste em não ser respondida pelas actuais políticas neoliberais. Para onde irão as pessoas que não são absorvidas pelas actuais actividades produtivas? O regresso aos campos implica propriedade ou desenvolvimento integrado do território que não está a acontecer. Por outro lado, a lógica do mercado de trabalho na UE baseia-se cada vez mais na flexibilização e na

intermitência do trabalho. Sobreexploração do trabalho pela renda nacional num espaço comunitário. Proletários de toda a Europa venham quando quiserem mas não fiquem? Para onde irão as pessoas que são crescentemente desarmadas?

A questão decisiva em Peniche, para compreender a história social do século XX, é que, para além de ser um porto de pesca, instalou-se no meio de uma praça militar. Os pescadores sabiam de antemão que estavam dependentes da arbitrariedade do ‘soberano’, que neste caso o chefe da fortaleza. Nessas condições, era impossível governar a vida em terra. Durante o período do Estado Novo, por motivos diferentes, a situação manteve-se por quase cinquenta anos. Estado de excepção. Já quando se dá a industrialização do porto, os novos trabalhadores do mar começam a ter na pesca um rendimento que lhes permite viver, conciliando os vencimentos aleatórios tanto das pescarias dos pescadores, como da produção das redes e das conservas. Contudo, na questão de subsistência económica, o mar também foi sempre soberano na aleatoriedade dos recursos na faina dos pescadores, e por esse mesmo motivo foram necessárias estratégias alternativas de sobrevivência. Muitas delas assentaram na economia doméstica. Em conjunto constituíram-se em trabalhadores do mar. Ao longo do século XX aprenderam a pescar e a partilhar o peixe, aprendizagem essa que lhes garantiu autonomia e “amizades de peixe”. Apesar desta realidade fraterna, independentemente da sua dimensão de Peniche como sociedade de amigos (Deleuze & Guatari: 1992), a sobrevivência no mar promoveu entre os diferentes segmentos de pesca relações de competição, que opõem entre si indivíduos pretendentes a serem soberanos em todos os domínios da sua vida. Só que essa pretensão torna-se quase inatingível pelo direito natural do mar. A soberania no mar foi almejada com os pescadores a desenvolverem as suas forças produtivas na exploração das pescarias e não na rivalidade dos pescadores. Os pescadores de Peniche nunca foram livres, no sentido burguês¹²². Liberdade e necessidade. Foi a amizade que teve de conciliar a integridade dos homens e a exploração do mar em colectivo. Não obstante, nos últimos anos a crise dos recursos provocou uma pressão exterior para que esta situação acabe, expressa com o abate e venda dos barcos e as restrições às licenças de pesca. É preciso também observar que os recursos sofreram desde meados dos anos 90 um verdadeiro abalo pelas mudanças estruturais que ocorreram nos portos portugueses.

¹²² A liberdade individual promovida pela burguesia corresponde a uma antinomia do “trabalhador livre” nos modos de produção de uma sociedade capitalista: “A liberdade individual, que o liberalismo burguês vigia zelosamente, de modo nenhum significa uma autodeterminação totalmente livre, pela qual as acções se tornariam totalmente as *minhas* acções, mas tão-somente independência em relação a *pessoas*. Dispõe de liberdade individual aquele que não tem de responder perante a *ninguém*.” (Stirner 2004: 89)

“A sardinha do norte é melhor do que a do sul. Eu andei na pesca da sardinha em Matosinhos também antes de ir para a pesca do bacalhau. Eu sou nazareno mas há 20 anos que vivo em Peniche. Antes trabalhar numa companhia dava dinheiro e agora o dinheiro não vale nada. Vim para Peniche por causa dos meus filhos, vim para casa da minha nora e depois fiquei por aqui. Eu, quando andava nos barcos, ia pescar a Matosinhos, como estes de Peniche também vão para outros lados quando não há peixe aqui. Vão correr para todo o lado, para Viana do Castelo, para a Póvoa de Varzim. Depois fui então para a pesca do bacalhau, para na pesca à linha. Andei doze anos na pesca do bacalhau, em botes pequenos. Eu já tenho 77 anos e já ando a governar homens de barretes desde a idade dos 18 anos. Os homens do barrete são os pescadores do tempo antigo, lá na Nazaré. Tive cinco embarcações minhas na Nazaré. Eu vendi bem, depois fui para a reforma, pronto acabou. Eram barcos que não eram traineiras, eram barcos de cinco homens, barcos do aparelho. É sair às duas, três da manhã e chegar à noite, 12 horas no mar, chegar e descarregar o peixe e ir-se embora outra vez para o mar. Agora já ninguém quer mar. A frota está fraca. A terra que tinha mais barcos era Peniche e Matosinhos. Eram os maiores portos. Agora está tudo reformado e sem embarcações. Agora já ninguém quer mar porque não dá o suficiente para defender a mulher e os filhos. A vida do mar...” **Nazareno**

O facto de os mares de Peniche terem menos peixe é motivado pela presença de novos actores, intimamente relacionados com a pesca intensiva, que usam os recursos que têm disponíveis para a actividade da pesca ser rentável, em períodos de escassez. Esta situação tem impossibilitado a manutenção dos “jardins operários”, tornando-se assim cada vez mais difícil um indivíduo “defender a mulher e filhos” como diz o pescador da Nazaré a residir em Peniche. Na pesca do cerco, os pescadores tinham uma faina diária que, conciliada com estratégias domésticas concertadas, permitiu a sobrevivência económica das famílias de Peniche. Numa base de profunda proletarização da existência, os pescadores usaram estratégias profissionais nos meios de produção para subir na hierarquia das *companhas* das traineiras. Constatando que os lugares estavam praticamente obstruídos por motivos familiares, os pescadores, ou se especializavam na pesca longínqua, ou tentavam constituir uma sociedade e ter um barco seu. Uns conseguiram, outros não. A maior expressão de orgulho por parte dos pescadores de Peniche de terem tido um percurso e um rumo de vida é que deram aos seus filhos uma educação superior ao que os próprios tiveram, para que esses mesmos filhos tenham hipóteses de escolha que eles consideram que não tiveram. No entanto, os filhos continuam a fazer parte da comunidade piscatória, onde existe uma estratégia de apoio familiar, sempre com um grande individualismo misturado no colectivo. Amigos de Peniche? A invejarem alguma coisa, os “penicheiros” regalam-se com os pescadores armadores com “bons barcos, barcos que fazem dinheiro”. Os “bons barcos” no cerco são cada vez menos e na pesca longínqua é exigido um capital próprio que os pescadores não ousam ambicionar. O mais curioso é que existe um equilíbrio “natural”, os pescadores de Peniche associam directamente que a pesca intensiva iniciada nos anos 60 ao empobrecimento gradual dos stocks, quando os pescadores tiveram de decidir se passariam “a estar fora a ganhar dinheiro” ou ficar com a família, porque se for

“trabalhar para comer” no porto de Peniche, há trabalho. Claro que em situações de crise generalizada em que o desemprego sobe muito os pescadores ficam surpreendidos com a situação extremada mas sentem que estão a cumprir a sua parte. A realidade é implacável: há menos peixe. É nos períodos de escassez quando existe uma dificuldade acrescida em perceber o que se está a passar: abre uma grande superfície comercial, vendem-se 10 traineiras para África, a sardinha portuguesa é certificada, realiza-se o campeonato do mundo de surf, a fortaleza é estudada para ser um hotel de luxo e a última sala de cinema transformou-se em local de culto evangélico. É aí que as pessoas começam a encarar a onda. “Será que vamos poder viver deste mar?”

A nível de pesca, cada vez menos. Hoje está-se a dar fome em Peniche. Esta semana tem sido uma semana de fome de peixe, pouco houve, há uns arrastões aí atracados, são uns quatro e esses é que estão a fazer a venda na lota. Até o polvo, que se apanha nos covos e nas malas, esta semana levou uma quebra muito grande. Amanhã por exemplo vou ver se apanho uns besugos para comer. Se vier mais na rede vendo o peixe na lota. Nós, os reformados, temos a cooperativa que é a “Acompanha” e é os velhos a ajudar os velhos. Tudo aquilo que vendemos na lota tem uma certa percentagem é para ajudar na cooperativa. Quando pescamos uns peixes e vemos que é demais para comer, vende-se na lota e recebe-se ao fim de semana. E já vem um dinheiro que entra em casa para ajudar a nossa reforma. Mas isso já não sei bem porque desde que ‘deixei o mar da mão’ que já não estou bem dentro da pesca da sardinha. Isto é uma pronúncia boa para apanhar, quando o pescador ‘deixa o mar da mão’ quer dizer que deixou de andar ao mar. Na vida activa porque eu nunca deixei o mar, continuo a andar à pesca, para mim o mar é o tudo, tirando a família. Já não vou à pesca há 15 dias e vou amanhã porque estou com vontade de pescar. Porque eu largar o mar nunca irei largar. Eu cheguei a aturar velhos no mar, por exemplo na traineira ‘Primorosa’, cheguei a andar a pescar com homens com oitentas e tais anos. Era preciso a gente ajudá-los a pô-los em terra. Porque antes não havia reformas como há hoje. Actualmente quando se larga o mar é com 35 anos de actividade. Mas quando a gente chega a casa não ficamos à espera da reforma porque a reforma é baixa. A minha reforma era uma reforma de 150 €, agora com os aumentos anda aí à volta dos 300 €. Mas eu e a mulher temos de andar aí a ajudar, temos os filhos, temos os netos. Temos água, luz e gás e temo-nos de vestir e comer. Porque não é só dos peixes que os amigos nos dão e que a gente vai à pesca e traz. Temos de comprar tudo e mais alguma coisa. Aparecem sempre despesas em casa. Todas as despesas são dinheiros que a gente pensa em ganhar para tapar esses furos todos. E é por isso que não se pode estar à espera da reforma porque a reforma é baixa. E além disso tem-se de pensar a vida de amanhã, porque a vida está tão precária, de tal maneira que a gente pensando bem não podemos largar o mar. É o meu caso, tenho uma reforma baixa e se estiver só à espera dela o que será de nós? **Penicheiro**

CONCLUSÃO

A análise dos actuais fluxos de migrações internacionais em Portugal revelam uma situação complexa. Segundo Peixoto (2004a) as séries estatísticas oficiais revelam que desde meados dos anos 70 os fluxos da emigração “permanente” (entendida como um projecto de residir noutro país por um período superior a um ano) têm vindo a diminuir enquanto que os fluxos da emigração “temporária” (projectos de ausência do país para o exterior por períodos inferiores a um ano) têm denotado uma vitalidade cada vez maior. Nas suas análises sobre indicadores de mudança e continuidade nas “dinâmicas e regimes migratórios” no mercado de trabalho (cf. Peixoto 2007; 2008) aponta que a situação portuguesa tem características anómalas tanto do ponto de vista teórico como da história recente na UE. Os casos contemporâneos no processo de adesão à UE revelaram um acréscimo dos fluxos de entrada acompanhada com uma diminuição acelerada dos movimentos de saída. Em Portugal, que acompanhou esta tendência inicialmente¹²³, contrariamente aos restantes casos da Europa do Sul, tem-se assistido à vitalidade dos movimentos de saída. Através da comparação entre os fluxos migratórios, o autor alega que existem razões estruturais para que o mesmo país seja tanto de imigração como de emigração. As razões para a existência permanente de mão-de-obra emigrante ficam claras analisando a realidade estrutural de Portugal. Pode-se considerar um triplo movimento: decomposição de estruturas produtivas, desempenho estrutural deficitário de certos sectores da economia nacional e salários nominais e reais inferiores comparativamente a determinados países capitalistas europeus. São estes os factores intrínsecos que conduzem actualmente os pescadores portugueses a trabalhar no estrangeiro. Têm como principais destinos a Galiza, o País Basco e a Bretanha Francesa e aí são embarcados partindo para zonas de pesca tão díspares como Irlanda, Escócia, Noruega, Islândia, Canadá, Mauritânia, Guiné, Marrocos e África do Sul.

¹²³ Para resposta a algumas das incógnitas a propósito dos movimentos migratórios em Portugal (numa tripla vertente: emigração, migrações internas e imigração) e de novas questões surgidas nas últimas décadas do século XX até ao último *censos 2001*: “Os novos padrões de comportamento explicam em parte a evolução populacional portuguesa e decorrem a par da transferência interna de indivíduos do interior para o litoral e para os centros urbanos. A esta imagem teremos de acrescentar um novo fenómeno, baseado no facto de Portugal passar a incorporar uma vertente de imigração com dimensões inéditas na nossa história. Segundo dados oficiais, no ano de 1993 o número de imigrantes suplantou o de emigrantes em cerca de 15 mil indivíduos, tendência que se manteve a partir de então.” (Rodrigues *et al* 2002: 193)

A análise do desenvolvimento desigual dos diversos países com os consequentes movimentos migratórios transnacionais envolvendo trabalhadores portugueses torna-se mais complexa se não for reduzida à necessidade de mão-de-obra para sustentar a economia dos diferentes países. Sendo certo que a situação da oferta de emprego se reflecte imediatamente no aumento e na diminuição da procura de trabalho, os movimentos migratórios transnacionais no sector das pescas transformaram-se na última década num fenómeno conjuntural pouco sensível aos diferentes sinais de crise que afectam todos os países pesqueiros, tais como a redução significativa dos recursos piscícolas, da diminuição da frota e dos pescadores a operar, e o aumento exponencial dos preços dos combustíveis. Se o uso central do capital europeu se baseia no aumento do grau de exploração, de modo a elevar a percentagem da mais-valia, muitas vezes o método utilizado é o pagamento de um valor mais pequeno pela reprodução de força de trabalho, conjugado pela incrementação da duração e da intensidade do trabalho. No caso dos *trabalhadores do mar*, estes tornam-se mão-de-obra migrante transnacional ambicionada, porque são um conjunto de trabalhadores que recebe salários mais baixos que os trabalhadores autóctones, devido ao não reconhecimento das suas categorias profissionais, apresenta boas condições de saúde, e permite a escolha de uma mão de obra especializada, com profissionais com ambição em fazer “boas pescarias” e “ganhar dinheiro”. A mão-de-obra migrante transnacional também se sujeita às condições sanitárias e de segurança oferecidas, proporcionando às empresas uma possibilidade de poupança na organização do trabalho e nos custos de produção. O principal efeito desta dinâmica possibilita poupanças significativas no custo de reprodução social do conjunto da força de trabalho, através de dois mecanismos fundamentais: primeiro, sendo indivíduos na sua maioria produtivos, poupa-se nos custos de formação do trabalhador e no fim da sua vida laboral. Segundo, dadas as medidas restritivas que regem os contratos de trabalho dos migrantes transnacionais e as condições forçadas de trabalho, o capital europeu não suporta os custos de reprodução das famílias, como o ensino ou os cuidados de saúde equivalentes a um cidadão nacional. Como as condições de reprodução social dos próprios migrantes se situam abaixo dos níveis médios dos trabalhadores autóctones, os detentores de capital reduzem aqui também custos.

Tornou-se um lugar comum dizer-se que globalização e mundialização significam a “americanização” do mundo e que deita por terra as conquistas sociais conquistadas ao longo dos últimos duzentos anos na Europa. Neste texto seguiu-se uma perspectiva diferente. Reconhecendo que tanto o sector financeiro, os diferentes sistemas monetários vigentes e o comércio mundial têm as marcas das multinacionais, não constatei nenhum dado que

pudesse aferir uma política diferente da classe capitalista europeia. Assumo contudo que, tal como Eduardo Lourenço (1999), a Europa é um continente diferente, um espaço mais 'saturado', sem "califórnia" que sirvam como escape a situações de excedente relativo da população. É neste prisma que considero problemático a orientação neoliberal da UE, com tendência a agravar-se, de uma viragem do investimento para "zonas de excepção" que já sejam casos de centros produtivos e o desinvestimento das zonas economicamente mais débeis, forçando os europeus a deslocarem-se para conseguirem sobreviver.

"Son objectif est de recréer des conditions où toute "offre d'emploi" serait acceptée, où la soumission commencerait à redevenir totale. Aujourd'hui la "flexibilité du travail" et la précarisation à tous les niveaux de qualification de ceux et de celles qui sont contraints vendre leur force de travail comme seule façon de vivre et de se voir reconnaître une existence sociale, sont considérées par la bourgeoisie comme une condition absolument centrale de la gestion des entreprises, et partant comme un précepte prioritaire des politiques gouvernementales. L'objectif ne sera pas pleinement atteint aussi longtemps que le chômage ne s'accompagnera pas d'une perte totale - ou à peu près totale - de toute protection contre les conséquences de la maladie, du chômage et de la vieillesse. C'est une chose que les salariés rejettent et à laquelle ils/elles sont encore en mesure de résister. La tâche immédiate du capital et des gouvernements qui en partagent les buts et la vision du monde (le terme gouvernement comprenant les instances de l'Union Européenne - UE) est de créer l'environnement économique, social et politique qui aiderait à briser cette résistance." (Chesnais 2004:

4)

Neste clima de "guerra económica", o ensaio de Walter Benjamin *A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica* (1992) é de uma actualidade premente. As guerras imperialistas não terminaram, deslocalizaram-se para outras regiões do globo. Na Europa, a paz é cada vez mais a continuação do conflito por outros meios. "Guerra económica" das grandes potências europeias que é só o sinónimo da afirmação táctica do modo de produção capitalista. Depois da 'tempestade' mundial amainar da mais recente crise 2007-2009, e analisando-se os fluxos migratórios no sector da pesca, verificar-se-á provavelmente que os mesmos não são uma "hemorragia social", como Sedas Nunes (1964) caracterizou a realidade de uma sociedade dual, pois a crise global cria um profundo incentivo às pessoas de resistirem à mobilidade forçada (Godinho 2010). Espero, contudo, ter contribuído para contrariar a visão hegemónica neoliberal, de as migrações temporárias transnacionais serem um facto que primeiramente tem a ver com a 'liberdade' das pessoas de irem trabalhar no mercado europeu. Liberdade implica opção de escolha e a actual conjuntura de pauperização relativa dos europeus cria uma situação que retira o livre arbítrio entre ficar no país de origem ou migrar temporariamente. A mobilidade forçada, de

cariz económico, comporta elementos de luta de classes (Baganha 1988) e reveste-se como um factor conservador da própria realidade sócio-económica, feita pelo sobreexploração do trabalho dos migrantes para a não resolução dos problemas estruturais das sociedades (Halpern Pereira 1983). Quando na véspera desta crise, em Fevereiro de 2007, o Presidente da Comissão Europeia comenta:

“Sometimes I like to compare the European Union as the organization of empires. The empires, because we have the dimension of empires. But there is a great difference. The empires were usually made through force, with a centre that was imposed a diktat, a will on the others. And now we have what some authors called the first non-imperial empire. By dimension we have 27 countries that freely decided to work together, to pull their sovereignties, if you want to use that concept of sovereignty, and to work together”

Durão Barroso omite ideologicamente uma questão básica. A política monetária da UE, ou o “consenso de Bruxelas” (Tamborini 2006) sem coerência económica e política, é tática que considera que não há lugar para uma coerência pública¹²⁴. Assim a actual política da UE contribui para o agravamento das desigualdades entre as diferentes regiões europeias. A ausência de políticas monetárias cambiais nacionais e uma política orçamental comum europeia, utilizadas como reforço da componente integração das diferentes regiões, é uma forma de criação de reservas de mão-de-obra que de há anos para cá têm sido objectivamente accionadas. A manutenção da actual política da UE, com a consequente vaga de instabilidade na coesão social, acarretando um número recorde de desempregados, é sinal inequívoco que a UE é estruturalmente neoliberal e não um mero desacerto de desunião entre países europeus. As novas condições que dominam no mercado europeu dos produtos alimentares (tendência para a alta) e a política actual de revalorização das subsistências criam mecanismos na UE de desenvolvimento da concentração da pesca industrial e a apropriação capitalista do espaço marítimo. Paralelamente assiste-se ao aumento exponencial da reserva industrial de mão-de-obra e à precariedade do trabalho. O aumento das migrações temporárias e a crescente proletarianização dos mares europeus são duas faces da mesma moeda. A UE perspectiva o seu futuro no facto de permitir aos trabalhadores que se movam mas, de modo nenhum, que

¹²⁴ Na conferência “Globalização, desenvolvimento e equidade”, realizada em Junho de 2000 na Fundação Calouste Gulbenkian, Joseph Stiglitz conclui que o “processo de globalização proporciona, efectivamente, grandes oportunidades aos países em desenvolvimento. Os países cujo crescimento tem sido mais rápido são aqueles que se integraram na economia global – como os do Leste Asiático. Não seguiram os ditames da política do consenso de Washington. Afastaram-se dessas políticas em aspectos muito importantes. Mas tiraram partido das oportunidades que a globalização lhes ofereceu.” (Stiglitz 2003: 1091)

exercçam os seus direitos. A transformação estrutural no mercado de trabalho na indústria agro-alimentar tem vindo, desde o início dos anos setenta do século XX, a tornar válida a alteração das condições de produção em diversos domínios de acumulação flexível. Esta acumulação é combinada pelo acervo das economias mistas (Godinho 2010) onde a classe capitalista internacional se apropria gradualmente de diversos sectores públicos, como saúde, ensino, etc, substituindo gradualmente o universalismo desses serviços pelo binómio “utilizador - pagador”. Todos os esforços para introduzir uma estética na política contemporânea culminam num ponto: a crise. A crise, e só a crise, torna possível fazer de movimentos dentro da UE em grande escala um objectivo, desregularizar e liberalizar o mercado do trabalho europeu. Do ponto de vista político, assim se formula a situação. Do ponto de vista da técnica, só a crise possibilita a mobilização dos actuais meios técnicos, para uma acumulação crescente da propriedade capitalista. É evidente que a apoteose neoliberal não utiliza este argumento.

“Num tempo como este, todos nós podemos ter um impacto tremendo sobre o que acontece. Em momentos de bifurcação cultural, as flutuações tendem a ser amplas e descontroladas e os pequenos gestos podem ter consequências consideráveis, em contraste com os períodos mais normais e estáveis, em que os grandes gestos desencadeiam, quando muito, consequências modestas. Isto abre-nos oportunidades mas é também gerador de uma pressão moral. Se, ao cabo do período de transição, o mundo não estiver manifestamente melhor do que está – e bem pode suceder que não esteja –, só nos poderemos culpar a nós mesmos. Este “nós” são os membros que compõem a resistência. Este “nós” são os cientistas sociais. Este “nós” são todas as pessoas comuns e boas.” (Wallerstein 2000: 40)

Novas questões emergem. Este estudo sobre o sector da pesca foi feito propositadamente de modo livre para ver que questões surgiam num contexto de rápidas alterações do sector da pesca. Nesse exercício surgiram de modo incisivo os problemas relacionados com as migrações dos pescadores, o investimento estrangeiro e o mercado de trabalho. A sofisticação crescente da abordagem sobre os diferentes movimentos migratórios, das migrações transnacionais e da resistência e flexibilidade na mobilidade das pessoas conduziram a um impasse metodológico. Se continuasse a desenvolver a pesquisa, consideraria que uma análise de estudo de caso multi-situado seria pertinente. Iniciaria uma pesquisa comparativa entre os portos de pesca Peniche e Douarnenez. Ambas as cidades portuárias partilham um passado histórico com uma forte componente económica baseada no recurso da sardinha e juntas foram desde a implantação da indústria conserveira zonas intensas de importação de mão-de-obra e

exportação de mercadoria - duas zonas produtoras de mercadorias de exportação que escolheram como directriz situarem-se entre o passado e o futuro de modo diferente. Apesar dessa similitude histórica, estas cidades adoptaram estratégias distintas: no caso francês optou-se pelo destaque do passado conserveiro – “Douarnenez, capital da sardinha”, e no caso português salientam-se as possibilidades futuras de uma ligação utópica com o mar – “Peniche, capital da onda”. Com os desenvolvimentos recentes no quadro global das pescarias acho ainda de particular relevância um estudo comparativo entre as migrações transnacionais de pescadores do arrasto para a pesca industrial dos mares da Europa e a migrações dos pescadores do cerco para a pesca pelágica para os mares do Atlântico Sul, como Angola. Ambas as linhas de investigação poderiam alicerçar-se no estudo das técnicas modernas de mercantilização da vida no mar e das técnicas modernas dos meios de produção alimentar em contextos globais. Isto é, teriam de ter em conta a ligação do homem, da natureza e da técnica.

Por fim, considero que os fenómenos sociais são dotados de uma complexidade multi-dimensional, que quanto mais se investigam as variantes, se encontram diferenças sobre formas intensivas ou extensivas de produção. Penso também que dada a tendência actual, em qualquer dessas áreas se notará uma profunda e maior disparidade nas formas de acumulação, agravando-se cada vez mais as disparidades sociais e humanas. Como a economia subterrânea detectada no terreno, isto é a “chapada marítima” que torna as coisas evidentes, mas de difícil comprovação (Cabral 1983). A relativa margem que o mar sempre teve, de ser o “pão de todos”, com a inclemência dos elementos naturais e sociais que produzia uma visão radical de inclusão e exclusão ligada à sobrevivência: “não gostas de peixe, morre para aí de fome”, está a ser a ser crescentemente minada para uma lógica ‘moral’ de excepções à regra que retiram o peixe como produto de subsistência. As biografias do percurso profissional dos entrevistados, curtas histórias de vida, pois a experiência dos seres humanos no mundo não se reduz à sua dimensão laboral, demonstraram uma direcionalidade nas suas acções: um rumo de vida. O quotidiano confirmou-me isso na vida de muitas outras pessoas. Os trabalhadores no segmento da pesca reconhecem-se enquanto sujeitos e projectam essa imagem na minha pesquisa de trabalho de campo. Ao conversar sobre as suas viagens, o seu trabalho e as suas obrigações, deixaram perfeitamente explícito que tinham uma direcionalidade, uma vontade de ser, em suma, um *devoir*, independentemente das circunstâncias da vida. Partiram e chegaram quando foi necessário. Optaram. Questionei-os sobre o que os levou a tomar essas decisões, tentei perceber porquê e aí cada um tinha as suas razões. Todos também me disseram que não tinham como objectivo de vida enriquecer, por sua livre iniciativa. Nunca me tinha ocorrido tal questão.

Parece-me que são essas as “regras do jogo” em Peniche: se não fores rico, se não tiveres um “bom barco” que garanta a tua sobrevivência e a reprodução da tua unidade familiar (que com o aleatório das pescarias é sempre incerto), tens de aprender a trabalhar com os outros, seja na pesca ou na onda. Não é tanto uma questão de dificuldade mas de disponibilidade para aceitar e compreender o outro, o que requer tempo. Tempo esse que tem de ser retribuído pelo outro para que o próprio indivíduo não seja destruído. Essa talvez seja a maior experiência marítima, não é uma questão de derrota ou vitória, mas sim de vida verdadeira.

BIBLIOGRAFIA(S)

ABU-LUGHOD, Lila, 1991, "Writing Against Culture", in *Recapturing Anthropology. Working in the Present*, R. Fox (ed.), Santa Fe, School of American Research Press, pp. 137-162.

AGAMBEN, Giorgio, 1993, *A Comunidade que vem*, Lisboa, Editorial Presença.

ALLUT, Antonio García, 1999, "Compartición de conocimiento tradicional y científico para una gestión mas adecuada de las pesquerías", *Etnográfica*, Vol.III (2), pp. 309-331.

ALLUT, António Garcia & José Pascual Fernández, 1999, *Antropologia de la Pesca - VII Congreso de Antropología*, Santiago de Compostela, *Associação Galega de Antropología*.

ALMEIDA, Miguel Vale de, 1995, *Senhores de Si: Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*, Lisboa, Fim de Século.

———, 2004, *Outros Destinos – Ensaio de Antropologia e Cidadania*, Porto, Campo das Letras.

ALMEIDA D'EÇA, Vicente, 1929, *A Pesca*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa

ÁLVARES, Pedro & Carlos R. FERNANDES, 1980, *Portugal e o Mercado Comum – da EFTA aos Acordos de 1972*, Lisboa, Editorial Pórtico.

AMARAL, João, 1998, "Moeda Única, para quê?", in *Finisterra*, N.º 26, pp. 55-60.

———, 2002, *Contra o Centralismo Europeu - Um Manifesto Autonomista*, Lisboa, Grifo.

AMARANTE, Maria Antónia, 1983, "As cadeias de Prometeu: Modos de afirmação e crise da cultura burguesa na Alemanha" in João Barrento (org.), *Literatura e Sociedade Burguesa na Alemanha*, , Lisboa, Apáginastantas.

AMORIM, Roby, 1987, *Da mão à boca – para uma história da alimentação em Portugal*, Lisboa, Edições Salamandra.

AMORIM, Inês, 2000, "Urbanismo e cidades portuárias: Aveiro na segunda metade do século XVIII", *Análise Social* n.º 156, Vol. 35, pp. 605-650.

———, 2001a, "A Organização do Trabalho da Pesca, em finais do século XIX, na Póvoa de Varzim", in Amélia Polónia et al (orgs.), *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, Porto, Faculdade de Letras da U. Porto, pp. 115-133.

———, 2001b, (org.) *História do Trabalho e das Ocupações, vol.II – As Pescas*, Oeiras, Celta Editora.

———, 2008, "Homens da Terra ou Homens do Mar – um percurso historiográfico" in Francisco Oneto Nunes (org.) *Culturas Marítimas em Portugal*, Lisboa, Âncora Editora, pp. 25-70.

ANDERSON, Benedict, 2005 [1983], *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*, Lisboa, Edições 70.

- ANDRESEN, Sophia M. Breyner, 2006, *O Nome das Coisas*, Lisboa, Caminho.
- APPADURAI, Arjun, 1988, "Introduction: Place and Voice in anthropological Theory", *Cultural Anthropology*, 3 (1), pp. 16-20.
- APPIAH, Kwame Anthony, 2006, "The Case for Contamination", in *New York Times Magazine*, 1 Jan. (<http://www.nytimes.com/2006/01/01/magazine/01cosmopolitan.html>).
- ARDENER, Edwin, 1987, "Remote Areas: some theoretical considerations", in Jackson A. (ed.), *Anthropology at home*, New York, ASA.
- ARENDT, Hannah, 2006 [1961], *Entre o Passado e o Futuro – Oito Exercícios sobre o Pensamento Político*, Lisboa, Relógio d'Água.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, 1985, *Portugal: perfil geográfico e social*, Lisboa, Livros Horizonte.
- ASTUTI, Rita, 1995, *People of the Sea*, Cambridge, Cambridge University Press.
- BAGANHA, Maria Ioannis, 1989, "Social marginalization, government policies and emigrants' remittances. Portugal 1870-1930" in *Estudos e Ensaios – em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- BAGANHA, Maria Ioannis, João FERRÃO & Jorge Macaísta MALHEIROS, 1999, "Os Imigrantes e o Mercado de Trabalho: o caso português" in *Análise Social*, n.º 150, vol. 34, pp. 147-173.
- BAGANHA, Maria Ioannis & Luís CAVALHEIRO, 2002, "Uma europeização diferenciada: o sector da construção e obras públicas" in José Reis & Maria I. Baganha (orgs.) *A Economia em curso – contextos e mobilidades*, Porto, Edições Afrontamento.
- BALDAQUE da SILVA, António A. 1891, *Estado Actual das Pescas em Portugal, compreendendo a pesca marítima, fluvial e lacustre em todo o continente do reino, referido ao anno de 1886*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- , 1898, *Relatório Sobre a Pesca Marítima nas Águas de Peniche, Berlenga, Estellas e Farilhões*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- BARBOSA, António Manuel Pinto, 1941 – *Sobre a Indústria de Conservas em Portugal*, Lisboa, Editorial Império.
- BARRETO, António, 1995, "Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960 a 1995", *Análise Social* N.º 134, Vol. 30, pp. 841-855.
- , 1997 [1996], "O dia em que aderimos à CEE", in *Sem Emenda*, Lisboa, Relógio d'Água.
- BARTHES, Roland, 1999 [1971], *Sade, Fourier, Loilola*, Lisboa, Edições 70.
- BAUMAN, Zygmunt, 2001, "Identity in the globalizing world", in *Social Anthropology* 9 (2), pp. 121-130.

BASCH, Linda, Nina Glick Schiller, Cristina Zanton Blanc, 1994, *Nations Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments, and Deterritorialized Nation-States*, Basel, Gordon and Breach Publishers.

BASTOS, Cristiana & Miguel Vale de ALMEIDA, 2006, "Entrevista com Sidney Mintz", *Etnográfica*, Vol. X, n.º 1, p.177-191.

BENJAMIN, Walter, 1992, *Sobre arte, técnica, linguagem e política*, Lisboa, Relógio d'Água.

BERMAN, Marshall, 1982, *Tudo o que é Sólido se Dissolve no Ar*, Lisboa, Edições 70.

BERNSTEIN, Michael A., 1989, "Inestabilidad económica en Estados Unidos en las décadas de 1930 y 1970" in *Revista de Historia Económica* Año VII n.º 3, pp. 675-699.

BESTOR, Theodore C., 2000. "How Sushi Went Global.", in *Foreign Policy*, November December, pp. 54-63.

———, 2004a [2001] , "Supply-side sushi. Commodity, market, and the global city" in), *The Anthropology of Space and Place - Locating Culture*, Setha M. Low & Denise Lawrence-Zuñiga, (eds.), Oxford, Blackwell Publishing.

———, 2004b, *Tsukiji: The Fish Market at the Center of the World*, Berkeley, University of California Press.

BOWMAN, Gleen 2008 "At Home Abroad: the Field Site as Second Home", in *Ethnologia Europaea*, vol. 37: n.º 1-2. pp. 140-148.

BLUNT, Alison & Robyn DOWLING, 2006, *Home*, New York, Routledge.

BORON, Atilio, 2001, *A Coruja de Minerva – mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo*, Petrópolis, Editora Vozes & CLACSO & LPP.

BOTELHO, José, 2001, *A Greve dos Pescadores de Arrasto: Análise de um conflito*, Lisboa, ISCTE

BOURDIEU, Pierre, 1979, *La Distinction. Critique sociale du jugement*, Paris, Éditions de Minuit.

———, 1987, "A ilusão biográfica" in *Razões práticas sobre a teoria da acção*, Oeiras, Celta Editora.

———, 1998, *Contrafogos*, Oeiras, Celta Editora

———, 2004, "A formação do habitus económico" in *Sociologia* N.º 14, pp. 9-33.

BRAGA, Jorge de Sousa, 1999 [1991], *O Poeta Nu*, Lisboa, Fenda.

BRAGANÇA, Nuno, 1966, "O Trabalhador Rural e a Industrialização", in *Análise Social*, N.º 16, Vol. 4, pp. 647-661.

———, 1995, *Directa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

- BRANDÃO, Raul, 1986 [1923], *Os Pescadores*, Lisboa, Editorial Comunicação.
- , 2001, *Ilhas Desconhecidas – notas e paisagens*, Lisboa, Frenesi.
- BRAUDEL, Fernando, 1985, *A Dinâmica do Capitalismo*, Teorema, Lisboa.
- BRECHT, Bertolt, 2007 [1957], “As espingardas da senhora Carrar” in *Teatro 4*, Lisboa, Livros Cotovia.
- BRETTELL, Caroline, 1990, “Leaving, remaining, and returning: some thoughts on multifaceted Portuguese migratory system”, in *Portuguese Migration in Global Perspective*, David Higgs (ed.), Toronto, The Multicultural History Society of Ontario.
- , 1991, *Homens que Partem, Mulheres que Esperam*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- BRIGGS, Charles L., 1996, “The Politics of Discursive Authority in Research on the Invention of Tradition”, *Cultural Anthropology* 11 (4), pp. 435-469.
- BRØGGER, Jan, 1992 (1990), *Pre-bureaucratic Europeans. A Study of a Portuguese Fishing Community*, Oxford, Oxford University Press.
- BRUMAN, Christoph, 1999, “Writing for Culture”, in *Current Anthropology* 40 Supplement February, pp. 1-13.
- CABRAL, Manuel V., 1983, “A economia subterrânea vem ao de cima em Portugal” *Análise Social* N.º 76, vol. 19, pp. 199-234.
- , 1999, “Proletariado” in *Enciclopédia Einaudi – Direito – Classes*, vol. 39, pp. 404-451.
- CALADO, Mariano, 1984 [1962], *Peniche – na história e na lenda*, Peniche, Edição de Autor.
- , 2000, *Fortificações da Região de Peniche*, Peniche, Edição de Autor
- CALASSO, Roberto, 1998, *Os quarenta e nove degraus*, Lisboa, Cotovia.
- CALVINO, Italo, 1985, *Palomar*, Lisboa, Teorema.
- CARRION, Jose Miguel Martinez, 1989, “Formación y desarrollo de la indústria de conservas vegetales en España, 1850-1935” in *Revista de Historia Económica* Año VII n.º3, pp. 619-649.
- CARVALHO, Ruy Duarte de, 1989, *Ana a Manda – Os Filhos da Rede*, Lisboa, IICT.
- CARVALHO DA SILVA, Manuel, 2007, *Trabalho e Sindicalismo em Tempo de Globalização*, Mafra, Círculo de Leitores e Temas e Debates.
- CHAVES, Miguel, 1999, *Casal Ventoso: da gandaia ao narcotráfico*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- CENDRARS, Blaise, 1992, *Moravagine*, Lisboa, Cotovia.

CHESSAIS, François, 2004, “La mondialisation de l’armée de réserve industrielle: la «délocalisation interne dans l’agriculture»”, in *La Gauche*, 29 octobre 2004

CLIFFORD, James, 1986, “On Ethnographic Self-Fashioning: Conrad and Malinowski”, Thomas Heller, Morton Sosna, David Wellberry (eds.) *Reconstructing Individualism – Autonomy, Individuality and the Self in Western Thought*, Stanford California, Stanford University Press, pp. 140-162.

———, 1988, *The Predicament of Culture. Twentieth-Century Ethnography, Literature, and Art*, Cambridge MA, Harvard University Press

———, 2000, “Taking Identity Politics Seriously: ‘The Contradictory, Stony Ground...’” Paul Gilroy, L. Grosberg & M. McRobbie (eds.) *Without Guarantees. Essays in Honour of Stuart Hall*, London-NY, Verso, pp. 94-112.

CLIFFORD, James & George MARCUS, 1986, *Writing Culture - The Poetics and Politics of Ethnography*, California, University of California Press.

CNSPP – Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, 1972, *Presos Políticos – documentos 1970-1971*, Lisboa, Afrontamento.

COELHO, José Dias, 1977, *A Resistência em Portugal*, Porto, Editorial Inova.

COLE, Sally, 1995, *Mulheres da praia, o trabalho e a vida numa comunidade costeira portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

CONRAD, Joseph, 1984 [1917], *Linha de Sombra*, Lisboa, Relógio D’Água Editores.

CORSON, Trevor, 2007, *The Zen of Fish: The Story of Sushi, from Samurai to Supermarket*, New York, Harper Collins.

COSTA, Renato, 2002, *A Emigração de Algarvios para Gibraltar e Sudoeste da Andaluzia 1834-1910*, Lisboa, Estar Editora.

COSTA, Maria Velho da, 1994 [1976], *Cravo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

CRAPANZANO, Vincent, 1980, *Portrait of a Moroccan*, Chicago, University Press.

CUNHAL, Álvaro, 1968, *A Questão Agrária em Portugal*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.

CRUZ, Manuel B., José M. SERUYA, Luísa B. REIS, Luísa SCHMIDT, 1984, “A condição social da juventude portuguesa” in *Análise Social* n.º 81-82, vol.20, pp. 285-308.

CUTILEIRO, José, 1977, *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa, Livraria Sá da Costa.

DAENINCKX, Didier, 1988, *O Carrasco e o seu duplo*, Lisboa, Caminho.

DEBORD, Guy, 1991, *A Sociedade do Espectáculo*, Lisboa, Mobilis in Mobile

———, 1995, *Panegirico*, Lisboa, Antígona.

DELEUZE, Gilles, 2008 (1966), *Le Bergsonisme*, Paris, Quadrige & puf.

Deloitte, 2010, *Global Powers of the consumer products industry 2010 – Extracting value*, London, Deloitte Touche Tohmatsu.

DIAS, Jorge, 1981, *Vilarinho das Furnas*, Lisboa, Imprensa Nacional.

DIEGUES, António Carlos, 1999, “A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil”, in *Etnográfica*, vol. III (2), pp. 361-375.

DUARTE, António Portugal, 2002, “As Deslocalizações industriais no contexto da globalização” in José Reis & Maria Ioannis Baganha (orgs.) *A economia em curso – contextos e mobilidades*, Lisboa, Edições Afrontamento.

EEA Grants, 2007, *Opportunity, Cooperation, Solidarity*, Norway, EEA Financial Mechanism.

ELIAS, Norbert, 1997, “Os pescadores no turbilhão do Maelström”, in *Envolvimento e Distanciamento*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

ENGENHEIRO, Jorge, 2000, “Apontamentos para a história das fábricas de conservas e estivas em Peniche” in *A Voz do Mar*, pp.4.

ENZENSBERGER, Hans Magnus, 1998, “A Grande Migração” in *Perspectivas da Guerra Civil*, Lisboa, Relógio d’ Água.

ESCALLIER, Christine, 1999, “O papel das mulheres da Nazaré na economia haliêutica”, *Etnográfica*, Vol. III (2), pp. 293-308.

FAO, Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2009, *The State of World Fisheries and Aquaculture*, Rome, FAO.

FARIA, Nuno, 2005, (org.) *Paradoxos: incorporar a cidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

FERNÁNDEZ, José Pascual, 1991, *Entre el Mar y la Tierra – los pescadores artesanales canarios*, Canárias, Dirección General de Cooperación Cultural.

———, 1999, “Los estudios de antropología de la pesca en España: nuevos problemas, nuevas tendencias”, *Etnográfica*, Vol. III (2), pp. 333-359.

FERGUSON, James, 1990, “Mobile workers, Modernist Narratives: A Critique of the Historiography of Transition on the Zambian Copperbelt [Part One]”, in *Journal of Southern African Studies*, Vol.16, N. ° 3, pp. 385-412.

———, 1990, “Mobile workers, Modernist Narratives: A Critique of the Historiography of Transition on the Zambian Copperbelt [Part Two]”, in *Journal of Southern African Studies*, Vol.16, N. ° 4, pp. 603-621.

———, 1999, *Expectations of Modernity: Myths and Meanings of Urban Life on Zambian Copperbelt*, Berkeley, University of California Press.

FERREIRA, José Gomes, 1963, *Aventuras Maravilhosas de João Sem Medo*, Lisboa, Portugalíia Editora.

———, 1979 [1950], *O Mundo dos Outros – Histórias e Vagabundagens*, Lisboa, Moraes Editores.

FERRO, Marc, 2007, “Resentment in History: A Past More Present than the Present”, in António Ribeiro (org.) *The Urgency of Theory*, Lisboa, Carcanet & Fundação Calouste Gulbenkian.

FILIPPE, José A., 2000, *As Organizações de Produtores de Pesca em Portugal; uma abordagem estratégica relativa aos Comuns de Pesca*, Lisboa, ISCTE.

FILGUEIRAS, Octávio Lixa, 1994, *Traineiras da Costa Portuguesa*, Lisboa, CTT Correios de Portugal.

FIRTH, Raymond, 1946, *Malay Fishermen: Their Peasant Economy*, London, Kegan Paul, Trench, Trubner.

FOSTER, HAL, 1996, *The Return of The Real*, Cambridge, The MIT Press

FOUCAULT, Michel, 2004, *Ética, Sexualidade e Política – Vol. 5*, Rio de Janeiro, Forense Universitária.

———, 1967, *De Outros espaços, Cercle d'Études Architecturales*, <http://www.virose.pt>.

FRY, Peter, 2001, “Feijoada e soul food 25 anos depois”, in Neide Esterici, Peter Fry e Miriam Goldenberg (orgs.) *Fazendo Antropologia no Brasil*, Rio de Janeiro, DP&A.

GALVÃO, António Miguel, 2008 [1948], *Um Século de História da Companhia de Pescarias do Algarve*, Faro, Companhia de Pescaria do Algarve.

GARRIDO, Álvaro, 2000, “Políticas de abastecimento no segundo pós-guerra: a « Organização das Pescas »” *Análise Social* n.º 156, Vol. 35, pp. 651-694.

———, 2001, “Henrique Tenreiro: o “patrão” das pescas e guardião do estado novo”, in *Análise Social* n.º 160, Vol. 36 pp. 839-862.

———, 2003, “Os Bacalhoeiros em Revolta: a “greve” de 1937” in *Análise Social* N.º 165 Vol. 37, pp. 1191-1211.

———, 2006, *Economia e Política das Pescas Portuguesas. Ciência, Direito e Diplomacia nas Pescarias do Bacalhau (1945-1974)*, Lisboa, ICS.

GEADA, Eduardo, 1976, *O Imperialismo e o Fascismo no Cinema*, Lisboa, Moraes Editores.

GEISTDOERFER, Aliette, et al 2003, *La mer dévorée: le poisson bon à manger, le poisson bon a penser*, Paris, Centre d'Ethno-Technologie en Milieux Aquatiques.

GLUCKMAN, Max, “Análise de uma situação social na Zululândia moderna” in Bela Feldman-Bianco(org.) *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*, São Paulo, Global Editora.

GIDDENS, Anthony, 1984, *Capitalismo e Moderna Teoria Social*, Lisboa, Editorial Presença.

GODELIER, Maurice, 1983, “A teoria da transição em Marx” in *Ler História* n.º 2, pp. 99-142.

———, 2000 [1996], *O Enigma da Dádiva*, Lisboa, Edições 70.

GODINHO, Vitorino Magalhães, 2009a, *Ensaio e Estudos Vol. I – Uma maneira de pensar*, Lisboa, Sá da Costa Editora.

———, 2009b, *Os Problemas de Portugal – Mudar de Rumo*, Lisboa, Edições Colibri.

———, 2010, *Ensaio e Estudos Vol. II – Compreender o mundo hoje*, Lisboa, Sá da Costa Editora

GOETHE, Johann Wolfgang Von, 1993, *A Metamorfose das Plantas*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

GONÇALVES, Alexandra Rodrigues, 2003, *A componente cultural do turismo urbano como oferta complementar ao produto “sol e praia” – O caso de Faro e Sines*, Lisboa, Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica & Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo

GONÇALVES, Carlos Manuel, 2005, “Evoluções recentes do desemprego em Portugal”, in *Sociologia*, Vol. 15, Porto, Faculdade de Letras – UP, pp. 125-163.

GRAÇA, António dos Santos, 1992 [1932], *O poveiro – usos, costumes, tradições e lendas*, Lisboa, Dom Quixote.

———, 2005, [1952], *Epopeia dos humildes - Para a História Trágico-Marítima dos Poveiros*, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim.

GRANJO, Paulo, 2004, *Trabalhamos sobre um barril de pólvora — homens e perigo na refinaria de Sines*, Lisboa, ICS.

GRAHAM, Helen, 1990, “Money and migration in modern Portugal: an economist’s view” in David Higgs (ed.) *Portuguese Migration in Global Perspective*, Toronto, The Multicultural History Society of Ontario.

GRESKOE, Taras, 2008, *How to eat ethically in a world of vanishing seafood*, New York, Bloomsbury.

GUERREIRO, José, 1981, “Análise tendencial da emigração portuguesa nos últimos anos” in *Revista de História Económica e Social – Cadernos 1-2 – Estudos sobre a Emigração Portuguesa*, Lisboa, Livraria Sá da Costa.

GUPTA, Akhil 2007, “Movimentações Globais das Colheitas desde a ‘Era das Descobertas’ e Transformações das Culturas Gastronómicas”, Manuela Ribeiro Sanches (org.) *Portugal Não É Um País Pequeno*, Livros Cotovia, Lisboa, pp. 193-214.

GUPTA, Akhil, & James FERGUSON, 1992, "Beyond "Culture": Space, Identity, and the Politics of Difference", in *Cultural Anthropology*, Vol.7, N. °1, pp. 6-23.

HALPERN PEREIRA, Miriam, 1983, *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico*, Lisboa, Sá da Costa Editora.

HANNERZ, Ulf, 1989, "Notes of Global Ecumene" in *Public Culture* 1(2), Duke University Press.

HARDIN, Garrett, 1968, *The Tragedy of the commons*, Science, 162.

HARDT, Michael & António NEGRI, 2005, *Multidão – Guerra e Democracia na Era do Império*, Porto, Campo das Letras.

HARVEY, David, 1990, *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change*, Oxford, Basil Blackwell.

HANDLER, Richard, 1988, *Nationalism and the Politics of Culture in Quebec*, Madison, University of Wisconsin Press.

HELDER, Herberto, 2006 [1963], *Os Passos em Volta*, Lisboa, Assírio e Alvim.

HELLER, Thomas & David WELLBERRY, 1986, "Introduction" in *Reconstructing Individualism – Autonomy, Individuality and the Self in Western Thought*, Stanford California, Stanford University Press.

HÉRITIER, Pierre, 1998, "O Modelo Social Europeu e a Mundialização", in *Finisterra*, n.º 26, pp.17-28.

HERZFELD, Michael, 2001, *A Antropologia do Lado do Espelho – Etnografia Crítica nas Margens da Europa*, Lisboa, Difel.

HIGGS, David, 1990, (ed.) *Portuguese Migration in Global Perspective*, Toronto, The Multicultural History Society of Ontario.

HOBBSBAWM, Eric, 2005, *Tempos Interessantes – Uma vida no século XX*, Porto, Campo das Letras.

HOBBSBAWM, Eric & Terence RANGER (eds.), 1983, *The Invention of Tradition*, Cambridge, Cambridge University.

Hypercluster, 2009, *O Hypercluster da Economia do Mar*, Lisboa, SaeR/ACL.

HUSMANN, Rolf, 1993, *Firth on Firth. Reflections of an Anthropologist*, Alemanha, Institut für der Wissenschaftlichen Film.

International Labour Organization, 2010, *Global Employment Trends – January 2010*, Geneva, ILO.

JACKSON, Anthony, 1987, *Anthropology at home*, New York, ASA.

JAPPE, Anselm, 2006, *As Aventuras da Mercadoria – para uma nova crítica do valor*, Lisboa, Antígona.

———, 2008, *Guy Debord*, Lisboa, Antígona.

JERGOVIC, Miljenko, 2004, “Who will be the witness” in *Malboro Saravejo*, Lisboa, Cavalo de Ferro.

JOSÉ, Vasco, 1978, *Inquérito ao Mar*, Peniche, Edição de Autor.

KLEIST, Heinrich Von, 2009, “Sobre a gradual elaboração dos pensamentos no discurso” in *Sobre o teatro das marionetas e outros escritos*, Lisboa, Antígona.

KOVÁCS, Ilona, 2005, (org.), *Flexibilidade e Emprego. Riscos e Oportunidades*, Oeiras, Celta Editora.

KOVÁCS, Ilona & Juan José CASTILLO, 1998, *Novos Modelos de Produção: Trabalho e Pessoas*, Oeiras, Celta Editora.

KOVÁCS, Ilona & Margarida Chagas LOPES, 2009, “Alternativas à crise do emprego: desafios à educação e formação e novas formas de regulação”, *1º Workshop Reflexão Teórica Próximo Futuro*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

KURLANSKY, Mark, 2000a, [1997], *O Bacalhau – Biografia do peixe que mudou o Mundo*, Lisboa, Terramar.

———, 2000b, *The Basque History of the World*, London, Vintage Books.

LAINS, Pedro 2010, *Sem Fronteiras - Os novos horizontes da economia portuguesa*, Lisboa, Instituto Ciências Sociais.

LARKIN, Brian, 1997, “Indian Films and Nigerian Lovers: Media and the Creation of Parallel Modernities”, *Africa* 67 (3): pp. 406-439.

Le Clézio, J.M.G., 1989, *Índio Branco*, Lisboa, Fenda Edições.

———, 1994, *O Caçador de Tesouros*, Lisboa, Assírio & Alvim.

LEAL, João, 1997, “Açorianidade: Literatura, Política e Etnografia (1880-1940)”, *Etnográfica*, Vol. 1 (2) pp. 191-211.

———, 2000, *Etnografias Portuguesas (1870-1970): cultura popular e identidade nacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

———, 2007, “Usos da Ruralidade: Apresentação”, *Etnográfica*, Vol.11 (1), pp. 57-63.

———, 2008, “A energia da antropologia. Seis cartas de Jorge Dias para Ernesto Veiga de Oliveira”, *Etnográfica*, Vol. 12 (2), pp. 503-521.

LENINE, Vladimir, 2000 [1984], *O Imperialismo – Fase Superior do Capitalismo*, Lisboa, Edições Avante.

LESCOT, David, 2009, *O Homem Falido*, Lisboa, Artistas Unidos & MHIJ Editores.

LOBO, Constantino Lacerda, 1991, “Memória sobre a decadência das pescarias em Portugal”, in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências*, 1789-1815, v.4, Lisboa, Banco de Portugal.

LOPES, José da Silva, 1964, “A integração económica europeia: implicações sociais em Portugal” in *Análise Social – Aspectos sociais do desenvolvimento económico em Portugal*, N.º 7-8, Vol.2, pp. 780-801.

———, 2004, *A Economia Portuguesa no Século XX*, Lisboa, Instituto das Ciências Sociais.

LOUREIRO, Adolpho, 1904, *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, Lisboa, Imprensa Nacional.

LOURENÇO, Eduardo, 1998, “Naufrágio Social?”, in *Finisterra*, n.º 26, pp. 11-16.

LOW, Setha M. & Denise LAWRENCE-ZUÑIGA, (eds.), 2004, *The Anthropology of Space and Place. Locating Culture*, Oxford: Blackwell Publishing.

MACDONALD, Sharon (edited), 1998, *The Politics of Display – Museums, Science, Culture*, Londres, Routledge.

MACGILLIVRAY, Alex, 2006, *A Brief History of Globalization*, New York, Carroll & Graff Publishers.

MACEDO, Mário Botelho de, 1940, *O Problema do alojamento dos Ranchos Migratórios na Zonas Sazonáticas*, Lisboa, Direcção Geral dos Serviços Agrícolas – Ministério da Economia.

MACEDO DIAS, João Manuel, 1991, *Análise estrutural da indústria: ensaio na indústria portuguesa de conservas de peixe*, Lisboa, ISCTE.

MADUREIRA, Nuno Luís (cord.) & Inês AMORIM (org.), 2001, *História do trabalho e das ocupações (vol.II – As pescas)*, Oeiras, Celta Editora.

MAGALHÃES, José Miranda, 1956, *Dos Ranchos Migratórios em Portugal, Relatório final do Curso de Engenheiro Agrónomo*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Agronomia.

MALINOWSKI, Bronislaw, *Crime e Costume na Sociedade Selvagem*, Lisboa, Editora Meridiano.

———, 1989 [1967], *Um Diário no Sentido Estrito do Termo*, Rio de Janeiro, Editora Record.

———, 1997 [1922] “Os Argonautas do Pacífico Ocidental”, *Ethnologia* n.º 6-8, pp. 17-38.

MANDEL, Ernest, 1993, *Cadáveres Esquisitos – uma história social do romance policial*, Lisboa, Edições Cotovia.

MAPRIL, José, 2008, “Os Sonhos da «Modernidade». Migrações Globais e Consumos entre Lisboa e Dhaka”, Renato Carmo, Daniel Melo, Ruy Blanes (cords.) *A globalização no divã*, Lisboa, Tinta da China.

MARCUS, George E., 1986, “Contemporary Problems of Ethnography in Modern World System”, *Writing Culture*, Berkeley, University of Califórnia Press.

———, 1997, “The Uses of Complicity in the Changing Mise-en-Scène of Anthropological Fieldwork” in *Representations*, No. 59, Special Issue: The Fate of “Culture”: Geertz and Beyond, pp. 85-108.

MARCUS, George E., & Michael M. J. FISCHER, 1999 [1986], *Anthropology as Cultural Critique. An Experimental Moment in the Human Sciences*, Chicago, The University of Chicago Press.

MARGARIDA MARQUES, Maria, 1988, “Estratégias Alternativas em Situação de Crise” in *Estudos e Ensaios – em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.

MARQUES, José C., 2009, “«E continuam a partir»: as migrações portuguesas contemporâneas”, *Ler História – Emigração e Imigração* N.º56, pp. 27.44.

MARTINS, Luís, 2007, *Mares Poveiros – Histórias, ideias e estratégias de pescadores da Póvoa de Varzim*, Póvoa de Varzim, Biblioteca Poveira n.º17.

MARX, Karl, s/d, *O Capital*, Lisboa, Delfos.

Marx, Karl & Friedrich ENGELS, 1974, *Manifesto do Partido Comunista*, Porto, Sementes.

MATIAS, Nuno Vieira, 2006, “O cluster do mar. Um nova tramontana?” in *Europa – Política Marítima Europeia* N.º 20, pp. 19-25.

MATOS, Luís Salgado, 1973, *Investimentos Estrangeiros em Portugal*, Lisboa, Seara Nova.

MAURER, Bill, 2000, “A Fish Story: Rethinking Globalization on Virgin Gorda, British Virgin Islands” in *American Ethnologist* 27 (3), pp. 670-701.

MCLAGAN, Meg, (2002), “Spectacles of Difference. Cultural Activism and The Mass Mediation of Tibete.” in Ginsburg, F., Abu-Lughod, L. and Lakin, B. (eds.) *Media Worlds*, Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press, pp. 90-111.

MEDEIROS, António, 1992 “Prefácio”, GRAÇA, A. Santos, *O Poveiro*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

MEILLASSOUX, Claude, 1977, *Mulheres, Celeiros e Capitais*, Porto, Afrontamento.

MELO, Jorge Silva, 2001, *O Navio dos Negros sobre motivos de Herman Melville (Benito Cereno)*, Lisboa, Edições Cotovia.

MELLO, Alexandra, *O Alto Mar e o Princípio da Liberdade*, Lisboa, Edições Cosmos.

MENDES, Maria Manuela, 2009, "Imigrantes russos e ucranianos na AML: "Retratos Sociais", *Ler História - Emigração e Imigração*, N.º 56, pp. 183-210.

MENDES, Paulo, 2007, *O Mar é que Manda: Comunidade e Percepção do Ambiente no Litoral Alentejano*, Lisboa, ISCTE.

———, 2008, "Pescadores, Camponeses, Empresários, Turistas e Percepção do Ambiente na Costa Alentejana: uma Leitura Cronológica e Etnográfica, in Francisco Oneto Nunes (org.) *Culturas Marítimas em Portugal*, Lisboa, Âncora Editora, pp. 185-213.

MENESES, Inês Salema, & Paulo Daniel MENDES, 1996, *Se o mar deixar – comunidade e género numa povoação do litoral alentejano*, Lisboa, ICS.

MENDONSA, Eugene L., 1982, "Turismo e estratificação na Nazaré", *Análise Social*, N.º 71 Vol. 18, pp. 311-329.

MILLER, Daniel, (coord.), 1995, *Worlds Apart: Modernity Through the Prism of the Local*, Londres: Routledge.

MILLER, Daniel, 1987, *Material Culture and Mass Consumption*, Oxford: Basil Blackwell.

———, 1995, "Consumption and Commodities", *Annual Review of Anthropology*, Vol. 24, pp. 141-161.

———, 1998, *A Theory of Shopping*, Nova Iorque, Cornell University Press.

———, 2007, "Very Big and Very Small Societies", António Ribeiro (org.) *The Urgency of Theory*, Lisboa, Carcanet & Fundação Calouste Gulbenkian.

MINTZ, Sidney W., 1974 [1960], *Worker in the Cane. A Puerto Rican Life History*, New York, Yale University Press.

———, 1979, "Time, Sugar and Sweetness", *Marxist Perspectives* 2, pp. 56-73.

———, 1985, *Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern History*, New York, Viking Penguin.

MIRANDA MENDES, João 1986, "Política do Mar" in Jorge Braga de Macedo (coord.) *Custos Certos, Benefícios Incertos – Políticas Públicas Portuguesas na CEE*,

MONIZ, António, Manuel GODINHO & Ilona KOVÁCS, (orgs.) 2000, *Pescas e Pescadores. Futuros para o Emprego e os Recursos*, Oeiras, Celta Editora.

MOREIRA, Carlos Diogo, 1987, *Populações Marítimas em Portugal*, Lisboa, ISCSP.

MOSSE, David, 2006, "Anti-social anthropology? Objectivity, objection, and the ethnography of public policy and professional communities" *Journal of the Royal Anthropological Institute*, Vol.12, pp. 935-956.

MOURA, João, 1964, "Desenvolvimento económico e Emprego no Continente português" in *Análise Social – Aspectos sociais do desenvolvimento económico em Portugal*, N.º 7-8, Vol.2, pp. 699-719.

NUNES, Francisco Oneto, 2003, "O Trabalho faz-se espectáculo: a pesca, os banhos e as modalidades do olhar" in *Etnográfica* Vol. VII, (1), pp. 131-147.

———, 2005, *Hoje por ti, amanhã por mim – A arte xávega no litoral central português*, Lisboa, ISCTE.

———, 2008, "Dois Séculos de Arte Xávega: Capitalismo, Decadência e Organização do Trabalho", *Culturas Marítimas em Portugal*, Lisboa, Âncora Editora, pp. 123-151.

ONG, Aihwa, 2007, [2006], *Neoliberalism as exception*, Durham, Duke University Press.

PÁLSSON, Gísli, 1982, "Territoriality amongst Icelandic fishermen" in *Acta Sociologica*, Vol. 25, pp. 5-13.

———, 1994 'Enskilment at Sea' in *Man* (N.S.) 29, pp. 901-927.

PÁLSSON, Gísli & E. Paul DURRENBERGER 1982 'To dream of fish: the causes of Iceland skippers' fishing success' in *Journal of Anthropological Research*, 38 (2), pp. 227-242.

PEIXOTO, João, 2002, "Migrações internacionais e globalização: mobilidade, mercados de trabalho e relações sociais", *Transformações Sociais e Dilemas da Globalização*, José Ferreira & Ilse Scherer-Warren (orgs.), Oeiras, Celta Editora.

———, 2004a, "País de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal", *Socius Working Papers*, N.º 2, pp. 2-26

———, 2004b "As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas " *Socius Working Papers*, N.º 11, pp. 1-36

———, 2007, "Dinâmicas e regimes migratórios: o caso das migrações internacionais em Portugal", *Análise Social*, Vol. XLII (183), pp. 445-469.

———, 2008, "Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes", *Migrações – Revista do Observatório da Imigração*, N.º 2, pp. 20-46.

PEIXOTO, Luís C., 1991, *Apointamentos para a História da Pesca da Sardinha e da Construção Naval em Peniche*, Peniche, Câmara Municipal de Peniche.

PERALTA, 2007, *A Memória do Mar – Património, Tradição e (Re)imaginação Identitária na Contemporaneidade*, Lisboa, ISCSP-UTL.

———, 2008, "O Mar como Património: Considerações acerca da identidade nacional portuguesa", in Francisco Oneto Nunes (coord.) *Culturas Marítimas em Portugal*, Lisboa, Âncora Editora, pp. 73-91.

PEREIRA, Armando Gonçalves, 1934, *L' Économie Maritime du Portugal*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.

PEREIRA, Victor, 2009, "Ineficiência, fragilização e duplicidade, O velho Estado Novo perante a emigração para França", *Ler História - Emigração e Imigração*, N.º 56, pp. 45-68.

PHIZACLEA, 2005, "Os mercados de trabalho flexível e o trabalho incerto: o caso da migração", Ilona Kovács (org.), *Flexibilidade de Emprego. Riscos e Oportunidade*, Oeiras, Celta Editora.

PIERSON, Christopher, 2001 [1991], *Beyond the Welfare State – The New Political Economy of Welfare*, Cambridge, Polity Press & Blackwell Publishers.

PIMENTEL, Dulce, 2003, "Portugal ainda é um cais de partida: alguns dados da emigração no período 1992-2003", *Geoinova* N.º 8, pp. 207-211.

PINHO, Antonio Duarte, 1998, *Pescas Nacionais – Pedacos de uma década perdida*, Lisboa, Meribérica.

PIRES, Francisco Lucas, 1997, *Schengen e a Comunidade de Países Lusófonos*, Coimbra, Faculdade de Direito de Coimbra & Coimbra Editora.

———, 1998, *Amesterdão – do Mercado à Sociedade Europeia?*, Cascais, Principia.

PITA, Marta, 2007, "Lugares Antropológicos entre Mares", in *Gestão e Ordenamento das Actividades Litorâneas – 1.º Seminário Outubro 2006*, Lisboa, Academia da Marinha.

PINA-CABRAL, João, 1983, "A observação participante na etnografia portuguesa" *Análise Social* N.º 76, Vol. 19, pp. 327-339.

———, 1991, *Os Contextos da Antropologia*, Lisboa, Difel.

———, 2000, "A Difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições" in *Análise Social* N.º 153, Vol. 34, pp. 865-892.

———, 2003, "A 'minha' casa no Paço", *O Homem na Família*, Lisboa, Instituto Ciências Sociais.

———, 2006, "Reflexões finais", Antónia Pedroso Lima & Ramon Sarró (coord.), *Terrenos Metropolitanos – Ensaios sobre a produção etnográfica*, Lisboa, ICS.

———, 2009, "Entrevista - Um realismo minimalista" in *Mana* 15(1), pp. 279-300.

PINA-CABRAL, João & outros, 1987, "A casa do noroeste – um encontro pluridisciplinar" in *Análise Social* N.º 23, Vol.23, pp. 151-163.

PINA-CABRAL, João & Antónia Pedroso LIMA, 1996, "Prefácio", *Se o mar deixar – comunidade e género numa povoação do litoral alentejano*, Lisboa, ICS.

Plano Estratégico Nacional para as Pescas 2007-2013, Lisboa, Direcção Geral Pescas e Aquicultura, Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Plano Operacional das Pescas 2007-2013, 2007, Lisboa, Direcção Geral Pescas e Aquicultura, Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

POE, Edgar Allan, 2006, “Descida do Maelström”, *Queda sem fim* Lisboa, Nova Vega.

POLANYI, Karl, 2001 [1944], *The Great Transformation – The Political and the Economical Origins of Our Time*, Bóston, Beacon Press.

PORTELA, José, & Sílvia NOBRE, 2002, “Entre Pinela e Paris: emigração e regressos” in *Análise Social* N.º 161 Vol.36, pp. 1105-1146.

PORTES, Alejandro, 1994, “The informal economy and its paradoxes”, *The Handbook of Economic Sociology*, Princeton University Press.

———, 1999, *Migrações Internacionais*, Oeiras, Celta Editora.

PORTUGAL, Inês & Gonçalo COSTA, 1993, *Domínio Público Marítimo em Portugal Continental – O Concelho de Peniche como exemplo ilustrativo*, Lisboa, Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional.

PRIOSTE, Ana Luzia, 2006, *Abordagem às dificuldades de integração da população imigrante*, Lisboa, ISCTE.

QUEIROZ, Maria Cidália, 2003, “Precarização do emprego e integração profissional numa região de industrialização difusa: o caso dos operários da construção civil do Noroeste de Portugal”, in *Sociologia* N.º 13, pp. 19-55.

RAMOS, Manuel João, 2003, “E Tudo o Fumo Levou: as Memórias e as Identidades”, *A Matéria do Património – Memória e Identidades*, Lisboa, Edições Colibri & Dep-ANT-ISCTE.

RAMOS, Manuel Silva, 1999, *Portugal, e o futuro? Exéquias para um espinho*, Lisboa, Fenda Edições.

RAY, Jean, 1978, *Bestiário Fantástico*, Lisboa, Moraes Editora.

REIS, José & Maria Ioannis BAGANHA, 2002 (orgs.) *A Economia em curso – contextos e mobilidades*, Porto, Edições Afrontamento.

RIBEIRO, Gustavo Lins & Bela FELDMAN-BIANCO, 2003, “Antropologia e Poder: Contribuições de Eric Wolf” in *Etnográfica* Vol. VII (2), pp. 245-281.

RIBEIRO, Orlando, 1987, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.

RIBEIRO, Orlando & Hermann LAUTENSACH, 1989, *Geografia de Portugal III. O Povo Português*, Lisboa, Edições João Sá da Costa.

RHINESMITH, Stephen H., 1993, *Globalização – o guia do gestor*, São Paulo, Difusão Cultural.

ROCA, Maria da Nazaré Oliveira & Dulce PIMENTEL, 2003, “Causas Prováveis das Migrações Internas em Portugal na Década de Noventa”, in *Geoinova* N.º 8, pp. 105-129.

ROCHA, Paulo, 1966, *Mudar de Vida*, Portugal, Vitória Filmes.

ROCHA, Edgar, 1984, “Crescimento Económico em Portugal nos anos de 1960-73: alteração estrutural e ajustamento da oferta à procura de trabalho.” in *Análise Social* n.º 84, Vol. 20, pp. 621-645.

RODMAN, Margaret, 1992, “Empowering Places: Multilocality and Multivocality”, in *American Anthropologist*, 94 (3), pp. 640-656.

RODRIGUES, Teresa, & Maria R. PINTO, 2002, “Migrações no Portugal do Século XX”, in *Ler História*, N.º 43, pp. 179-202.

ROMÃO, António, 1983, *Portugal face à CEE*, Lisboa, Livros Horizonte.

ROSEBERRY, William, 1988, “Political Economy”, in *Annual Review of Anthropology*, Vol.17, pp. 161-185.

———, 1996, “The Rise of Yuppie Coffees and the Reimagination of Class in the United States”, in *American Anthropologist*, Vol. 98, N.º 4, pp. 762-775.

ROUSE, Roger, 1991, “Mexican Migration and the social Space of Postmodernism”, in *Diaspora* 1 (1): pp. 8-23.

RUA, João, 2003, “Paus-de-Arara e Pardais: O Brasil migrante em começos do século XXI”, in *Geoinova* N.º 8, pp. 179-206.

SALAZAR, A .Oliveira, 1931, “Sobre a indústria de conservas de peixe – relatório de uma visita aos centros conserveiros”, publicado em 8 de Dezembro de 1931 e reproduzido em A. O. Salazar, 1951, *Discursos e Notas Políticas, IV, 1943-1950*, Coimbra Editora.

SALHINS, Marshall, 1997. “O Pessimismo Sentimental e a Experiência Etnográfica”, in *Mana*, 3 (1): 41-73.

SASSEN, Saskia, 1988, *The Mobility of Labor and Capital – A study in international investment and labor flow*, Cambridge, Cambridge University Press.

SAMPAIO, Alberto, 1979, *Estudos Históricos e Económicos II Volume – As Póvoas Marítimas*, Lisboa, Vega.

SEDAS NUNES, A., 1964, “Portugal, sociedade dualista em evolução” in *Análise Social – Aspectos sociais do desenvolvimento económico em Portugal*, N.º 7-8, Vol.2, pp. 407-462.

SCHMITT, Carl, 1975, *Teoria de Guerrilha – Observações para Esclarecimento Político*, Lisboa, Arcádia.

———, 2008, *Terra e Mar – Breve Reflexão Sobre a História Universal*, Lisboa, Esfera do Caos.

- SEKULA, Allan, 2003, *Titanic's Wake*, Lisboa, Maumaus –Escola de Artes Visuais.
- SENNET, Richard, 2007 [2001], *A Corrosão do Carácter*, Lisboa, Terramar.
- SÉRGIO, António, 1974, *Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal*, Lisboa, Livraria Sá da Costa.
- SERRA, Jorge Duarte, 2007, *O Nascimento de um império conserveiro: “A Casa Fialho” (1892-1939)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SERRÃO, Joel, 1973, *A Demografia Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte.
- SILVA, Luís, 2007, *Processos de Mudança nos Campos: O Turismo em Espaço Rural*, Lisboa, ISCTE
- SILVANO, Filomena, 2001, *Antropologia do Espaço*, Oeiras, Celta Editora.
- SIMÕES, Nuno, 1936, “Pescarias e Conservas de Peixe – Notas sobre a evolução do seu comércio” in Separata da revista *Indústria Portuguesa*, Lisboa.
- SIMMEL, Georg, 2004, *Fidelidade e Gratidão e outros textos*, Lisboa, Relógio D’Água.
- SIMMONS, James C., 2007, *Náufragos no Paraíso*, Lisboa, Antígona.
- SIMOPOULOUS, Artemis P., 1999, “Essential fatty acids in health and chronic disease” *The American Journal of Clinical Nutrition*, pp. 560-569.
- , 2008, “The Importance of the Omega-6/Omega-3 Fatty Acid Ratio in Cardiovascular Disease and Other Chronic Diseases” in *Experimental Biology and Medicine* 233 (6), pp. 674-688.
- SOEIRO DE BRITO, Raquel, 1960, *Agricultores e Pescadores Portugueses na Cidade do Rio de Janeiro*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
- SONTAG, Susan, 1979, *On Photography*, Harmondsworth, Penguin Books.
- , 2001 [1963], “The anthropologist as hero” in *Against Interpretation*, London, Vintage Books.
- SOUTO, Henrique, 1990, *A Pesca em Portugal no novo contexto comunitário: o caso de Peniche*, Lisboa, FCSH.
- , 2003, “Movimentos migratórios de populações marítimas portuguesas”, *Geoinova* n.º 8, pp. 165-177.
- , 2007a, *Comunidades de pesca artesanal na costa portuguesa na última década do século XX*, Lisboa: Academia da Marinha.
- , 2007b, “Peniche: A epopeia de um porto de sardinha através da história de uma família”, in *Seminário Gestão e Ordenamento das Actividades Litorâneas*, Lisboa, Academia da Marinha, pp. 147-159.

SOUTO, Henrique, & Fernando Ribeiro MARTINS, 2001, *Os Agricultores-Pescadores da Carrasqueira (Estuário do Sado): Um Modo de Vida em Extinção?*, Lisboa, FCSH.

SRINIVAS, Smriti, 2002, "Cities of the Past and Cities of the Future: Theorizing the Indian Metropolis of Bangalore", John Eade & Christopher Mele (eds.), in *Understanding the City – Contemporary and Future Perspectives*, Oxford, Blackwell Publishing.

STEVENSON, Robert Louis, 1984, *No Vazio da Onda*, Lisboa, Assírio & Alvim.

STALLYBRASS, Peter, 2008, *O Casaco de Marx: Roupas, Memória, Dor*, Belo Horizonte, Autêntica Editora.

STIGLITZ, Joseph E., 2002, "Equidade, eficiência e o quadro económico global", in *Análise Social*, n.º 165 Vol. 37, pp. 1075-1091.

STIRNER, Max, 2004, *O Único e a sua propriedade*, Lisboa, Antígona.

STOLLER, Paul, 1998, "Globalizing Method: Doing Ethnography in Transnational Places" in *Etnográfica*, Vol. 2 (2), pp 301-317.

SUSSER, Ida, (ed.), 2001, *La Sociología Urbana de Manuel Castells*, Madrid, Alianza Editorial.

TELLES, Silva, 1929, *Portugal – Aspectos geográficos e climáticos*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa

The Golden Book of Portuguese Tinned Fish, 1938, Lisbon, Instituto Português de Conservas de Peixe.

Tratado da União Europeia – Maastricht, 1992, Lisboa, Edições Cosmos.

Tratados da União Europeia – Alterados pelo Tratado de Nice, 2002, Lisboa, Dislivro.

Tratado de Lisboa, 2008, (org.) Paulo de Pitta e Cunha, Lisboa, Instituto Europeu da Faculdade de Direito de Lisboa.

TROGNON, Laurent, 2009, "Filière, supply chain et strategies: de la différenciation à la distinction" in *Économies et Sociétés - Série « Systèmes agroalimentaires »*, AG, nº 31, 11/2009, p. 1879-1896.

TORRES, Francisco, Amy VERDUN & Hubert ZIMMERMANN, 2006, *EMU Rules: The Political and Economic Consequences of European Monetary Integration*, Baden-Baden, Nomos.

TSING, Anna, 2000, "The Global Situation", *Cultural Anthropology*, Vol.15, n.º 3, pp. 327-360.

UNCTAD, 2004, *Development and Globalization – facts and figures*, New York & Génova, United Nations.

VERMEULEN, Hans, 2001, *Imigração, Integração e a Dimensão Política da Cultura*, Lisboa, Colibri.

- VILLA, Raul, 1977, *Notas sobre a questão da Tática*, Lisboa, Simes.
- VISCONTI, Luchino, 1948, *La Terra Trema: Episodio del mare*, Internacional.
- VIVERET, Patrick, 1998, “A Guerra Económica não é uma fatalidade”, in Serge Codellier (org.) *A Globalização para lá dos mitos*, Lisboa, Bizâncio.
- WALLERSTEIN, Immanuel, 1990, *O Sistema Mundial Moderno*, vol. I, *A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*, Porto, Edições Afrontamento.
- , 1994, *O Sistema Mundial Moderno*, vol. II, *O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750*, Porto, Edições Afrontamento.
- , 2000, *O Albatroz Racista – A ciência social, Jorg Haider e a resistência*, Porto, Edições Afrontamento & CES da Universidade de Coimbra
- WHYMAN, Philip, Mark BAIMBRIDGE & Brian BURKITT, 2006, *Implications of the Euro – A Critical Perspective from the Left*, New York, Routledge.
- WILLIAMS, Jerry, 1990, “Azorean migration patterns in the United Nations”, in David Higgs (ed.), *Portuguese Migration in Global Perspective*, Toronto, The Multicultural History Society of Ontario.
- WOLF, Eric, 1982, *Europe and People Without History*, University of California Press.
- , 2001 [1984], “Culture: Panacea or Problem?” *Pathways of Power. Building an Anthropology of the Modern World*, Berkeley, University of California Press, pp. 307-319.
- WOLFE, Alvin, W., 1977, “The supranacional organization of production: an evolutionary perspective” in *Current Anthropology*, 18 (4), pp. 615-635.
- WOODIWISS, Anthony, 2001, *The Visual in Social Theory*, London, The Athlone Press.
- XAVIER, Johnathan Inda & Renato ROSALDO (eds.), 2002, *The Anthropology of Globalization - A Reader*, Malden MA, Blackwell Publishing.
- ZULAICA, Joseba, 1981, *Terranova – The Ethos and Luck of Deep-Sea Fishermen*, Newfoundland, Institute of Social & Economic Research

Retratos - Biografias

Neste momento não tens construção de novas embarcações. O que há é subsídios para equipamentos de segurança. Está muito parado. Eu trabalhei sempre nesta actividade. **Electrónico naval**, nasci em 1969, tenho 40 anos. Já vem de família, nasci cá em Peniche, isto passa de pai para filho. O meu pai é do concelho de Peniche, a minha mãe é de Peniche. O meu pai abriu a empresa há cinquenta anos, na altura ele dominava a parte eléctrica e os princípios todos da electrónica. Nós trabalhávamos maioritariamente com traineiras, dávamos o principal apoio às embarcações da Pescagest e os barcos estão todos em Angola. Isto foi um bocado abaixo, o resultado das capturas, o mercado, o preço do combustível, vários factores que fazem cair a rentabilidade e tem-se de procurar outras áreas e dar outros rumos. A nível de tecnologia o que se alterou nas traineiras, começa tudo no princípio, desde a motorização, sistemas de governo, antes tinha-se lemes movimentados por correntes, depois passou-se para os hidráulicos. Diferenças entre traineiras a existir é mais ao nível de redes utilizadas. Peniche, em termos nacionais, talvez seja a traineira mais exigente. Porque a nossa área é mais pedra, fundo de pedra, do que de areia. Matosinhos, Figueira da Foz e Sines também têm algumas áreas de pedra mas a maior parte é areia. Ao nível de embarcações não há diferenças, o sistema de detecção mantém-se para todos, poderá haver diferenças em termos de sonda de rede, Peniche por exemplo precisa de sondas que transmitam permanentemente a profundidade das redes. O mar é uma coisa muito instável. O barco apanha ondas, apanha a revolta do mar, está sujeito a um regime muito difícil. Torna-se complicado ter pessoas para ir para o mar. O mar é mais ingrato do que a terra no sentido de que tu saís para o mar e podes não trazer nada. Hoje saís para o mar e se for preciso durante uma semana não apanhaste peixe. Como não tens um ordenado fixo vives da percentagem da venda desse peixe. E depois se o teu barco não tem vendas não ganhas. O que é certo é que tu todos os dias tens de comer, tens os teus gastos diários e numa situação dessas não tens ganhos. Isso com o pescador, mas com o armador a mesma coisa. O barco vai para o mar, um dia, dois, três dias, tens o consumo de combustível que está a ocorrer a todo o instante e chegas ao fim de um período com um gasto avultado de combustível. Na terra por vezes as coisas são um pouco mais certas. Em relação à agricultura pode haver geadas, inundações, trazer alguns prejuízos mas em terra talvez tenhas uma forma de segurar um prejuízo desses e no mar tu não tens nada que te segure para uma situação dessas. Portanto vais para o mar, vais numa incerteza: apanhamos ou não apanhamos peixe. Se eu não tirar peixe não vou tirar rendimento. Eu acho que quando as pessoas estão sem dinheiro ninguém está a perceber nada, seja em que ramo for. As pessoas têm família, têm compromissos de renda de casa, têm tantos problemas como têm os outros em terra. A única diferença é que eles não têm uma garantia de terem um ordenado fixo. Na minha actividade apanha-se várias gerações de pescadores e nós vamos vendo as melhorias, os prós e os contras. Estamos a falar das traineiras de Peniche. Sais para o mar por volta das 14 horas voltas a terra às 18 horas, saís outra vez por volta das 4 da manhã e meio dia regressas. Mas quando comesas a ver os barcos de “aparelho” que saem para o mar por volta da meia noite e aparecem em terra às seis da tarde para saírem outra vez à meia noite muitos pescadores chegam a casa, tomam banho, jantam, dormem para em quatro horas irem embora outra vez, para regressar ao mar. Depois ainda temos os barcos de pesca longínqua de longo curso, que iam antes para a Mauritânia, saíam daqui e ao fim de um mês e meio, dois meses, apareciam. Esta pesca aqui em Peniche teve um período bastante forte, mas quero dizer, esses pescadores iam a casa seis vezes num ano! Estavam dois meses fora, o barco vinha para Peniche fazer a descarga, e ficavam no máximo por aí durante uma semana. O problema é que ao longo dos anos esse tempo de viagem tem custos de combustível. E o combustível foi aumentando e começou-se a optar enviar o peixe para a Europa por contentor. Então o barco já não vem para cá, começa a ficar na área, por exemplo vão abastecer nas Canárias e depois vão para o mar da Mauritânia. E fazem esse circuito. Os barcos foram avançando por Marrocos, Mauritânia e muitos deles já a pescar na África do Sul e para lá da África do Sul, no mar de Moçambique e de Timor. E não é só uma questão de portugueses, porque se a Mauritânia e Marrocos foram explorados pelos pescadores portugueses também foram pelos espanhóis, pelos russos. E cada vez os stocks piscícolas estão a diminuir mais com o esforço de pesca ao longo dos anos, até com o reforço, porque está a existir um reforço de pesca. Se existe cada vez mais barcos e cada vez maiores, para conseguirem ter períodos de permanência mais longo, com maior capacidade de carga para tornar mais rentável a pesca, com resultados mais eficientes também se começou a impor um maior número de distâncias. E esse maior número de distâncias implica uma maior ausência de casa e da família. E o próprio pescador nessa condição começa a não se identificar em estar três ou quatro meses na África do Sul ou a pagar as viagens do avião.

Etnógrafo local, nasci em 1939. Eu trabalho à antiga com o papel. Tenho um computador ao meu lado mas muitas vezes nem escrevo nele e é com máquina de escrever. Há muitas pessoas a servirem-se de trabalhos meus e eu fico satisfeito por isso. Basta eu escrever aquilo que realmente sei para já ficar satisfeito de quando fechar os olhos as coisas ficarem cá escritas. Há que respeitar as fontes mas também há o saber ir às fontes, que para mim ainda é o mais importante, porque eu tenho muito cuidado e muito medo de às vezes fazer alguma coisa que não é assim e então prefiro não escrever. Eu comecei a trabalhar para a Câmara Municipal de Peniche tinha 11 anos e daí saí da Câmara com 46 anos de idade. Eu reformei-me há 24 anos, mas eu nunca me apercebi que me reformei. Eu continuo a trabalhar, continuo a não estar parado e a não ter tempo para fazer tudo aquilo que eu quero. Se lá for abaixo, agora, à Ribeira, encostado ali à Fortaleza, você vê ali homens inactivos com idade, que com as capacidades que eles têm são autênticas enciclopédias. São seres perdidos que ali estão, eu às vezes olho para eles e penso que são umas ricas enciclopédias que podiam ensinar tanta coisa. De maneira que eu considero que o homem do mar nunca soube fazer mais nada. É o mar, é o que sabe discutir, porque o homem do mar era um homem relativamente rude. Era rude porque o pescador vivia horas e horas no mar. Todo o movimento de Peniche. Havia muito movimento na zona da Ribeira. Peniche era uma terra que tinha movimento toda a noite. Eram os carros de carga, era os marítimos que iam para o mar, era os velhos de terra a chamar os marítimos, qualquer rua tinha sempre movimento. Pois agora é muito raro ir lá a baixo ao porto. Aqui há um tempo fui lá buscar peixe a uma traineira. Traziam carapau e o mestre assim que me viu virou-me a cara. Eu disse: “Estás-me a virar a cara para quê? Para não me dares peixe? Estás convencido que é preciso tu dares-me ordens para vir buscar peixe?” Começou-se logo a rir e a disser que estava a brincar comigo. Eu tenho confiança para isso, estava lá eu com “meias mazias” para lhe estar a pedir. Eu livre-o da tropa, já é um grande favor que ele me deve. A desgraça dos pescadores foi de ficarem com o dinheiro das *pensões* e das *caldeiradas* e eram muito mal governados. Gastavam o dinheiro. Diziam: “Eu posso gastar o dinheiro todo, que eu depois vou ao mar e apanho outra vez mais peixe”. Mas às vezes acabava-se o peixe e não havia dinheiro. Geralmente o homem do mar entregou sempre o dinheiro à mulher, a mulher é que governava a casa. O homem estava no mar e a mulher é que tratava dos filhos, os mandava educar, que os vestia, que os calçava. A mulher fazia o trabalho de mulher e de homem. O pescador limitava-se à vida do mar. Os filhos sabiam que aquele ser, que era o pai, era um homem por quem tinham muito respeito. Era um pai meio ausente. A pesca! A pesca foi-se abaixo, mas acho que é por todo o litoral. Nós chegámos a ter aqui noventa traineiras e duzentos e cinquenta barcos pequenos. Era uma frota enorme, hoje andam 11 traineiras à pesca. O que é isso? Isso é alguma coisa? E o pessoal? Hoje as pessoas estão a viver muito mal. Fulano que estava ao mar e não arranjou emprego em terra, não sei. Há-de haver em Peniche centenas de casos de gente a viver mal que é o dinheiro da avó e o dinheiro do pai que recebem de reforma que ainda é para eles viverem. Mas é por todo o país. Há vinte anos havia mais de 4.000 pescadores. As pessoas mudaram de vida e foram para “mineiros”, foram para debaixo do chão, morreram. Então não é? As pessoas não morrem também? Muita gente desapareceu. E depois a classe marítima, a vida hoje não é tão dura como era dantes e os pescadores aguentam mais, mas antes um homem que andasse ao mar com quarenta anos era um velho. Pela sua alimentação, não é como hoje que chegam a terra e bebem um galão no café. Antes o homem do mar ia aquecer com um copo de aguardente. Ora um homem que vem do mar, chega à terra. Muitas vezes o pescador tinha de se atirar quase com água pelo pescoço, porque o barco chegava à praia, e a Ribeira dantes não era assim, os barcos “abicavam” na areia. Ficavam dois em cima do barco para arrear os cabazes para os outros percorrerem a distância do armazém. De tantos em tantos metros havia sempre pescadores mas havia também os que ficavam à borda da água. Homens em pleno inverno tinham de se atirar ao mar, de qualquer maneira. Esses homens antes disso iam à taberna beber um copo de aguardente. Ora as comidas dos pescadores já eram fracas, sem comida nenhuma a trabalhar a noite inteira, chegava a terra e em cima do estômago que não tinha lá nada era um copo de aguardente. Aqui a sardinha não tinha muita fama e depois também não se apanhava sardinha como se apanha hoje. Até porque na altura os barcos a remos tinham de ir buscar a sardinha a um determinado mar e os homens chegavam a terra já estafados com a sardinha deteriorada. A cavala já era diferente, tal como a sarda e o chicharro. Depois apanhámos a guerra de 14 em que as fábricas de conserva viviam da sardinha e foi aí que se começou a fazer a preparação da sardinha. A partir daí começou-se a ter uma consideração diferente com a sardinha. Mas em Peniche não se come conservas. Engraçado, ainda ontem aconteceu, há anos que não fazia isso, mas ontem apeteceu-me.

Eu, **Redeira**, 67 anos, nunca trabalhei na indústria conserveira. Sempre fiz redes, desde a quarta classe, desde os dez anos. Porque na altura o que havia era fábrica e redes, era a alternativa para quem não estudava. A minha mãe é da Nazaré. Aqui era a *ribeira antiga*, ali em baixo ao pé do salva-vidas, onde se fazia a descarga do peixe. Foi há dezassete anos que mudaram a lota para o outro lado, foi quando comprei aqui a minha casa. Era tão bonita a ribeira antiga, a tradição. E vinha aquela gente de Ferrel, com os burros comprar peixe, levavam o peixe para Ferrel e iam-no vender. Era mesmo bonito. E depois acabou. Antes quando havia muito peixe havia cá muita gente no mar, era uma frota muito grande. Porque antigamente apanhava-se muita lagosta. Eram as armações que trabalhavam, armações fixas. “lagosta sem medida”, comíamos tanta lagosta. Depois começaram a vir os covos, covos em madeira. Depois começou a vir as artes de cerco maiores. A rede de cerco tem 16 talhões, com 20 varas, não é braças, que uma vara mede um 1,70 m. Terá aí umas 400 braças de comprimento. São muito grandes, há um ou outro que mete mais um bocado. E muitas braças de altura, aí umas 16 tiras de altura. Cada tira tem 400 malhas de lado. À medida que os barcos foram sendo maiores foram alterando as redes. Barcos maiores, redes maiores. Redes com mais altura, porquê? O peixe anda mais fundo. Mais folga porquê? Os aladores destroem tudo. Desde que eu comecei a trabalhar as mudanças foram sempre a modificar, a alterar, a ultrapassar. Ainda hoje que os aladores já chegaram há tantos anos, ainda hoje se fazem alterações. A rede é um investimento muito grande, está bem está! Quando se parte é um custo muito grande e quando se perde uma rede no fundo. Mas agora têm os aparelhos de fundo, quando largam as redes que fazem um cerco muito grande, à medida que vão largando a rede a aparelhagem vai acusando o peixe, vai avisando: supondo que há um cabeça de pedra a aparelhagem marca logo o fundo. Só que aparece o problema das bóias. O grande problema é as bóias dos covos e as redes fundeadas da pesca artesanal, que são mais “malandros” diga-se de passagem, não assinalam as bóias. Perde-se a rede assim. Agora hoje no mar, a melhor vida é nas redes do cerco. Porque o cerco hoje tem aladores, tem as trotinetes para a descarga. Só que é pior no “trabalho” e as pessoas fogem porque não há peixe. Os pescadores que andam no cerco é tudo malta de Peniche. Os filhos dos mestres antigos, todos eles são os filhos que andam a governar as traineiras. O Luís está a governar o barco [*Afroditê*] que era do pai, o pai era um grande mestre de sorte. O Batalha, do *Tudo por Deus*, o mestre era o pai agora é o filho. O *Mestre Comboio*, era o pai, faleceu, agora é o filho. A *Santa Elisa* era o pai... é o filho. E todos têm sorte! E são jovens! E todos pescam! O barco do *Rio Minho*, é o barco que ficou em primeiro lugar [nas capturas do porto de Peniche]. Este ano e no ano passado. Era o pai, é o filho Zé Maria. A *Princesa das Ondas* são dois irmãos, que o pai era mestre e os dois filhos, o Hélder e o Zé, são jovens cada um tem um barco e também pescam lindamente. E todos pescam bem e é que não anda aí “nenhum ao mar”. Passou tudo de pais para os filhos. Há menos peixe mas estes pescadores mesmo assim apanham. Antigamente era assim: um algarvio que viesse do Algarve para Peniche, ninguém conhecia. Mas se ele trouxesse uma agulha [de redes] para ir pedir trabalho ao mestre de redes [identificavam-no], Punham o boné e depois a agulha na cabeça, “olhe tem lugar para mim? Com a agulha?”, porque os patrões antigamente preferiam esses, porque eram os que haviam e não lhes pagavam a quem lhes arranjassem redes. E esses camaradas do mar, eram [pescadores] do mar e tinham de andar [a trabalhar] nas redes. O camarada andava ao mar se apanhasse peixe ganhava e se não apanhasse não ganhava nada. E quando o barco abicava, hoje chama-se encalhar, mudou tudo, trabalhavam os três meses do defeso de borla. Eu sou desse tempo, que eu trabalhei invernos inteiros sem ganhar um tostão. Trabalhava a quinhão como os homens. A vida do mar tem muito que se lhe diga, muito. Mas vemos nascer, como eu vi, a primeira cooperativa após o 25 de Abril e serem feitas 13 traineiras equipadas com tudo e depois vê-las morrer é muito triste. Dói muito a quem tem amor ao posto de trabalho. É muito doloroso, custa muito. Peniche hoje está um Peniche morto. Fez falta aos pescadores e fez falta aos não pescadores que iam à Ribeira agarraram-se a uma ideia que as cooperativas tinham por obrigação de lhes dar peixe. A uma traineira privada não iam pedir porque sabiam que na cooperativa ninguém dava negativa. Uns traziam para comer e os pescadores vendiam por fora para o vinho, tabaco, comida, para os gastos deles. Todo o mundo comia. Os emigrantes vinham à Ribeira com os sacos buscar sardinha tudo à conta das cooperativas. Cabazes de peixes. Havia barcos que faziam venda na lota de 100 [cabazes] e no fim da descarga feita dava 70. Aí é que se ia o ‘caldo em provas’. Havia também camaradas que abusavam. Eles punham o peixe nas paletes e onde punham o peixe nos armazéns era a dar, a dar, a dar. Por isso agora Peniche morreu. Hoje, as traineiras não dão peixe a ninguém porque as coisas estão assim. Isto é assim, por um lado, mas não quer dizer que uma companha não tenha este ou aquele amigo.

Esta cooperativa quando foi formada, em 1966, era a Cooperativa da Casa dos Pescadores de Peniche. Antigamente havia o defeso, as traineiras paravam três meses, mais precisamente entre o dia 1 de Janeiro e o dia 31 de Março, que era na altura da desova da sardinha. E como havia muita fome em Peniche, porque não havia peixe e o dinheiro também não abundava naquela altura, com os fundos que os pescadores tinham, criou-se esta cooperativa de consumo da Casa dos Pescadores de Peniche, para fazer face às dificuldades com preços mais baratos e para que os pescadores tivessem com mais facilidade acesso aos alimentos. Vai fazer 21 anos que trabalho aqui na cooperativa. Eu fui para o mar com 26 anos, mais precisamente em 1976 e saí em 1988 para vir trabalhar para aqui. Eu quando fui para o mar foi para trabalhar nas redes de emalhar, numa embarcação mais pequena que uma traineira, com cerca de 12 metros. Com outro tipo de redes, estas assentavam no fundo, mas a partir de Outubro de 1976 ingressei nas traineiras, mais precisamente na pesca do cerco. Depois em 1978 quando se implementou o movimento cooperativo, nessa altura o estado apoiava muito as cooperativas de pesca, ingressei numa traineira, andei 10 anos numa cooperativa de pesca e depois ingressei na cooperativa de pescadores. Os hábitos de consumo da população mudaram mas mais os dos pescadores. Há uns anos atrás havia muito chicharro em Peniche, de Abril até Agosto, e nessa altura era a maior fonte de alimentação dos pescadores. Hoje o porto de pesca está numa zona que é interdita a entrada a determinadas pessoas e antes o porto de pesca estava onde funciona a marina actualmente. Aquilo era livre, qualquer pessoa podia ir ao porto de pesca e arranjar com facilidade peixe. E nessa altura, e ainda hoje, sempre houve solidariedade entre os pescadores, portanto, os pescadores que apanhavam peixe contavam sempre com aqueles pescadores que não apanhavam, com os velhos, com os reformados e com as pessoas que iam à ribeira. Porque a “ribeira” era livre, não havia fiscalização, não havia controlo e toda a gente comia peixe. A Sardinha normalmente a partir de Junho começa a engordar, quando é comestível, normalmente de Junho a Outubro. Portanto a fonte de alimentação dos pescadores e da população em geral era o chicharro e a sardinha. O meu pai era Ribatejano, de Ponteda, concelho do Cartaxo e a minha mãe era da Murtosa, concelho de Aveiro, e encontraram-se em Peniche. Naquela altura Peniche era uma terra de imigração. Nos anos sessenta e setenta havia uma grande imigração de algarvios e nazarenos. Nazaré não tinha porto de abrigo e o porto que eles tinham mais próximo era Peniche. Para poder governar a vida houve milhares de famílias que se deslocaram para Peniche. Depois criaram raízes em Peniche. O meu pai por exemplo veio para cá trabalhar, para fugir do campo, nos anos 40. Tal como a minha mãe, o primeiro marido dela tinha umas embarcações que ainda há em Vila Franca de Xira e no Verão normalmente vinham pescar para Peniche. Eram os Avieiros, depois a minha mãe enviuvou, ficou cá com o negócio na mesma e casou com o meu pai, que era pescador, fugiu do campo para vir para a pesca. O meu pai trabalhou sempre em traineiras. Eu sou casado, a minha esposa é dos A-dos-Cunhados, concelho de Torres Vedras. **Cooperativista**, nasci a 14-02-1950. Eu tenho dois filhos. Aqui em Peniche na pesca havia uma tradição que o filho de pescador tinha de ser pescador. Portanto normalmente as filhas e familiares trabalhavam nas fábricas de conservas. Naquele tempo, nos anos 50, havia cerca de 7 fábricas de conservas em Peniche, porque a pesca expandia e dava para todos e havia bastantes traineiras. Antigamente só havia a conserva de sardinha e atum. Hoje encontra-se um número grande de variedades de conservas. Quer dizer há trinta anos seria impensável encontrar tanta variedade de conserva. Eu fui para o mar, não por tradição, primeiro segui a carreira da hotelaria, mas fui para o mar por necessidade. E naquela altura a pesca em Peniche expandiu. O peixe inflacionou, o peixe começou a ter valor, e foi um período de 1976 a 1990 que os pescadores ganharam bastante dinheiro. Foi assim porque o peixe valorizou muito e aqui em Peniche os pescadores eram a classe que tinha melhor nível de vida naqueles anos. E foi nessa altura também que eu tive sorte, ganhei bom dinheiro, os melhores anos que ganhei dinheiro foi nesses 10 anos de pescas. Eu pensei em emigrar em 1972, na altura em que havia a emigração legal para a Alemanha, mas não emigrei. Daqui de Peniche foram muitos pescadores para Alemanha e para a França. Eu comecei a trabalhar em 1962, e naquela altura iam muitos a “salto”, aventuravam-se, pagavam a engajadores, atravessavam a fronteira. Depois a partir dos anos 70 havia a emigração legal para a Alemanha e em Peniche emigrou muita “malta”, mormente pescadores. E hoje também emigram, de uma maneira diferente, mas a maior parte dos pescadores, do norte do país, hoje estão a trabalhar em França, na Inglaterra e na Espanha. Em Peniche os pescadores viram-se mais para Angola. Há uns tantos pescadores a trabalhar em Angola noutra tipo de empresas, estão seis meses lá, depois vêm cá passar uns dias. A vocação dos pescadores daqui é mais ir para África, para Angola.

Velho pescador, nasci a 10 Setembro de 1928. O meu lado paterno era de Peniche e o meu lado materno era da Costa de Lagos, concelho da Figueira da Foz. A primeira vez que me levaram ao mar foi o meu avô materno na praia Leirosa, na Figueira da Foz. O meu avô levou-me ao mar na arte “Xácara”, que é uma arte que é estendida pelo mar com ligação à terra. Apanhava tudo, carapaus, sardinhas, robalos, linguados. Fui ao mar pelo prazer do meu avô em querer me levar ao mar. Foi um homem muito badalado naquela vida do mar. Os meus pais conheceram-se cá em Peniche. A minha mãe veio para cá trabalhar quando era solteira para o peixe e então conheceram-se. Ela trabalhava no peixe para consumo e para as conservas. Naquele tempo havia muito pouco gelo e então usava-se o sal. Os peixes, em especial o chicharro, eram tratados, eram limpos, tiravam-lhes a tripa e depois eram salgados em pilhas, como se faz ao bacalhau. E a sardinha também era salgada mas em caixas de madeira. E depois as pessoas, no Inverno, comiam o peixe salgado. A salga dos peixes fazia-se nos armazéns, usavam-se pios em cimento, compartimentos em cimento. O peixe ia lá para dentro, depois o sal derretia e o peixe ficava na “moura” durante anos se fosse preciso, e estava sempre em boas condições para se comer. Até que isto era mais no Inverno, época em que a crise era maior. Os barcos chegavam a estar parados mais de um mês sem poderem ir à pesca. Até que naquele tempo as invernias eram mais rigorosas do que são hoje, porque não se podia ir ao mar, não se podia ir à pesca. A Guerra rebentou em 1939 e foi um período ainda mau para os pescadores e em especial para a gente porque éramos desprotegidos de mãe. Nos períodos de guerra tem mais saída as conservas porque os soldados não têm tempo para estarem a fazer o comer. “Em tempo de guerra não se limpa armas” já é um provérbio antigo. A indústria conserveira aqui em Peniche, no Algarve, em Matosinhos, na Figueira da Foz tinha muita dinâmica. Havia muita fábrica a conservar. E é claro que nesse período de guerra as conservas tinham muita saída. E o peixe nesse tempo já valia dinheiro. Tanto a sardinha como o chicharro, todo o peixe já valia mais dinheiro porque tinha muita saída, tinha muito consumo. Meu pai migrou para ir trabalhar nas redes das traineiras em Cascais. As traineiras tinham sempre um mestre em terra para tomarem conta das redes. A traineira chamava-se “Amélita” e eu também lá andei uns tempinhos, puxava as redes para cima e estendia as redes. Depois dessa minha actividade fui outra vez para a pesca artesanal, para a pesca com anzóis, que usa embarcações mais pequenas, a vela e a remos. Também já tinha andado cá em Peniche nessa pesca e na pesca da lagosta, que se pescava com covos de madeira, mas também havia quem usasse covos de rede. Em Peniche havia muita fartura de lagosta, muita mesmo, com abundância. Com os anzóis pescava pargos, robalos, sardas, cavalas, safo, raias, pescava-se tudo, praticamente tudo. Eu quando comecei a trabalhar pescava em diversas embarcações, a gente não estava toda a vida numa embarcação. Pesquei em embarcações de velas e remos, pesquei em traineiras. Eu trabalhava em cada traineira o tempo que fosse preciso. Depois mudava porque às vezes o mestre não dava rendimento à empresa e o patrão mandava-o embora e arranjava outro. Tal e qual como um treinador de futebol, não faz bons resultados, o armador procura outro mestre. Alguns pescadores acompanhavam o mestre, outros não, o mestre saía e ficava lá pessoal. Mas o novo mestre que entrava já trazia pessoal com ele e então tinha-se que arranjar outro barco. Nós pescávamos, sem me alargar muito, desde Matosinhos até Ayamonte. Os barcos de Peniche mais potentes, os maiores, já iam ao Norte de Espanha. Esses barcos já eram todos motorizados, já tinham aladores e tudo. Alguns, não todos, já tinham também sonda para pesquisar os cardumes de peixe. Cá em cima não era preciso. Eram os olhos que viam os cardumes. Antes de aparecerem esses aparelhos, era só com o olhar das pessoas é que se detectavam cardumes e sinais de peixe, para se poder largar a rede. E quando eu tinha algum dinheiro amealhado comprei um barco para mim, para não andar a trabalhar para os outros. Comprei esse barco em sociedade com outro [pescador] para a pesca do anzol, chamava-se “Dia Santo”. Era um barco já velho, com uns anos bons mas muito bem conservado. A sociedade era com um rapaz também daqui de Peniche e andávamos a pescar ao aparelho, aos robalos, aos pargos, aos badejos. Nós fizemos umas boas pescas e ganhámos algum dinheiro. Depois passado dois anos terminámos a sociedade, o meu sócio não se entendia com a mulher pois ela foi sempre contra essa sociedade. Não sei porque tralhas ou por malhas. Aquilo acabou e eu fiquei com o barco só para mim. O barco tinha 7,5 metros e com ele ia pescar para as Berlengas, para os Farilhões, para São Martinho do Porto, até onde fosse preciso pescar. Dediquei-me sempre à pesca do robalo. Mas também pescava uns badejos, pescava pargos, pescava essas coisas todas. Ainda havia abundância de peixe nesse tempo. Fiz casa também e depois como me fazia muita falta, eu e a minha mulher pensámos em comprar um carro. De maneira que depois a minha vida começou a melhorar. Como dono absoluto.

Penicheiro, nasci em 02-02-1940, em Buarcos, Figueira da Foz. Vivo em Peniche desde 1956. Fui sempre pescador. Eu era de família de pescadores. O meu pai andou muitos anos ao bacalhau, os meus irmãos eram pescadores. A minha família são todas pessoas de habilidade na arte do mar. Nunca ninguém me ensinou a fazer nada. Todos os meus irmãos foram pescadores, desde o mais velho até ao mais novo. O meu pai fez trinta e nove viagens ao bacalhau, eram viagens de seis meses e era à linha. Em dórís pequenos. Um homem sozinho ali assim. No princípio quem veio para Peniche foi o meu pai e a minha mãe com o meu irmão mais pequeno. Eu andava lá ao mar numa traineira em Buarcos. Peniche antigamente era uma terra muito rica em peixe, em marisco. Em 1950/60 ganhou uma fama muito grande de Norte a Sul. Veio muita gente, mas algarvios foram os que vieram mais. Muita gente do Algarve. Vinham eles e as mulheres ficavam no Algarve e eles vinham para cá trabalhar. Tinham uma “vida de cão”, vinham primeiro eles, pois tinham medo e depois conseguiam arranjar uma casinha. Depois viviam famílias juntas umas com as outras. Vinham para a pesca do cerco, muitos homens algarvios vieram para arranjar redes. Porque havia muita lagosta, chaputas, pescada, safios, abróteas, gorazes, peixe espada, toda a qualidade de peixe, do bom e do melhor. A nossa terra, a nossa costa era muito rica em peixe. No final dos anos 60 e nos anos 70 começaram a vir nazarenos para Peniche. Os Nazarenos que havia para aí, a malta da Nazaré invadiu Peniche. Foi mais ou menos na altura que vieram os “Nórtiços”. Peniche nós chamávamos-lhe “o Canadá”. Porque juntava aqui toda a malta, era uma terra de imigrantes. De Viana do Castelo, Caminha, Algarve. Os primeiros que vieram cá para a pesca foram os “Espanhóis”, foi uma família da Candelária, que eram mesmo espanhóis. Vieram antes das traineiras chegarem. Vieram apanhar Pescada, com barcos antigos de armação. Quando vim para Peniche tinha 15 anos e já tinha um barco para trabalhar. O primeiro barco era o *Porvir*. Depois o barco encalhou, foi para abate e a companha foi trabalhar para o *Primorosa*. Nessa traineira, eram algarvios, eram da Atalaia, de Ribamar, de Buarcos e penicheiros. Andei nesse barco muitos anos. Andei no *Filipa de Lencastre*, em 1958. Andei dois anos nesse barco. Depois adoeci, tive uma doença pulmona, fiz uma operação. Fiquei assim pelo trabalho que fazia. Era camarada. Alávamos as redes, fazíamos as descargas, vigias com o barco, levávamos o barco para o pesqueiro no meio do mar. Depois quando saí do *Filipa de Lencastre*, fui outra vez para a *Primorosa*, mas num barco já maior. Andei nesse barco também mais ou menos quatro anos. Depois saí e fui para um barco novo que era o *Boa Pesca*. Era tudo barcos da mesma empresa *Manuel Mamedes Irmãos Limitada*. Mas a empresa já não existe, “desistiram”. Eles tinham seis traineiras, depois foram diminuindo, só ficaram com três barcos. A *Primorosa*, a *Boa Pesca* e a *Nova Aventurosa*. Foi nessa altura que conheci a “minha senhora”, que trabalhava nas redes para essa empresa. As companhas tinham entre 22 a 24 homens. Agora é menos, 12 ou 14. Antigamente nós alávamos as redes à mão, era tudo à mão. Foi o alador que começou a diminuir as companhas, para aí nos anos 70. Nos anos 60 aparecem as redes de nylon em Peniche, foi quando nos casámos. Entre as duas *Primorosas*, também andei no *Bonito*. Andei na *Boa Pesca*, depois passei para as cooperativas. Eu também era para ir para o bacalhau, mas depois comecei a namorar a minha mulher e ela perguntou-me porque é que eu ia para o bacalhau. Decidi não ir e fiquei aqui em Peniche a andar ao mar sempre como camarada e depois quando vieram as cooperativas é que fiquei como contra-mestre, até cheguei a governar alguns dias. A primeira traineira que estive como contra-mestre foi na *Rumo à Paz*, na falta do mestre era eu que ia para o leme. Depois fui contra-mestre no *Rainha e Liberdade*. Depois dessa traineira saí e andei na lancha *Emanuel*, sempre sozinho a largar e a alar cerca de setenta redes. Não mudávamos de profissão porque aquela era mesmo a nossa profissão. Não tínhamos outra. E depois ficámos, veio a idade, com a idade já não merecia. Mas houve muita malta que fugiu para o estrangeiro. Iam para a França, para Alemanha, para Bélgica. Eu também era para fugir mas depois adoeci e já não fui. Emigraram muitos pescadores. Eu até emprestei dinheiro a dois da família para irem para o estrangeiro. Eram de Buarcos e foram para França. Eles na França orientaram-se bem e vieram para Portugal. Lá nos anos 70, 80 qualquer serviço na construção civil eles atiravam-se. Ainda estiveram lá uns doze anos. Mas nessa altura ainda se ganhava bastante dinheiro na França e recebeu muitos estrangeiros. A seguir fui a África com artes de pescas. Estávamos a pescar a sul do Lobito e fiquei lá quatro meses e meio. Também havia colegas cá de Peniche a dar formação de pesca mas não era nessa zona. Era na Namíbia. Foi depois que regressei, a minha “senhora” estava no Forpescas como formadora e perguntaram-me se eu queria lá ficar. Para ela foi um alegria e já não voltei a África. Nesse tempo havia também imensos alunos e tornaram-se em bons pescadores. Foram bons alunos e chegaram a mestres. Agora a maioria tira a cédula marítima mas não vai ao mar.

Conserveira, nasci em 1966, em Ribafria, na Freguesia da Autoguia da Baleia, Peniche. Nasci em casa, não havia maternidade naquele tempo. O meu primeiro trabalho foi a agricultura, durante 11 anos. Eu tirei só o 1.º ciclo e comecei a trabalhar aos 12 anos, fazia plantação, colheitas, sementeiras, fazia de tudo. Na altura ainda não era uma firma, era clandestino, há trinta anos atrás. Ganhava ao dia, não ganhava à hora, e os dias que trabalhasse era os dias que recebia. Depois optei pela indústria conserveira pelas condições de vida serem melhores. Ter direito à “caixa”, porque na altura não fazia descontos, férias, subsídio de férias, subsídio de natal. Condições de vida. Foi por opção mas por melhorias de condições de vida. Foi em 1989. Na altura estavam a colocar pessoas. Não foi necessário ir a uma entrevista, foi só lá ir pedir trabalho e deram-me logo. Na altura a empresa empregava mais ou menos 200 pessoas e agora emprega volta de 800 pessoas. É no mesmo sítio mas há mais linhas de produção e há mais trabalho. No mesmo espaço foram criados investimentos que levam mais pessoas a trabalhar e com mais rentabilidade. Foi um acréscimo de investimento nas máquinas mas também na produtividade. Quando eu cheguei só se produzia sardinha e pouco tempo depois começámos a produzir atum. Começámos a entrar na linha da cavala, já devemos estar há uns dez anos a fabricar cavala. Passámos do nome de “Marie Elisabeth” para “Heinz-IDAL” e foi quando se notou logo o acréscimo do número de trabalhadores. Na produção, começámos com outros produtos, por exemplo o atum entra em 1990 mas a seguir trabalhámos com várias espécies de atum, com atum cozido, com atum cru, em linhas diferentes onde empregavam bastante mão-de-obra. Agora terminámos com o atum. Nós temos mais empresas do grupo noutros países em que se passou para lá a produção, que se fazia aqui agora faz-se no Gana, numa empresa bastante grande, muito maior que a nossa. Faz parte do mesmo grupo como a que temos também em França, fazem todas o mesmo produto que nós e depois é distribuído o que cada uma faz. Na ESIP produzem com alguma sardinha de Peniche mas Peniche não tem captura suficiente. A sardinha vem de Matosinhos e da Figueira da Foz. Vem também de Olhão. Muita da sardinha é nacional mas também vem muita de fora. Quando o mar está mais mau ou o peixe vai mais caro vem muita sardinha de Espanha. Nós na ESIP produzimos em média 70 a 80 toneladas de sardinha por dia. Não é muito fácil nós termos todos os dias essa captura. A cavala também é importada de Espanha, não tenho conhecimento de cavala de cá. Tal como o atum, que também era de Vigo, na Espanha. Nós deixámos de ter atum há 7 anos e empregava muita “mão-de-obra”. A nível de trabalhadores deve ser 90 % o número de trabalhadores do sexo feminino. Tem havido acréscimo de mão-de-obra masculina talvez por escassez da mão-de-obra feminina. Porque nós continuamos a fazer basicamente o mesmo serviço. Muita da mão-de-obra, quase tudo, ou filhos, ou filhas, ou esposas, é tudo familiar de pescadores. Os maridos trabalham no mar, nós mulheres trabalhamos na terra. No meu caso não é assim, o meu marido é funcionário público, trabalha desde 1988 nos serviços municipalizados em Peniche. A ESIP tem aumentado as contratações de trabalhadores. Mas os contratos são cada vez mais precários, são contratos temporários. Alguns trabalhadores já estão lá há quinze anos com este tipo de contrato. E depois a maioria desses trabalhadores são dispensados pelo tempo em que os trabalhadores da ESIP vão de férias. A empresa fecha em Agosto e em Dezembro e aí esses trabalhadores do aluguer de mão-de-obra são dispensados e em vez de irem de férias vão para o centro de emprego e recebem o subsídio de desemprego e quando os trabalhadores da ESIP regressam de férias eles voltam também ao trabalho. Em 2007, face à pressão do sindicato e dos trabalhadores, contestando a ilegalidade da percentagem do aluguer de mão-de-obra, levou que a ESIP colocasse de uma vez só 50 trabalhadores nos quadros. A empresa de trabalho temporário, como não arranjou pessoas no concelho, trouxe das Caldas da Rainha. Essa empresa tem muitos estrangeiros, romenos, russos, moldavos, brasileiros, homens e mulheres. Eles já estão aqui há tanto tempo que nós esquecemos que eles são estrangeiros. Para nós já são portugueses, são os colegas de trabalho de todos os dias. Nestes últimos meses o número que entrou mais na fábrica foi brasileiros, mas há 5 anos atrás foi uma altura em que vieram mais do “leste”. Naquela altura não havia mão-de-obra cá. Os estrangeiros fazem um trabalho igual ao nosso. A única coisa diferente é que há mais disponibilidade dos estrangeiros de fazerem horas extras e mostram essa disponibilidade. Muitas vezes eles estão cá sozinhos e têm mais disponibilidade do que os trabalhadores portugueses, que têm uma vida familiar e têm de dar apoio. Os estrangeiros têm possibilidade de fazer mais horas, como nós se fôssemos para o estrangeiro, sem família, também fariamos. Por enquanto ainda não pensei em emigrar porque, é assim, trabalhar eu em qualquer lado trabalho e vivo um dia para o outro. Não tenho ambição de “mundo e fundos”, preciso é de saúde e paz. Vivo numa aldeia, em Ribafria, tenho um filho de quatro anos. **conserveira**

Eu, **Pescador polivalente**, tenho várias profissões: administrativo em reduzida escala, sindicalista em média escala. Sou pescador nas madrugadas e nas manhãs, autarca, mais nas tardes e nos fins de semana, e depois outras coisas. O meu pai era pescador e eu fiquei marcado por isso. Eu gosto mesmo do mar, eu sinto-me realizado com o mar. O meu pai era de Peniche e a minha mãe era nazarena, como muitas mães, dos penicheiros de hoje. Normalmente os nazarenos e nazarenas que vinham para Peniche era por causa da actividade da pesca. As mulheres trabalhavam na Ribeira ou na indústria conserveira e os pescadores eram essencialmente pescadores da pesca do anzol. Eu sou como muitas das pessoas que dizem “Faz-me falta o mar”. É o hábito, claro que há pessoas naturais de Peniche, que viveram sempre perto do mar, vão viver para outras zonas e adaptam-se. Nós é que tentamos sempre manter-nos por aqui. Foi quando comecei a namorar com a minha mulher que comecei a dedicar-me mais à pesca. O meu sogro era de Peniche mas era motorista de terra, não tinha nada a ver com o mar, era uma “gata enjoadada”. A minha mulher tinha era um avô emprestado, que era pescador e criou a minha sogra. Era algarvio, da Praia da Luz, veio para Peniche muito novo. A primeira vez que larguei covos na baía do Brandal que eu larguei ao final do dia, no lusco-fusco, emprestados do meu padrinho, trouxe navalheiras, moreias, até tinha medo de tirar aquilo de dentro dos covos. A partir dessa altura eu nunca mais deixei de fazer pesca. Não que tivesse ganho muito, porque o meu objectivo também nunca foi de ganhar muito dinheiro. Mas fui sempre um privilegiado porque consegui conjugar várias coisas que me satisfazem. Na minha opinião não foi o desenvolvimento do porto de Peniche que trouxe pessoas mas o desenvolvimento de condições de segurança na pesca no início do século passado, depois de ter sido construído o porto de pesca. E também com a evolução há 100 anos os barcos ainda não tinham motores. Foi na década de 20 e 30 que as primeiras barcas começaram a ter motores, até aí era ao remo ou à vela. É uma coisa diabólica só de pensar nisso. Com o desenvolvimento de condições de segurança começaram a vir pescadores e portanto com o desenvolvimento do porto de pesca, naturalmente, com o aparecimento de mais barcos. Há medida que os pescadores apareciam os próprios donos dos barcos colocavam mais barcos no mar, até porque ganhavam bastante, a repartição era-lhes muito favorável. E então começaram a aparecer por aqui, por esta razões mas se calhar também por outras. O Algarve naquela altura não era nada, não havia turismo, não havia nada. Havia muita fome. Deslocaram-se muitos pescadores do Algarve para aqui. A Nazaré não tinha porto de pesca, morriam muitos pescadores na praia e deslocaram-se muitos pescadores para Peniche. Do Norte, ao pé da Figueira da Foz, das comunidades que haviam vieram pescadores para aqui, ligados à pesca do cerco. E de Setúbal, de Sesimbra. Mas o maior número de pescadores que emigraram para aqui eram da Nazaré e do Algarve. Até porque no Algarve houve um acontecimento, a indústria conserveira lá era muito forte, havia o grupo do Fialho que estava lá instalado, que tinha uma série de fábricas. Instalou em Peniche uma fábrica. A própria fábrica tinha 7 ou 8 barcos de pesca que eram barcos todos pretos, com umas faixas brancas, o “Portimão 1”, o “Portimão 2”. Em relação às conserveiras, às vezes foram os maridos que vieram atrás delas. Porque elas vinham trabalhar para essa fábrica. Transformavam-se em pescadores de Peniche. Inclusive a fábrica, construiu um grande bairro, que era o Bairro do Fialho, logo à entrada de Peniche, onde está agora aquela urbanização grande. Construíram um bairro para as pessoas que trabalhavam na fábrica e para os maridos, para a família uma casinhas pequenas que não pagavam renda, era gratuito a permanência deles ali. Basicamente penso que foram estes os factores determinantes para a vinda destes pescadores e das suas famílias. Por outro lado com muitas dificuldades iam daqui a salto, em muito más condições, muitas vezes sem contactos lá. Por várias razões. Uma podem ter a ver por factores de ordem política mas eu penso que a maioria partia pela pobreza extrema que se vivia aqui. Para já os invernos eram muito duros. Eu lembro-me que antes se dizia que os invernos eram muito duros, as embarcações estavam praticamente dois meses sem sair para o mar. Depois havia o defeso obrigatório na pesca da sardinha de 3 meses. Isto era um ciclo vicioso, eles já ganhavam mal, chegavam aqueles 3 meses, alguns tinham poupanças, tinham de as gastar. Aqueles que não tinham poupanças tinham de se endividar. Depois naquele ano tinham de trabalhar para pagar aquilo que tinham ficado a dever no Inverno. Foram franjas e ainda hoje continua, não tanto, porque já não há mais pessoas para ir. Mas agora também não é tão favorável porque não há tantas oportunidades no estrangeiro. Houve um grupo de 40 pescadores que saíram daqui, com as mulheres e foram para a Inglaterra e para outros lugares. Mas agora o grupo substancial de pessoas daqui de Peniche, que emigraram para a Alemanha e principalmente para a França, Suíça pontualmente, Canadá de forma significativa e também para os Estados Unidos.

Dirigente, nasci em Peniche em 1956. Com 15 anos comecei a trabalhar como soldador na Lisnave. Trabalhei também na Ceong, pré-EDP como electricista. Depois viajei, dei aulas. Tornei-me efectivo nas Câmara dos Lobos no Funchal em 1975, em finais dos anos 70 vim para Peniche e entrei na Cercipeniche em 1987. A pesca continua a ser um espaço económico e cultural de referência. Não é um sector atractivo. É cada vez mais um sector, que eu quase que diria, tradicional, aquilo que se pode considerar uma opção de vida. Os jovens não aderem muito a isto. Mesmo os que fazem cursos de formação virados para o mar os que seguem vão para aquelas empresas que dão melhores condições, enfim empresas de longo curso, barcos maiores. Isto tem acontecido particularmente na Nazaré onde há esse indicador. Conservas, é evidente que tudo isto está ligado. Peniche já teve 5 ou 6 unidades conserveiras a trabalhar em pleno, em tempos idos tinha a fábrica do Fialho, a Algarve Exportador, a Ramirez, a Sardinal, etc. Hoje tem 3 unidades a trabalhar: tem a antiga fábrica do Fialho, que agora é a ESIP, tem a Serrano, que é a antiga Sardinal e tem a Ramirez, obviamente com um volume de produção que não tem nada a ver. Por acaso uma das coisas que está por estudar e analisar é o papel social que essas fábricas têm como espaço de emprego prioritariamente de mulheres, e que durante muitos anos em Peniche foram quase exclusivamente, tendo obviamente os serviços, o ensino e a saúde, mas do ponto de vista da indústria foram o grande espaço de escoamento do emprego feminino. Em Peniche e não só. Também ligado à pesca também a indústria dos congelados que já teve imensas empresas em Peniche hoje em dia está reduzida aquelas que vão sobrevivendo e que conseguem afirmar-se. É de facto real que se fale em crise no sector das pescas por estes indicadores todos da fileira das pescas, mais da fileira do que no sector das pescas. Isto pode ser invertido? Eu penso que sim, eu penso que nós atingimos uma dimensão que não pode descer mais do que já desceu, sobre o risco de depois se perder massa crítica que possa ser aproveitada para relançar este sector das pescas como espaço de empregabilidade. Eu penso que hoje em dia já há condições, os barcos já têm condições que não tinham, as condições de trabalho são melhores do que aquelas que eram, a formação que é exigida também acaba por ser uma garantia de qualidade do posto de trabalho. Os próprios horários, os próprios termos em que decorre a faina da pesca já são muito mais modernizados, já não têm aquele quadro de semi-escravatura que tinha em meados do século passado e portanto há um conjunto de condições que teoricamente tornaria este sector mais atractivo. Se calhar é preciso tomar medidas drásticas que ainda não foram tomadas. Na Dinamarca, passaram há alguns anos por um problema semelhante, o envelhecimento do sector da pesca, dos profissionais da pesca, uma desvalorização da própria profissão, e o que eles fizeram foi valorizar altamente a profissão de pescador exigindo formação, obviamente, mas também dando muito melhores condições de desempenho profissional e a verdade é que hoje têm um sector da pesca que está remodelado, rejuvenescido e competitivo. E atrás disto tudo aquilo que é indústria a montante e a jusante, que pode beneficiar com isto. Nós temos aqui outros problemas que não têm nada a ver com Peniche. Nós sabemos porque é que as fábricas de conservas se deslocalizam para o Norte de África e para outros países onde a mão-de-obra é extremamente barata e onde os custos de produção descem a patamares que chegam a um terço do que são conseguidos aqui. Portanto na lógica do lucro, as empresas deslocalizam-se. Também há outros efeitos nefastos. Peniche tem ainda hoje uma herança de maus cheiros, que é quase um “ex-libris”, que tem muito a ver com a fábrica de farinhas de peixe que está hoje instalada no porto de pesca. A fábrica do Boane que estava à entrada de Peniche e está agora no porto de pesca, mas continua a cheirar mal embora menos do que o que cheirava. E depois as próprias fábricas de peixe que continuam a fazer descargas poluentes para as redes fluviais, para as redes de esgotos, aliás provocando depois sérios problemas ao nível da ETAR do Cabo de Carvoeiro. Depois isto faz com que as próprias políticas locais de ambiente sejam sopesadas em relação àquilo que era a medida que devia ser tomada que era: “Meus amigos estão a laborar mal, deixem de laborar.” Existe a dimensão do emprego, que está do outro lado, as situações sociais, o empregos das mulheres. Noutra dimensão também está associado à pesca. Eu não sou especialista da pesca mas depois acabo por estar ligado a isto. Eu já estive em projectos com um grande envolvimento, embora eu seja muito crítico em relação a esses projectos, porque eles produzem culturas que não são incorporadas nos sistemas. Eu continuo a dizer que o que fazemos em projectos 75% da actividade não serve para nada, o que é impressionante. Não serve para nada na medida em que não há incorporação dos resultados nos sistemas.

Peniche é uma coisa muito complicada. Esta já é a segunda vez que venho a Portugal. A primeira vez vim de emergência por causa do meu pai que tinha ido para o Hospital de Santa Maria em Lisboa. E então vim cá no ano passado a Peniche. Eu, **emigrante**, nasci em 1955 e estive dezassete anos sem cá vir, estava ilegal nos EUA. Eu, a minha mulher e a minha família. Estou preocupado com a minha mãe. Os meus pais são de Peniche, é “barco da casa”. Eu estou preocupado, tantos anos que eu lhes pedi para irem para os EUA, não quer dizer que aquilo seja melhor que aqui mas estão lá, assim sou eu mais a minha irmã que vive na Florida. E nós temos condições para isso. Por isso é que eu hoje estou assim, entra tudo, mesmo que tu sejas muito forte toca-te. E eu sempre fui forte e afinal a gente não vale nada. Fico em Peniche mais três semanas, vou no dia 24 [Março de 2009]. Eu nos EUA andei à “lagosta”, em Bridgeport, Nova Iorque. Há lá muita lavagante, lá chamam-lhe lagosta mas é “blue lobster”. Lá não há lagostas só lavagantes. Nós aqui distinguimos a lagosta, “tem cornos”, do lavagante, “que tem pinças”, mas lá é tudo “lagosta”, é a “blue lobster”. Eu andava à “lagosta” no fim-de-semana porque o meu trabalho era na construção [civil]. Saí dos telefones em Portugal para ir para a construção nos EUA. Andava à lagosta porque trabalhava também num restaurante e tudo o que aparecia eu fiz. Tudo o que aparecia eu fiz e teve de ser. Porque é que eu emigrei? Isso é uma questão simpática que não tem piada nenhuma. Em 1983 fui aos EUA visitar a minha irmã, com a minha mulher, deixei cá a minha filha mais velha. Eu fui lá espreitar. Eu andava chateado, vou-te já dizer a verdade, eu andava chateado porque naquela altura eu só tinha “doenças de Verão”. Eu nunca gostei de Lisboa. Eu gostava muito da minha terra e gostava muito do meu trabalho. Eu gostava muito dos “telefones”, mas eu gostava de viver com a minha mulher todos os dias. Acontece que o irmão do *Surfista* safou-se porque a “miúda” dele foi para Lisboa e orientou-se. Eu tinha que ir e vir. A minha mulher tinha um bom emprego em Peniche a trabalhar no hospital. Agora imagina tu seres o *Surfista* e dizes-me “Eh pá! Até!” Eu sentia-me sozinho, lembro-me de ir para o teatro, naqueles teatros de antigamente que eram “comunas” e de ficar perdido em Lisboa. “O que é que eu vou fazer? Vou para Alêgs?!” Nessa altura eu vivia em Alêgs. Nessa altura foi a altura mais forte para sentir: “Não quero mais isto!” E Lisboa não tem culpa, porque eu adoro Lisboa. Os barcos de Peniche iam lá descarregar [Docapesca]. Se eu soubesse eu estava lá, não tinha mais sítio nenhum para onde ir. Ia para ali para estar com a “malta”. Os meus colegas em Lisboa foram “cinco estrelas”. Até que eu ganhei amizades em Lisboa que nunca tive. As amizades daqui de Peniche já está, mas as amizades de Lisboa nunca mais os vi e agora o meu desejo é conseguir vê-los. Os barcos que estavam na Docapesca em Lisboa eram barcos da pesca longínqua. Pescavam em Marrocos e traziam grandes quantidades de peixe que aqui em Peniche era difícil de vender. Então a Docapesca de Pedrouços era a maior doca do país. Maioritariamente eram “saloios” os melhores pescadores, de Ribamar mas também “Penicheiros”. E foi assim, eu aborreci-me com isto, comecei a mandar papéis, depois queria ir para o mar. Ainda andei aqui ao mar, foi uma desgraça, a minha mãe não gostava, a minha mulher também não gostava. Quem me dá o mar dá-me tudo! Eu gosto do mar. Se eu estiver no Iraque sem água eu morro muito depressa. Isto é um exemplo muito fraco. Migrar não quero. Daqui só para a Austrália. Não é que tenha mal isso de emigrante, cada qual faz a sua vida, mas se eu soubesse o que sei hoje. A questão da língua custou-me muito dinheiro, porque eu estive muito tempo fora, em bares, tinha de aprender com americanos. A Rosa, a “Irish”, aprendia com ela. Tinha um amigo meu que às onze horas ia para casa e eu ficava lá até às quatro da manhã. “Give a drink this guy” “No, no, give this guy a drink”. Eu trocava aquilo tudo até que fui aprendendo. A primeira experiência que tenho é trabalhar com um compressor, imagina: eu nunca trabalhei, eu nunca fiz nada, aparecem-me à minha frente a perguntar-me se eu sabia trabalhar com aquilo. “Sei!” Disse logo que sim. “**TARÁTÁTÁ e TARÁCÁTÁS**” é a melhor coisa que me podem dar. Hoje já não trabalho com isso. Ganhei músculo, é diferente, o meu corpo não era assim. Trabalhei muito tempo com a máquina. Já tinha problemas de audição. Trabalhando na questão de saúde fiquei muito pior. “Você sabe trabalhar com isto?” Diz o “Carlos da União”, nunca mais me esqueço, um bom amigo, companheiro, “Sei homem, então não sei!” Chego à máquina e vejo um botão a dizer “On e Off”. Eu penso que aquilo só pode ser “On” não pode ser “Off” e carreguei no botão “ON” e ainda bem. Era dos compressores novos porque há uns antigos que tens de puxar uma válvula para arrancar. Eu trabalhava na rua, sempre trabalhei para a companhia do gás e da electricidade. E ainda trabalho e gosto. Isso foi em 1985. Agora é muito diferente. Com a “imigração” não tenho mais problemas, tenho o passaporte. Naturalizei-me no ano passado. Tens de dar uns anos a eles para poderes meter os papéis.

Imigrante, não tenho nacionalidade portuguesa. Nasci a 27 de Abril de 1962, numa terra qualquer da Roménia. Eu sou técnica de laboratório. O meu pai, que já faleceu, era condutor de comboios e a minha mãe nunca trabalhou. Eu estou junta com um companheiro romeno que tem 62 anos. Ele trabalha no Baleal e é um técnico instrutor da indústria alimentar, dava aulas numa escola secundária na Roménia. Tenho um filho com 19 anos que está cá comigo. O meu filho está a estudar, quer ir para uma universidade, quer tirar engenharia informática. Ele vai começar os estudos mas se os vai acabar cá ainda não sabemos. Eu não gostaria que o meu filho fosse pescador porque não é uma vida fácil. É um bocadinho mais complicado dizer-te porque é eu saí da Roménia. Mas eu posso dizer-te para tu perceberes a vida. Não foi nem dinheiro nem falta de trabalho. Eu divorciei-me e queria ficar longe daquilo tudo. Foi só por isso. Eu não escolhi Portugal viemos para cá porque o meu marido actual tinha uma filha neste país e acabámos por ficar. Escolhi Peniche porque já tínhamos família aqui e estou cá há sete anos. Já estive noutros países mas foi sempre em viagem. Vivo com o meu filho e com o meu companheiro num apartamento T2. A casa é boa, pago 375 €, não é mau para quem recebe. Eu acho a renda um bocado cara e também estou um bocadinho assustada porque o meu filho daqui para a frente vai para a Universidade e depois tenho de pagar uma renda cá e outra lá. Vou pagar propinas e nós também temos que viver em Peniche. Estou desempregada há cinco meses, recebo o subsídio de desemprego. Quando cheguei comecei logo a trabalhar. Estou a ajudar os estrangeiros nos papéis, passo muito tempo com o meu filho, leio, falo com os meus amigos na internet, mas não tenho tempo para fazer tudo o que eu quero. Trabalhei na fábrica de conservas IDAL duas vezes, a primeira trabalhei quatro meses e na segunda trabalhei três meses. Porque eles no Verão mandam sempre as pessoas embora. A fábrica fecha e eles mandam o pessoal embora. O sítio onde trabalhei mais tempo foi numa fábrica de peixe mas não de conservas. Trabalhei três anos na fábrica de congelados Ramos & Costa. Lá fazia tudo, trabalhava no embalamento, trabalhava na congelação, em várias secções. Tentei muitas vezes comer sardinha porque o meu marido gosta muito mas eu sardinha não consigo nem o cheiro. Eu gosto de pescada, gosto de salmão, gosto de bacalhau, gosto de tamboril. Eu gosto mais de peixe gordo, carapau até posso comer mas sardinha não. Eu já vi sardinha de Espanha e sardinha de Peniche e a sardinha de Espanha é sempre muito mais gorda. Pelo menos a que traziam para a Fábrica da Ramos & Costa a sardinha de Espanha era sempre muito mais gorda. A diferença que eu não gosto mesmo aqui de Portugal e que nunca me vou adaptar é a mentalidade das pessoas para não lutar pelos filhos andarem na escola. Na Roménia seja pobre seja rico todas as pessoas querem que os seus filhos estudem. Os colegas do meu filho ficaram todos para trás no sexto ano. E na fábrica tantas jovens que só têm o quinto ano. Isso faz-me muita confusão mas eu não sei se em todo o Portugal é assim. Na Roménia toda a gente está a lutar com os “dentes” para os filhos estudarem. Também não sei porque a pesca é tradição em Peniche. Eu quando comecei a trabalhar na Ramos & Costa a fábrica evoluiu muito. E evoluiu porque chegaram a ser 60% dos trabalhadores estrangeiros, que estavam dispostos a fazer horas extraordinárias, tudo. Mas a fábrica tornou-se uma prisão, com uma disciplina hierárquica absurda. Quando eu saí de lá, em 2005, a maioria dos trabalhadores eram estrangeiros. Eram de todo o lado, da Roménia eram poucos, era só eu, o meu marido e a sua filha. Havia muitos ucranianos, georgianos, russos, mas a maioria são ucranianos e georgianos. Quase todos saíram, agora no total devem trabalhar lá uma vinte pessoas estrangeiras. Sei que os estrangeiros estavam dispostos para trabalhar horas extraordinárias. Os portugueses trabalhavam dois meses ou três meses e mandavam-nos embora. Os estrangeiros a maioria deles não fazem isso. Também na Roménia havia sempre contratos efectivos, só algumas empresas de frutas e legumes que davam trabalho para três meses, naquela época de Outono. Mas nós não estávamos habituados a andar assim de um lado para o outro. Eu por exemplo, trabalhei sempre só para uma fábrica. Nessa fábrica fazia-se massa, macarrões, bolachas e pão. Era uma grande empresa com 2.000 empregados e eu trabalhei 17 anos naquela fábrica. E o meu marido trabalhou 3 anos numa empresa de legumes e frutas e depois trabalhou 30 anos na escola secundária. Nós não éramos habituados a andar de um lado para o outro. Eu acho que a maioria das pessoas em Peniche vive da indústria do peixe e também vive muito da restauração. A IDAL por exemplo mas eu não sei quem é que está a apanhar esse peixe. Será peixe só daqui? Quem está a apanhar a maioria deste peixe? Eu não conheço muitos pescadores, nas fábricas é operários fabris e não conheci muitas mulheres de pescadores. Mas também é assim, na IDAL na época em que se faz muitas conservas eles têm à volta de 800 trabalhadores. Eu sou uma grande faladora mas nunca fui de muitas perguntas. Vou todos os dias ver o mar mas só fui uma vez ao porto de pesca.

Técnica social, nasci em 1981, em Peniche. Sou técnica de política social. O meu percurso profissional [relevante] é precisamente o projecto “ISTMO – A Fileira das Pescas como Espaço de Novas Oportunidades” (Relatório da População Imigrante em Peniche: 2006). Entrei como técnica de projecto, aqui na Cercipeniche. Depois desse projecto passei para um projecto de intervenção comunitária, num programa dos Escolhas, com crianças e jovens, mas eu estive sempre ligada à parte dos imigrantes, colaborando com as outras actividades. Os Escolhas também era um projecto em parceria com a ADEPE. Depois disso fui convidada a mudar de funções e neste momento sou adjunta da direcção. Aquilo que faço basicamente são candidaturas a projectos, tenho alguns projectos sobre a minha responsabilidade e trabalho também muito directamente com a direcção. Neste momento estou a fazer o mestrado em Economia Social e Solidária, tenho pós-graduação, falta-me a tese. A UNIVA é um serviço de apoio à procura de emprego, recebe candidatos e procura encaminhar as pessoas para a oferta de emprego. Nós temos aqui em Peniche uma UNIVA, que neste momento é onde funciona o Núcleo de Informação e Apoio ao Imigrante. O Núcleo foi criado em 2005, no âmbito do projecto “Maré Alta”, que era financiado pelo programa Escolhas. Na parte referente aos imigrantes, aquilo que nós fizemos, o nosso primeiro trabalho foi fazer um estudo sobre a população imigrante cá em Peniche. Uma coisa muito embrionária, basicamente questionários de ruas com as pessoas que encontrávamos, junto às fábricas que sabíamos que trabalhavam lá, junto às cabines telefónicas porque também sabíamos que eles iam telefonar às famílias a partir de uma certa hora, outras pessoas contactámos com instituições que tinham o contacto. Basicamente foi um questionário que foi aplicado aos imigrantes. Depois disso fizemos cursos de língua portuguesa, foi aí que constatámos que havia uma grande necessidade. Fizemos três grupos, um de manhã, outro à tarde e o outro à noite. Eram quase todos de leste, os que estavam a frequentar o curso, mas não dividimos por grupos culturais. Depois disso é que surgiu uma oportunidade no âmbito do programa Escolhas, porque este programa tinha uma grande vertente ligada à imigração, abrimos o Núcleo de Informação e Apoio ao Imigrante. Entretanto nos dois primeiros anos fizemos sessões de intercâmbio cultural, fizemos a primeira sardinhada de imigrantes, fizemos uma exposição, fizemos uma sessão sobre a nacionalidade portuguesa, sessões de esclarecimento. Tentámos envolver as pessoas, fazíamos reuniões à noite, para que fossem as próprias pessoas a organizarem, a organizarem-se, as actividades. Tentámos também criar uma associação de imigrantes, que depois não resultou. Depois disso o projecto acabou, veio um novo Escolhas, com um novo projecto “Maré-Alta” mas já sem uma vertente tão intensa na parte da imigração. Até porque nós fomos tendo a percepção que o fenómeno da imigração que estava a diminuir. Relativamente ao estudo Relatório da População Imigrante em Peniche, observei que grande parte da população imigrante, principalmente do Leste, tinha arranjado trabalho na conservação de pescado. A fábrica mais significativa era a antiga IDAL [ESIP]. Que é a maior fábrica, acaba por ser o maior empregador de cá de Peniche. Depois os brasileiros na hotelaria é cafés, restaurantes, acabam por estarem mais distribuídos por todo o tipo de serviços. Não há assim nenhum a destacar, até porque os cafés e restaurantes [em Peniche] são pequenos. Relativamente aos imigrantes dos Palop's são poucos. São pessoas que já cá estão há alguns anos. Alguns que trabalham na pesca longínqua e continua a haver, que vão para as embarcações e estão dois ou três meses fora e que acabam por estar cá pouco tempo em Peniche. Têm é as mulheres cá. Quer dizer a percepção que nós temos dos imigrantes foi dos que nós encontrámos. A amostra é bocadinho aleatória, foram 120 imigrantes e foi o que encontrámos. Começámos a ter a noção do processo de retorno já com o próprio núcleo instalado, houve um decréscimo na procura. Quando as pessoas vem aqui nós preenchemos uma ficha com uma série de dados e um dos campos é “há quanto tempo é que está em Portugal?” e temos a percepção que as pessoas que nos procuram já cá estão há algum tempo. Os recentes são poucos, se calhar mais os da área do Brasil é que serão mais recentes, mas novos imigrantes temos também a noção que não são muitos. Depois através dos contactos que temos mantido vamo-nos apercebendo que “Olhe mas como é que está o x? Já foi para a Ucrânia.” Aliás temos ali registados cerca de 200 imigrantes e se você for agora ver quem se foi embora, veria que tinham sido bastantes. A maioria desses imigrantes estavam a trabalhar na construção civil, na agricultura das freguesias rurais, nas fábricas de congelação de pescado e na hotelaria, cafés e restaurantes.

Eu sou engenheiro de construção civil mas a minha profissão em Peniche é **trabalhador** de fábrica de peixe. Um trabalho em que ganho para mim e para a minha vida. Tenho um patrão que paga todas as semanas. Já trabalhei na ESIP, na Ramos & Costa e agora trabalho noutra fábrica. Essa fábrica não trabalha com conservas, trabalha com congelados. Nós fazemos tudo, o congelar, o separar o peixe, o embalamento. Carregar e descarregar carros. O meu pai é de *Tbilisi*. Ele desde Setembro que trabalha em Espanha, numa empresa portuguesa. É engenheiro civil, mecânico de profissão. Esteve em Peniche a trabalhar, um ano desempregado, mas depois os amigos foram para Espanha e ele conseguiu trabalho lá. Noutra especialidade mas habitou-se. Normalmente as pessoas habitam-se ao trabalho que não sabem. É soldador, ele não sabia soldar mas aprendeu com um curso aqui. A minha mãe já não está em Portugal há dois anos, ela esteve três anos cá. Mas tem lá a irmã e a minha avó. Eu sou solteiro, não tenho namorada nem filhos. Se eu tivesse um filho eu acho que não gostaria que ele fosse pescador, apanhar o peixe lá no mar... no mar não há segurança para um filho, gostava de lhe dar outra profissão e outro trabalho. Eu nunca fui ao mar só tive de fazer a viagem de passagem entre a Itália e a Grécia que demorou um dia e meio. O meu pai veio para Portugal, tinha de estar aqui um ano a trabalhar por causa de uma despesa. E depois informou-se sobre os salários e ordenados do trabalho em Portugal. Foi uma despesa que ele fez com o irmão, iam para a Índia, compravam roupas e depois vendiam na Geórgia. A roupa chegou três meses depois do tempo e só foi vendida passado um ano e eles perderam dinheiro. Por isso teve de vir para Portugal em 1997/98 para pagar 12.000\$ dólares de mercadoria. Depois de ter passado um ano eu já tinha terminado a universidade e pensei que, antes de “agarrar” o trabalho, podia vir ajudar porque sendo dois ele podia voltar mais depressa. A minha mãe também acabou por vir, a despesa foi paga mas depois a vida mostrou as coisas. O meu pai esteve doente com um problema de coração, esteve semanas no Hospital Santa Maria a ser tratado por um médico espanhol. Os médicos no início que ele tinha um enfarte mas afinal tinha uma infecção no coração. Foi esse doutor espanhol que detectou e o meu pai foi operado. Estava triste por o meu pai estar doente e fazer duas coisas ao mesmo tempo é muito complicado. Foi uma altura que eu estava sozinho e não podia com isto tudo e chamei a minha mãe. Ela veio, ajudou e passámos isto tudo. O meu pai escolheu Portugal porque na altura que podia-se fazer aqui os “papéis”. Ele não tinha conhecimento do país. O meu pai primeiro esteve a trabalhar no Algarve, nas “obras” [construção civil], só que lá não pagavam bem, ele tinha problemas por causa dos pagamentos. Na altura não tinha legalização. Depois uns georgianos disseram-nos, por contacto telefónico, que aqui haviam fábricas que faziam peixe e “legalizações” e que se podia trabalhar. Eu e o meu pai estivemos sete anos na ESIP e a minha mãe acabou por vir. Eu e o meu pai éramos efectivos, fizemos dois contratos de três anos seguidos. Não tivemos de pagar despesas médicas, o problema de saúde que ele teve pagou só os medicamentos. Se ele estivesse na Geórgia teria de pagar muito dinheiro. Lá não se faz essa operação e teria de ir à Alemanha fazer e isso custaria muito dinheiro. E aqui, com a legalização ele fez a operação e a “caixa” [Segurança Social] pagou. Eu legalizei-me em 2001, quando cheguei comecei a trabalhar logo no 3º dia. Fizem-me o contrato depois fiz a legalização logo porque legalizavam as pessoas até 30-11-2001. Eu cheguei a 31-10-2001, comecei a trabalhar, passado uma semana assinei o contrato. O meu pai já estava lá a trabalhar, o “patrão” viu-me e disse-me que eu podia trabalhar lá. Depois fui chamado por “eles” [SEF] em Março de 2002 e deram-me o visto de permanência. Depois acabaram com as horas extraordinárias, ficávamos mais tempo e recebíamos menos e menos. Já não podíamos estar lá com aquele ordenado, já não fazíamos “horas” [extraordinárias]. Assim, quando estava a acabar o contrato disse que me tinha de ir embora. Depois um comprador disse-me que eu podia trabalhar numa [máquina] empilhadora e ganhava o subsídios de férias e mais qualquer coisa. E eu assinei o contrato de efectivo e trabalhei ali durante um ano. Eu gostava de estar ali e gostava do meu ordenado. Depois houve confusões, mandaram-me sair da congelação. Depois fui para o gabinete de segurança e o trabalho era sujo. Também não mudaram nem as horas nem nada. Precisava de aumentar, comprar roupa, mandar algum dinheiro para a minha mãe. Fazia horas extraordinárias, fazia Sábados e Domingos. Consequia 1200 euros de ordenado. Descansava muito pouco mas para a minha vida eu precisava de muito dinheiro. Desde há 8 anos que nunca mais fui à Geórgia. Quero ir de férias e tenho de vir outra vez cá para trabalhar. Lá não existe salários, são muito baixos e nem se chama dinheiro. A moeda chama-se Tetri, significa em português branco. Alguns conseguem salários e têm 50 € por mês, como os professores. Quando é 70 € as pessoas ganham bem. Porque lá na Geórgia não temos muito trabalho. Há alguns mas para a minha vida não dá. Porque uma pessoa habitua-se a um ordenado desta vida como tenho agora e não posso viver agora com outro salário.

Eu, **Surfista**, nasci 1958, em Peniche de Cima, ou Peniche original. Vivo em Peniche desde sempre. Neste momento tenho três profissões, não sei se lhe devo chamar bem assim, tenho três ocupações profissionais e depois tenho ainda este bar, é uma outra ocupação também a tempo parcial, abro um bocado à hora do almoço, abro à noite, tem um horário um bocado espaçado, ao sabor da minha vontade e das minhas disponibilidades e neste momento estou a iniciar este projecto de venda independente de produtos relacionados com a poupança de água. Eu tenho três irmãos, todos cá em Peniche. Nenhum deles é marítimo. Na minha família não há ninguém ligado ao mar. Fui eu o pioneiro. Fui o único que degenerou para o mar. Essa viagem iniciou-se como uma aventura, sair da escola, não saber o que havia de fazer e todos os meus colegas à procura de trabalho e eu também cheguei a procurar nalgumas fábricas. O tecido empresarial em Peniche era bastante pequeno. O apelo do mar, porque é que eu fui parar ao mar, porque na altura do fim da escolaridade, com 15 ou 16 anos, eu comecei a conviver com rapazes que andavam ao mar. Era pessoal da minha idade, que tinham um estilo de vida muito diferente. Ganhavam dinheiro, muitos deles tinham saído da escola com a quarta classe e a única opção em Peniche era o mar. Por tradições familiares ou porque o meio assim o permitia. E então comecei a acompanhar alguns pescadores, vi que eles tinham um tipo de vida, ganhavam dinheiro. Depois fui parar a uma cooperativa por acidente. Para mim era como uma empresa qualquer. Eu não fui um cooperante fundador, entrei como um pescador normal. Eu trabalhava na traineira “25 de Abril”, portanto os próprios nomes das embarcações e das cooperativas todos tinham a ver com a revolução, todos estavam relacionados com o ideal revolucionário: “Fruto de Abril”, “25 de Abril”, “Portugal de Abril”, “Fruto da Liberdade”, “Rumo à Pesca”, “Luta dos Pescadores” e o “Rumo ao Socialismo” que é daqueles que mais reflecte a filosofia que esteve subjacente à criação das cooperativas. Tinha a ver com a libertação da classe patronal, que é uma coisa que nós hoje sabemos que o capitalismo não permitiu e que pelo menos entrou bastante e os tempos provam-no. O presente prova também que não é assim tão fácil ser-se armador como muito dos pescadores pensavam. Se bem que havia e continua a haver muitos excessos da parte do patronato mais isso deve-se, eu não tenho medo das palavras, à ignorância e à falta de associativismo dos pescadores. São os próprios pescadores que se sujeitavam e continuam a embarcar sem um contrato digno, ou sem respeito pelos contratos que existem e sem a garantia de remuneração, de direitos laborais, de férias, até baixas. Ainda hoje na pesca estar doente é quase um crime. Uma pessoa que esteja doente e que seja pescador quase não pode sair à rua. Eu acho que os pescadores tiveram sempre um grande defeito, trabalharam demais. Penso que hoje em dia não há ninguém que negue que os recursos são escassos e que seria necessário um esforço de preservação mas o estômago acaba por falar mais alto. A carteira acaba por falar mais alto. O pescador continua a ser um predador, mais do que um cultivador é ainda um predador. Então esses barcos que foram pescar para Marrocos começaram a fazer fortunas, comparados com os barcos da pesca costeira, se bem que era outro tipo de vida, bem mais dura. Quando eu fui para a pesca em Marrocos o ritmo de trabalho normal era dois dias, o normal era 48 horas seguidas. Descansava-se uma ou duas horas e novamente mais dois dias seguidos. Na embarcação onde eu andei tivemos um recorde de três dias seguidos, 72 horas sempre a trabalhar. Alávamos redes, safávamos redes, desemalhávamos o peixe, tratávamos o peixe e gelávamos o peixe. Depois eram mais 4 dias de viagem, dependendo da embarcação, da máquina. Nós partíamos do porto de Peniche mas a nossa base era em Lisboa. Peniche não tinha ainda nessa altura um serviço de vendagem, uma loja com capacidade. A frota era enorme na costa portuguesa e então esse peixe de Marrocos era vendido na Docapesca de Lisboa. Nós éramos obrigados a embarcar militares a bordo. As primeiras embarcações a ir para Marrocos começaram a pescar na costa norte, Noroeste de Marrocos, que era mais perto, do Algarve até ali era um pulo. Pescavam ali na zona de Agadir, Safir. Mas progressivamente os barcos maiores e à procura de novas zonas de foram sempre navegando mais a sul. Quando eu embarquei já estávamos a pescar perto do paralelo 21 que era a zona do Sahara Ocidental, que era reclamada pela Frente Polisário, que fez vários ataques a embarcações de pesca sobretudo a espanhóis. Mas pelo meio eles não distinguiam porque atacavam sempre à noite. Isso deu origem a diversas histórias. Eu tenho o meu diário em casa, às vezes ainda tinha coragem, quando parávamos um bocadinho, chegava ao beliche e costumava ir escrever. Escrevia o peixe que tínhamos apanhado, o número de caixas de peixe para calcular mais ao menos o peixe que tínhamos a bordo. Escrevia coisas que se tinham passado, eventos, coisas que aconteciam. Eu de vez em quando ainda vou dar uma olhadela. Tenho muitas histórias na minha vida, se eu quiser pôr tudo dentro de um texto isso dá um livro.

ÍNDICE

Lista de Figuras & Tabelas	i
Introdução	1
Capítulo I: O Pescador e o seu Duplo.....	5
Capítulo II: Movimentos Migratórios na Terra e no Mar.....	33
Capítulo III: Migrações Paralelas em Peniche	52
Capítulo IV: Amigos de Peniche – Amizade e Soberania	105
Conclusão	133
Bibliografia.....	140
Apêndice A: Electrónico Naval.....	161
Apêndice B: Etnógrafo local.....	162
Apêndice C: Redeira.....	163
Apêndice D: Cooperativista	164
Apêndice E: Velho pescador.....	165
Apêndice F: Penicheiro.....	166
Apêndice G: Conserveira.....	167
Apêndice H: Pescador polivalente	168
Apêndice I: Dirigente	169
Apêndice J: Emigrante.....	170
Apêndice K: Imigrante	171
Apêndice L: Técnica social	172
Apêndice M: Trabalhador	173
Apêndice N:Surfista	174